



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA

HUGO LEONARDO PIRES CORREIA

**BEMVINDO SEQUEIRA E A CENA POLÍTICA NAS TRAMAS DE
ME SEGURA QUE EU VOU DAR UM VOTO: EDIÇÃO E CRÍTICA
FILOLÓGICA DO TEXTO TEATRAL**

Salvador

2014

HUGO LEONARDO PIRES CORREIA

**BEMVINDO SEQUEIRA E A CENA POLÍTICA NAS TRAMAS DE
ME SEGURA QUE EU VOU DAR UM VOTO: EDIÇÃO E CRÍTICA
FILOLÓGICA DO TEXTO TEATRAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Borges dos Santos

Salvador

2014

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Correia, Hugo Leonardo Pires.

Bemvindo Sequeira e a cena política nas tramas de Me segura que eu vou dar um voto :
edição e crítica filológica do texto teatral / Hugo Leonardo Pires Correia. - 2014.
215 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosa Borges dos Santos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2014.

1. Sequeira, Bemvindo, 1947- 2. Crítica textual. 3. Filologia. 4. Teatro - Censura. 5. Brasil -
História - 1964-1985. 6. Brasil - Política e governo - 1964-1985. I. Santos, Rosa Borges dos.
II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 801.959

CDU - 801.73

*A todos aqueles que morreram ou desapareceram nas trincheiras da luta pela
democracia.*

AGRADECIMENTOS

São tantos e especiais,

A Deus, por estar sempre por perto mesmo eu estando, às vezes, distante.

Aos meus pais, pelo amor incondicional e pela paciência nesses meus 28 anos de vida.

Aos meus irmãos, pelo apoio e compreensão nesses meses atribulados do trabalho dissertativo.

A minha orientadora, Prof.^a Dra. Rosa Borges, por ter acreditado em mim e me acompanhado nesses primeiros passos da vida acadêmica, bem como pelo aprendizado, amizade e atenção tanto no dia-a-dia, como na orientação deste trabalho.

Ao meu amigo, Prof. Dr. Ari Sacramento, companheiro de pesquisa e amigo de todas as horas, pelas valiosas contribuições ao longo deste empreendimento.

A Professora Dra. Célia Telles, por plantar a semente da pesquisa acadêmica no meu dia-a-dia de trabalho.

A amiga Mabel Meira Mota, pelo apoio e importante ajuda na organização do Arquivo Hipertextual.

A todos os professores da pós-graduação do Instituto de Letras da UFBA pela acolhida nesse meu desafio de ingressar no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura.

Aos colegas da ETTC, ICs, mestrandos, doutorandos e professores, pelo carinho e aprendizado nas reuniões, encontros e bate-papos durante os anos que permearam a feitura deste trabalho.

Aos colegas técnico-administrativos, pelo carinho, cuidado e atenção despendida durante esses anos na Universidade. Em especial ao Sr. Wilson, Thiago e Ricardo, colegas que se tornaram amigos para todas as horas.

A Ivone e toda sua família, pelo carinho e cuidado durante todo esse período que antecedeu a conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos (são muitos e especiais), pelo amparo, carinho, compreensão, solidariedade, amor e todos os melhores sentimentos com que fui agraciado e que ajudaram a encarar, com muito mais alegria e disposição, os obstáculos encontrados.

Ao Instituto de Letras da UFBA, pela acolhida e pelo apoio para conclusão deste trabalho.

Muito obrigado por possibilitarem essa experiência enriquecedora e gratificante, da maior importância para meu crescimento como ser humano e profissional.

Se deixou levar por sua convicção de que os seres humanos não nascem para sempre no dia em que as mães os dão à luz, e sim que a vida os obriga outra vez e muitas vezes a se parirem a si mesmos.

(GARCÍA MÁRQUEZ,2009, p.205-206)

RESUMO

O Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, é marcado historicamente pelo Regime Militar. Nesse período, o Estado, através da repressão, censurava os textos que teciam críticas ao regime vigente e às instituições representativas das esferas de poder. O Teatro era um dos alvos da censura, as peças antes de serem encenadas tinham os seus roteiros enviados para a Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP) do Departamento de Polícia Federal (DPF), onde o censor, lastreado pela legislação vigente, fazia a censura ao texto, através de pareceres que indicavam cortes ou a proibição de certas cenas ou palavras ou do texto completo. Dentre as peças encenadas nessa época, cabe destacar *Me segura que eu vou dar um voto*, de Bemvindo Siqueira. O texto traz uma crítica, através de uma linguagem cômica, à ditadura, à sociedade, aos políticos e aos partidos políticos da Bahia e do Brasil, no momento de abertura política. Para o tratamento teórico-metodológico do texto em questão, no campo dos estudos filológicos, conciliam-se as críticas textual e sociológica. Essa peça sofreu diversas intervenções de diferentes atores sociais em momentos distintos: autor, censores. Desse modo, desenvolveu-se, partir do dossiê montado, um estudo da tradição textual para compreender o processo de produção e transmissão do texto, considerando as marcas que se apresentam na construção do tecido textual e a circulação do texto nos bastidores da Censura Federal. Como produto final, apresentam-se as edições interpretativa, em suporte papel e digital, e fac-similar (digital), além de um arquivo hipertextual, com as edições, documentos censórios e matérias de jornal.

PALAVRAS-CHAVE: Filologia. Bemvindo Sequeira. Ditadura Militar. Censura. Teatro. Edição de texto.

ABSTRACT

Brazil, between 1964 and 1985, had been historically marked by the Military Regime. During this period, the State, through repression, censored texts that wove criticism of the current regime and representative institutions ruling spheres. Theater was one of the targets of censorship, plays before they were staged had scripts sent to the Division of Censorship and Public Entertainment (DCPE) of Federal Police Department (FPD), where the censor, backed by legislation at the time, censored play scripts through referrals indicating cuts or advising the prohibition of some scenes or words or all text. Among the plays performed at that time, it is worth mentioning *Meseguraqueevoudar um voto*, by Bemvindo Sequeira. This text provides a critique, through a comical language, to dictatorship, society, politicians and political parties of Bahia and Brazil, at the moment of political openness. For both theoretical and methodological treatment of the present text, in philological studies field, were gathered textual and sociological criticism. This play had undergone various interventions in different social actors at different times: author, censors. Thus, it has developed, from the dossier assembled, a textual tradition study to understand the process of text production and transmission, considering traits that come over in textual framing and circulation of the text on Federal Censorship sidelines. As a final product, interpretative editions are presented, in paper and digital basis and facsimile (digital), besides a hypertext file with the edits, censoring documents and newspaper articles.

Keywords:Philology. Bemvindo Sequeira. Military dictatorship.Censorship. Theatre. Textediting.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 1** – Estruturas dos órgãos de censura
FIGURA 2 – Órgãos descentralizados de censura
FIGURA 3 – Excerto de T01 de MSQVDV com cortes dos nomes de políticos baianos
FIGURA 4 – Excerto de T02 de MSQVDV com o corte da palavra “DOPS”
FIGURA 5 – Folha 19 de T02
FIGURA 6 – Intimação
FIGURA 7 – Anuncio da estreia
FIGURA 8 – Mudança da estreia para o teatro Maria Bethânia
FIGURA 9 – Apresentação no DCE/UFBA
FIGURA 10 – Anuncio morte de Clériston Andrade
FIGURA 11 – Pode ser qualquer outro partido
FIGURA 12 – Folha 09 de T01
FIGURA 13 – Folha 13 de T04
FIGURA 14 – Folha 10 de T01
FIGURA 15 – Folha 14 de T04
FIGURA 16 – Folha 11 de T01
FIGURA 17 – Folha 15 de T04
FIGURA 18 – Folha 12 de T01
FIGURA 19 – Folha 16 de T04
FIGURA 20 – Folha 24 de T01
FIGURA 21 – Folha 26 de T04
FIGURA 22 – Folha 25 de T01
FIGURA 23 – Folha 27 de T04
FIGURA 24 – Folha 26 de T01
FIGURA 25 – Folha 28 de T04
FIGURA 26 – Folha 27 de T01
FIGURA 27 – Folha 29 de T04
FIGURA 28 – Folha 1 de T01
FIGURA 29 – Folha 1 de T04
FIGURA 30 – Folha 2 de T04
FIGURA 31 – Trecho da folha 3 de T01
FIGURA 32 – Trecho da folha 6 de T04
FIGURA 33 – Trecho da folha 6 de T01
FIGURA 34 – Trecho da folha 11 de T04
FIGURA 35 – Folha 14 de T02
FIGURA 36 – Folha 15 de T02
FIGURA 37 – Folha 16 de T02
FIGURA 38 – Folha 17 de T02

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As aventuras de João Errado

Quadro 2 – Espetáculos apresentados no circo que estão localizados no Arquivo Nacional de Brasília

Quadro 3 – Itinerário da documentação censória

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATTC	Arquivo Textos Teatrais Censurados
c.a.	Com acento
CSC	Conselho Superior de Censura
DCDP	Departamento de Censura e Diversões Públicas
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DPF	Departamento de Policia Federal
ETTC	Equipe Textos Teatrais Censurados
GRU	Guia de Recolhimento da União
LTLBa	Livre Teatro Livre da Bahia
MSQVDV	Me segura que eu vou dar um voto
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
s.a.	Sem acento
SBAT	Sociedade Brasileira de Autores
SCDP	Serviço de Censura e Diversões Públicas
T01	Testemunho 01
T02	Testemunho 02
T03	Testemunho 03
T04	Testemunho 04
T05	Testemunho 05
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

- 1 **PRIMEIRAS PALAVRAS**
 - 2 **UM PERSONAGEM DE SEU TEMPO**
 - 2.1 BEMVINDO SEQUEIRA
 - 2.2 DAMILITÂNCIA AO TEATRO: BEMVINDO ATOR E AUTOR
 - 2.3 VOTO E COMÉDIA: BEMVINDO E AS ELEIÇÕES
 - 3 **NAS TRAMAS DE ME SEGURA QUE EU VOU DAR UM VOTO**
 - 3.1 PROPOSTA EDITORIAL PARA ME SEGURA QUE EU VOU DAR UM VOTO
 - 3.2 ME SEGURA QUE VOU DAR UM VOTO SOB CENSURA
 - 3.2.1 **Processo de Censura de MSQVDV**
 - 3.3 MODELO EDITORIAL ADOTADO
 - 3.3.1 **Critérios gerais para a edição interpretativa**
 - 3.3.2 **Texto crítico do SCRIPT-MSQVDV.01**
 - 3.3.3 **Texto crítico do SCRIPT-MSQVDV.02**
 - 3.3.4 **Critérios para as edições interpretativa e fac-similar em meio digital**
 - 3.3.5 **Edição Interpretativa e Fac-similar em meio digital**
 - 4 **[PODE SER QUALQUER OUTRO PARTIDO]: ESTUDO FILOLÓGICO DO MOVIMENTO TEXTUAL EM ME SEGURA QUE VOU DAR UM VOTO**
 - 4.1 A CIRCULAÇÃO DO TEXTO ME SEGURA QUE EU VOU DAR UM VOTO
 - 4.2 DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS NA MATERIALIDADE DE MSQVDV
 - 4.3 ENTRE O SCRIPT-MSQVDV.01 E O SCRIPT-MSQVDV.02: ASPECTOS POLÍTICOS
 - 5 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- REFERÊNCIAS**

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

O Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, é marcado historicamente pelo Regime Militar. Nesse período, o governo, através da repressão, censurava, dentre outros alvos, os textos que teciam críticas ao país e às instituições que destoavam do discurso conservador e repressivo que estava posto. O teatro era um dos alvos dessa repressão e as peças antes de serem encenadas tinham os seus textos (*scripts*) enviados para a Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP) do Departamento de Polícia Federal (DPF), onde o censor, lastreado pela legislação vigente, fazia a censura da peça, através de pareceres que indicavam cortes ou a proibição de certas cenas, palavras ou do texto completo.

O Estado utilizou o controle das publicações como forma de dominação e com a finalidade de conquistar a adesão da sociedade, na medida em que censurava os textos contestatórios, que, na maioria das vezes, faziam críticas ao Estado e às instituições vinculadas a ele. O Golpe Militar ocorreu em um período de grande agitação cultural. Aqueles que eram silenciados pela censura, sobretudo no que diz respeito à classe teatral, também utilizaram os textos teatrais como forma de apresentar o descontentamento e exibir os protestos.

Dentre as peças encenadas nessa época, cabe destacar *Me segura que eu vou dar um voto* (MSQVDV), de Bemvindo Sequeira, dramaturgo mineiro que, reside no Rio de Janeiro desde 1983, mas que teve uma atuação intensa na Bahia nos anos em que o Brasil viveu sob a Ditadura Militar. Sequeira veio morar na Bahia na década de 70, tendo residido no Estado por quase quatorze anos.

Nesse período, trabalhou por dez anos no Teatro Vila Velha, em parceria com o dramaturgo João Augusto Azevedo, tendo atuado e produzido também diversas peças no grupo Teatro Livre da Bahia e criado o Teatro de Rua no Brasil. Nesse período, Bemvindo Sequeira também participou de variados movimentos sociais, inclusive integrou o grupo que criou o Trabalho Conjunto de Salvador, uma organização de massas que lutava pela redemocratização do país.

O contato com a produção dramática de Bemvindo Sequeira deu-se através da participação no Grupo de Pesquisa coordenado pela Prof. Dra. Rosa Borges que trabalha com os textos teatrais censurados no período da ditadura militar na Bahia. A pesquisa vem sendo desenvolvida desde 2006 e explora os acervos localizados no Espaço Xisto Bahia, na Escola de Teatro da UFBA, no Teatro Vila Velha e no Arquivo Nacional de

Brasília. Esses textos acabam por desenhar um retrato da situação política e cultural da sociedade baiana.

Na etapa da *recensio* (recensão) ¹ coloca-se em evidência a tradição textual da peça MSQVDV, constituída de dois *scripts* que se apresentam em cinco testemunhos², além de recortes e matérias de jornais. Esses materiais encontram-se no Arquivo Textos Teatrais Censurados (ATTC) do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, sendo os mesmos provenientes dos acervos pesquisados no Núcleo de Acervo do Espaço Xisto Bahia e no Setor de Periódicos da Biblioteca Pública do Estado da Bahia; no Arquivo Nacional, de Brasília, e em diversos outros acervos públicos e privados.

De tema bastante polêmico, MSQVDV possibilita a compreensão da sinuosidade do texto teatral, isto é, um texto que não está fechado, e que, de acordo com o público que assistia à peça, era constantemente retocado a fim de evitar embates diretos com políticos, muitas vezes espectadores da peça. A circulação do texto, encenado em diversas cidades, replica também as modificações empreendidas. A isso se deve, pois, o surgimento de duas versões do texto, aqui denominadas *scripts*, a depender das coordenadas geográfico-culturais em que o espetáculo se realizava, Bahia e Rio de Janeiro.

Como o nosso propósito foi trabalhar com o texto em movimento, mostrar as intervenções dos diversos atores sociais presentes na materialidade do texto, foi digitalizado todo o material reunido e disponibilizado na forma de fac-símile em meio digital. Assim como o resultado deste trabalho também foi disponibilizado em interface eletrônica, através de arquivo copiado em mídia de DVD, como forma de instrumentalizar o leitor a percorrer os caminhos das materialidades através de acesso direto aos fac-símiles e às transcrições, de forma individualizada ou em confronto sinóptico, bem como aos recortes de jornais, aos textos críticos e à edição interpretativa.

O presente trabalho é o resultado dos estudos realizados durante o curso de Mestrado em Literatura e Cultura, que em um primeiro momento se deu com a leitura e recolha de textos de autores baianos ou que atuaram na Bahia no período da ditadura militar e que trataram em seus textos do momento político em questão. Foram encontrados textos de alguns autores como Antônio Cerqueira, Ariovaldo Matos,

¹ Entende-se aqui por *recensio* ou recensão: “estudo da tradição manuscrita ou impressa de uma dada obra”(DUARTE, 1997, [verbete]).

² Testemunho aqui entendido como o “documento escrito (manuscrito, dactiloscrito, ou impresso) que contém o texto, tanto na sua lição original, como em qualquer das versões que dele exista [...]” (DUARTE, 1997, [verbete]).

Aninha Franco, Bemvindo Sequeira, dentre outros. Nessa etapa, foi escolhido Bemvindo Sequeira, dramaturgo que havia escrito uma trilogia política com uma temática voltada para as eleições diretas para governador e, posteriormente, para presidente, com os seguintes textos: *Me segura que eu vou dar um voto*, *O dia que o Brasil tomou doril e Oxente gente*, *Bemvindo para presidente*.

Na busca de um *corpus* que fosse representativo dessa leitura política feita pela literatura dramática em tempos de repressão, a produção de Bemvindo Sequeira, pareceu melhor evidenciar a relação entre a ditadura, a censura o texto teatral. Dessa busca, resultou a escolha de *Me segura que eu vou dar um voto*, texto que faz uma crítica à ditadura militar, à sociedade, aos políticos e aos partidos políticos da Bahia e do Brasil, no processo de abertura política. A peça foi encenada no ano da primeira eleição direta para governador, após o golpe de 1964, em 1982. Nesse momento, o país passava por fortes transformações na estrutura política e partidária, com surgimento de partidos de oposição legalizados e uma forte mistura ideológica dentro desses partidos. A nação e os políticos reaprendiam a lidar com a democracia, as eleições e o voto.

A peça passou pelo crivo da censura, num momento em que o regime ditatorial caminhava para seu fim e começava o processo de abertura. O texto de Bemvindo Sequeira reinventa esse ambiente político e traz à tona debates que não costumavam ocupar as páginas da crítica, nem dos grandes veículos de comunicação.

A partir da pesquisa empreendida foi construída essa dissertação que se estrutura em cinco seções. São elas: Primeiras palavras, Um personagem de seu tempo, Nas tramas de *Me segura que eu vou dar um voto*, [Pode ser qualquer outro partido]: estudo filológico do movimento textual em *Me segura que eu vou dar um voto*, Considerações finais.

Na sequência da seção introdutória, *Primeiras palavras*, na seção *Um personagem do seu tempo*, discute-se através da narrativa da vida de Bemvindo Sequeira, a atuação dos artistas enquanto intelectuais, nesse caso, de um autor de texto teatral, que construiu toda sua trajetória artística, primeiro como ator e depois como autor, no período em que o país vivia em um regime autoritário de cerceamento de liberdades, e o mais grave para um artista e intelectual, a censura prévia e a ausência da liberdade de se expressar. Dentro dessa narrativa, é que se pretendeu compreender a atuação desse sujeito nas tramas do texto teatral.

Na seção *Nas tramas de Me segura que eu vou dar um voto*, foi apresentado o texto dramático escolhido, através da descrição dos seus testemunhos e do processo de

censura a que foi submetido. Foi feita uma discussão acerca das propostas editoriais que melhor se adequariam às especificidades das materialidades do texto escolhido e da proposta de trabalho. Os dois *scripts* de MSQVDV foram submetidos ao método filológico, que resultou na edição interpretativa em suporte de papel dos dois *scripts*, e uma proposta de construção de um arquivo hipertextual, que foi disponibilizado através de mídia em formato DVD, como forma de exercício de utilização do meio digital.

Na seção [*Pode ser qualquer outro partido*]: *o movimento textual em Me segura que eu vou dar um voto*, a partir da edição realizada, abre-se espaço para o exercício da crítica filológica, que proporciona uma leitura interpretativa do texto levando em conta seus movimentos de transformação. Analisando os encontros e desencontros entre os dois *scripts* a partir das materialidades do texto, bem como, analisando, os contrastes políticos que permitiram uma leitura dos bastidores da política na Bahia e no Rio de Janeiro através de excertos que trazem nomes de políticos e parafraseiam episódios históricos da política nesses dois estados. Seguem ainda as *Considerações finais* e as *Referências*.

2 UM PERSONAGEM DE SEU TEMPO

Bemvindo Sequeira, com sua grande irreverência, contracenou durante toda sua trajetória de vida com fatos que marcaram a história do Brasil, da Bahia, das artes e do teatro brasileiro. Em cada etapa de sua carreira e nos caminhos por ele percorridos, esses fatos, muitas vezes, confundem-se com sua própria história. Interligando os pontos que convergem em sua biografia, sua produção dramaturgica e a história, faz-se uma leitura da cena política e cultural na Bahia e no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980, período em que o país viveu sob o domínio de um governo autoritário imposto pelos militares. Em cena, Bemvindo Sequeira, um intelectual engajado nas lutas do seu tempo.

2.1 BEMVINDO SEQUEIRA

Como bem marcado por Paulo Goulart, na orelha do livro *Humor, Graça e Comédia* (SEQUEIRA, 2004), Bemvindo Sequeira é um artista “[...] de origem portuguesa, com cara de árabe... com a matreirice de mineiro, o jeito do baiano e o ar do carioca!”. Bemvindo Sequeira³ nasceu em Carangola, MG, em 27 de julho de 1947, passou sua infância na cidade de Faria Lemos, MG. Na sua juventude, mudou-se para o Rio de Janeiro, tendo ido morar na Bahia no início da década de 1970. Nos anos de 1980, Bemvindo Sequeira retorna para o Rio de Janeiro, onde reside até os dias de hoje trabalhando no teatro e na televisão. Em 2002, Bemvindo Sequeira, recebeu o título de Cidadão Soteropolitano concedido pela Câmara Municipal de Salvador.

Para Said (2000), o intelectual, segundo a acepção de Gramsci, é aquele que trabalha na produção ou distribuição do conhecimento. Nessa perspectiva, encaramos o artista como um intelectual, aquele que, através da sua arte, produz e distribui conhecimento através das reflexões causadas pela recepção dos seus trabalhos. Bemvindo Sequeira, artista múltiplo que atua, dirige, escreve e produz, em todos os momentos se apresenta como esse intelectual “enquanto figura representativa – alguém

³ Opta-se, na maior parte do texto, pelo uso do nome pelo primeiro nome de Bemvindo Sequeira pelo fato de ser o nome com que o artista é mais reconhecido nacionalmente. Portanto, não se trata de qualquer intimidade.

que visivelmente representa um qualquer ponto de vista, alguém que articula representações a um público, apesar de todo tipo de barreiras” (SAID, 2000, p.29).

Bemvindo Sequeira, em 1966, iniciou-se como artista em momento de crise da democracia no Brasil. De um lado os militares e as forças de direita, que tomaram o Estado e impuseram uma série de restrições à liberdade dos civis; de outro, os que resistiram a essa nova configuração do Estado, como será visto mais adiante. Essa situação coloca o artista mineiro em uma posição de escolha, como traz Said (2010, p. 43):

[...] a escolha principal que depara ao intelectual é entre aliar-se à estabilidade dos vencedores e governantes ou – o caminho mais difícil – pensar nessa estabilidade como um estado de emergência que ameaça os menos afortunados com o perigo de extinção completa, e ter em conta a experiência da própria subordinação, bem como a recordação de vozes e pessoas esquecidas.

Só é possível ler as escolhas de Bemvindo Sequeira em seu próprio curso de vida, através da reconstituição dos ambientes dramáticos, da sua vida intelectual e sua inserção no pensamento cultural da época (SOUZA, 2002). Desse modo, o artista/intelectual é forjado nas pressões a que é submetido, de um lado, o *status quo* que oferece benesses e facilidades em troca de um silêncio cúmplice; de outro, a sua liberdade de questionar e de ser independente. Para Said (2000, p. 35), “[...] isto está longe de ser tarefa fácil: o intelectual situa-se sempre entre a solidão e o alinhamento [...]”.

Em abril de 1964, Bemvindo Sequeira, então com 17 anos, era estudante secundarista do Colégio Estadual Mendes de Moraes, situado no bairro da Freguesia, na Ilha do Governador, estado do Rio de Janeiro. Nesse período, atuando como militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundou e secretariou uma célula do partido no colégio. Célula que se estendia por outros colégios e por bairros da região da Ilha do Governador. Essa célula era chamada de Organização de Base da Juventude 1, do Comitê Distrital da Leopoldina, no Rio de Janeiro, pertencente ao PCB (SEQUEIRA, 2004; SILVA, 2012). Mesmo antes da sua filiação ao PCB, Bemvindo Sequeira iniciara sua militância no movimento estudantil atuando junto à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas no Rio de Janeiro no ano de 1963, onde exerceu a função de diretor do setor administrativo e político (SILVA, 2012).

Os 39 meses que antecederam a fundação da célula do PCB por Bemvindo Sequeira em abril de 1964 foram marcados por fatos turbulentos, que mudaram a história do Brasil para sempre. A relação entre esses fatos culminou com o golpe de estado imposto pelos militares com apoio de uma elite civil que não estava disposta a perder privilégios.

As eleições de 1960 culminaram com a surpreendente vitória de Jânio Quadros e a recondução de João Goulart (popularmente conhecido como Jango) para vice-presidência. Naquele momento, a votação do presidente e vice era feita separadamente. O presidente eleito era apenas um desconhecido professor radicado em São Paulo, mas nascido em Campo Grande-MS, que foi ganhando espaço com campanhas de viés populista, falando a “linguagem do povo”, com o jeito simples. Nas palavras de Aninha Franco (1994, p.135),

Talvez, se as previsões de Waldir Pires e Rômulo Almeida, em 1960, tivessem vingado, elegendo o Marechal Lott presidente da República, a história a comentar agora fosse outra. Mas, venceu Jânio Quadros, com a promessa de punir corruptos, distribuir as rendas do país e realizar a reforma agrária, coisas que não teve tempo ou paciência de fazer, porque renunciou depois de setes meses de empossado, desgovernando inteiramente a frágil estabilidade política brasileira. (FRANCO, 1994, p. 135)

Sua administração ficou marcada por polêmicas e contradições. Para Fausto (1995), Jânio Quadros “[...] combinou iniciativas simpáticas à esquerda com medidas simpáticas aos conservadores. De algum modo, desagradava assim a ambos [...]” (FAUSTO, 1995, p.439). No dia 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou ao cargo de presidente do Brasil. Quadros nunca deu uma explicação clara do ocorrido, sempre sustentou a tese escrita em sua carta de renúncia, a de que “forças terríveis levantaram-se contra mim” (BRASIL, 2009, p.33). Para Fausto (1995, p.442), a explicação mais provável

[...] combina os dados de uma personalidade instável com um cálculo político equivocados. Segundo essa hipótese, Jânio esperava obter com uma espécie de “tentativa de renúncia” maior soma de poderes para governar, livrando-se até certo ponto do Congresso e dos Partidos. Ele se julgava imprescindível para o Brasil como presidente. Acaso os conservadores e os militares iriam querer entregar o país a João Goulart?

Os momentos que sucederam à renúncia de Jânio Quadros foram bastante turbulentos. Pela Constituição vigente à época, em situação de impedimento do presidente, assume o seu vice. Mas a situação não era tão simples, havia vetos dos ministros militares de Jânio Quadros à posse de João Goulart que era o seu vice (FAUSTO, 1995; COUTO, 2010). A cúpula militar via Jango com ressalvas por conta das suas relações com partidos de esquerda, como o PCB e a ala mais à esquerda do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), bem como sua proximidade com os sindicatos e trabalhadores, pelo fato de ter ocupado o Ministério do Trabalho no governo de Getúlio Vargas.

O veto à posse de Jango não era uma unanimidade na cúpula militar, alguns militares declaravam apoio a ele, o que fez surgir um movimento denominado “batalha da legalidade”, liderado pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de Jango (FAUSTO, 1995). O movimento pela posse de Jango foi ganhando força, o que provocou uma busca de consenso pelas lideranças militares e políticas. Segundo Couto (2010, p. 41), a crise só foi contornada “[...] após uma engenhosa negociação política que resultou na implantação do regime parlamentarista [...]”. Couto (2010) destaca como grandes articuladores dessa negociação os futuros presidentes Tancredo Neves e Ernesto Geisel, que negociaram com outras lideranças a adoção do sistema parlamentarista enquanto Jango ainda estava no exterior.

João Goulart tomou posse como presidente em 7 de setembro de 1961, sob o regime parlamentarista, que diminuía os poderes do presidente. Fausto (1995, p. 447) destaca que “[...] a posse de João Goulart na presidência significava a volta do esquema populista, em um contexto de mobilizações e pressões sociais muito maiores que no período de Vargas [...]”. É nesse contexto que começou o governo de Jango. Nos primeiros momentos de sua gestão, Jango teve seus poderes limitados pelo parlamentarismo. “[...] A linha do presidente nesses primeiros tempos foi de moderação, procurando demonstrar sua adesão aos princípios democráticos e repulsa ao comunismo [...]” (FAUSTO, 1995, p. 453). Mas logo depois, após um plebiscito, o regime presidencialista foi restaurado com João Goulart à frente do governo. Assim,

[...] diante da sua fragilidade política e tendo em vista a restauração do regime presidencialista, Goulart buscou ampliar suas alianças. Por isso, ao mesmo em tempo que acenava para as esquerdas com propostas reformistas, tentava conquistar a confiança dos seus opositores, adotando posições mais moderadas [...] (PANDOLFI, 2004, p. 1).

O país naquele momento viveu uma situação financeira difícil, a inflação ultrapassou a casa dos 50% e o déficit público desde o governo de Juscelino Kubitschek só crescia. Para enfrentar os problemas econômicos do Brasil, o ministro do planejamento Celso Furtado, ligado à “esquerda positiva”, lançou o Plano Trienal, “que pretendia combinar o crescimento econômico, as reformas sociais e o combate à inflação” (FAUSTO, 1995, p. 455). Uma das reformas sociais pretendidas pelo Plano era a reforma agrária como forma de ampliar a produção agrícola. As ações do Plano Trienal geraram insatisfações entre os opositores de Jango que já desejavam um golpe de estado, aqueles que se beneficiavam da inflação também estavam descontentes com as medidas, os donos de terras não aceitavam a possibilidade da Reforma Agrária.

Como a direita vinha ganhando espaço entre os conservadores moderados, a tese que vinha crescendo entre os militares era de que o golpe contra o governo de Jango era a única saída para reestabelecer à ordem no Brasil e, por fim, a questão fulcral era o fantasma do comunismo. É nesse clima que entrou o ano de 1964, “o ano começa ameaçador no Brasil. Há forte instabilidade política. Março de 1964. A esquerda teme golpe da direita, e a direita, autogolpe do presidente João Goulart” (COUTO, 2010, p. 23).

Pressionado por esse clima de instabilidade política instalado no Brasil, onde as camadas conservadoras aliadas à parcela do alto comando militar conspiravam contra seu governo, o presidente, aconselhado pelos seus aliados, resolveu buscar apoio nas grandes massas, “para mostrar a força do governo, reuniria grandes massas em uma série de atos onde iria anunciando as reformas” (FAUSTO, 1995, p.459). O presidente sabia que os operários, os sindicatos e o baixo clero militar apoiavam as reformas de base, e com esse apoio pretendia implantar suas reformas através de decreto, já que não tinha maioria para aprová-las no Congresso.

O primeiro desses grandes atos aconteceu em 13 de março de 1964, quando estiveram presentes mais de 150 mil pessoas na Central do Brasil no Rio de Janeiro, ocasião em que Jango anunciou a agenda trabalhista em torno das reformas. Nesse ato, o presidente contou com a proteção do Exército da região I e a participação de vários sindicatos e Partidos de esquerda. Esse ato contribuiu, ainda mais, para o clima de conspiração das forças conservadoras contra o mandato de Jango, “[...] as bandeiras vermelhas que pediam a legalização do PC e as faixas que exigiam a reforma agrária etc. foram vistas pela televisão, causando pânico nos meios conservadores” (FAUSTO,

1995, p. 459). Para muitos historiadores e analistas desse período, o ato marcou o início do golpe ao mandato do presidente eleito João Goulart.

Em 19 de março de 1964, como uma resposta das forças conservadoras ao ato da Central do Brasil, ocorreu em São Paulo a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada pelas associações das senhoras católicas ligadas a setores conservadores da Igreja. Cerca de 500 mil pessoas estiveram na marcha, demonstrando que as forças conservadoras mantinham uma importante base de apoio social (FAUSTO, 1995, p. 460). A crise se instalou no país: de um lado, os sindicatos e associações que apoiam as reformas de base propostas por Jango; do outro, as forças conservadoras e uma parcela dos militares que crescia cada vez mais.

Ainda em março de 1964, no dia 24, ocorreu um episódio que contribuiu para aumentar a tensão política entre as forças armadas e o presidente João Goulart. A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade que era considerada ilegal, estava comemorando aniversário de fundação na sede do sindicato dos metalúrgicos. Nesse evento, estavam presentes, além dos mais de mil marinheiros e fuzileiros, o deputado Leonel Brizola e o marinheiro João Candido, líder da Revolta dos marinheiros de 1910. Por conta dos desdobramentos desse episódio, os presentes foram presos por ação do Ministro da Marinha, Sílvio Mota, que acabou sendo demitido pelo presidente Jango, que, logo depois, anistiou os militares presos por estarem envolvidos com o ato.

A anistia aos revoltosos envolvidos no evento da sede dos metalúrgicos foi mais um passo de Jango que mexeu com as estruturas do comando militar. Segundo Fausto (1995, p. 460), “[...] na realidade, lançou mais lenha na fogueira: o Clube Militar e um grupo de altas patentes da Marinha denunciaram seu ato como um incentivo à quebra da hierarquia militar [...]”. O caminho para o golpe já estava sendo construído pelos militares.

Para complicar a situação, no dia 30 de março de 1964, Jango discursou para uma assembleia da Associação de sargentos e suboficiais da PM, na sede do Automóvel Clube do Brasil. Em um discurso de improviso, Jango afirmou: “[...] Não admitirei o golpe dos reacionários. O golpe que nós desejamos é o golpe das reformas de base, tão necessários ao nosso país [...]” (COUTO, 2010, p.44). Foi o seu último discurso como presidente. Couto assim descreve esse momento:

Para os militares não governistas, a participação do presidente deu-se para solapar a hierarquia e a disciplina, desafiando as Forças

Armadas. É o tranco final, o que faz pegar em armas o general Olympio Mourão Filho. O próprio Goulart acendeu o estopim do golpe. Com o apoio do governador de Minas, José de Magalhães Pinto, Mourão coloca na rua as tropas do Exército sediadas em Juiz de Fora. Marcham para o Rio de Janeiro, antecipando-se ao comando da conspiração. A precariedade, a improvisação e o aqodamento parecem ter sido as marcas dessa iniciativa isolada, faísca que incendiou o movimento militar e apagou o governo João Goulart (COUTO, 2010, p.46).

Em 31 de março de 1964, Jango partiu do Rio de Janeiro para Brasília, evitando assim um confronto armado com as forças que rumavam para a derrubada do seu governo. Em 1º de abril, Jango partiu de Brasília para Porto Alegre, o então presidente do Senado Auro Moura Andrade declarou vago o cargo de presidente da República, assumindo o Cargo, o presidente da Câmara dos deputados, Ranieri Mazzilli. Apesar da posse do presidente da Câmara, naquele momento, quem chegou ao poder foram os militares. Para Couto (2010, p. 41), “[...] A deposição do presidente João Goulart e o advento da ditadura resultam de intervenção militar apontada como iminente desde o governo democrático do presidente Vargas [...]”.

Era o fim da experiência democrática do período 1945-1964. Pela primeira vez na história do país, os militares assumiam poder com a perspectiva de aí permanecer, começando a instaurar um regime autoritário (FAUSTO, 1995, p.461).

Os dias que sucederam esse 1º de abril foram de incertezas. O golpe que a princípio seria para garantir a ordem constitucional não estava seguindo esse caminho. A própria posse de Mazzilli antes mesmo de Jango deixar o país, já mostrava que a defesa da legalidade constitucional estava fragilizada. Em 9 de abril, cai o mito da defesa da ordem constitucional, os militares, através do autodenominado Comando, decretam um Ato Institucional (que posteriormente será chamado de AI -1) com onze artigos que determinavam uma série de medidas de força a serem tomadas pelas lideranças do golpe: a expansão dos poderes do Executivo, limitação dos poderes do Congresso e do Judiciário e a concessão ao presidente de poderes para cassação de mandatos e cancelamento de poderes políticos, bem como poderes para demitir funcionários públicos civis e militares (GASPARI, 2002). O ato tinha como prazo de vigência o dia 31 de janeiro de 1966, quando se encerraria o mandato ‘provisório’ de Castelo Branco.

Foi a partir desse Ato Institucional que surgiu a figura jurídica dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), previsto em seu artigo 8º, que visava à apuração “[...] da

responsabilidade de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária [...]” (BRASIL, 9 abr. 1964), inquéritos que poderiam ser abertos individualmente ou coletivamente, usados como justificativa para perseguição aos adversários do regime. Como a imprensa nesse período ainda detinha certa liberdade, alguns casos de tortura a adversários foram denunciados pela imprensa da época.

O saldo total de cassações, demissões e afastamentos oriundas do AI-1 foi muito grande; segundo Fausto (1995), contabiliza-se “em números conservadores” 49 juízes, no Congresso 50 mandatos de parlamentares cassados, 1.400 servidores civis afastados dos seus cargos, 1.200 militares também afastados dos seus cargos, 2 governadores e um grande número de políticos ligados principalmente ao PTB, destacando entre esses políticos Leonel Brizola, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros (FAUSTO, 1995, p.468). Muitos desses foram cassados por ligação com a esquerda, outros por serem potenciais lideranças civis que poderiam colocar em risco a atuação do governo imposto pelos militares.

No dia 11 de abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, escolhido pelos militares, foi eleito por via indireta pelo Congresso Nacional, presidente da República, prometendo que em 1966 entregaria o cargo ao sucessor legitimamente eleito pelo povo, o que não ocorreu. Para Castelo Branco, segundo análise de Ronaldo Costa Couto (2010, p. 63), “[...] a intervenção tem caráter corretivo. Deve ser temporária e saneadora, devolvendo-se rapidamente o poder aos civis e assegurando a democracia [...]”. Essa visão, no entanto, não era a única dentro das Forças Armadas, militares como Costa e Silva defendiam o contrário. Segundo Couto (2010, p. 63), os militares queriam “governar. Governo Forte, autoritário. É a ‘linha dura’, direita da direita militar”. Essa disputa entre as duas correntes das Forças Armadas, moderados *versus* linha dura permaneceu durante todo o período de domínio dos militares.

Em junho de 1964, foi criado o SNI (Sistema Nacional de Informação), tendo como seu mentor, que depois viria ser seu primeiro chefe, o general Golbery do Couto e Silva. O SNI foi criado através da Lei nº 4.341, de junho de 1964, e tinha como umas das principais funções “[...] a coleta, avaliação e integração de informações em proveito das decisões do presidente da república [...] promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações [...]”. Para Fausto (1995, p.468), “[...] na prática, transformou-se em um centro de poder quase tão importante quanto o Executivo, agindo por conta própria ‘na luta contra o inimigo interno [...]’” (BRASIL, 13 jun. 1964).

Muitos quadros dos futuros governos escolhidos pelos militares passaram pelo SNI, a exemplo do futuro presidente Médici, o que pode comprovar a importância desse órgão no quadro político da ditadura.

Foi precisamente nesse momento de tensão pós-golpe que se iniciou a militância de Bemvindo Sequeira. Como já visto, Bemvindo Sequeira, em abril de 1964, havia fundado uma célula do PCB em sua escola e que se estendia do colégio para outros na região da Ilha do Governador. No PCB, ele recebeu uma importante formação intelectual, “com o partido aprendeu diversas línguas e entrou em contato com vasta literatura internacional” (SILVA, 2012, p.87). O movimento estudantil era bastante visado pelas forças que controlavam o regime imposto no Brasil naquele momento, sobretudo pela forte ligação ideológica com os partidos de esquerda, comprovada, nesse caso de Bemvindo Sequeira, pela sua militância junto ao PCB.

Como descrito, o clima era de perseguição para aqueles que se contrapunham ao regime que estava posto. O SNI, criado para fornecer informações no combate aos inimigos internos do golpe (opositores do regime), começava a construir uma rede de informantes e de informações para ativar os dispositivos de segurança do regime na caça aos opositores. Em agosto de 1964, após incêndio na casa de Bemvindo Sequeira, a polícia esteve lá e encontrou documentos ligados ao PCB que comprovavam a sua militância. Como não estava em casa no momento em que se realizou a operação, o seu pai, Carlos Pereira de Sequeira, foi detido e levado para um local situado à Rua da Relação, onde permaneceu por 24 horas, sofreu ameaças e foi acometido de violências psicológicas (SEQUEIRA, 2004; SILVA, 2012).

Em setembro de 1964, ironicamente no mesmo mês da “Missão Geisel”, missão em que o então chefe da Casa Militar da Presidência da República, Ernesto Geisel, apuraria denúncias de tortura (FICO, 2004), Bemvindo Sequeira, com apenas 17 anos, compareceu sozinho ao DOPS. A sua ida ao DOPS ocorreu em situação de pressão, pois seu pai fora ameaçado de prisão formal, caso ele não comparecesse. Chegando ao DOPS, levaram-no ao 3º andar da repartição, onde “[...] foi detido, interrogado e sofreu violências físicas e psicológicas praticadas pelos detetives Boneschi e Solimar, sendo este último o responsável pela violência física sofrida [...]” (SEQUEIRA, 2004, p. 108-109). Após esse processo de tortura, foi jogado na mesma cela onde já se encontrava o cenógrafo Leo Leoni, que agonizava devido a torturas impetradas por Solimar (SEQUEIRA, 2004).

Em total contradição a esse episódio de tortura relatado por Bemvindo Sequeira em petição protocolada junto ao Ministério da Justiça e publicada em seu livro *Humor, Graça e Comédia*, aparecem os resultados da “Missão Geisel”, que ocorreu no mesmo mês dos relatos mencionados. Comandada por Ernesto Geisel, a missão foi enviada a diversos pontos do país para apurar os casos de tortura denunciados por parte da imprensa, que na época ainda não sofria uma forte censura institucional (FICO, 2004). A missão não condenou nenhum militar. Chegaram à conclusão de que a tortura não era de conhecimento dos superiores militares e que casos pontuais ocorriam por excesso dos militares de baixo escalão. As denúncias foram arquivadas.

No dia seguinte a sua prisão, Bemvindo Sequeira foi liberado pelos agentes do DOPS, “[...] sob a alegação de que era menor e ‘peixinho pequeno’, já que a polícia estava mais ocupada com a guerrilha no Caparaó, liderada por Leonel Brizola [...]” (SEQUEIRA, 2004, p. 109). Após o episódio da tortura, Bemvindo Sequeira retorna ao Colégio Estadual Mendes de Moraes, onde descobre que tinha sido expulso pela diretora no meio do semestre letivo. A sua expulsão, segundo o próprio, “[...] baseou-se exclusivamente em perseguição política e na investigação feita pelo DOPS no colégio [...]” (SEQUEIRA, 2004, p. 109). Após sua passagem pelo DOPS, o seu ingresso em outro colégio público seria muito difícil, numa época em que ser militante de esquerda era motivo de perseguição. Sem possibilidades de estudo, Bemvindo Sequeira acabou entrando na clandestinidade e continuou envolvido na militância contrária ao regime autoritário.

Ainda nesse momento governava o país Castelo Branco. Tinha, ao seu redor, auxiliares oriundos, direta ou indiretamente, da Escola Superior de Guerra (ESG), uma escola de formação de quadros das Forças Armadas com uma linha “de direita”, famosa pelo seu alto nível de educação, chegando a ser apelidada de *Sorbonne* (inclusive, o próprio Castelo Branco havia sido diretor do Departamento de Estudos da ESG (FAUSTO, 1995, p.469)). Castelo Branco fazia parte do grupo dos militares moderados que encaravam o golpe como uma defesa do país do avanço comunista, que pretendia extirpar os comunistas da vida pública através do AI-1, para uma posterior eleição democrática, e fazer as reformas capitalistas necessárias.

No campo econômico, a situação do país era muito séria, o nível de endividamento da União e dos estados era altíssimo e a inflação atingia altos índices. Foi lançado por Castelo, através dos seus ministros da Fazenda e do Planejamento, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) (FAUSTO, 1995), que estabelecia

uma série de medidas para a recuperação da economia, como a redução do déficit público, congelamento dos salários, reestruturação das empresas públicas, corte dos subsídios à importação de produtos básicos como trigo e petróleo e investimentos na área fiscal que melhorariam a eficiência na arrecadação de tributos. Essas medidas sanavam as contas públicas, mas deixavam os trabalhadores ainda mais pressionados com o aumento do custo de vida e o contingenciamento dos salários.

No campo econômico, o governo de Castelo Branco obteve êxitos consideráveis que prepararam o Brasil para o chamado milagre econômico que viria nos próximos anos do Regime Militar. Os índices de inflação e do déficit público foram reduzidos e o Brasil e o Produto Interno Bruto (PIB) voltaram a crescer. É importante destacar que esses avanços no campo econômico só foram possíveis por força do regime autoritário vigente no país, que, segundo Fausto (1995, p. 473), “[...] permitiu a Campos e Bulhões tomar medidas que resultaram em sacrifícios forçados, especialmente para a classe trabalhadora, sem que esta tivesse condições de resistir [...]”. Sem contar com os fortes investimentos estrangeiros e dos empréstimos internacionais, principalmente do governo americano, que apoiaram a instalação da ditadura.

No campo político, o governo de Castelo viveu momentos de tensão. Sua postura mais moderada causava insatisfação na parcela dos militares considerados linha dura, e Costa e Silva, que era o líder entre os militares dessa corrente nas forças armadas, vinha ganhando espaço dentro dos quartéis. Em outubro de 1965, ocorreram eleições diretas para governador em 11 estados. Mesmo com muitas baixas em seus quadros devido aos efeitos do AI-1, os partidos de oposição ganharam as eleições em estados importantes. Nos estados de Minas Gerais e da Guanabara, venceram dois aliados de Juscelino, fato que fortaleceu ainda mais a insatisfação entre os militares, essas vitórias da oposição fez crescer entre os militares o desejo de endurecimento do regime para conter o avanço da oposição.

Castelo Branco sentia a pressão do avanço dos grupos ligados à “linha dura” dentro das forças armadas e isso tudo contribuía para o fortalecimento do nome do general Costa e Silva como seu futuro sucessor. Para conter o clima de insatisfação entre as lideranças militares, Castelo Branco edita o Ato Institucional nº 2 (BRASIL, 27 de out. 1965), conhecido como AI-2, que determinou que a eleição para presidente e vice fosse realizada de maneira indireta, através da votação por maioria absoluta do Congresso Nacional, em voto nominal e aberto. Para Fausto (1995, p. 474), “evitava-se

assim o voto secreto para prevenir surpresas”. Essa medida praticamente garantia para as forças armadas que o próximo presidente seria um militar.

O AI-2 ainda trouxe outras mudanças importantes para o cenário político do país. Em seu artigo 15 volta a autorizar o Presidente da República a suspender os direitos políticos de cidadãos por 10 anos ou cassar mandatos legislativos. No seu artigo 18, extingue os partidos políticos e cria novas regras para criação de novos partidos. Segundo Fausto (1995, p. 474), “[...] os militares consideravam que o sistema multipartidário era um dos fatores responsáveis pelas crises políticas [...]”. Segundo Couto (2010, p. 73), “[...] é a linha dura que se impõe e se afirma [...]”. A ideia inicial de um retorno rápido à democracia vai perdendo força. As novas regras para criação de partidos praticamente forçavam a existência de apenas dois partidos.

Dessa forma, surgiram dois novos partidos: ARENA (Aliança Renovadora Nacional) que concentrava os apoiadores do governo e MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que concentrava os opositores ao regime (FAUSTO, 1995). Na Arena concentraram-se principalmente os políticos anteriormente filiados à UDN (União Democrática Nacional) e uma parte do PSD (Partido Social Democrático), e no MDB ficou concentrado principalmente os políticos anteriormente filiados ao PTB, e mais para frente alguns políticos do PSD descontentes com os rumos da ditadura militar.

Em fevereiro de 1966, Castelo editou mais um ato institucional, o Ato Institucional de nº 3 (AI-3) (BRASIL, 5 de fev. 1966). Esse ato teve como principal medida, em seu artigo primeiro, determinar que as eleições para os governos estaduais fossem realizadas de maneira indireta, através de votação nominal e aberta da assembleia legislativa. Determinou também que as eleições do vice-presidente e vice-governador ocorreriam através de inscrição conjunta com os candidatos a presidente e governador respectivamente. Bem como, também determinou que os prefeitos de capitais fossem indicados pelos governadores com aprovação da Assembleia Legislativa do nome proposto. Em seu artigo 6º, o ato excluiu de apreciação judicial os atos praticados fundamentados nele próprio e nos atos complementares a ele. Indicando assim o endurecimento dos militares.

E é nesse clima de endurecimento por parte do governo militar que Bemvindo Sequeira, forçado a parar os estudos por conta da perseguição que sofria pela sua militância junto ao PCB em defesa da democracia, iniciou sua carreira de artista em 1966, “[...] na função de ator, com várias peças apresentadas no Rio e em turnê pelo Brasil [...]” (SEQUEIRA, 2004, p. 110).

Sobre esse início de Bemvindo Sequeira na carreira de artista, segue trecho da dissertação de Denise Pereira Silva (2012, p. 87):

Até que um antigo militante do “Partidão”, como era conhecido o PCB nessa época, aconselhou os jovens que tiveram dificuldades de continuar suas atividades depois do golpe, a criar um grupo de teatro como forma de camuflar a militância no partido. Segundo ele, era dessa forma que faziam no governo varguista. Sendo assim, com 19 anos, Bemvindo Sequeira funda, juntamente com outros jovens o grupo Teatro de Arena da Ilha do Governador.

Nesse mesmo ano, o grupo que era formado, além de Bemvindo Sequeira, por Reynaldo Gonzaga, Lia Mara e Gonzaguinha, após algumas apresentações no interior de Minas Gerais e Espírito Santo, saiu em turnê pelo Nordeste do Brasil com a peça *Joana em flor e outras histórias*, de Reynaldo Jardim⁴ (SILVA, 2012). O espetáculo se baseava na leitura dramática de poemas de Reynaldo Jardim que retratavam a vida da mulher, do operário, do estudante e do brasileiro em geral. A peça percorreria em turnê algumas cidades brasileiras, inclusive no nordeste.

Nos meses de pós-julho de 1966, o Nordeste vivia um clima de guerra entre os militares e os possíveis inimigos do golpe militar, após episódio trágico que marcou uma passagem de Costa e Silva pela região como candidato à sucessão de Castelo Branco, divulgando suas ideias para o governo e prospectando possíveis aliados. No dia 25 de setembro pela manhã, sua comitiva faria uma viagem de avião de João Pessoa para Recife, como o avião estava atrasado seguiram de carro até Recife. Na mesma manhã, no mesmo horário que o voo da comitiva chegaria ao Aeroporto de Guararapes, se seguisse da Paraíba para Pernambuco de avião, explodiu uma bomba no aeroporto, matando duas pessoas e ferindo outras (COUTO, 2010, p.78). Configurou-se, assim, o primeiro atentado contra o governo militar, que atribui a autoria aos militantes da esquerda.

É nesse clima que, em setembro de 1966, a peça *Joana em flor e outras histórias* chegou a Aracaju para uma semana de encontro de grupos teatrais do Rio de Janeiro e Aracaju. O clima no nordeste era de caça aos comunistas. Logo após a apresentação do espetáculo, Bemvindo Sequeira e os demais integrantes da turnê da peça foram presos a mando de César Lobão, representante da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais

⁴ Jornalista e poeta brasileiro.

(SBAT) em Sergipe, e, ao mesmo tempo, funcionário do SNI (SEQUEIRA, 1994, p. 110). Segundo reportagem de capa do jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro,

[o] secretário de segurança de Sergipe, general Graciliano Nascimento, prendeu os artistas integrantes do Teatro de Arena da Ilha do Governador, que lá estiveram apresentando a peça *Joana em Flor*, de Reynaldo Jardim, sob alegação de que “esse negocio de poesia é subversivo” (GENERAL..., 1966).

Os artistas foram interpelados pela policia “[...] que tinha ordens para acabar com esse negócio de teatro de um tal Reynaldo Jardim, autor das poesias que eram apresentadas [...]” (GENERAL..., 1966). Os integrantes do grupo ficaram presos por 5 dias, foram vítimas de humilhações físicas e psicológicas (SEQUEIRA, 2004, p. 110). Esse episódio, por conta das declarações do secretário de segurança de Sergipe sobre o teatro e a poesia, acabou sendo registrado no livro *Festival de besteira que assola o país*, de Stanislaw Ponte Preta, pseudônimo do Jornalista Sergio Porto. Abaixo se lê um relato que consta no livro:

Um grupo de teatro amador da Guanabara ia a Sergipe para encenar *Joana em flor*, de autoria do coleguinha Reynaldo Jardim, e o General Graciliano não sei das quantas, secretário da Segurança, mandou chamar a rapaziada, mantendo o elenco preso por varias horas, proibindo a peça, emitindo opiniões sobre teatro, citando autores, entre os quais J. G. de Araújo Jorge, não antes de ser soprado pelo ordenança, e disse que todo mundo era subversivo. Depois fez uma declaração digna de um troféu: “Em Sergipe quem entende de teatro é a policia”(PONTE PRETA, 1966, p.26).

Após os dias em que ficaram presos, Bemvindo Sequeira e o grupo teatral da Ilha do Governador voltaram para o Rio de Janeiro. Algum tempo depois, o grupo foi desfeito e Bemvindo Sequeira continuou atuando como ator no Rio de Janeiro. Com a repercussão da prisão do grupo na imprensa, que nesse tempo ainda gozava de certa liberdade, ele acaba perdendo muitos trabalhos. Não era muito fácil a vida daqueles que eram encarados como subversivos pelo governo. Destaca-se que, naquele momento, a situação para aqueles que desafiavam o governo autoritário constituído começava a se complicar; a perseguição pelos órgãos de repressão foi-se endurecendo.

Nas eleições indiretas para presidente em outubro 1966, Costa e Silva foi eleito presidente. Candidato único, ele obteve 295 votos dos 472 deputados e senadores presentes no Congresso Nacional (COUTO, 2010, p. 79). Como o AI-2 voltou a

permitir a cassação de direitos políticos e mandatos, em outubro, após cassações de alguns deputados, houve uma séria crise entre Governo e o Congresso, o que culminou com invasão militar do Congresso e a decretação do recesso parlamentar (autorizado pelo AI-2). Mesmo com o Congresso fechado por conta da decretação do recesso, em novembro de 1966, ocorreram as eleições legislativas no país, onde a Arena saiu vitoriosa obtendo 63,9% dos votos válidos (FAUSTO,1995).

Importante registrar um fato relevante que ocorreram entre as lideranças civis do Brasil nesse momento pós-decretação de recesso do Congresso e eleições parlamentares.

Ainda em novembro de 1966, os líderes políticos Carlos Lacerda – inicialmente simpatizante do Regime Militar ex-governador da Guanabara – e o seu antigo adversário Juscelino Kubitschek, ex-presidente da República e senador cassado, superam divergências políticas e lançam a Frente Ampla, movimento civil suprapartidário pela democracia. Também o ex-presidente João Goulart, exilado no Uruguai, adere. Eles afirmam o pacto de Montevideú, com o objetivo principal de unificar a oposição civil ao regime autoritário (COUTO,2010, p.80).

Apesar dessa movimentação das lideranças civis, inclusive com a adesão de Carlos Lacerda que era um dos apoiadores do golpe, o regime vinha de uma vitória nas eleições parlamentares. Uma vitória construída não só com o fortalecimento econômico do país trazido pelo governo militar, mas também conquistada através da força, haja vista a “cassação dos direitos políticos de mais de 2.000 brasileiros” (COUTO, 2010, p.82), forte repressão e perseguição de opositores. Assim, em dezembro de 1966, Castelo Branco edita o Ato Institucional nº 4 (AI-4) (BRASIL, 7 dez.1966), o último ato institucional do seu governo, que tinha como objetivo principal reconvocar o Congresso, que estava em recesso forçado, com a tarefa de aprovar uma nova Constituição.

O governo encaminhou uma proposta de constituição elaborada pelo jurista Carlos Medeiros e Silva. Essa proposta foi tida pelo Congresso como muito autoritária, então o Congresso, com a conivência do presidente Castelo Branco, que temia deixar tanto poder nas mãos de Costa e Silva, elaborou outro texto em surpreendentes 44 dias, entre 12 de dezembro de 1966 e 24 de janeiro de 1967. COUTO (2010) destaca a exclusão da carta constitucional do poder de cassar mandatos e direitos políticos, que, segundo ele, o presidente Castelo “não quer deixar para o sucessor essas prerrogativas

excepcionalmente duras” (COUTO, 2010, p.81). Infelizmente essas medidas não seriam suficientes para aplacar a dureza dos anos seguintes.

Costa e Silva assume a presidência do Brasil para um mandato de quatro anos juntamente com o seu vice, Pedro Aleixo, mineiro ligado à UDN, em março de 1967. Costa e Silva foi Ministro da Guerra de Humberto Castelo Branco, mas politicamente dentro das forças armadas fazia parte de outro grupo. Não tinha ligações com a Escola Superior de Guerra, de onde fazia parte o grupo ligado a Castelo Branco. Para Couto (2010, p. 85), com “[...] Costa e Silva, a linha dura finalmente toma as rédeas do poder político [...]”. Esses grupos estavam descontentes com Castelo Branco, queriam um maior rigor no trato com a oposição, sobretudo os comunistas, e defendiam a permanência dos militares no poder.

Os ministros da pasta econômica de Costa e Silva souberam aproveitar o legado econômico do governo de Castelo Branco, que em “[...] seu governo criara as bases internas para o relançamento do crescimento econômico [...]” (COUTO, 2010, p.86). A partir de uma política desenvolvimentista implementada no governo de Costa e Silva e pelo seu futuro sucessor, nasce no país um período conhecido como *milagre brasileiro*, que durou de 1968 a 1972, em que as taxas de crescimento do país beiravam a média de 15% anuais.

O ano de 1968 foi emblemático não apenas no Brasil. Em todo o mundo ocidental foi um ano marcado por mobilizações e protestos, sobretudo da juventude, que foi às ruas em vários países na luta por mudanças. Nos Estados Unidos, milhares de jovens foram às ruas protestar contra a guerra do Vietnã e o fim do alistamento obrigatório. Na França, ocorreu o *maio de 68*, movimento iniciado por milhares de jovens que foram às ruas para protestar por melhorias na educação, e que, aos poucos foi aumentando. Segundo Couto (2010, p.89), “[...] acab[ou] se transformando em ameaça à própria estabilidade do governo do General De Gaulle [...]”. Esses movimentos se espalham rapidamente pelo mundo, contaminando os jovens na busca por mudanças na sociedade.

Esse clima de mudança e transformação chegou também no Brasil. Os protestos de rua e as movimentações oposicionistas começam a se espalhar e ganhar força. Na mesma medida a repressão ficava mais truculenta, em 1968 ocorreram mais de dez mortes nos protestos de rua (COUTO, 2010, p.90), bem como várias pessoas foram assassinadas dentro dos órgãos de repressão do Estado por efeito de torturas. É importante registrar que alguns atos terroristas de extrema direita ocorreram no Brasil

nesse período. A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 (BRASIL, 18 nov.2011) e instituída em 16 de maio de 2012, para apuração desses casos, que foram silenciados na história do Brasil.

O clima entre governo e oposição era de guerra. Em meio aos protestos de rua, em 28 de março de 1968, morreu baleado pela polícia o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto. A morte do estudante gerou um clima de comoção muito grande no país. Esse fato desencadeou o clima de guerra, fazendo eclodir em todo Brasil inúmeros protestos, o caso ganha a imprensa, que nesse momento ainda não era totalmente censurada. Em abril de 1968, ocorreu também a primeira greve de operários pós-golpe de 1964, na cidade de Contagem em Minas Gerais, paralisando várias fábricas e mobilizando cerca de vinte mil trabalhadores.

A violenta repressão por parte dos militares contra os manifestantes fez com que os movimentos estudantis, a Igreja Católica e outros movimentos sociais, organizassem em 26 de junho uma grande passeata no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como passeata dos 100 mil. Foi a maior mobilização popular em número de pessoas durante o Regime Militar. Ocorre ainda uma série de protestos e atentados, a ditadura responde com mais violência e repressão. O governo proíbe as passeatas e ameaça declarar estado de sítio.

Num contexto de mobilização e mudança, as artes ganharam um papel de destaque. Fausto (1995, p. 477) considera que esse clima no Brasil “[...] teve efeitos visíveis no plano da cultura em geral e da arte, especialmente da música popular [...]”. O ano de 1968, foi um período de grande agitação cultural, a arte brasileira vivia um período de efervescência, marcado pela criatividade, ousadia e, além disso, existia uma crença na transformação popular, de revolucionar não apenas a arte como também a sociedade (WANDERLEY, 2005). A arte atua como um dos elementos agregadores das mobilizações estudantis, os jovens viviam num país sob forte repressão, a música, o teatro, dentre outras formas de manifestações artísticas, eram ferramentas que possibilitavam a esses jovens um meio de manifestação, de colocar sua imaginação nas ruas, praças, universidades e teatros.

Em paralelo a toda essa movimentação nas ruas das grandes cidades, com inúmeros atos e reivindicações, começam a surgir no país organizações de esquerda dispostas a pegar em armas. Para Couto (2010, p.92), esses grupos atuavam sob duas motivações “seja pelo objetivo de tomar o poder, seja pela crença de que só por intermédio dela o Regime Militar cairá”. Esses grupos, certamente, foram influenciados

pelas várias lutas armadas que eclodiram no mundo nos anos 1960, a exemplo da revolução cubana. Dentre as organizações que partiram para guerrilha urbana e rural no Brasil neste período, destacam-se: a Ação Libertadora Nacional (ALN) liderada por Carlos Marighela, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) da qual fazia parte Carlos Lamarca, o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8) e o PC do B que enveredou pela guerrilha rural.

Nesse momento, quando os ventos da luta armada percorriam o imaginário da juventude brasileira que sonhava com a revolução, Bemvindo Sequeira também flerta com a luta armada. Como o PCB não comungava com os ideais dos outros movimentos de esquerda que defendiam a luta armada, em 1968, Bemvindo Sequeira e outros militantes romperam com o “partidão” para entrar na luta armada. Participou de conversas com o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Partido Operário Comunista (POC) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), mas acaba desistindo da opção pela luta armada. Retornando mais tarde ao PCB, já na Bahia, onde funda o Comitê de Cultura do partido (SILVA, 2012).

Em meio a esse clima de violência da repressão aos movimentos oposicionistas, houve um evento marcado simbolicamente como estopim do ato institucional mais duro imposto pela ditadura. Após um ato truculento por parte da repressão ocorrido na UNB, o jovem deputado Marcio Moreira Alves, deputado pelo MDB, fez um discurso duro contra os excessos dos militares, fato que mexeu com a cúpula militar.

Tal discurso foi reproduzido e distribuído pelos militares. Não fosse esse alarde feito pelo militares, o episódio, segundo Couto (2010, p.94), “seria um fato isolado e desimportante”, mas, com sua divulgação, ganhou uma grande repercussão dentro dos quartéis. Os militares exigiram a punição do deputado ao presidente Costa e Silva, o assunto foi encaminhado pelos ministros militares ao STF que, por sua vez, encaminhou o caso para o Congresso, uma vez que o Marcio Moreira Alves era deputado e tinha imunidade parlamentar, de modo que, para ser processado, precisava de autorização do Congresso, que negou a licença para que o deputado fosse processado (COUTO, 2010, p. 94). Abriu-se uma crise séria no país, o presidente Costa e Silva convocou o Conselho de Segurança Nacional.

No dia 13 de dezembro de 1968, o governo ditatorial fecha o Congresso e decreta o Ato Institucional nº 5 (BRASIL, 13 set. 1968), mais conhecido como AI-5, um dos mais autoritários instrumentos expedidos pelo Regime Militar, e que, ao

contrário dos anteriores, não tinha um prazo determinado para vigência. Para Fausto (1995, p. 480), “o AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou, se quiserem, de uma contra-revolução dentro da contra-revolução”. Parafraseando Fausto, seria mais adequado dizer que o AI-5 foi o instrumento de um golpe dentro do golpe.

Couto (2010, p.96) faz a seguinte análise deste momento de tensão:

[...] A linha dura e os órgãos de repressão ganham mais espaço e poder. Os direitos e garantias individuais são esmagados. Assim, por exemplo, não há mais como realizar protestos contra o governo dentro da legalidade. Até o Congresso é condenado ao regime de medo, da delação da afiada espada do AI-5 no peito; a censura à imprensa alcança o ápice; a repressão espalha-se, inclusive pelo sistema educacional. Muitos opositores do Regime Militar, sobretudo jovens, não vê outra saída para atuarem que não clandestinidade e a luta armada.

Nesse ambiente de grande repressão e perseguição política após o AI-5, abriu-se uma nova temporada de cassações de mandatos e direitos políticos, prisões, tortura e enfrentamento. Em dezembro de 1968, os militares cassaram os direitos políticos de Carlos Lacerda, juntamente com os ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek. O próprio Kubitschek foi preso pelo militares. Outras ações truculentas, como a invasão de redações de jornais, prisão de estudantes e artistas, confrontos com artistas, dentre outras cenas de violência que eclodiram no país nos meses que seguiram ao AI-5, também marcaram a sociedade naquela época. A repressão violenta gerou uma reação igualmente violenta dos movimentos que faziam oposição ao governo, sobretudo da chamada guerrilha urbana, organizações da esquerda que faziam a luta armada nos grandes centros.

Em 27 de agosto, Costa e Silva sofre um derrame cerebral que o fez se afastar da presidência em 31 de agosto de 1969. Com o afastamento de Costa e Silva da Presidência, o seu substituto natural seria o vice-presidente Pedro Aleixo. Porém, as circunstâncias não permitiram que os militares aceitassem que Pedro Aleixo assumisse a presidência. Na reunião que decidiu pela imposição do AI-5, ele foi voto contrário. Os militares, principalmente os ligados à “linha dura”, receavam pela continuidade do ato institucional, caso o vice assumisse. Para resolver essa situação, como traz Couto (2010, p.102-103), “[...] quem assume temporariamente o poder é uma Junta Militar nomeada pelo AI-12 [...]”. Com a posse dessa junta, o clima de endurecimento do regime ficou mais latente.

Foi nesse período que as ações dos grupos de esquerdas que optaram pela luta armada também se intensificaram. A Junta Militar não deixou sem resposta os atos praticados pelos grupos de esquerda, editaram os Atos Institucionais 13 (BRASIL, 5 set. 1969) e 14 (BRASIL, 5 set. 1969). O primeiro, AI-13 autorizou o poder Executivo a banir do território nacional o brasileiro que se tornasse inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional. O segundo Ato Institucional, o AI-14, o emendou a constituição de 1967, para autorizar a pena de morte e a prisão perpétua para os atos considerados subversivos. Sobre a pena de morte, comenta Fausto (1995, p.481): “[...] A pena de morte nunca foi aplicada formalmente, preferindo-se a ela as execuções sumárias ou no correr de torturas, apresentadas como resultantes de choques entre subversivos e forças da ordem ou como desaparecimento misteriosos [...]”.

Em 14 de outubro de 1969, a Junta Militar editou o Ato Institucional nº 16, declarando vagos os cargos de Presidente e Vice-presidente da República, e marcou as eleições para o dia 25 de outubro. Essa mesma junta fez alterações no projeto de Constituição elaborado por Costa e Silva, inclusive incluindo elementos do AI-5. Em 17 de outubro, a Constituição foi outorgada, entrando em vigor no dia 30 de outubro. Em 22 de outubro a Junta Militar reabriu o Congresso Nacional através do Ato Complementar nº 17. Em 25 de outubro, Emílio Garrastazu Médici, candidato único, é eleito presidente do Brasil, através de eleições indiretas, pelo Congresso Nacional.

Médici começou seu mandato em 30 de outubro de 1969. Quando Costa e Silva assumiu a presidência, nomeou Médici para o aparelho de informações do Regime Militar, o SNI. Como ocorrido com os presidentes anteriores, Médici entregou o comando da política econômica para civis, chamados de tecnocratas. Sobre essa aliança entre tecnocratas e militares, Skidmore (2004, p.220) comenta, “[...] Cada um tinha suas próprias razões para desejar um regime autoritário e ambos se precisavam mutuamente [...]”.

Em seu discurso de posse, o presidente Médici tangencia com a liberdade e a democracia, todavia o desenrolar do seu governo mostrou que suas ações não condiziam com o seu discurso inaugural. Médici foi protagonista de um dos governos mais duros e autoritários do Regime Militar. O bom desempenho da economia aliado ao forte apelo da propaganda oficial garantiu a Médici um grau de popularidade que permitiu o seu endurecimento na repressão aos grupos de oposição, principalmente as organizações de esquerda.

Era um momento em que a televisão começava a ter uma inserção muito grande nos domicílios brasileiros. Com o *boom* da economia e o dinheiro circulando no mercado brasileiro, o crediário facilitou a aquisição de aparelhos televisores. O número de lares que possuía televisores na década de 1960 representava 9,5%; na década de 1970, passou a ser de 40% (FAUSTO, 1995, p.484). Com o crescimento da televisão, o governo passou a investir pesado em propaganda, creditando ao governo o bom momento da economia e criando as frases de efeito, para gerar um clima de satisfação e otimismo na sociedade e anular a repercussão das ações repressivas do governo ditatorial.

Sobre esse momento, reforça Couto (2010, p.111):

Os movimentos sindical e estudantil estão enfraquecidos, contidos pela repressão, emudecidos pela censura e ofuscados pela euforia econômica. Praticamente não há passeatas, comícios, agitações de rua nem greves. As forças de segurança, militares e policiais, com ampla liberdade de ação e, muitas vezes, com exageros típicos da arbitrariedade ditatorial, como prisões descabidas, torturas, sequestros e mortes, combatem e vencem a esquerda armada. A luta é desigual, pela desproporção das forças.

Mesmo com esse enfraquecimento dos movimentos de oposição a repressão continuava dura também entre os artistas, cujas armas eram as suas ideias, a perseguição era uma realidade. Sem espaço para exercer sua profissão no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, onde os aparelhos de informação do governo já o tinham sob vigilância, Bemvindo Sequeira, durante a turnê pelo Brasil da peça *O Assalto*, de José Vicente, “refugiou-se” na Bahia (SEQUEIRA, 2004, p.111). Com a repressão funcionando a todo vapor, notícias de torturas e mortes de pessoas ligadas à esquerda era comum, a vinda para Bahia foi uma forma que encontrou para se proteger da crueldade da repressão.

2.2 DA MILITÂNCIA AO TEATRO: BEMVINDO SEQUEIRA ATOR E AUTOR

Bemvindo Sequeira conheceu o Teatro por sua paixão pela política. Em entrevista a Simon Khoury (2012, p.202), ele reconhece que nos seus primeiros anos de Teatro, encarava dessa maneira o trabalho como ator:

[...] era diferente, interessante, só que eu não queria ser ator, meu negócio era a política. Achava gostoso ser aplaudido, no entanto, o que me excitava mesmo era fazer discursos para o povo e ser comandante de uma milícia revolucionária [...]

Em depoimento a Raimundo Matos de Leão (2009, p.151), Bemvindo Sequeira, além de reafirmar que na Bahia a repressão era menor, apresentava mais um motivo pela sua escolha da Bahia como seu destino:

[...] ter conhecido João Augusto e suas sedutoras propostas, uma delas a de descentralização do fazer teatral. Romper com o eixo Rio-São Paulo uma tentativa de abrir novos mercados que não ficassem atrelados ao Sistema conhecido. Qual seja: fazer da Bahia um Pólo Teatral também, e que não obedecesse aos parâmetros de Rio-São Paulo. [...]. E mais uma coisa: a repressão era menor que no Rio e São Paulo [...].

Em entrevista à pesquisadora Denise Pereira Silva (2012), Bemvindo Sequeira reforça ainda mais a importância de João Augusto na sua fixação em Salvador e sua afinidade ideológica com o mesmo. João Augusto convidou Bemvindo Sequeira para atuar junto aos projetos do Teatro Vila Velha. Bemvindo Sequeira, mesmo buscando uma maior segurança ao aportar na Bahia, não deixou para trás seus ideais de luta e resistência à ditadura militar, tampouco sua ligação com os postulados de Marx, como se pode ver no trecho da entrevista:

Quando chego em Salvador conheço João Augusto[...] com um pensamento marxista e com um teatro popular e revolucionário. Ele me propõe a ficar na Bahia trabalhando com ele [...] a proposta era de resistência à ditadura. Havia uma clandestinidade eu começo a conhecer os comunistas baianos (SILVA, 2012, p.88).

Assim, sua chegada à Bahia e o encontro com João Augusto proporcionaram-lhe uma entrega maior a arte e ao teatro. Isso não significa um afastamento da sua militância, pelo menos não em sua temporada na Bahia. Enquanto permaneceu em Salvador, Bemvindo Sequeira participou ativamente de vários movimentos relacionados à esquerda. Em depoimento⁵, ele afirma:

⁵ Bemvindo Sequeira, em entrevista à *Equipetextos teatrais censurados*(ETTC), no dia 29 de agosto de 2007.

[...] eu era envolvido nas lutas políticas da época, envolvido em todas as lutas de vanguarda: desde a criação do GGB [Grupo Gay da Bahia], do dia internacional do orgulho gay, até o Trabalho Conjunto, até o PC do B, até a fundação da UNE, ali no Clube Cruz Vermelha, a fundação dos DCEs, do Congresso da UNE [...] (SEQUEIRA, 2007)

Bemvindo Sequeira chega a Salvador se junta a João Augusto, ao Teatro Livre da Bahia e ao Vila Velha, para construir uma carreira teatral e passa a viver do teatro. Para entender o Teatro que era feito na Bahia naquele momento, é importante aqui fazer um recorte do contexto teatral na Bahia no início dos anos 1970, muito influenciado pelos anos anteriores, sobretudo pós-implantação das escolas de arte em 1950 pelo Reitor da Universidade Federal da Bahia, o professor Edgar Santos, que causa uma verdadeira revolução cultural na Bahia. Sobre o momento disserta Matos de Leão (2006, p. 107):

Na época a cidade assiste à implantação de um programa educativo cultural sob a égide do reitor Edgar Santos, aquele homem que na província tem olhos para o mundo e marca com sua ação a identidade da Universidade, ao criar as escolas de Arte, Música, Teatro e Dança, tão decisivas para a formação de uma geração que nela encontra espaço para pensar e fazer as manifestações artísticas acontecerem num plano em que singularidade e pluralidade se somam na afirmação dessa identidade.

Para dirigir e atuar nessas escolas o reitor Edgar Santos foi buscar nomes de destaque em todo Brasil. Em 1956, para dirigir a Escola de Teatro da UFBA foi escolhido Eros Martins Gonçalves, conhecido no mundo artístico como Martim Gonçalves, pernambucano que havia estudado na Inglaterra e naquele momento atuava profissionalmente no Rio de Janeiro. Martins Gonçalves, apesar de muito criticado pelo seu autoritarismo e pela falta de linha ideológica (crítica esta que vinha tanto da esquerda como da direita) realizou um importante trabalho na fundação e formação da Escola de Teatro. Formou muitos atores e técnicos teatrais, que transformaram a cena do Teatro na Bahia, inclusive exportando atores e técnicos para outros estados do Brasil (FRANCO, 1994; LEO, 2006).

Como o teatro na Bahia no momento da criação da Escola de Teatro, em 1956, era feito de maneira majoritariamente amadora, e os atores e diretores que aqui atuavam eram formados de maneira autodidata, Martim Gonçalves, chegando a Bahia pra montar a Escola, trouxe profissionais de fora do estado, dentre eles João Augusto Sérgio de

Azevedo Filho, conhecido no teatro como João Augusto. Ao fixar residência na Bahia, João Augusto assumiu, na Escola de Teatro, as cátedras de História do Teatro e Formação de Ator (JESUS, 2008, p. 32), tornando-se uma das figuras de maior destaque da cena teatral baiana nos anos que se seguiram até a sua morte em 25 de novembro de 1979 (JESUS, 2008).

Confirmando essa importância de João Augusto para o teatro e, sobretudo, para o teatro baiano, está a sua numerosa produção teatral e a criação do Teatro Vila Velha, que viria a ser fundado e gerido por ele e seus parceiros, após a sua saída da Escola de Teatro. Além disso, é preciso lembrar a ligação de João Augusto a Bemvindo Sequeira, amplamente citada pelo próprio Bemvindo Sequeira, como um dos motivos da migração dele para Bahia no início dos anos 1970.

Como já dito, uma das críticas atribuídas ao diretor da Escola de Teatro, Martins Gonçalves, era o seu autoritarismo nas relações com os outros profissionais da Escola e os alunos em formação. As acusações de autoritarismo, segundo Leão (2006, p. 142) “vêm sempre à baila todas as vezes que se crítica a Escola, misturando-se os conteúdos pessoais com os ideológicos e estéticos”. Se por autoritarismo ou por divergências ideológicas ou estéticas, houve em 1959 um conflito que marcou muito a cena teatral e o fazer teatro na Bahia dos anos seguintes. Alguns alunos da Escola de Teatro, juntamente com o então professor João Augusto, decidiram romper com Martim Gonçalves e renunciaram à formatura que aconteceria naquele ano, fato noticiado na imprensa (FRANCO, 1994; LEÃO, 2006).

O grupo de alunos dissidentes era formado por Othon Bastos, Sonia Robatto, Carlos Petrovich, Carmem Bittencourt, Echio Reis, Tereza Sá, Maria Francisca, Nevolanda Amorim e Marta Overbeck (MATOS DE LEÃO, 2006, p. 166). Esses dissidentes com João Augusto formaram o Grupo dos Novos que, posteriormente, daria origem à Sociedade Teatro dos Novos. Ludmila Antunes de Jesus (2008, p.32) traz importante informação a respeito desse momento: “esclarece João Augusto, que já havia entre os alunos, o desejo de criar o Teatro dos Novos, e [que] os acontecimentos da Escola de Teatro só anteciparam a formação desse grupo”. O grupo se inquietou e rompeu com a Escola de Teatro, buscava um teatro mais nacional, que dialogava com o que estava acontecendo no eixo Rio-São Paulo, como traz Michalski (1989, p. 14) ao analisar o movimento teatral do final dos anos 50:

Surgia assim uma nova dramaturgia, que iria dominar os palcos nos anos subsequentes: uma dramaturgia, em primeiro lugar, ufanistamente nacionalista, que se empenhava em refletir um estilo de viver, falar e agir inconfundivelmente brasileiro, e em rejeitar os modelos importados do *playwriting* europeu e norte-americano. E que se debruçava sobre os problemas das faixas menos privilegiadas da sociedade – os operários, os camponeses – procurando fazer-se porta voz das suas reivindicações.

O grupo Teatro dos Novos, que acabava de surgir, tentou se estabelecer na cena teatral baiana, encenando, dentre outras peças: *O Auto do nascimento*, de Sonia Robatto; o texto infantil *O casaco encantado*, de Lucia Benedetti; e 223 por 225, de Bartolomeu Guimarães (LEÃO, 2006). Essas peças já mostravam uma aproximação do grupo à opção do texto nacional, fato que viria a ser ratificado com a defesa que João Augusto fez do teatro popular, especialmente, pela inclusão da literatura de cordel nas peças montadas pelo grupo.

No mandato do governador Juracy Magalhães, após grande batalha dos Novos pela construção de um teatro – já que Salvador, naquele momento, só contava como o Teatro Santo Antônio que pertencia à Escola de Teatro –, o governo do estado cedeu para Sociedade dos Novos (que tinha como núcleo fundador o grupo Teatro dos Novos) um terreno situado no Passeio Público, no bairro do Campo Grande, para a construção do teatro. O grupo trabalhou em várias frentes para arrecadar fundos para a construção do teatro, através de eventos, campanhas, shows, peças e contribuições do governo e da sociedade baiana.

Após anos de luta para a construção do Teatro, finalmente no ano de 1964, mesmo ano do golpe militar, o Teatro Vila Velha foi inaugurado. Sobre a inauguração e os primeiros momentos do Teatro Vila Velha, comenta Aninha Franco (1994, p.141):

Em julho de 1964, os Novos inauguraram o Vila Velha com um exposição de cenários, figurinos e programas do grupo e fotografias de Sílvio Robatto sobre a construção do prédio. Em 31 de julho, reuniram artistas, intelectuais, amigos e políticos num coquetel, onde discursou o ex-governador Juracy Magalhães, responsável pela cessão do terreno à Sociedade. Em agosto, abriram o Teatro para concertos e shows, como o Nós Por Exemplo, considerado o marco inicial das carreiras de Caetano Veloso, Maria Bethânia, Gilberto Gil, Gal Costa, Tom Zé, entre outros. A inauguração teatral do Vila Velha aconteceu com **Eles Não Usam Bleque-Tai**, depois que centenas de campanhas, promoções, bingos, livros de ouro e temporadas especiais, realizadas entre 60 e 64, levantaram dinheiro para Construção.

Na Bahia, é nesse teatro que Bemvindo Sequeira é acolhido. Chegando a Salvador em 1970, Bemvindo Sequeira trabalhou no Teatro Vila Velha até 1972, cumprindo outras atividades laborais, até esse momento não tinha voltado a exercer a carreira artística (SEQUEIRA, 2004, p. 111). Esse seu afastamento dos palcos, para ele, representou a sua salvaguarda frente aos atentados do Estado contra os seus opositores. Esses dois anos coincidiram com os dois anos mais terríveis do governo Médici e de todo ciclo militar. Muitos brasileiros acabaram morrendo em decorrência de torturas e muitos foram expulsos do país. Segundo o próprio Bemvindo Sequeira, esse período de afastamento o fez escapar do “pior e mais sanguinário período da Ditadura militar” (SEQUEIRA, 2004, p.111), conhecido como “anos de chumbo”. Entretanto, vai ser nesse mesmo local que, anos mais tarde, Bemvindo Sequeira se destacará como ator.

O início da década de 1970 realmente foi um dos mais cruéis. Os militares na tentativa de desarticular a oposição, sobretudo as organizações de esquerda que faziam a luta armada, utilizaram-se de práticas abusivas numa total falta de respeito aos direitos humanos. A tortura era usada corriqueiramente na tentativa de forçar confissões e delações por parte dos presos políticos do regime.

[...] [M]esmo depois da eliminação da guerrilha urbana, no começo de 1972, o aparelho repressivo, especialmente o DOI-CODI⁶ paulista, não interrompe sua guerra repressiva. Vai atrás do que considera seus inimigos, inclusive esquerdistas visceralmente contrários a luta armada. O clima de medo era mantido (COUTO, 2010, p. 112).

Nos anos seguintes do governo Médici, continuou o clima de medo e violência entre aqueles que se colocavam contra a ditadura e em defesa da democracia. Os aparelhos de repressão do Estado agiam contra qualquer indício de oposição ao Regime Militar. Nas eleições municipais de 1972, a Arena novamente obtém uma grande vitória sobre as oposições.

Em 1972, Bemvindo Sequeira volta a trabalhar profissionalmente nos palcos teatrais. Inicia-se aí uma carreira consagrada em palcos baianos que duraria até meados da década de 1980, com o início da abertura política e novas perspectivas de trabalho no eixo Rio/São Paulo, quando ele volta para o Rio de Janeiro. Essa volta de Bemvindo Sequeira aos palcos coincide com um momento de revitalização do Teatro Vila Velha, após uma crise causada por alguns problemas como desabamento do foyer, falta de

⁶ Destacamento de operações e informações – Centro de operações de defesa interna

reforma, tentativa do governo do estado de retirar o teatro do passeio público. No final de 1971, o Governo libera uma verba para reforma do prédio e, no início de 1972, o Teatro reabre. O Vila Velha era um espaço importante para todas as atividades culturais realizadas na Bahia, sobretudo, no que diz respeito à música popular e ao teatro. (LEÃO, 2009, p. 231).

A carreira de Bemvindo Sequeira é retomada no Teatro Livre da Bahia (TLB), com a peça *Teatro de Cordel 2* de João Augusto em 1972. Interessante situar aqui a participação do TLB na cena teatral baiana e nacional. O TLB nasceu em Salvador em 1968, uma empreitada da atriz baiana Sônia dos Humildes, estudante da Escola de Teatro à época, e do italiano radicado na Bahia Alberto d’Versa que era diretor teatral e professor da Escola de Teatro (SILVA, 2012, p. 62). Após a morte de Alberto d’Versa, João Augusto passa a colaborar com o grupo dirigindo e produzindo alguns espetáculos teatrais. Assim,

[...] com uma estética voltada para o engajamento político através da cultura popular, o TLB ao longo de sua existência priorizou peças que utilizavam cordéis, mesmo que tivesse encenado outros tipos de textos [...] o TLB também promoveu peças da dramaturgia internacional de esquerda, a exemplo da leitura dramática de *Os fuzis da Senhor Carrar* de Bertold Brecht, em 1977 e a montagem de *Mulheres de Tróia*, uma adaptação do texto de Jean-Paul Sartre, *As Troianas*, em 1978 (SILVA, 2012, p. 62).

Cordel 2 foi o primeiro trabalho de Bemvindo Sequeira como ator, morando na Bahia, e marcou sua estreia no TLB. *Cordel 2*, que tinha direção de João Augusto era uma adaptação de folhetos de cordel para encenação no palco, um retorno do diretor à temática regional de cordel, haja vista que já havia trabalhado com os folhetos anteriormente, na década de 1960, obtendo grande sucesso. Bemvindo Sequeira participou de todos os espetáculos do TLB, desde que ingressou no grupo em 1972 até o seu retorno ao Rio de Janeiro.

Enquanto Bemvindo Sequeira começa a escrever a sua história na Bahia, no Brasil após o desenrolar das eleições de 1964, começou as especulações sobre o próximo presidente a ser indicado pelos militares. Em 14 de setembro de 1964, os nomes do general Ernesto Geisel e do general Adalberto Pereira, são aprovados na convenção da Arena. Geisel era um militar ligado ao grupo de Castelo Branco, oriundos da Escola Superior de Guerra, do chamado Grupo da Sorbonne. Os oficiais ligados a esse grupo, segundo Couto (2010, p.124), tinham “[...] formação intelectual mais densa e

aprimorada, eram vistos como moderados, em oposição à linha dura, constituída essencialmente de radicais [...]”. Certamente os militares conheciam essa ligação de Geisel, e sabiam que o general encarava o Regime Militar como algo de caráter transitório. Uma perspectiva de abertura se iniciava, mas o caminho seria longo.

Nas eleições presidenciais de 1973 ocorre algo inusitado. Pela primeira vez, após o golpe de 1964, as oposições apresentam candidato ao pleito presidencial. Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho se candidatam como presidente e vice, respectivamente, pelo MDB. Mesmo sabendo que as possibilidades de vitória eram inexistentes, os dois viajaram por todo país em campanha para fazer um contraponto ao governo militar. Em passagem extraída do livro de Couto (2010, p.135), “[...] como dizia Ulysses: ‘Não é o candidato que vai percorrer o país. É o anticandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição’ [...]”. Na verdade a candidatura de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho foi uma forma de protesto contra a farsa que eram as eleições no país. Essa “anticandidatura” foi de grande importância para o processo de abertura que se iniciaria no país.

Em 15 de janeiro de 1973, o Congresso se reúne para eleição do novo presidente do Brasil, elegendo o militar Ernesto Geisel como já esperado. Encerra-se dessa maneira o governo de Médici. De um lado, com uma forte aprovação popular em virtude do crescimento econômico e do pleno emprego; de outro lado, um mandato marcado pelo controle excessivo das mídias e da informação, através do cerceamento da liberdade de imprensa, do fechamento de jornais e revistas e tortura a jornalistas, forte censura às artes com perseguição de artistas e proibição de peças, músicas, shows e corte de textos artísticos, sem falar do aniquilamento da oposição, através de medidas violentas para silenciar as vozes destoantes.

O general Ernesto Geisel assumiu a presidência do país em março de 1974. Geisel tinha como objetivo dar início ao processo de abertura, que o próprio definiu como um processo lento, gradual e seguro (FAUSTO, 1995, p.489). Em meio às pressões da linha dura, que defendia a permanência dos militares no poder e da oposição que queria que a abertura se iniciasse logo, o presidente pretendia controlar esse processo para que ele fosse o mais lento possível. Para Fausto (1995, p.490), mesmo sob o controle de Geisel, “[...] a abertura foi lenta, gradual e insegura, pois a linha dura se manteve como uma contínua ameaça de retrocesso até o fim do governo Figueiredo [...]”.

As movimentações para abertura começavam a chegar à caserna. Não foi mero acaso a escolha do General Ernesto Geisel para assumir a presidência nesse momento. A oposição começava a dar sinais de forças e ganhar espaço, o que ficou comprovado mais adiante com os resultados das eleições de 1974. Por outro lado, sob o domínio da “linha dura”, os órgãos de repressão estavam ganhando força, criando um verdadeiro poder paralelo, o que colocava em risco a hierarquia militar. Dessa forma, “[...] as funções e os princípios básicos das Forças Armadas eram assim distorcidos, trazendo riscos à integridade da corporação militar [...]” (FAUSTO, 1995, 490). Era preciso reestabelecer a ordem nos quartéis.

Importante trazer aqui o perfil de Ernesto Geisel traçado por Couto (2010, p. 135):

Paradoxalmente, é o mais autoritário, marcial, formal e reservado dos cinco presidentes do ciclo militar que comanda a desmontagem do regime ditatorial. Ernesto Geisel governa com a abertura em uma das mãos e o AI-5 na outra. A flor e o chicote. Dos cinco presidentes militares, é certamente o de maior preparo técnico e experiência administrativa [...] Desde tenente, participou ou acompanhou de perto todas as crises político-militares. Exerceu muitos cargos públicos [...] Talvez o traço mais marcante de sua vida profissional seja o respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia. Tinha horror a anarquia.

Diferente de Médici que dividiu a administração do governo com três super ministros, responsáveis pelas questões políticas, militares e econômicas, Geisel, coerentemente com o seu perfil descrito acima, centralizou sua administração participando de todas as decisões. Nomeou para seu ministério pessoas com perfil técnico, destacando-se, entre seus ministros, a figura do general Golbery do Couto e Silva, que estava na reserva atuando na iniciativa privada, indicado para o gabinete civil, responsável, juntamente com o Presidente, pela formulação e execução do plano da abertura política.

O caminho para abertura não ia ser fácil. A volta da democracia e a perda do poder pelos militares mexiam com muitos interesses e não seria fácil demover a linha dura dos seus objetivos de permanência no poder. Os passos teriam de ser calculados, a repressão ainda atuava à revelia da hierarquia no combate aos movimentos de oposição. Mesmo com a desarticulação das guerrilhas urbanas, que foram aniquiladas pela força da repressão, as notícias de violência contra pessoas ligadas à esquerda ou a inocentes que eram confundidos com militantes ainda eram constantes, fatos que demonstravam

que o aparelho de segurança que estava nas mãos da linha dura ainda estava em pleno funcionamento.

Assim, Couto (2010) explica o que seria o processo de abertura chamado por Geisel de “distensão lenta, gradual e segura”.

Para ele, a revolução [termo utilizado pelos apoiadores do golpe] já não se justificava, cabendo equacionar como e quando iria desaparecer, com os militares voltando aos quartéis. Em seguida, destaca a desativação da luta armada como condição da abertura. Explica a lentidão do processo, principalmente pelos problemas que mudanças abruptas acarretariam, principalmente junto a linha dura. Gradual, para ele, tem também o sentido de progressiva. E, finalmente, a idéia de distensão “segura”, conforme se nota, relaciona-se à reconhecida prudência de Geisel, empenhado em garantir a governabilidade e em prevenir retrocessos político (COUTO, 2010, p.145).

A posse de Geisel com seus pequenos sinais de abertura, revigorou de certa forma as movimentações da oposição. A anticandidatura do MDB nas eleições que elegeram Geisel plantou sementes para uma movimentação mais consistente da população e dos movimentos sociais na luta pela democracia. O MDB que concentrava os setores de oposição institucional começou a se reorganizar, já que os ventos da abertura permitia um maior espaço de mobilização.

Essa movimentação de Geisel, na alternância de pequenos avanços rumo à democracia e ao uso da força (inclusive o AI-5) para manter o controle sobre o processo de abertura tem uma participação fundamental do seu chefe da Casa Civil, o general Golbery. As propostas golberianas de abertura, descritas por Couto (2010, p.156), “deveriam ser pares de ações políticas que evidenciassem estar o poder central agindo com independência em relação à oposição política e à linha dura militar”. Assim, não despertava a ira dos militares da linha dura, que poderiam fazer um golpe dentro do golpe na retomada de poder dos militares mais radicais e, além disso, mantinham-se na linha da distensão lenta, gradual e segura reivindicada pelos moderados sob a liderança de Geisel.

Em agosto de 1974, ocorreram as eleições indiretas para escolha dos governadores dos estados. Como a Arena, partido de sustentação do governo militar, detinha a maioria dos deputados nas assembleias legislativas estaduais, o presidente Ernesto Geisel conseguiu eleger para os governos dos estados pessoas de sua confiança, o que seria de grande importância para garantia da sua política de abertura. Em Minas

Gerais, ele conseguiu eleger Aureliano Chaves, que mais na frente seria indicado por ele para ser vice de Figueiredo. No Rio de Janeiro, conseguiu eleger Faria Lima, que era seu amigo (COUTO, 2010, 160). Dessa maneira, Ernesto Geisel cerca-se de aliados nos estados.

Nas eleições parlamentares de novembro de 1974, dando continuidade ao seu processo de abertura, o governo permitiu que as eleições ocorressem “num clima de relativa liberdade, com acesso dos candidatos ao rádio e à televisão” (FAUSTO, 1995, p.490). O MDB soube aproveitar bem o espaço dado, através da propaganda política, sobretudo na TV, foi possível denunciar à população a violência da repressão e a situação econômica do país. Embora estivesse com bons índices de crescimento do PIB, as políticas econômicas do Governo geravam uma forte desigualdade social. Os resultados das eleições surpreenderam o governo com o forte crescimento do MDB. O crescimento do NÃO ao governo, representado pela grande votação do MDB, demonstra que o clima de insatisfação da população estava ganhando o país e que o processo de abertura estava se iniciando.

No início de 1975, o governo caminhou para uma maior liberdade da imprensa. Esse caminho não foi feito por nenhuma inovação legislativa, nenhum ato formal. Segundo Couto (2010), essa liberdade ocorreria através de orientações e ordens aos operadores da censura. Em janeiro de 1975, houve fim da censura prévia ao jornal Estado de São Paulo (COUTO,2010,p170). Esse ato foi o marco inicial do fim da censura à imprensa. Posteriormente, o fim da censura prévia foi chegando a outros veículos de comunicação. Com a imprensa um pouco mais livre, as notícias sobre os excessos dos militares e notícias negativas sobre o governo em alguma medida ganharam repercussão. Desse modo, a linha dura que já perdia espaço dentro das forças armadas com a ascensão dos moderados, corria o risco de ter os seus atos extremos circulando pela mídia.

Em outubro de 1975 começa uma temporada de prisões e perseguições a pessoas supostamente ligadas ao PC do B. Em meio a esses episódios de repressão, ocorreu um caso que mudou o tratamento dado à violência e à tortura no Regime Militar. No dia 25 de outubro de 1975, aparece morto em uma cela do DOI-CODI, Vladimir Herzog, jornalista da TV Cultura de São Paulo (COUTO, 2010, p. 178). Acusado de estar ligado ao PC do B, Herzog é convocado a comparecer ao DOI-CODI para prestar esclarecimentos. Após ser submetido a interrogatório e tortura psicológica e física, ele não resistiu e acabou morrendo. A repressão noticiou oficialmente o caso como

suicídio, mas os indícios não deixaram dúvida de que não se tratava de suicídio, e, sim, de morte em decorrência da tortura.

A morte de Herzog causa uma grande repercussão no país. Estudantes, jornalistas e a OAB fazem protesto pedindo justiça e punição dos culpados. A liberdade de imprensa, mesmo ainda incipiente, favoreceu a circulação da notícia pelo Brasil e as mobilizações em torno do episódio colocavam sob pressão o governo militar. O governo ordena a abertura de inquérito militar para apurar a morte do jornalista, concluindo que Herzog tinha cometido suicídio (COUTO, 2010). Mesmo com a pressão pela punição dos culpados e os fortes indícios de morte por motivo de tortura, prevaleceu a posição da repressão e restou a sensação de impunidade, principalmente dentro do aparelho repressivo que continuou a praticar tortura.

Em meio ao processo de abertura lenta e gradual iniciado por Geisel, que nesse momento sofria um enorme abalo devido à morte de Herzog, na Bahia, o TLB vivia um momento de grande destaque internacional, participando, inclusive, de vários festivais internacionais, viabilizados, sobretudo, por meios alternativos de arrecadação como leilões, bailes e shows realizados no Teatro Vila Velha para arrecadação de fundos. O momento de principal destaque do TLB no cenário internacional foi a participação no X Festival Mundial de Teatro, realizado na cidade de Nancy, na França. João Augusto e o TLB levam à França o espetáculo Cordel III, encenado por Bemvindo Sequeira e outros atores do grupo baiano.

O TLB era o único representante brasileiro, o que demonstra o entusiasmo dos organizadores com o espetáculo popular baiano. João Augusto relata em sua coluna que pela primeira vez não é um grupo do sudeste que representava o país em um festival de grande porte. Além disso, fica clara a afinidade dos *festivalliers* para com a cultura popular levada pelo TLB (SILVA, 2012, p.69).

Como no Brasil os cortes censórios limitavam a liberdade de crítica do teatro ao sistema, nas viagens internacionais do TLB, o grupo aproveitava para inserir elementos de crítica ao regime que estava imposto no Brasil, como confirma Bemvindo Sequeira em entrevista a Ludmila Antunes de Jesus (2008, p.23):

O Teatro Livre estava inserido numa luta muito maior que a luta contra a Censura, era comprometido com partidos clandestinos, com movimentos sociais, com o socialismo e a luta armada até mesmo, como no caso do Araguaia, onde o grupo serviu de disfarce para levar

à Europa denúncias da Guerrilha do Araguaia e do massacre etc. (BEMVINDO SEQUEIRA, 2007⁷)

Em janeiro de 1976, morreu mais uma vítima da repressão dentro do DOI-CODI de São Paulo, o operário Manuel Fiel Filho, ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos, suspeito de pertencer ao PC (COUTO, 2010, p.180). Mais uma vez uma morte sob circunstâncias suspeitas e a vítima é tratada como culpada de sua morte. Dessa vez, o presidente Geisel age. Exonera o general Ednardo D'Ávila Mello comandante do II Exército ao qual estava subordinado o DOI-CODI de São Paulo. Uma demonstração de que Geisel tomou uma atitude em relação os excessos da repressão e um recado para os militares da linha dura.

Esse episódio foi marcante no processo de abertura. Em um só ato, o presidente Geisel deu uma clara demonstração de que os excessos da repressão não seriam mais tratados como antes. Após esse episódio as notícias sobre violência dentro das forças armadas foram se escasseando. A linha dura e a direita militar agiriam de outras formas, vão surgir no país alguns atentados de direita contra pessoas e instituições como forma de intimidação da abertura, do governo de Geisel e dos poucos militantes da esquerda que ainda não tinham sido presos ou expulsos do país. Exemplos desses atentados são as explosões de bombas, em 1976, nas sedes da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) (FICO, 2004).

A derrota para oposição nas eleições legislativas de 1974 não foi esquecida pelos militares. Para manter o controle sobre o processo de abertura era necessário garantir o domínio da Arena nas eleições. Como o uso da mídia foi um dos trunfos do MDB nas eleições de 1974, e a economia já não vivia o milagre econômico de outrora, era preciso uma estratégia para lograr êxito nas próximas eleições. Em julho de 1976, o governo fez aprovar a Lei nº 6.339 que disciplinou o uso do rádio e da televisão nas campanhas eleitorais, de modo a restringir a utilização do tempo de propaganda para debates e propostas, tornando o seu uso meramente para informar o nome e os números dos candidatos. A lei também trouxe outras restrições à campanha eleitoral, como a fixação de cartazes em locais públicos.

Mesmo com a Lei Falcão e a vitória da Arena nas eleições municipais de 1976, o crescimento da oposição era significativo, principalmente nas capitais e grandes cidades. Essa situação acendeu o sinal de alerta do governo militar, era preciso garantir

⁷ Entrevista concedida a Ludmila Antunes de Jesus, por e-mail no dia 16 de março de 2007.

nas eleições de 1978, maioria nas casas legislativas e no Congresso Nacional, afinal, as eleições para os principais cargos do executivo nacional era feita por via indireta e a maioria nessas casas era essencial para garantir as eleições dos candidatos do governo. Por isso, uma derrota nessas eleições poderia significar um retrocesso no processo de abertura liderado por Geisel, apesar de controlados, os militares da linha dura a qualquer momento poderiam agir se mobilizar para garantir que o sucessor de Geisel fosse um dos seus.

Sob a pressão da escalada do MDB nas eleições, Geisel resolve agir de maneira drástica para garantir maioria da Arena nas próximas eleições. Utilizando-se do AI-5, em 1º de abril de 1977, usando como pretexto uma derrota no Congresso na aprovação de uma Emenda constitucional, Geisel fechou o Congresso por uma semana e passou a governar por decreto (COUTO, 2010, p.201-202). Ele e seus auxiliares se reuniram para elaborar uma reforma na constituição através de duas Emendas constitucionais, a Emenda nº 7 e 8 de 1977. A primeira fazia a reforma do judiciário; a segunda, a reforma do sistema eleitoral. A série de mudanças introduzidas por essa mudança constitucional ficou conhecida como pacote de abril.

O fechamento do Congresso gerou grande repercussão e colocou em xeque o processo de abertura. Muitos historiadores consideram que foi o maior recuo de todo o processo de abertura. Seguem algumas das mudanças eleitorais trazidas pela Emenda nº 7: a formação do colégio eleitoral para escolha dos governadores, que além dos membros da assembleia legislativa incluía uma representação das câmaras de vereadores; criação de mais duas vagas de senadores, uma escolhida pelo voto direto e outra pelo mesmo colégio eleitoral que escolheria os governadores; o número de deputados passa a ser calculado pelo número da população e não pelo número de eleitores, com o máximo de 55 e mínimo de 6 deputados por estado; diminuição do *quorum* de aprovação de Emendas constitucionais; extensão da Lei Falcão para as eleições municipais e estaduais; e divisão do estado do Mato Grosso em dois estados.

Essas mudanças alteraram o quadro eleitoral favoravelmente ao partido do Governo. Aumentou o número de deputados eleitos pelos estados do nordeste, o que beneficiou o partido governista por ter mais força nesses estados. A criação de mais duas vagas no Senado com eleição de um deles pelo colégio eleitoral, beneficiou a Arena por ter mais capilaridade nas pequenas cidades agora representadas no colégio eleitoral pela participação proporcional dos vereadores. A Lei Falcão, nos municípios e estados, continuou a limitar o uso das comunicações pelo MDB. E a diminuição do

quorum favoreceu ao governo na aprovação de suas propostas no Congresso em caso de dificuldades para obtenção de 2/3 do Congresso após as eleições de 1978.

Nesse período, o movimento estudantil e o movimento sindical começam a ganhar fôlego novamente. Estudantes começam a fazer manifestações e tentar aos poucos reconstruir a UNE e o movimento estudantil que foi desarticulado pelas constantes perseguições e violência do governo militar. Mas a volta às ruas dos estudantes não foi tranquila, o governo respondeu com violência às movimentações estudantis. Em um desses episódios, ocorreu a invasão da PUC de São Paulo em agosto de 1977, onde se realizou o III Encontro Nacional de Estudantes (COUTO, 2010, p. 205). Vários estudantes sofreram violência da polícia e dos militares, alguns foram presos enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

O movimento sindical nesse período também ganhou um novo fôlego. Para Couto (2010, p.233), “[...] o movimento operário adota novo comportamento e formas de atuação, buscando independência em relação ao governo e partidos”. Isso ocorreu, principalmente, no interior de São Paulo, na região do ABC, onde existia uma grande concentração de indústrias e aglomeração de operários. A greve organizada pelos sindicatos paulistas foi de grande importância para o movimento de abertura, apesar de não ter nenhuma vinculação partidária, o movimento acabava denunciando a política do governo de baixos salários, alta concentração de renda e repressão. As grandes greves e comícios também eram uma forma de mobilização das pessoas e de desafio ao governo. Os operários em algum momento perceberam a sua força na luta por um país mais democrático.

Essa retomada dos movimentos sociais, sobretudo dos movimentos ligados aos trabalhadores e estudantes, fez eco também nas manifestações culturais. A arte popular vinha ganhando espaço em todo Brasil, principalmente com temáticas que levassem em conta os problemas do país e a valorização de uma cultura nacional. Na Bahia, destaca-se o grupo Amador Amadeu, o Teatro de Rua e o uso dos folhetos de cordel nos espetáculos teatrais montados por João Augusto junto com o TLB. Comenta Silva (2012, p.131-138),

[m]as o engajamento, não se revela somente na utilização da cultura popular enquanto temática. Havia uma preocupação por parte desses grupos em uma maior aproximação com as camadas populares. Por isso, seguindo a tendência de parte da esquerda desse período, buscava-se intervir onde o povo estava. E no caso do TLB isso significou na organização do Teatro de Rua.

[...]

O TLB durante toda a sua existência, defendeu um tipo de organização teatral que estava pautada na busca de um público popular e da utilização de temáticas que versassem sobre a realidade social do país. Dessa forma, iniciou-se a experiência do Teatro de Rua que surgiu a partir de oficinas que foram organizados com o objetivo de descentralizar os trabalhos.

Em uma das viagens para participação em festivais de teatro pela América Latina, Bemvindo Sequeira viu de perto algumas experiências com Teatro de Rua e quis trazer a experiência para Salvador. Em 1977, com a criação das oficinas pelo TLB, ficou sob a sua incumbência a coordenação das oficinas que trabalhariam o Teatro de Rua. Em sua dissertação, Denise Pereira Silva (2012, p.140-141), apresenta trecho da entrevista de Bemvindo Sequeira descrevendo o nascimento do Teatro de Rua:

[...] no dia 1 de maio de 77, dia dos trabalhadores, que naquela época era dia de luta. (...) na Praça da Piedade onde foram enforcados os líderes da Revolução dos Alfaiates, de uma forma sutil de dizermos: “estamos livres, estamos aqui”, nós estreamos a peça do Teatro de Rua.

O Teatro de Rua, no início, teve algumas dificuldades, especialmente por acontecer em locais públicos e de grande circulação de pessoas. Como é sabido, apesar da “distensão segura, lenta e gradual” defendida por Geisel, as movimentações de rua eram seriamente controladas, ainda mais quando ocasionavam grandes concentrações de pessoas. Como chama atenção Silva (2012, p.140), “Qualquer agrupamento de pessoas era visto com desconfiança pelos militares. Principalmente quando essas pessoas eram estudantes universitários, grupo que sempre causava preocupação”. Os militares sempre ligavam os universitários aos grupos de esquerda, principalmente pelo histórico de militância e retomada das movimentações estudantis. Era preciso uma negociação com os órgãos repressores, que queriam manter o controle da situação e dos textos trabalhados. Destaca-se que, dentre os integrantes do TLB, existiam muitos estudantes universitários, tanto estudantes da Escola de Teatro como de outros cursos.

Os espetáculos do Teatro de Rua do TLB eram apresentados nas praças dos centros da cidade e em bairros periféricos, a exemplo da Praça da Piedade, do Campo Grande e nos bairros Liberdade e Alagados. Sem nenhum tipo de financiamento, os espetáculos apresentados na rua pelo TLB eram sustentados com a contribuição dos

populares. Ao final de cada peça, era passado um chapéu para arrecadação de dinheiro para manutenção do projeto.

Ainda em 1977, nos espaços deixados pelo início da lenta abertura política, Bemvindo Sequeira e alguns atores encabeçaram a formalização de uma associação dos trabalhadores em teatro e dança, da qual, após realização de assembleia de fundação, foi eleito vice-presidente. Nos anos de 1980, Bemvindo Sequeira ainda participou ativamente de vários movimentos pela luta da democracia, abertura e anistia. Ele esteve envolvido com a fundação ou apoio a várias organizações, como: Comitê Feminino pela Anistia, Comitê Brasileiro Pela Anistia, Diretório Acadêmico de Arquitetura da UFBA, DCE da UFBA, UNE, Centro Brasil Democrático da Bahia, PMDB, dentre outras.

É nesse clima de maior participação popular no engajamento da luta pela democracia que, em 5 de janeiro de 1978, Geisel anunciou a chapa da Arena para as eleições presidenciais em 15 de outubro de 1978, composto pelo general João Batista Figueiredo para presidente e para vice-presidência o político mineiro Aureliano Chaves de Mendonça, que era um político muito próximo ao presidente. Importante destaque é feito por Couto (2010, p. 207):

Um fato inegável: Geisel foi o único dos cinco presidentes militares que impôs e elegeu seu candidato. Não dividiu a escolha com o Alto Comando das Forças Armadas e nem aceitou o atropelamento de outros pretendentes, inclusive seu ministro do Exército, general Sylvio Frota.

Mesmo sabendo de toda a vantagem governista na eleição para presidência, já que o governo conta com a maioria no colégio eleitoral que elegeria de maneira indireta o presidente, a oposição lançou seu candidato. Na expectativa de convencer alguns Arenistas ao seu candidato, o MDB lança como candidato a presidente o general do Exército, Euller Bentes Monteiro, que até pouco fazia parte do alto comando do exército. Nas eleições de outubro, como era esperado, venceu a chapa governista formada por Figueiredo e Aureliano Chaves. Para governador, só houve um candidato eleito pelo MDB, o governador do Rio de Janeiro, Chagas Freitas, que era próximo a Ernesto Geisel.

Ainda antes das eleições presidenciais, o presidente Ernesto Geisel deu mais um passo no processo lento e gradual de abertura política. Encarregou o líder do governo no Senado, o Senador Petrônio Portela, figura de destaque na transição para abertura, de articular encontros com a oposição e sociedade civil para pensar uma saída para o fim

do AI-5 (COUTO, 2010, p. 249). Em 13 de outubro de 1978, o Congresso aprovou a Emenda constitucional nº 11.

Essa Emenda tinha como objetivo principal revogar o AI-5 que havia sido incorporado à Constituição. Apesar da revogação do AI-5, a Emenda ainda deixava brechas para ações de exceção do regime, previstas no novo artigo 158 da Constituição; por esse motivo o MDB, absteve-se da votação da Emenda constitucional. Após essa Emenda, que entraria em vigor em 1979, segundo Fausto (1995, p. 494), criou-se “uma situação em que os cidadãos podiam voltar a manifestar-se com relativa liberdade em que os controles à imprensa haviam desaparecido”.

Nas eleições legislativas de 1978, ocorreu o que era esperado pelo Governo. As medidas adotadas na reforma constitucional fizeram efeito e o partido do governo conseguiu manter a hegemonia nas casas legislativas. Isso não quer dizer que o MDB também não saiu vitorioso, apesar das dificuldades com a publicidade eleitoral imposta pela Lei Falcão, o MDB fez uma campanha eficaz, com a participação massiva dos movimentos sociais e da população. Segundo dados trazidos por Fausto (1995, p.494), o MDB obteve 57% dos votos válidos. O Governo, realmente, só obteve maioria devido às medidas tomadas pelo pacote de abril, que mudou as regras do jogo.

Com maioria no Congresso, nas casas legislativas estaduais e no governo dos estados, Geisel atinge seu objetivo de entregar ao seu sucessor um caminho seguro para a abertura lenta e gradual. Apesar da queda do AI-5, os DOI-CODI continuam existindo contribuindo para que a linha dura, em crescente falta de espaço, exerça o seu poder paralelo com ações de violência e repressão. Mas, ainda assim, a queda do AI-5 permitiu um maior espaço para oposição e os movimentos sociais tencionarem o governo pela abertura. Cresce a cada dia a vontade do povo pela liberdade e pela democracia.

E é nesse contexto, que após turnê em festivais da América Latina, o TLB toma conhecimento do texto teatral *La Revolución*, escrita por Isaac Chocron, montada por eles entre 1976 e 1978. A peça foi traduzida por Bemvindo Sequeira e Harildo Déda e adaptada por João Augusto. Eles acabaram mudando o título para *Gracias a la Vida*⁸, como forma de driblar a censura estatal que jamais permitiria a montagem da peça com

⁸Nome de uma canção de autoria da chilena Violeta Parra e regravada por diversos artistas latino-americanos. Durante os regimes ditatoriais que assolaram na América do Sul entre as décadas de 60 e 80, os militantes de esquerda tinha essa música como referência, sobretudo na versão da canção interpretada por Mercedes Sosa (BENJAMIM, 2013).

o seu título original. A montagem dessa peça acabou gerando dois episódios de violência por parte do aparelho repressivo do Estado, pois o enredo da peça tratava de revolução e preconceito, numa história de um travesti e seu empresário decadente, o que não agradava a postura conservadora do governo militar. O país estava caminhando para abertura e um representante da linha moderada tinha sido eleito para continuar o projeto de abertura iniciado por Geisel, mas as forças conservadoras ainda dominavam o país.

O primeiro episódio aconteceu em Brasília, quando a peça foi encenada lá. Bemvindo Sequeira, que era ator da peça e tinha sido um de seus tradutores, segundo próprio relato, “passou a sofrer perseguição por parte da Polícia Federal de Brasília, na pessoa do Sr. CARLOS LÚCIO, agente daquele órgão” (SEQUEIRA, 2004, p.112). Após esse episódio, foi aberto um inquérito policial contra Bemvindo Sequeira, que depois foi enviado para Salvador. O inquérito durou dois anos, sendo arquivado em 1981, gerando uma série de problemas para Bemvindo Sequeira e os outros integrantes do TLB. Naquele momento, o aparelho repressivo ainda agia de maneira violenta e estar sob sua vigilância era uma verdadeira tortura psicológica para artistas que, como Bemvindo Sequeira, estavam muito ligado aos movimentos de esquerda.

Um segundo episódio ocorrido ainda quando a peça *Gracias a la Vida* estava em cartaz pelo TLB foi a prisão de Harildo Déda. Harildo foi preso dentro das dependências da Escola de Teatro da UFBA onde era professor sob a acusação de um homicídio. Episódio que gerou uma grande repercussão na Universidade e na comunidade baiana. Conforme Silva (2012, p.77),

[...] a prisão de Harildo Déda coincidiu com o momento em que ele era protagonista, junto com Bemvindo Sequeira, da peça *Gracias a la Vida*. Acredito que houve algum tipo de represália dos militares contra o ator em virtude do espetáculo, pois o texto tinha um conteúdo bastante progressista, ao tratar de temas como homossexualidade e revolução.

No que tange à atuação de Bemvindo Sequeira no campo das artes, pode-se dizer que ele não era somente ator, era também produtor, diretor, autor e tradutor. Como herança da militância aprendeu algumas línguas, traduzindo alguns textos para o teatro, a exemplo do texto da peça *Gracias a la Vida* tratado anteriormente. Bemvindo Sequeira já havia também adaptado um folheto de cordel para o espetáculo teatral *As Aventuras de João Errado*, em 1977. O texto submetido à censura no mesmo ano, tinha onze personagens, foi encenado pelo Teatro de Rua do TLB em praças da cidade

(FRANCO, 1994, p.229) e contava a história de um rapaz (João Errado) que sai de sua cidade e vaga pelo mundo arrumando confusões. Durante a pesquisa para este trabalho, este texto foi encontrado no acervo do Arquivo Nacional, de Brasília, onde foi arquivado.

No final da década de 1970, Bemvindo Sequeira ainda se via pressionado pelas perseguições decorrentes do inquérito contra ele iniciado durante a turnê da peça *Gracias a la Vida*. Como o inquérito foi arquivado somente em 1981, ele vivia em situação de tensão. Em entrevista a Khoury (2012, p. 271-272), Bemvindo Sequeira descreve:

[...] fiquei tão traumatizado que em alguns espetáculos de *Gracias a la Vida* saí de cena porque não conseguia falar, achava que tinha alguém do DOPS na plateia, pronto para me mandar uma bala ou me sequestrar depois do espetáculo, me matar e jogar meu corpo no rio Araguaia. Eu achava que se falasse iria ser preso e morto.

Em 1979, Bemvindo Sequeira ainda atuou em outro espetáculo, *As Troianas*, de Eurípedes, mas ainda “paranoico e passando mal em cena” (KHOURY, 2012, p. 272), não se sentia à vontade atuando. No mesmo ano, aconteceu outro episódio marcante, morreu, no dia 25 de novembro, João Augusto, que, para Bemvindo Sequeira, foi seu “grande companheiro, amigo, irmão [...] um grande mestre, excelente diretor, homem de teatro completo”(KHOURY, 2012, p. 272). Esses dois episódios marcariam os desdobramentos da carreira de Bemvindo Sequeira, tanto seu problema com o aparelho repressor estatal de quem sofria ameaças do tipo “se você abrir o bico em cena, vai levar chumbo!” (KHOURY, 2012, p.272), como a morte de João Augusto, que era seu grande parceiro no TLB e que era responsável pela maioria dos espetáculos em que atuou até aquele momento.

Após a morte de João Augusto, o TLB, que residia no Teatro Vila Velha, além de perder o seu grande líder, perdeu o seu espaço e mudou-se do Vila Velha. O grupo passou a se chamar Livre Teatro Livre da Bahia (LTLBa). O grupo alugou um casarão em Brotas e levou todo o arquivo de João Augusto, além de vários livros. O primeiro trabalho apresentado pelo LTLBa foi *Sete Pecados*, uma mostragem experimental, de autoria de Bemvindo Sequeira (FRANCO, 1994). Segundo Aninha Franco (1994, p.284),

[...] a proposta [do LTLBa], divulgada nos jornais, era hospedar artistas, formar grupos de estudos e trabalhos cênicos, e encenar no

espaço, quando possível. Os projetos ficaram sob as orientações de Harildo Déda (Interpretação Teatral), Bambino (Espetáculos Infantis) e Moisés Augusto (Leituras Dramáticas).

Após esses episódios, Bemvindo Sequeira passou a escrever e dirigir seus espetáculos com maior frequência. Nesse primeiro momento, a produção dramatúrgica de Bemvindo Sequeira continua a seguir com a temática do cordel, produzindo algumas peças encenadas pelo TLB no teatro ou no Circo do Teatro Livre da Bahia. Bemvindo Sequeira foi um dos donos do Circo do Teatro Livre da Bahia, uma experiência circense do seu grupo, entre os anos de 1979 e 1981, que além da trupe de teatro que apresentava alguns espetáculos teatrais, também tinham trapezistas, malabaristas, anões, mágicos, palhaços, dentre outras atrações (KHOURY, 2012).

No circo, a trupe teatral apresentava alguns textos teatrais de tradição circense, como, *A ré isteriosa*, *São Gonçalinho*, *Moda de Paris*. Mas além desses textos, também foram encenados textos teatrais de autoria de Bemvindo Sequeira baseados em clássicos infantis ou folhetos de cordéis, dentre eles, *Almanaque do Teatro Livre para 1980*, *Os milagres de Nossa Senhora de Fátima*, *O Pequeno Polegar*, *Uma mãe é umamãe*. Alguns desses textos foram encontrados no desenrolar deste trabalho via pesquisa no Arquivo Nacional, pois foram submetidos ao controle censório, vide quadro abaixo:

Quadro 2 – Espetáculos apresentados no circo

TEXTO TEATRAL	DATA DO TEXTO	SUBMISSÃO À CENSURA	CORTES	CLASSIFICAÇÃO
Uma mãe é uma mãe	04/1980	12/05/1980	Sim	14 anos
O milagreiro de Nossa Senhora de Fátima ou O filho que foi ao inferno por causa do liamba	05/1980	12/05/1980	Sem certificado	-

Fonte: Arquivo Nacional de Brasília

Ainda nessa primeira fase da sua produção dramatúrgica, Bemvindo Sequeira encena a peça *Yes, nós temos cordel*, em 1981 pelo Teatro Livre da Bahia. Nesse espetáculo, foram apresentadas quatro histórias dentro da temática cordelista, sendo que

dessas quatro, três são adaptações de folhetos de cordel feitas por Bemvindo Sequeira, a saber: *Os enganos do amor ou O rapaz que se casou com um cabeludo pensando que era uma moça*; *A cientista que se transformou ou A moça que bateu na mãe e virou cachorra*; *A perdição da família ou O pai que forçou a filha na sexta feira da paixão*; e uma quarta história é um texto de autoria de João Augusto, *O malando e a graxeira no chumbrego da orgia*. O texto da peça *Yes, nós temos cordel* encontra-se no acervo do Arquivo Nacional, fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, foi submetido à censura em 6 de maio de 1981. Após submissão aos técnicos de censura, a peça não teve cortes e sua classificação etária fixada em 18 anos.

No começo dos anos 1980, com o aumento do espaço destinado às artes e ao teatro na imprensa baiana, Bemvindo Sequeira e outras personalidades do teatro baiano ganharam espaço nos jornais para a crítica teatral. No *Jornal da Bahia*, Bemvindo Sequeira escreveu uma série de matérias acerca das diversas produções teatrais e sobre o teatro da Bahia durante a primeira metade de década de 1980, o que pode ser verificado no Arquivo Hipertextual fruto deste trabalho. Em 1981, o teatro soteropolitano viveu um ano de muito destaque.

2.3 VOTO E COMÉDIA: BEMVINDO SEQUEIRA E AS ELEIÇÕES

Em 1981, Bemvindo Sequeira voltou aos palcos na peça *Blue Jeans* a convite de Zeno Wilde. Ele ainda se sentia perseguido pelos órgãos de repressão, o inquérito que havia sido aberto em Brasília na turnê da peça *Gracias a la Vida* tinha sido remetido para Salvador e não tinha sido arquivado. Essa situação de insegurança deixava-o receoso de represálias por parte dos militares, sobretudo, por sua forte militância para além da sua atuação teatral. Os agentes de repressão poderiam aproveitar alguma situação nos palcos para atentar contra sua liberdade. Caracterizando essa situação, um trecho de sua entrevista a Khoury (2012, p. 272): “[...] aceitei fazer o dono do apartamento porque durante toda a peça não dizia uma palavra sequer” e, mesmo assim, ouvia ameaças do tipo “se você abrir o bico leva chumbo!” (KHOURY, 2012, p.272).

Muito abalado pelas perseguições e ameaças, Bemvindo Sequeira, decidido a ficar nos palcos, não apenas dirigindo ou escrevendo os textos, resolve nessa sua segunda fase de produção dramaturgica, migrar para os espetáculos de humor. Nesses espetáculos, geralmente monólogos de apenas um ato, ele mesmo escrevia e encenava seus textos. Para ele, contar piadas nos palcos seria uma maneira de driblar os perigos

da violência do Estado, “[...] julgava que contando piadas o perigo ia desaparecer [...]” (KHOURY, 2012, p. 272). Mas, como sempre irreverente, a temática dos seus shows de humor não o tiravam dos holofotes dos donos do poder, não seguiu os conselhos do também irreverente Raul Seixas, que, em sua canção *Quando acabar o maluco sou eu*, destacou, “Não bulo com governo, com polícia, nem censura. É tudo gente fina, meu advogado jura” (SEIXAS, 1987).

Entre 1979 e 1981, Bemvindo Sequeira assistiu ao começo de grandes transformações na cena política brasileira, fato que o influenciou, quando ele passou a investir nos espetáculos de humor. O general João Batista Figueiredo toma posse como presidente do Brasil em março de 1979. A escolha de Geisel por Figueiredo para continuar seu projeto de abertura trazia um paradoxo, ele havia sido chefe do SNI, um dos órgãos do governo responsável pela repressão (FAUSTO, 1995, p.501). Mas, em seu discurso de posse, Figueiredo sinalizou pela abertura e fez a seguinte declaração: “juro fazer deste país uma democracia” (COUTO, 2010, p. 256).

Muitos temiam que a situação econômica difícil pudesse dificultar o processo de abertura política, mas não foi isso que ocorreu. Talvez, se tivesse sido mantido o *boom* econômico produzido pelos governos anteriores, alguns setores da população não se engajariam na luta pela abertura e a pressão social desse momento seria diferente. Várias greves aconteceram no país. Em meio à crise, as greves não pararam, para combater as manifestações dos trabalhadores, o governo reage, reprimindo os movimentos, que resultam em violência, perseguição e prisões de trabalhadores. Mais de 64 líderes sindicais foram presos, dentre eles, o ex-presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva.

Se no campo sindical o clima não era de abertura, na política, o presidente Figueiredo dava passos em direção à abertura política iniciada por Geisel. Em agosto de 1979, após negociações com a oposição e entidades civis como a OAB e a Igreja Católica e a pressão das manifestações e reivindicações populares, Figueiredo fez aprovar a Lei de Anistia. Segundo Couto (COUTO, 2010, p.274), “[...] a anistia é da tradição brasileira. Já ocorrera 47 vezes. Algumas tiveram grande importância histórica, favorecendo a unidade nacional”.

Nesse caso, a anistia interessava aos dois grupos protagonistas da política brasileira, o Governo pelo medo da perseguição pelos crimes decorrentes da violência da repressão e da oposição que queria a volta da sua liderança ao país e que os diversos inquéritos contra os militantes fossem arquivado e a liberdade política restaurada.

Apesar das restrições do parágrafo segundo do artigo 1º da lei 6.683 de 28 de agosto de 1979, e a extensão da lei aos militares que praticaram a tortura ou cometeram crimes ligados à repressão política, a lei foi muito importante para o processo de abertura e oxigenou o cenário político com a volta dos exilados.

Nessa nova conjuntura política de aumento da abertura e retorno de antigas lideranças políticas, o núcleo político do Governo Figueiredo começou a se movimentar no sentido de continuar no controle do processo de abertura, garantindo vitória nas próximas eleições legislativas e, conseqüentemente, nas eleições para governadores e presidente. O bipartidarismo tornou as eleições plebiscitárias. Dessa maneira, o MDB concentrava os votos dos eleitores descontentes com o Governo, parcela de eleitores que naquele momento só crescia.

A saída dos governistas para esse problema é melhor descrita por Fausto (1995,p.506), veja-se:

para tentar quebrar a força da oposição, o governo obteve do Congresso, em dezembro de 1979, a aprovação da Nova Lei Orgânica dos Partidos. A lei extinguiu o MDB e a Arena, obrigando as novas organizações partidárias a serem criadas a conter em seu nome a palavra “partido”. A Arena, que carregava um nome impopular, tratou de mudar de fachada, transformando-se no Partido Democrático Social (PDS). Os dirigentes do MDB tiveram a habilidade de acrescentar apenas a palavra “partido”.

A estratégia do governo foi vitoriosa até certo ponto. Com o aumento das liberdades democráticas, o MDB foi se fragmentando para o surgimento das novas siglas que acolhiam as diversas correntes ideológicas presentes no MDB, que, naquele momento, tinha entre seus quadros de ex-apoiadores do golpe até ex-militantes dos grupos da luta armada. Dos partidos surgidos após a nova legislação, além dos já citados PMDB e PDS, estão: O PT oriundo do sindicalismo paulista; o PDT criado por Brizola; o PTB, sob o comando de Ivete Vargas, sobrinha neta de Getulio Vargas; e o PP de Tancredo Neves e Magalhães Pinto.

Mesmo com as mudanças realizadas, o Governo ainda adotou novas medidas para assegurar o controle político e, conseqüentemente, continuar à frente da lenta abertura democrática. Uma dessas medidas tomadas pelo Governo considerou

[...] que os novos partidos não estavam ainda preparados para a disputa das eleições municipais de 15 de novembro de 1980, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 14, 9 de setembro de 1980,

determinado a prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores até janeiro de 1983(COUTO, 2010, p.275).

O regime ainda patrocinaria mais duas mudanças eleitorais para as próximas eleições, a primeira delas trazida pela Emenda constitucional nº 15 de 1980. Essa Emenda trouxe uma mudança importantíssima para o processo de abertura política. Ela reintroduziu, no sistema político brasileiro, a eleição direta para Governador e Vice e para Senador. Num ambiente de grave crise econômica, o Governo tomou essa atitude como forma de ganhar aprovação popular e mostrar que o governo militar conduziria com segurança o processo de abertura. Assim, analisa Couto (2010, p.283): “Vai longe o tempo em que se conseguia a legitimação via desempenho econômico. Agora, ao contrário, é a recessão, que desgasta e deslegitima, favorecendo a oposição”. Apesar das mudanças, a Emenda garantia o mandato dos senadores biônicos, o governo não queria correr riscos nas eleições indiretas para presidente.

A segunda mudança chega com o chamado pacote de novembro de 1981, que viria a ser aprovado na câmara de deputados em janeiro de 1982 por decurso do prazo (COUTO, 2010, p.307). O pacote originou a aprovação da Lei 6.978, que trouxe como principais inovações o fim da coligação partidária e a vinculação do voto em candidatos apenas do mesmo partido. O PP de Tancredo Neves foi um dos atingidos por essa mudança. Segundo Fausto (1995, p.508), “[...] percebendo suas escassas possibilidades eleitorais, agravadas com a criação do voto vinculado, o PP resolveu dissolver-se e se incorporar ao PMDB”. Com maior força no interior e nas pequenas cidades, o governo queria garantir com essas medidas uma vitória nas eleições.

Mesmo com todas essas alterações nas regras do jogo eleitoral, o Governo ainda temia o resultado das eleições, a economia estava em crise, o que retirava do Governo Militar um dos seus principais trunfos nas últimas eleições desde o golpe de 1964. Em junho de 1982, faltando pouco mais de 5 meses para eleições, o governo aprovou mais uma Emenda à Constituição que mudava mais uma vez o jogo eleitoral. A Emenda nº 22 de 1982 que, dentre outras mudanças reabria as filiações partidárias, aumentava o número de deputados e proibia o voto de legenda que beneficiava o PMDB. Com essas medidas o governo queria garantir maioria para escolha do novo presidente, que teve sua eleição adiada também por essa Emenda, para janeiro de 1985.

Um episódio de grande repercussão foi atribuído à ala radical das forças armadas, bombas explodiram durante um festival de música ocorrido no Riocentro, no

dia 1º de maio (dia do trabalhador), “uma das bombas não chegou a ser colocada. Explodiu no interior de um carro, ocupado por um sargento e um capitão do Exército; o sargento morreu no local e o capitão ficou gravemente ferido” (COUTO,1995, p.505).

Esse episódio gerou uma imensa propaganda negativa para o Governo dos Militares e ocasionou a saída de Golbery do Governo de Figueiredo. Após inquérito militar que apurou o caso, não se atribuiu culpa aos militares, mas os indícios apontavam para o envolvimento dos militares. Atualmente, o caso esta sendo apurado pela Comissão Nacional da Verdade. Esse não era o primeiro atentado ocorrido no Governo Figueiredo, a não punição dos envolvidos gerou um clima de impunidade e insatisfação. Conforme Couto (2010, p.289), “[...] a leitura dominante é a de que surpreendente conclusão do inquérito ressuscita a intocabilidade do sistema de repressão política”. Com a imprensa divulgando os episódios, a situação dos militares complicava, a população não aderiu ao acobertamento dos “terroristas fardados”, a abertura, naquela altura, era impossível de ser freada.

As eleições de 1982 foi o grande acontecimento político pós-golpe militar de 1964. Sem nenhuma dúvida, foi “[...] uma grande eleição, abrangendo todos os níveis, exceto a Presidência da República, com 58 milhões de eleitores inscritos e milhares de cargos eletivos em disputa” (COUTO, 2010, p.309). Sem contar que, com o fim do bipartidarismo, novos partidos se apresentaram ao cenário eleitoral e com a Lei da Anistia, personagens que estavam afastados por conta do exílio voltaram à cena política, inclusive como candidatos. A maior novidade, no entanto, foi a volta das eleições diretas para governador após 18 anos de escolhas impostas sob a máscara das eleições indiretas via legislativo estadual.

Boris Fausto (1995, p. 508) faz um breve resumo dos resultados das eleições de 1982. Nas palavras dele,

[o]s resultados para o Congresso marcaram uma vitória do PDS no Senado, onde esse partido conquistou 46 cadeiras, o PMDB 21, o PDT e o PTB, uma cadeira cada um. Na Câmara dos Deputados, o PDS também foi o partido mais votado, mas não conseguiu maioria absoluta. Ficou com 235 cadeiras contra 200 do PMDB, 24 do PDT, 13 do PTB e 8 do PT [...] Na eleição de governador, as oposições conseguiram algumas vitórias expressivas. O PDS perdeu em estados importantes. Em São Paulo, o PMDB ganhou com Franco Montoro; em Minas Gerais, Tancredo Neves; no Paraná, José Richa. No Rio de Janeiro, Brizola conseguiu eleger-se, dando continuidade a um prestígio que vinha dos anos 60.

Na contabilidade geral das eleições diretas para governador, o PMDB venceu em 9 estados e o PDT, em 1, totalizando 10 estados vencidos pela oposição, contra 12 estados vencidos pelo PDS (antiga Arena). O resultado das eleições mostra que oposição tem uma grande inserção nas maiores cidades e nos estados do eixo sul do país, e o PDS tem a maioria nos estados do Nordeste, tendo obtido vitória em todos os estados da região. Mas, o crescimento das oposições é inegável, no conjunto total de votos da eleição, as oposições ficaram com 58% dos votos. Mesmo a oposição tendo conseguido esse enorme crescimento, o PDS conseguiu a maioria do colégio eleitoral que votaria na escolha do próximo presidente, o que demonstra que as mudanças realizadas nas regras das eleições surtiram os efeitos esperados pelo Governo.

Entre o resultado das eleições de 1982 e a realização da eleição indireta de 1985, ocorreu um fato marcante para os movimentos civis e pela defesa da democracia e cidadania no Brasil. A mobilização nacional pela defesa das eleições diretas para presidente da república, essa campanha ficou conhecida como “Diretas Já” (FAUSTO, 1995). Em abril de 1984, a campanha das “Diretas Já” estava espalhada por todo país. Grandes comícios ocorreram por vários estados do país. Essa mobilização colocava as lideranças políticas civis e militares em estado de alerta, era o povo ganhando as ruas pela democracia. Em dois comícios realizados no Rio de Janeiro e em São Paulo, o número de participantes beirou um milhão de pessoas na rua. Apesar do grande apoio popular, o Governo e o seu partido não permitiu que a Emenda fosse aprovada e o fim da Ditadura fosse precipitado. Era interesse dos militares alongar o máximo possível o controle sobre o processo de abertura.

No dia da votação, para tristeza geral do povo que acompanhava atentamente a votação, aconteceu o que era esperado nos bastidores da política, a Emenda não foi aprovada. Mas essa derrota que transformaria a escolha do sucessor de João Batista Figueiredo por meio de eleições diretas presidenciais não apagou o brilho das manifestações da população e da mobilização dos movimentos sociais. Sem dúvida, esse momento entrou para história do Brasil como renascimento da democracia e das liberdades individuais, sobretudo, do direito à liberdade de expressão e manifestação popular. Essa pressão popular foi, indubitavelmente, um dos fatos de grande importância para transição da abertura e a consolidação da democracia brasileira que ocorreria nos próximos anos. O povo retomou o caminho das ruas e deixou claro que ansiava pela democracia.

Sem perspectivas de uma eleição direta, governo e oposição começam a se movimentar para definir suas estratégias com relação à sucessão de João Batista Figueiredo. No PDS, três possíveis candidatos apareciam: o vice-presidente Aureliano Chaves, que era ligado a Geisel, mas não contava com o apoio de Figueiredo; o ministro do Interior, Mário Andreazza, que contava com o apoio dos governadores do nordeste; e de Paulo Maluf, que tinha sido eleito como deputado federal em 1982 com mais de 600 mil votos e contava com o apoio de Costa e Silva. Como relata Fausto, Maluf (1995, p.511) “realizou uma intensa campanha junto aos convencionais do PDS que escolheriam o candidato, prometendo-lhes cargos e toda sorte de atenções”. Assim acabou “vendendo” as convenções do partido e foi escolhido como candidato.

No PMDB, a disputa interna apontava para os nomes de dois possíveis candidatos: Ulysses Guimarães e Tancredo Neves. Ulysses Guimarães era um político experiente, que, durante a campanha das “Diretas Já”, ganhou bastante destaque. Mas o nome indicado pelo PMDB foi o de Tancredo Neves, político também experiente, mas que, em se tratando de eleições indiretas, teria muito mais campo de articulação dentro do Congresso e junto ao PDS, estratégia que acabou dando certo como se verá mais adiante.

Após a escolha pelo PDS da candidatura de Maluf, ocorreu uma dissidência dentro do partido, que ficou conhecida como Frente Liberal que daria origem, no futuro, ao já extinto PFL (FAUSTO, 1995, p. 511). Tanto os apoiadores de Aureliano Chaves como os apoiadores de Andreazza se recusaram a apoiar a candidatura de Maluf. Esses dissidentes do PDS acabaram por hipotecar o apoio à candidatura de Tancredo Neves, indicando seu vice, o maranhense José Sarney. Apesar das resistências ao nome de José Sarney, devido ao histórico político do candidato, que, em sua trajetória, já tinha integrado diversos partidos de cunho conservador (UDN, Arena e PDS), acabaram aceitando sua indicação.

O candidato do PDS, Paulo Maluf, repetiu a tática que tinha dado certo na disputa pela vaga de candidato do PDS. Através de promessas, tentou conquistar apoio dos parlamentares que integravam o colégio eleitoral. Tancredo Neves, capitalizou o apoio das ruas que ansiavam por mudanças, mas também buscou apoio de outros partidos, inclusive do PDS, que naquele momento encontrava-se rachado pela difícil disputa interna para escolha do candidato. A experiência de Tancredo, que já estava na vida política há mais de quarenta anos, contribuiu para que ele costurasse uma

importante rede de apoio, entre dissidentes do PDS, políticos da esquerda, do PMDB e das forças civis.

Sobre o leque de alianças construído por Tancredo Neves, discorre Couto (2010, p.345):

Apesar das ameaças de golpe militar e manobras continuistas terem permeado quase todo final do período, as Forças Armadas e as classes dominantes não se sentiram ameaçadas pelo projeto presidencial de Tancredo Neves. Pelo contrario: lideranças militares e políticas importantes terminaram apoiando decididamente o candidato do PMDB e da Aliança Democrática. Como o general Ernesto Geisel, Aureliano Chaves, José Sarney e Antonio Carlos Magalhães. No meio empresarial aconteceu o mesmo. De Antonio Ermírio de Moraes, maior empresário do país, a Roberto Marinho, líder das Organizações Globo, o principal e mais influente complexo brasileiro de meios de comunicação.

Numa expectativa de derrota do PDS, muitos temiam por uma reação das forças conservadores e dos militares, o que acabou não ocorrendo. Após uma campanha que tomou todo o Brasil, com a participação massiva da população que ansiava pela derrocada do Regime Militar. No dia 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves é eleito presidente do Brasil pelo Colégio Eleitoral, obtendo 480 votos contra 180 votos de Paulo Maluf. Dos 480 votos obtidos por Tancredo Neves, 231 votos foram do PMDB; 113 votos são de dissidentes do PDS que, mais tarde, formaram o PFL; 65 votos do PDS; 27 do PDT; 11 do PTB e; 3 deputados do PT, contrariando a decisão do partido de não votar nas eleições indiretas (FAUSTO, 1995, p.512; COUTO, 2010, p.398).

Às vésperas da posse presidencial, Tancredo Neves, que já estava em idade avançada, tinha 75 anos, ficou doente gerando momentos de apreensão em todo Brasil. Com a impossibilidade física de Tancredo tomar posse no dia 15 de março de 1985, decidiu-se que, nesse caso, a Constituição ampararia a posse do Vice-presidente, o recém-filiado ao PMDB (ex-presidente do PDS), José Sarney. Sarney tomou posse em 15 de março de 1985, ao tomar posse, Sarney nomeou os ministros já escolhidos pelo presidente eleito, em uma complexa negociação política que envolvia políticos de todo o leque de apoio da coalização que elegeu Tancredo e Sarney.

Decorridos 38 dias de internação e doença, Tancredo Neves acabou morrendo por falência múltipla dos órgãos (COUTO, 2010, p.399). Um processo doloroso que comoveu toda a sociedade brasileira. Ele era o símbolo, naquele momento, da mudança que o Brasil tanto ansiava, de um regime autoritário militar para uma democracia. Com

a morte de Tancredo Neves, o Congresso declarou o cargo de presidente vago e efetivou José Sarney como presidente do Brasil. Começou, assim, um novo caminho, de construção e fortalecimento da democracia brasileira com todos os problemas e desafios decorrentes desse processo, mas de grande importância para a liberdade do povo brasileiro.

Todos esses fatos que ocorreram entre os anos de 1981 a 1985, que culminaram com o fim do regime ditatorial imposto pelos militares e pela direita brasileira, permearam o imaginário brasileiro. Não faltou inspiração para que Bemvindo Sequeira utilizasse desses fatos políticos na produção de peças voltadas para o humor, inaugurando, a partir de então, a segunda fase da sua produção dramaturgica. Com os espetáculos: *Me segura que eu vou dar um voto*; *O dia que o Brasil tomou doril*; e *Oxente, gente: Bemvindo Sequeira para presidente* em suas duas versões (I e II), Bemvindo Sequeira compôs, assim, conforme matéria do jornal O Globo, “a sua trilogia do humor político” (Bemvindo... , 1986, p.12), provocando, pois, o riso a serviço do debate político. Sobre esse riso, Bemvindo Sequeira (KHOURY, 2012, p.194) pontua:

O lugar do riso é o caos, o lugar do riso é o nada, o lugar do riso é a anarquia, não tem hora certa para se rir, por isso que a comédia é tão perigosa. O sistema tenta colocar o riso num determinado lugar menor, porque o sistema político, seja lá qual for, capitalista, socialista, ditatorial, quer rotular tudo e colocar as coisas num lugar predeterminado para o sistema funcionar, então você não pode rir num velório, numa missa do sétimo dia, num hospital ou elevador [...] o riso é libertário, expressa as emoções e isso é perigoso...para eles.

E é com esse riso que incomoda que Bemvindo Sequeira ataca o sistema político brasileiro, que estava em processo de transformação em razão da abertura política e do renascimento da democracia brasileira. Nessa trilogia do humor político, o artista retratou, com humor ácido, a situação política brasileira da primeira metade da década de 1980. Em *Me segura que eu vou dar um voto*, encenada às vésperas das eleições, Bemvindo Sequeira satiriza as eleições estaduais de 1982, a primeira eleição direta para governador pós-64; em *O dia que o Brasil tomou doril*, encenada logo após as eleições para governador, Bemvindo Sequeira brinca com o esquecimento do povo brasileiro em meio a tantas mudanças sociais; e, em *Oxente, gente: Bemvindo Sequeira para presidente*, encenada após a derrota da Emenda das “Diretas já”, Bemvindo Sequeira brinca com as eleições presidenciais indiretas que se aproximavam. Dentre as peças que

compõem essa trilogia política do riso, foi escolhida a peça *Me segura que eu vou dar um voto*, sob as iniciais MSQVDV, para ser trabalhada com maior detalhamento nesta dissertação.

O texto da peça *O dia que o Brasil tomou doril* foi escrito em fevereiro de 1983. Dois testemunhos do texto encontram-se no Arquivo Nacional em Brasília, juntamente com os pareceres e certificados de censura. O espetáculo foi submetido à censura em dois estados, em março de 1983 na Bahia e em maio de 1984 em São Paulo. A peça estreou na Bahia e foi encenada também no Rio de Janeiro e em São Paulo.

A peça é construída através de um painel de impressões do autor quanto à realidade nacional. O próprio título da peça já é bem sugestivo: *O dia em que o Brasil tomou doril*. Logo no início da peça já se entende os motivos do remédio “doril” estar no título da peça, a ideia de que: “tomou doril, a dor sumiu” que seria a maneira mais eficiente de sedar fortes dores e “amenizar” o processo que se instaurou no país, mas também o ato de repudiar, bem como as ações que fizeram o país perder o senso democrático nacional e a liberdade de expressão. Tendo como finalidade arrancar risos da plateia e trazer certa reflexão do cenário nacional, Bemvindo Sequeira traz, de maneira bem irreverente, personagens conhecidos do cotidiano brasileiro, como por exemplo: o homossexual, o papagaio, o farmacêutico, o judeu, o português e outros tipos estereotipados (DOREA FILHO, 2013, p.20).

O texto *Oxente, gente: Bemvindo Sequeira para presidente* conta com duas versões depositadas no acervo do Arquivo Nacional em Brasília juntamente com os pareceres e certificados censórios. A primeira versão foi escrita em 1984 e a segunda versão, em 1985 e conta com o acréscimo “II” no nome da peça. Foi a primeira peça escrita por Bemvindo Sequeira com estreia nacional no Rio de Janeiro; as anteriores tiveram suas sessões inaugurais em Salvador e depois foram encenadas em outras cidades.

Na primeira versão, o texto é um monólogo de apenas um ato, com piadas e sátiras acerca do brasileiro, da realidade nacional, do sistema político, tecendo críticas aos partidos e aos políticos, tratando também da sucessão presidencial. A segunda versão mantém a mesma temática da primeira, ocorrendo apenas a troca de algumas piadas. Vale destacar que a primeira versão da peça foi escrita logo após as manifestações pelas “Diretas Já” e após decisão do parlamento brasileiro pela manutenção da escolha indireta do presidente em 1985. Segue abaixo trecho da peça bem característico do momento que o Brasil estava vivendo.

Em abril deste ano, eu estava em minha casa, aqui no Rio, quando ouvi o barulho das panelas. Eram oito horas da noite. Eu havia até me esquecido do “panelaço”. Ouvi primeiro uma batida...depois outra...mais outra...e outra mais. Foi quando eu dei conta do que se passava. Peguei uma panela velha que eu tinha em casa, e corri para janela. Era toda a rua, todo o bairro batendo panelas. Não éramos mais: eu, você...ele. Éramos nós. Era todo o povo brasileiro simbolizado naquelas batidas, a princípio, sem coordenação. Depois, cadenciadas. As pessoas...a nação reencontrava seu ritmo. De repente – que coisa linda – não eram mais panelas: eram corações batendo. O grande coração da nossa nacionalidade que reencontrava seu ritmo, sua força; que sacudia a poeira; que se recompunha, e inundava as ruas desta cidade com o sentimento generoso do povo brasileiro. Ali, deixávamos de ser anônimos. Passávamos a ter identidade. Ali, naquele momento, meu sangue inundou as artérias do meu coração, expulsando os parasitas; exorcizando os fantasmas, negando a morte. E cada um de nós se reencontrava no outro nas batidas de um só coração. A nacionalidade se manifestava. Não mais importava se as eleições iam ser diretas, ou indiretas. A escolha já estava feita pela nação (BEMVINDO SEQUEIRA,1984, p. 35).

A última peça da trilogia marca a saída de Bemvindo Sequeira da Bahia e seu retorno ao Rio de Janeiro. Após *Oxente, gente: Bemvindo Sequeira para presidente*, o dramaturgo continuou com sua produção dramaturgicamente voltada para os espetáculos de humor com a peça *Ri melhor quem ri Bemvindo Sequeira*, produzida em 1986.

Com *O Dia Em Que O Brasil Tomou Doril*, o ator Bemvindo Sequeira retirou-se da vida teatral baiana, depois de confessar à imprensa que o intelectual ou faz a revolução ou fica rico, e que já havia passado a sua fase de fazer revoluções. O afastamento de Bemvindo Sequeira do teatro popular e político começou com *Me Segura Que Eu Vou Dar Um Voto*. Em 83, ele repetiu a fórmula em *O Dia Que O Brasil Tomou Doril*, que o levou à televisão. Como fazer a televisão e morar na Bahia ainda são possibilidades incompatíveis, Bemvindo Sequeira transferiu-se pro Rio de Janeiro (FRANCO, 1994, p.310).

A tarefa do intelectual engajado, sobretudo do artista engajado, não é das mais fáceis, como já dito por Said (2010), sempre entre a solidão e o alinhamento, entre o viver a arte e o viver da arte. Entre o início da sua militância, que coincide com início da sua carreira artística, e sua situação atual de ator consagrado de teatro e televisão, percebe-se uma mudança de postura na atuação política que caminha com a maturidade. Em um primeiro momento sua atuação política e militância tinham um tom mais acentuado, com uma forte participação nos movimentos sociais e uma maior dedicação

ao teatro de caráter popular e militante. Num segundo momento, percebe-se uma mudança de postura.

Sobre essa transição, Bemvindo Sequeira comenta:

Em 1982 resolvi de uma vez por todas, que não queria ser um político profissional. Em Salvador cheguei a tentar ser vereador e no meio da campanha desisti. Senti que não ia ter êxito, fiquei decepcionado porque tudo o que dizia e fazia com tanta honestidade e verdade não estava tendo a repercussão que esperava e aí descobri que o que eu desejava era ser artista. Eu queria representar, poderia fazê-lo na Câmara Municipal ou no palco; resolvi representar no palco (KHOURY, 2012, p.267).

Assim, Bemvindo Sequeira, a partir de 1982, começa a afastar-se da militância e do engajamento, passando a dedicar-se inteiramente ao teatro e sua carreira de artista profissional. Retornou ao Rio de Janeiro, onde, ainda hoje, atua no cinema, na TV e, principalmente, nos palcos, em diversas peças de destaque nacional. Segundo o próprio: “com meus shows pude organizar a minha vida, comprei apartamento, carro [...] nunca pensei em ser rico, estou bem agora e já posso curtir legal a velhice que se aproxima” (KHOURY, 2012, p.219-20).

Essa mudança de postura não o afastou inteiramente de seus posicionamentos políticos. Mudaram-se as formas de atuação, Bemvindo Sequeira não usa dos palcos nem da televisão, como ator, para realizar a sua militância. É em outras frentes, que ele define seus posicionamentos. Com o avanço tecnológico e o surgimento da internet, Bemvindo Sequeira utiliza-se do espaço virtual através das redes sociais e dos seus blogs, para debater questões importantes relacionadas à arte, à política, à cidadania, dentre outros temas.

3 NAS TRAMAS DE *ME SEGURA QUE EU VOU DAR UM VOTO*

São muitos os textos teatrais de autores baianos, ou de dramaturgos que por aqui deixaram seu legado, que estão adormecidos em arquivos espalhados pela cidade de Salvador e no interior do estado da Bahia, guardados em armários empoeirados de teatros e bibliotecas ou, até mesmo, em arquivos pessoais. Mesmo desconhecendo boa parte do conteúdo dessas obras, a recuperação desses acervos é de uma importância ímpar, pois através deles poderão ser evidenciados muitos registros da história da literatura, da cultura, da sociedade e da política baiana. Todos eles são registros importantes para memória do teatro e arquivo baiano.

Ressalte-se ainda a relevância do trabalho filológico desenvolvido na UFBA sob a coordenação da Profa. Dra. Rosa Borges no que se refere aos textos teatrais censurados, preparando-lhes edições e estudos críticos.

Dentre os textos censurados, examina-se a materialidade dos testemunhos de *Me segura que eu vou dar um voto* (MSQVDV), nos quais vários aspectos produzem novos sentidos e permitem variadas leituras. Corroborando o que assume Santos (2008, p. 8): “[...] toda obra pode e deve ser lida como o testemunho de uma sociedade, de uma época, de fatos particulares de nossa história, entre outros aspectos”. Nesse sentido, entendendo o texto como um evento social e cultural através da sua trama textual, considerando o contexto social e de produção da peça, bem como os agentes sociais que perpassam essa trama (como o autor, diretor, ator e o censor, por exemplo) e que participam da construção do texto e dos sentidos ali construídos, busca-se uma proposta editorial que considere as múltiplas textualidades produzidas e intervenções referidas, de modo que permita compreender o processo pelo qual se reinventaram os entraves políticos-culturais no contexto da abertura política na Bahia nas marcas que se apresentam no tecido textual de MSQVDV.

3.1 PROPOSTA EDITORIAL PARA *ME SEGURA QUE EU VOU DAR UM VOTO*

A edição de um texto, por mais rigorosos que sejam os princípios utilizados para seu procedimento editorial, não deixa de ser um ato crítico e interpretativo, muito embora vários estudos, sob influência positivista, tenham sido construídos acreditando-se isentos, isto é, detentores da capacidade de resgate do original perdido ou do ânimo

autoral. Longe de enveredar pelo debate histórico da Filologia/Crítica Textual (BORGES; SACRAMENTO DE SOUZA, 2012; MOREIRA, 2011; CAMBRAIA 2005), para este trabalho, compartilharemos do ponto de vista dos autores de *Edição de texto e crítica filológica*, para os quais a Filologia é um

“[...] termo que abarca atividades deveras distintas, mas identificadas quanto ao tratamento da palavra-texto, enquanto materialidade histórica, produzida e transmitida nas vias de cultura e da sociedade, pela mediação dos sujeitos – também históricos – que a constroem, consomem, leem e, por isso, modificam-na” (BORGES et al, 2012, p.11) .

Nesse sentido, a História Cultural, a História da Leitura e da Escrita e as novas tendências pragmáticas (KASTAN, 2001), no campo da Crítica Textual/Bibliografia Textual (Sociologia dos Textos e a interface da Crítica Textual com a Crítica Genética),⁹ têm contribuído para compreensão de que o texto é um evento histórico, social e cultural e, por isso, no decurso dos processos de produção, transmissão e circulação, diversos mediadores (revisor, diagramador, ilustrador, vendedor, bibliotecários) participam, direta ou indiretamente, de novas formas de produção sentido nas tramas textuais. Esse debate em torno da questão do autor, do significado das versões e da instabilidade textual repercute nas teorias da edição da Crítica Textual¹⁰. Assim,

Diante do objeto e da finalidade da pesquisa, o editor pode comportar-se pelo viés platônico, orientado pela busca do sentido original ou representativo do ânimo autoral, ou pelo viés pragmático, no qual, ainda que se estabeleça um texto, ele não será a recuperação de um texto perdido ou ideal, ou ainda uma autoridade de uma voz historicamente reconstruída, mas, sim, um centro provisório, um testemunho posto em evidência, não por privilégio ou merecimento, mas por estratégia de leitura e crítica (BORGES; SACRAMENTO DE SOUZA, 2012, p. 23).

Os autores acima referidos declaram no texto clara vinculação à proposta de McKenzie (2005), conforme a qual o texto como um produto cultural é “[...] algo siempre inconcluso y, por tanto, abierto, variable, sujeto a um perpetuo rehacerse por

⁹ Neste trabalho, não se desenvolverá uma discussão de revisão teórica das perspectivas citadas, uma vez que elas não se prestam à prática metodológica cientificista de caráter modelar e universal. Ao contrário, todas elas trazem como premissa o fato de as realidades textuais terem de ser consideradas individualmente. Desse modo, a própria confecção da edição do texto e a leitura se constituirão na proposta teórico-metodológica adotada. Isso não impede, entretanto, que se articule, a partir das demandas de cada etapa, conceitos e procedimentos referentes a algumas delas.

¹⁰ “Assim, pode-se entender a Crítica Textual (Filologia *stricto sensu*) como um feixe de práticas de leitura, interpretação e edição que, a um só tempo, consideram como objeto, de modo indissociável, língua, texto e cultura.” (BORGES; SACRAMENTO DE SOUZA, 2012, p. 21)

parte de sus lectores, sus ejecutantes o sus espectadores”¹¹ (McKENZIE, 2005, p.69). Assim, a questão editorial nunca pode ser tratada como algo definitivo, há que sempre refletir-se acerca dos procedimentos utilizados a partir das demandas da pesquisa e do texto. Nessa perspectiva, de uma “teoria social da edição”¹², o texto é entendido não só como resultado da intenção do autor, mas como produto de um conjunto de aspectos colaborativos, que envolvem o autor e outros mediadores na produção, circulação e recepção do texto. Para McGann (1983), a única regra invariável na condição textual é sua variação, construída pela interpretação decorrente das diversas leituras. A intenção autoral, embora importante, não é o único critério, nem o mais importante para a edição do texto. Além disso, muitos estudos tradicionais de edição, no afã de reconstruir o original, desconsideraram a historicidade do texto. Para Chartier, muitos intelectuais, inclusive da área das Letras,

[...] consideram os textos como se existissem em si mesmos, fora dos objetos ou das vozes que os transmitem, enquanto que uma leitura cultural das obras lembra que as formas como são lidas, ouvidas ou vistas também participam da construção de seu significado (CHARTIER, 2010, p.38).

Dessa forma, o texto, nas suas diversas configurações textuais, através do seu conteúdo e das suas marcas, identificados e decodificados por um leitor, poderá ser mobilizado como fonte da história sociocultural de uma época, apesar de o texto, no contexto em que foi projetado, não ter sido pensado como um documento histórico. Esse uso documental é dado pelo seu leitor. O texto é, portanto, um objeto importante na investigação histórica, literária e filológica, trazendo à tona vozes muitas vezes silenciadas pela historiografia tradicional. Nesse sentido, “cada uma das atuações de sujeitos históricos diferentes na trama textual traz novidades à tessitura e demonstram intencionalidades diferentes que enriquecem e atualizam as diversas produções de sentido no/do texto” (BORGES; SACRAMENTO DE SOUZA, 2012, p.59).

No sentido de valorizar esses diversos sujeitos históricos e suas diversas marcas presentes na tessitura textual, dialogando com as perspectivas mais atuais da Filologia, que consideram a pluralidade dos textos e dos variados momentos de expressões

¹¹ “[...] algo sempre inconcluso e, portanto, aberto, variável, sujeito a um perpétuo refazer-se por parte de seus leitores, seus performers ou seus espectadores” (McKENZIE, 2005, p. 69, tradução nossa).

¹² “Se no caso da teoria do copy-text e derivadas, o exercício crítico se orientava ainda para a possibilidade de fixar o texto numa forma capaz de representar ou reconstituir a intenção autoral final, a teoria social da edição reconhece a variação, a múltipla intencionalidade e a instabilidade como propriedades intrínsecas da materialidade textual.” (LOURENÇO, 2009, p.219)

autorais (LOURENÇO, 2009, p. 220), vem surgindo, através do avanço tecnológico, a possibilidade de utilização do suporte eletrônico/digital para dar visibilidade aos “[...] processos que conferem existência ao escrito em suas diversas formas” (CHARTIER, 2010, p.42).

Esses novos itinerários estão sustentados nas inúmeras possibilidades que a informática proporcionou com o surgimento do meio digital, que, através dos seus arranjos audiovisuais, nos permite recriar a textualidade de outros suportes que não o livro e o texto impresso. Sobre isso, Chartier afirma:

As possibilidades [...] do livro eletrônico convidam a organizar de forma diferente o que o livro, que é ainda o nosso, distribui de forma necessariamente linear e sequencial. O hipertexto e a hiperleitura permite e produz, transformam as relações possíveis entre as imagens, os sons e os textos associados de maneira não-linear, mediante conexões eletrônicas, assim como as ligações realizadas entre textos fluidos em seus contornos e em números virtualmente ilimitado (CHARTIER, 2002, p.109)

Essas inúmeras possibilidades trazidas pela informática possibilitam a publicação de todos os documentos e de toda a pluralidade textual a ser estudada sob o ponto de vista filológico, fato que, segundo Morrás (2003), possibilitaria uma mudança na prática editorial, pois, ao invés de tratar o texto como um produto terminal, passaria a tratá-lo como um processo. Antes desse avanço da tecnologia informática, as tentativas de edição sinóptica (PÉREZ PRIEGO, 1997) de texto com múltiplas versões acabavam esbarrando no alto custo, devido às limitações do suporte de papel e das técnicas existentes. Entretanto, é preciso considerar que o uso dos recursos de informática para o trabalho editorial não constitui invenção total de novas condições de texto e leitura. Os recursos tecnológicos, a rigor, potencializaram os recursos existentes e, terminam, portanto, por modificar os usos e interações dos leitores com os textos.

Essas ressignificações das tecnologias existentes no campo da Crítica Textual surgidas com o desenvolvimento da informática culminaram no surgimento da edição eletrônica, que aparece como a resposta técnica da Crítica Textual para dar conta das novas possibilidades trazidas pelo meio digital. Para Borges e Sacramento de Souza (2012, p. 39), “[...] uma edição eletrônica será uma forma de investigação do texto, cabendo ao editor mediar entre a dispersão dos testemunhos e os dados que seu exame proporciona”. Tendo em vista as inúmeras possibilidades da informática, essa edição eletrônica culminaria em um arquivo eletrônico, onde o editor/mediador, além da

reprodução fac-similar e transcrição de todo o material relativo aos textos, poderia incluir a edição crítica (ou qualquer outro modelo editorial), imagens, vídeos, depoimentos e outros materiais que enriqueçam a história da produção e circulação textuais.

Importante fazer uma diferenciação entre edição eletrônica e arquivo eletrônico ou hipertextual. A edição eletrônica seria a edição que permite a associação dos fac-símiles dos manuscritos com suas transcrições que possibilitam uma pesquisa através de motores de investigação (BIASI, 2010). Para Urbina, essa edição seria uma

[...] aplicación desde el comienzo de las nuevas tecnologías en la digitalización de textos y el empleo de bases de datos relacionales, creando nuevos programas que facilitan el cotejo automático de variantes, la presentación sincronizada de textos e imágenes y la creación de ediciones virtuales a través de la Internet, de manera flexible y dinámica (URBINA et al., [200-], p.2)¹³.

Por outro lado, o arquivo eletrônico ou hipertextual seria a utilização do formato eletrônico para a disposição não linear da dispersão dos testemunhos, manuscritos, imagens, edições, vídeos, entrevistas, recortes de jornais e qualquer outro material que se relacione com a história da criação, produção e circulação do acervo a ser estudado pelo editor. Urbina ([200-], p.1), ao tratar do Projeto Cervantes, considerado por ele um arquivo hipertextual, assim o descreve: “[...] representa un nuevo enfoque en la área de las humanidades digitales relacionado con la creación de un acceso amplio y general a una importante colección de textos, imágenes e documentos”¹⁴.

Essa diferenciação é importante para situar a importância de cada uma para os estudos filológicos. Para Lavagnino e McGann (1995; 1996, p. 127 apud MORRÁS, 2003, p.229), a edição eletrônica, dificilmente, será um meio de leitura e o futuro dessa edição está nas possibilidades de análise textual que é proporcionada para o pesquisador. Do mesmo modo, a mera disponibilidade de todas essas materialidades através do suporte digital num arquivo eletrônico ou hipertextual não bastaria para recepção desse material para toda a comunidade de leitores. Sendo assim, “el editor debe

¹³ “[...] aplicação desde o começo das novas tecnologias na digitalização de textos e no emprego de bases de dados racionais, criando novos programas que facilitam o cotejo automático de variantes, a apresentação sincronizada de textos e imagens e a criação de edições virtuais através da Internet, de maneira flexível e dinâmica” (URBINA, et al., [200-], p.2, tradução nossa)

¹⁴ “[...] representa um novo enfoque na área das humanidades digitais relacionado com a criação de um acesso amplo e geral a uma importante coleção de textos imagens e documentos” (URBINA et al., [200-], p.2, tradução nossa).

mediar entre la dispersión de los testimonios y las necesidades del investigador y el crítico literário”¹⁵ (HULT, 1985, p. 87 apud MORRÁS, 2003, p.230). Para Isabel Lourenço, a tecnologia informática

[...] surge, então, como uma nova forma de encarar os textos. Com vista à optimização desse tipo de edição, convém ter presentes as limitações que a forma tecnológica do livro impôs à edição crítica e ao estudo de textos. A tecnologia digital não elimina o papel do editor ou a crítica textual, pelo que continua a ser necessário o conhecimento dos modelos críticos herdados da edição impressa. Essencialmente, altera as formas de representação e transmissão do saber, e aumenta as possibilidades de armazenamento, acesso, colação e estudo dos textos (LOURENÇO, 2009, p. 246).

O interesse pela informática não é algo novo no campo da Crítica Textual, desde a década de 1960 (PRASCHEK, 1965 apud MORRÁS, 2003) e, se se recorrer ao início da informática nos estudos filológicos, remontaremos ao final da década de 1940 quando P. Roberto Busa utilizou da tecnologia de um IBM na edição da obra de santo Tomás de Aquino (BUSA, 1992 apud MORRÁS, 2003). Apesar da rápida evolução da tecnologia informática, a repercussão desse avanço tecnológico no campo da Crítica Textual está aquém do esperado. Muitos são os motivos: o alto custo no desenvolvimento das ferramentas e *software*; a falta de investimento estatal na pesquisa e a falta de incentivo aos estudos interdisciplinares entre os estudos filológicos e a ciência da computação.

Essas dificuldades, porém, não impedem que alguns projetos avancem na junção dos trabalhos das edições críticas e das plataformas digitais, além do mais o meio digital se mostra como o suporte mais adequado para se trabalhar com os textos que apresentem múltiplas versões. As dificuldades não devem ser encaradas como um impedimento, e sim como um desafio a ser superado para que ocorram os avanços. Para Morrás,

[...] la inexistência de um archivo electrónico hipertextual que responda a los planteamientos proyectados, siempre excesivamente ambiciosos respecto de la tecnología informática que existe en ese momento y a los materiales disponibles en modo electrónico, no debe

¹⁵ “[...] o editor deve mediar entre a dispersão dos testemunhos e as necessidades do investigador e do crítico literário” (HULT, 1985, p. 87 apud MORRÁS, 2003, p.230, tradução nossa).

impedir que se elaboren archivos factibles con unos costes de tiempo y de dinero razonables¹⁶ (MORRÁS, 2003, p. 235).

Corroborando com essa citação de Morrás, vem surgindo alguns projetos ambiciosos que estão avançando, a exemplo do Projeto Cervantes que, em sua primeira versão, publicou o portal do *Proyecto Cervantes y de la Cátedra Cervantes* em 2005, no qual se pôde visualizar a *Ediciónvariorum electrónica del Quijote (EVE-DQ)*. Essa edição *variorum* “[...] incorpora y coteja nueve ejemplares de la *princeps* de 1605, siete de la de 1615, y dos ejemplares de las ediciones de 7 ediciones tempranas de interés crítico textual publicadas entre 1605 y 1637”¹⁷ (URBINA et al., [200-], p. 2). Dessa mesma maneira, existem projetos que estão plantando as sementes para o avanço da construção de arquivos hipertextuais na Bahia, resultado de dissertações de mestrado no âmbito da ETTC, coordenada pela Profa. Dra. Rosa Borges, e que trazem propostas de utilização do meio digital para apresentação de edições.

No total, são cinco dissertações que já apresentam uma proposta de utilização do meio digital como forma de dar a ver as múltiplas versões do texto, inclusive das edições, são elas:

- a) *Três fios de bordados de Jurema Penna: leituras filológicas de uma dramaturgia baiana*, de Isabela Santos de Almeida, em 2011, que apresenta uma edição interpretativa em meio digital do texto *Auto da Barca do rio das lágrimas de Irati* como exercício para utilização da ferramenta informática na construção de edições. Foi utilizado o programa *Web Page Maker* na construção do arquivo hipertextual. Para ter acesso ao conteúdo desse arquivo, a pesquisadora disponibilizou um CD-ROM, no qual o arquivo foi gravado. Ao clicar no arquivo salvo, abre-se um *menu* com algumas opções de navegação onde estará disponível: as orientações para navegação, o texto crítico e o aparato de notas, a edição e os fac-símiles e uma lista de materiais audiovisuais;
- b) *Edição do texto e estudo da linguagem proibida em Malandragem Made In Bahia*, de Antonio Cerqueira, de Williane Silva Coroa, realizada em 2012. Para construção do arquivo hipertextual, a pesquisadora utilizou-se dos programas

¹⁶ “[...] a inexistência de um arquivo eletrônico hipertextual que responda aos planos, sempre excessivamente ambiciosos no que diz respeito à tecnologia informática que existe nesse momento e aos materiais disponíveis em meio eletrônico, não deve impedir que se elaborem arquivos factíveis com custos de tempo e de dinheiro razoáveis (MORRÁS, 2003, p. 235, tradução nossa).

¹⁷ “[...] incorpora e coteja nove exemplares da [edição] *princeps* de 1605, sete da de 1615, e dois exemplares de primeiras edições de 7 edições de interesse crítico textual publicados entre 1605 e 1637” (URBINA et al., [200-], p. 2, tradução nossa).

NVU e Microsoft Word. O arquivo foi disponibilizado em CD-ROM. Ao clicar no arquivo salvo, abre-se um *menu* com algumas opções de navegação onde estará disponível: apresentação contendo as orientações de navegação; edição fac-similar, os testemunhos de *Malandragem made in Bahia*; edição interpretativa em meio digital, com o texto crítico e o aparato de variantes e notas; arquivos do autor com os recortes de jornais; e, por fim, os arquivos de censura;

c) *Aprender a NADA-R e Anatomia das Feras, de Nivalda Costa: processos de construção dos textos e edição*, de Débora de Souza, realizada em 2012. Para construção do arquivo hipertextual, a pesquisadora utilizou-se dos formatos e linguagens PDF e HTML e o arquivo foi disponibilizado em CD-ROM. Ao clicar no arquivo salvo, abre-se uma página em formato HTML com as opções de navegação em *hiperlink*. Numa das opções de navegação, está disponível a edição em meio digital, no qual a pesquisadora apresenta *hiperlinks* com comentários do editor, assim como as intervenções da própria autora e da censura. Em outra opção de navegação, os fac-símiles dos textos e dos arquivos de censura são expostos;

d) *Da trama do arquivo à trama detetivesca de Irani ou As interrogações, de Ariovaldo Matos: leitura filológica do arquivo e edição do texto*, de Mabel Meira Mota, realizada em 2012. Para construção do arquivo hipertextual, a pesquisadora utilizou-se dos programas *Antena Beta* e *Dreamweaver CS5*, o arquivo foi disponibilizado em DVD. Para acessar o arquivo, deve-se clicar no link *Índex.html*, abre-se uma página inicial com o *menu* com algumas opções de navegação onde estará disponível: uma apresentação contendo as orientações de navegação; dossiê de *Irani ou As interrogações* com os recortes de jornais e os arquivos de censura; uma edição interpretativa em meio digital do texto com o aparato de variantes e notas, texto crítico, lista de materiais audiovisuais; uma edição fac-similar com as versão do autor Ariovaldo Matos; e a adaptação do texto feita pelo diretor Eduardo Cabus em três vias;

e) *O desabrochar de uma flor em tempos de repressão: edição e crítica filológica de Apareceu a Margarida de Roberto Athayde*, de Fabiana Prudente Correia, realizada em 2013. Para construção do arquivo hipertextual, a pesquisadora utilizou-se do programa *Prezi*, disponibilizando o arquivo em DVD. Para acessá-lo deve clicar no arquivo *autorun* gravado no DVD, abre-se

uma página inicial com o *menu*, com algumas opções de navegação: a edição sinóptica em meio digital do I Ato do texto *Apareceu a Margarida*; a edição sinóptica em meio digital do II Ato do texto *Apareceu a Margarida*; edição fac-similar de *Apareceu a Margarida*; e a cronologia das versões, arquivos da censura, arquivo de *Apareceu a Margarida* com uma gama de documentações que tratam da circulação da obra.

Levando-se em consideração “[...] que a tecnologia digital não descarta o exercício da Crítica Textual, pelo contrário, parte dos modelos editoriais aplicados à tradição impressa e à manuscrita” (BORGES; SACRAMENTO DE SOUZA, 2012, p.44), precisa-se considerar que o meio digital é a melhor forma de dar a ver o processo de produção e circulação do texto. Avançando nesse cenário da prática editorial digital, procurar-se-á a seguir, desenvolver um estudo crítico das materialidades textuais e dos paratextos de MSQVDV, bem como escolher o modelo editorial a ser adotado, para, depois disso, proceder à edição do texto e à construção do arquivo hipertextual.

3.2 *ME SEGURA QUE VOU DAR UM VOTO SOB CENSURA*

Bemvindo teve toda sua trajetória (militante-artista, artista-militante e artista) no teatro, que se iniciou em 1966, no Teatro de Arena da Ilha do Governador, até os dias atuais, marcada principalmente pela sua atuação enquanto ator, inclusive tendo recebido vários prêmios. No entanto, outras facetas de artista se apresentam, seja como diretor, tradutor, produtor e escritor de textos teatrais. Dentro do contexto do estudo de textos teatrais censurados, surge a possibilidade de estudo da produção dramatúrgica de Bemvindo Sequeira, nas palavras de Aninha Franco (1994, p.310), “[...] A passagem desse grande ator e agitador cultural pela cidade foi de grande importância para o teatro soteropolitano durante os anos 70 e início dos anos 80”.

Inicialmente, foram catalogados pelo *Arquivo Textos Teatrais Censurados* (ATTC), do Instituto de Letras, da Universidade Federal da Bahia, dois textos escritos por Bemvindo Sequeira: *Uma mãe é uma mãe* e *Me segura que eu vou dar um voto*. Esses dois textos foram encontrados no acervo do Núcleo de Acervo do Espaço Xisto Bahia. *Uma mãe é uma mãe* é uma peça de um ato, com dez personagens, datado de 1980, com apenas um testemunho, datiloscrito, com dez folhas, apresentando carimbos

do Departamento de Polícia Federal (DPF) e da Sociedade Brasileira dos Autores Teatrais (SBAT). *Me segura que eu vou dar um voto* será descrito mais adiante.

Após análise e leitura prévia dos textos de Bemvindo Sequeira presentes no ATTC, fez-se o contato com o Arquivo Nacional de Brasília, na base de dados do conjunto documental Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP), onde está arquivada uma grande quantidade de textos teatrais censurados, provenientes do aparelho estatal, após o fim da censura prévia às diversões artísticas. Foi encaminhado um e-mail para o endereço <consultasdf@arquivonacional.gov.br>, solicitando uma busca no acervo do Arquivo, de textos de autoria de Bemvindo Sequeira. O Setor de Atendimento ao Usuário respondeu ao e-mail, informando que realizaria a busca no Acervo. Algum tempo depois, foi encaminhada a seguinte resposta pelo setor:

Sobre a solicitação de pesquisa abaixo, segue anexa listagem com as peças localizadas em base de dados do conjunto documental Divisão de Censura de Diversões Públicas-DCDP/Peças Teatrais de autoria de Bemvindo Siqueira. Tratam-se de processos de censura de peças compostos de documentos como solicitação para encenação, pareceres, cortes, classificação, entre outros. Informamos que o custo da cópia é de R\$ 0,20 por página mais as despesas com a remessa pelos Correios. Para acesso as cópias de documentos e pagamento da Guia de Recolhimento da União-GRU, é necessário enviar o endereço completo e o número do CPF. Caso previra o atendimento presencial, o horário de atendimento no Setor é de segunda a sexta feira, de 8h30 as 16h30 e necessita de agendamento prévio.

Att.

Setor de Atendimento ao Usuário

Coordenação Regional do Arquivo Nacional no DF

Foram identificados nove textos de autoria de Bemvindo Sequeira, solicitou-se a cópia de todas as peças localizadas na base de dados. Após o desarquivamento e contagem das folhas, o Setor de Atendimento ao Usuário do Arquivo Nacional encaminhou para o pesquisador o termo de responsabilidade e uma GRU (Guia de Recolhimento da União) para recolhimento dos valores referentes às cópias dos textos e as taxas de postagem. Após preenchimento e assinatura do termo de responsabilidade e pagamento da GRU, foram digitalizados e encaminhados via e-mail. O Setor de atendimento procedeu ao envio do material dos quais constavam as seguintes peças: *Aventuras de João Errado; Os milagres de Nossa Senhora de Fátima ou o filho que foi ao inferno por causa da Liamba; Uma mãe é uma mãe; Yes, nós temos cordel; Me segura que eu vou dar um voto; O dia em que o brasil tomou doril; Oxente, gente:*

Bemvindo para Presidente; Oxente, gente: Bemvindo para Presidente II; Ri melhor quem ri Bemvindo.

Os *scripts* encaminhados pelo Arquivo Nacional, de Brasília, juntamente com aqueles encontrados no Núcleo de Acervo do Espaço Xisto Bahia, que cujas cópias digitalizadas integram o ATTC, formam o seguinte acervo de textos teatrais censurados de Bemvindo Sequeira:

Quadro x:

Título	Data do Texto	Nº atos	Nº personagens	Nº testemunhos	Nº folhas	Observações	Acervo
As aventuras de João Errado	1977	1	11	2 datiloscritos	4	S/ carimbo mais com pareceres	Arquivo Nacional
Uma mãe é uma mãe	1980	1	10	1 datiloscrito	10	DPF, SBAT	Espaço Xisto Bahia
Uma mãe é uma mãe	1980	1	10	1 datiloscrito	10	SBAT, C/ Cortes	Arquivo Nacional
O Milagreiro de Nossa Senhora de Fátima ou o Filho que foi ao inferno por causa da Liamba	1980	1	7	3 datiloscrito	7	SBAT, peça encaminhada à Câmara Técnica de Entorpecentes e Tóxicos do Ministério da Saúde	Arquivo Nacional
Yes, nós temos cordel	1981	4	Indeterminado	1 datiloscrito	29	Sem Carimbo mais com pareceres, espetáculo	Arquivo Nacional
Me segura que eu vou dar um voto	1982	1	Indeterminado	5 datiloscritos	27/16/29/25/27	C/ Cortes, DPF, SBAT	Arquivo Nacional/Espaço Xisto Bahia
O dia em que o Brasil tomou Doril	1983/1984	1	Indeterminado	2 datiloscritos	33	C/ Cortes, DPF	Arquivo Nacional
Oxente, gente: Bemvindo para Presidente	1984	1	Indeterminado	1 datiloscrito	30	DPF	Arquivo Nacional

Oxente, gente: Bemvindo para Presidente II	1985	1	Indeterminado	1 datiloscrito	27	DPF	Arquivo Nacional
Ri melhor quem ri Bemvindo	1986	1	Indeterminado	1 datiloscrito	44	DPF	Arquivo Nacional

Fonte: Elaborado pelo autor

Dentre os textos selecionados, destaca-se, de sua trilogia do humor político, *Me segura que eu vou dar um voto*. A peça foi produzida no ano de 1982, tendo passado pelo crivo da censura, num momento em que o regime ditatorial caminhava para seu fim e começava o processo de abertura política. Vésperas das eleições diretas para o governo dos estados, o país passava por fortes transformações na estrutura política e partidária, com surgimento de partidos de oposição legalizados e uma forte mistura ideológica dentro desses partidos. A nação e os políticos reaprendiam a lidar com a democracia, as eleições e o voto. O texto de Bemvindo Sequeira reinventa esse ambiente político e traz à tona debates que não costumavam ocupar as páginas da crítica, nem dos grandes veículos de comunicação. Para Aninha Franco,

Aproveitando-se do momento político buliçoso, com eleições para os governos estaduais, que não aconteciam desde 1964, Bemvindo Sequeira iniciou uma bem sucedida carreira solo, com *Me Segura Que Eu Vou Dar Um Voto* (Bemvindo Sequeira). Esse foi o primeiro de vários espetáculos – com mais ou menos a mesma estrutura – realizados pelo ator-diretor nos anos 80 (FRANCO, 1994, p.305).

A peça é um monólogo em um ato. O texto apresenta uma sátira política que enfoca os principais problemas administrativos, políticos, artísticos e sociais enfrentados pelo Brasil em 1982. Faz uma crítica, através de uma linguagem cômica, à ditadura militar, à sociedade, aos políticos e aos partidos políticos da Bahia e do Brasil, no processo de abertura política. A *recensio* de MSQVDV teve como produto cinco testemunhos: T01, T02, T03, T04 e T05. Além dos testemunhos, compõe o dossiê de MSQVDV documentos de censura: ofícios, certificados, pareceres, formulários, e matérias de jornais que faziam referência à peça ou ao autor.

T01 é cópia fotográfica do documento localizada no Núcleo de Acervo do Espaço Xisto Bahia, um datiloscrito com 27 folhas, com numeração na margem superior direita. O testemunho apresenta marcas de grampo na margem superior

esquerda e marcas de perfuração e encadernação na margem lateral esquerda. Possui uma capa com as seguintes inscrições: ME SEGURA QUE EU VOU DAR UM VOTO; Bemvindo Sequeira; Salvador, junho/julho-1982. Na capa e na folha 1, registra-se o carimbo da Soc(iedade) Brasileira de Autores Teatrais – Bahia – SBAT, no canto inferior direito da folha, em formato circular, em tinta azul, com assinatura/rubrica, em tinta preta. O texto apresenta marcas de corte, destacadas em caneta de tinta azul, às folhas 3, 4, 13, 18, 19, 20, 21 e 26. Já às folhas 6, 7, 14, 15, 16, 17, 22, 23 e 24, além das passagens envolvidas com marca de caneta de tinta azul, é possível identificar a inscrição manuscrita “corte” também em caneta de tinta azul.

T02 é cópia reprográfica do documento localizado na base de dados do conjunto documental da DCDP do Arquivo Nacional, de Brasília, um datiloscrito com 27 folhas, com numeração na margem superior direita. O testemunho apresenta marcas de perfuração na margem lateral esquerda. Testemunho incompleto, com ausência da folha de numeração 6. Possui uma capa com as seguintes inscrições: ME SEGURA QUE EU VOU DAR UM VOTO; Bemvindo Sequeira; Salvador, junho/julho-1982. Na capa e nas folhas 1 e 27, do testemunho registra-se o carimbo da Soc(iedade) Brasileira de Autores Teatrais – Bahia – SBAT no canto inferior direito, em formato circular, com assinatura/rubrica. Apresenta também o carimbo da Superintendência Regional da Bahia – DPF – Censura Federal, em todas as folhas do testemunho. Os cortes são destacados, envolvidos em um retângulo com a inscrição manuscrita “corte” às folhas 7, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 26.

T03 é cópia reprográfica do documento localizado na base de dados do conjunto documental da DCDP do Arquivo Nacional, de Brasília, um datiloscrito com 16 folhas, com numeração na margem superior direita. O testemunho apresenta marcas de perfuração na margem lateral esquerda. Testemunho incompleto, com a ausência das folhas de numeração 17 a 27. Na folha 1, há carimbo da Soc(iedade) Brasileira de Autores Teatrais – Bahia – SBAT, no canto inferior direito, em formato circular, com assinatura/rubrica. Apresenta o carimbo da Superintendência Regional da Bahia – DPF – Censura Federal, em todas as folhas do testemunho. Os cortes são destacados, envolvidos em um retângulo com a inscrição manuscrita CORTE, às folhas 6, 7, 14, 15, 16.

T04 é cópia fotográfica do documento localizada no Núcleo de Acervo do Espaço Xisto Bahia, um datiloscrito com 25 folhas, com numeração na margem superior direita. Existem duas folhas com a numeração 13, e há intervenção na

numeração da folha 14. O testemunho está incompleto, faltando as folhas do intervalo de numeração 15 a 19 e a última folha. Apresenta marcas de grampo na margem superior esquerda e marcas de perfuração e encadernação na margem lateral esquerda. Possui uma capa com as seguintes inscrições: ME SEGURA QUE EU VOU DAR UM VOTO; Comédia-pacote de BEMVINDO SEQUEIRA; Salvador, julho de 1982. Traz o carimbo da Superintendência Regional da Bahia – DPF – Censura Federal, em todas as folhas. Os cortes, em formato retangular, em tinta azul, são destacados às folhas 25, 26, 27 e 28.

T05 é cópia fotográfica do documento localizada no Núcleo de Acervo do Espaço Xisto Bahia, um datiloscrito com 29 folhas, com numeração na margem superior direita. Apresenta marcas de grampo margem superior esquerda. A folha 29 traz o carimbo da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais – Bahia – SBAT, no canto inferior direito, em formato circular, com rubrica. Registra-se no seu interior o carimbo da Superintendência Regional da Bahia – DPF – Censura Federal, em todas as folhas. Os cortes são destacados, em marca retangular, à folha 28.

A partir dos resultados da *recensio*, foi feita a leitura de todos os textos visando à detecção das pluralidades textuais. Após a leitura, a conclusão a que se chegou foi: MSQVDV possui, basicamente, dois *scripts* diferentes que aparecem distribuídos em cinco testemunhos. Os *scripts* são assim denominados: **SCRIPT-MSQVDV.01** e **SCRIPT-MSQVDV.02**. T01, T02 e T03 provêm do **SCRIPT-MSQVDV.01** e T04 e T05 procedem de **SCRIPT-MSQVDV.02**.

Os textos decorrentes do **SCRIPT-MSQVDV.01** referem-se ao texto produzido pelo autor para ser encenado nos meses que antecederiam as eleições para o governo do estado da Bahia em novembro de 1982. Voltada para os tipos políticos presentes na Bahia e na cena partidária local, a peça estava prevista para ficar em cartaz até a data das eleições. Entretanto, Bemvindo não almejava apenas a cena teatral baiana, vislumbrava a circulação por outras praças.

Prepara-se, então, o *script* (**SCRIPT-MSQVDV.02**) que, diferente do primeiro, que caricaturava a cena partidária baiana, apresentava críticas políticas mais gerais. Esse segundo *script* decorreu de um convite do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro para uma semana de apresentações nos palcos cariocas. Todavia, as coisas não saíram como planejadas. Com a morte de Cleriston Andrade, a temporada carioca foi precipitada e o texto foi encenado antes do que ele próprio imaginava, em uma temporada de quase um mês no Teatro Rival, de outubro às vésperas das eleições de 1982.

Sobre essa ida para o Rio de Janeiro, após o encerramento da temporada baiana, segue abaixo o trecho de uma declaração de Bemvindo Sequeira ao jornal *O Globo*:

Foi então que eu recebi o convite de Norma Dumar para levar o meu espetáculo ao Teatro Rival, no Rio. Vim porque sou irresponsável mesmo. Não que eu duvidasse da qualidade, mas porque não havia nada preparado para a montagem. Fizemos um arremedo de produção, e deu certo. Principalmente no que se refere à adaptação dos personagens políticos para a realidade do Rio. Quando eu fui embora daqui, há 17 anos, quem estava em evidência era Brizola, Sandra Cavalcanti... Quando eu volto, não é que eram os mesmos? (*A REVELAÇÃO...*, 1983, p.8).

Ambos os *scripts* foram submetidos à censura, o que é comprovado pelo carimbo da Superintendência Regional da Bahia – DPF em pelo menos um testemunho dos dois textos. Vale, porém, ressaltar que tanto as três cópias (T01, T02 e T03) do **SCRIPT-MSQVDV.01** quanto as duas cópias (T04 e T05) do **SCRIPT-MSQVDV.02** correspondem as vias exigidas pelo Serviço de Censura para emissão do Certificado de Censura, que era exigido de todos os eventos de diversão públicas. Apenas na tradição textual referente ao **SCRIPT-MSQVDV.01** é que está presente a documentação censória que será apresentada adiante.

3.2.1 Processo de Censura de MSQVDV

O Brasil, durante sua brevíssima história de pouco mais de 500 anos, passou por vários momentos turbulentos, nos quais a atuação de governos autoritários tentou “amordaçar” a sociedade através do enfraquecimento da nossa incipiente democracia e do controle da liberdade das diversas formas de expressão. Um dos mecanismos usados para esse controle foi a censura. Segundo Fagundes¹⁸ (1974, p.137), a ação de censurar realiza-se pelos gestos de

[...] examinar e classificar, dentro de determinada faixa etária, o espetáculo de diversão pública, visando proporcionar ao espectador entretenimento adequado à sua capacidade de compreensão, ao mesmo tempo protegendo-o contra imprecisões prejudiciais à sua formação intelectual, psíquica, moral e cívica.

¹⁸ Coriolano de Loyola Cabral Fagundes foi diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP).

Na fase republicana brasileira, em dois momentos, existiu uma forte censura no tocante às artes, principalmente, em relação à música, à literatura e à dramaturgia. Primeiro, destaca-se a fase ditatorial do governo Vargas, o Estado Novo, quando foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com intuito de instituir a censura e divulgar o governo. Segundo, entre os anos de 1964 e 1985, após o golpe dos militares, foi estabelecido no Brasil o Regime Militar, período marcado pelo autoritarismo e forte censura.

Assim, através dos Atos Institucionais editados pelos militares, intensificou-se a repressão aos movimentos sociais e artísticos. A Censura agia de maneira dura, em relação a qualquer forma de manifestação que confrontasse o discurso conservador e antidemocrático daqueles que se diziam defensores da “moral e dos bons costumes”. Para Aninha Franco (1994, p.197),

[a] censura prévia foi reativada no final dos anos 60, produzindo efeitos nos 70, com eficácia. Para que um objeto artístico entrasse em contato com o público, o ator, o músico, o artista plástico, o escritor ou o cineasta precisavam de uma liberação expressa do Departamento de Censura, em Brasília. O resultado disso foi caótico para a arte, em geral, e para o teatro, em particular.

De um lado, o Estado utilizou o controle das publicações como forma de dominação e com a finalidade de conquistar a adesão da sociedade, na medida em que censurava os textos contestatórios, que, na maioria das vezes, teciam críticas ao Estado e às instituições vinculadas a ele. De outro lado, aqueles que foram silenciados pela censura, sobretudo no que diz respeito à classe teatral, também utilizaram os textos teatrais como forma de apresentar os descontentamento e exibir os protestos. O golpe militar ocorreu em um período de grande agitação cultural, a arte brasileira vivia um período de efervescência, marcado pela criatividade, ousadia e, além disso, existia uma crença na transformação popular, de revolucionar não apenas a arte como também a sociedade (WANDERLEY, 2005). Para Michalski (1979, p. 11-13), um dos críticos teatrais de grande expressão,

[...] seria exagerado dizer que o teatro foi erigido em inimigo público número um; mas dizer que foi erigido como um dos inimigos públicos mais declarados, e, por conseguinte, tratado com sistemática desconfiança, hostilidade, e não raras vezes com brutalidade, é constatar uma verdade histórica inegável [...]. [Levando-se em conta] a faixa mais destacada da criação dramaturgica e cênica que se

formara no Brasil na década anterior a 1964, não há como fugir da constatação de que ela representa valores diametralmente opostos aos que viriam a ser infligidos à sociedade brasileira depois do 1º de abril [...]. No clima de radicalismo que se instalou então no país, era o que bastava para lançar sobre o teatro, de saída, uma grave suspeita, por si só suficiente para que se procurasse sufocar toda a linha de criação responsável pela imagem incriminada.

O Decreto n.º 20.493, assinado em 24 de janeiro de 1946, foi utilizado como principal instrumento legal dos órgãos de censura durante todo o regime militar, juntamente com outros instrumentos legais como a Lei n.º 5.536/68, do Decreto-lei n.º 1.077/70 e o Decreto n.º 69.845/71. Considerando todos esses instrumentos normativos pode-se chegar ao conjunto de proibições elencadas pela legislação censória, como traz Fagundes (1974, p.144):

não será liberada a comunicação social, compreendida no campo da diversão pública¹⁹, que:

I) ATENTE CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL, por conter, potencialmente:

- a) incitamento contra o regime vigente;
- b) ofensa à dignidade ou ao interesse nacional;
- c) indução de desprestígio para as forças armadas;
- d) instigação contra autoridade;
- e) estímulo à luta de classe;
- f) atentado a ordem pública;
- g) incitamento a preconceitos étnicos;
- h) prejuízos para as boas relações diplomáticas.

II) – FIRA PRINCÍPIOS ÉTICOS, por constituir-se, em potencial, em:

- a) ofensa ao decoro publico;
- b) divulgação ou indução aos maus costumes;
- c) sugestão, ainda que velada, de uso de entorpecentes;
- d) fator capaz de gerar angústia, por retratar a prática de ferocidade;
- e) sugestivo a prática de crimes.

III) – CONTRARIE DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS, por representar, potencialmente,

- a) ofensa a coletividade; ou
- b) hostilização à religião.

Após analisar o material a ser censurado sob o prisma das proibições da legislação censória, poderia ser imposta aos espetáculos de diversões públicas algumas restrições, como a classificação etária e a proibição parcial²⁰ ou total²¹. Especificamente

¹⁹ Diversão pública é a apresentação, com finalidade de entretenimento coletivo, de artista cênico, em atuação individual ou de elenco, como também a gravação, tanto sonora como de imagem, de espetáculos em geral (FAGUNDES, 1974, p. 137).

²⁰ A interdição parcial é popularmente conhecida como *corte* e dá-se ao ser determinado pelo órgão censório a supressão ou exclusão do gesto, fala, postura, entonação, ou procedimento do artista no palco,

para o cinema, além das restrições anteriores, poderiam ser impostas mais duas restrições, a restrição territorial e a restrição à exportação (FAGUNDES, 1974). Um dos “aspectos terríveis” da legislação censória, para Michalski (1979), sobretudo em relação ao Decreto 20.493/46, é a margem de interpretação subjetiva colocada nas mãos do censor, uma

[...] prova disto é o fato de que entre 1946 e 1964 o Decreto 20.493 amparou um número insignificante de interdições, sem que possa dizer que os censores daquela época o estivessem interpretando menos legitimamente do que os funcionários da Censura dos últimos 15 anos que, à luz do mesmo decreto, passaram a proibir e a cortar a torto e a direito (MICHALSKI, 1979, p.26).

Sabe-se que, num primeiro momento da censura pós-golpe de 1964, em razão da grande demanda de censores, uma vez que o controle sobre a imprensa e as diversões públicas se intensificou, muitos censores foram integrados ao quadro do Estado, sem o mínimo preparo para lidar com este trabalho, visto que, para exercer essa função, era exigido apenas o curso colegial. Somente após 1968, depois da nova lei de censura, a de n.º 5.536/1968, “[que se] obriga o candidato a apresentar diploma devidamente registrado de conclusão de curso superior de Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia” (FAGUNDES, 1974, p. 90). Tal condição não representou nenhuma mudança ideológica no trato dos censores com as obras, mas ajudou acabar com alguns equívocos cometidos pelos censores e que se tornaram motivo de piada. Um delas pode ser lida a seguir e foi descrita por Stanislaw Ponte Preta (1966, p. 14):

Em 1965, na estreia de *Electra*, no Teatro Municipal de São Paulo, agentes do DOPS compareceram ao local com “uma dura missão”: prender o autor da peça. Um subversivo. “O problema era que o procurado, o grego Sófocles, morrera em 406 a.C. Mas isso não impediu que, algum tempo depois, a Secretaria de Segurança Pública do Rio proibisse em Niterói a encenação de *Édipo Rei*, outro de seus textos. Alegou-se o mesmo de antes: a obra era subversiva.

Até 1967, a censura ao Teatro era realizada de maneira descentralizada, pelos estados. Em 1964, a Lei 4.483/64 criou o Departamento Federal de Segurança Pública, que, posteriormente, passou a ser chamado de Departamento de Polícia Federal, uma

ou ainda, a modificação de qualquer item do cenário, quando se trata de apresentação ao vivo (FAGUNDES, 1974, p. 141).

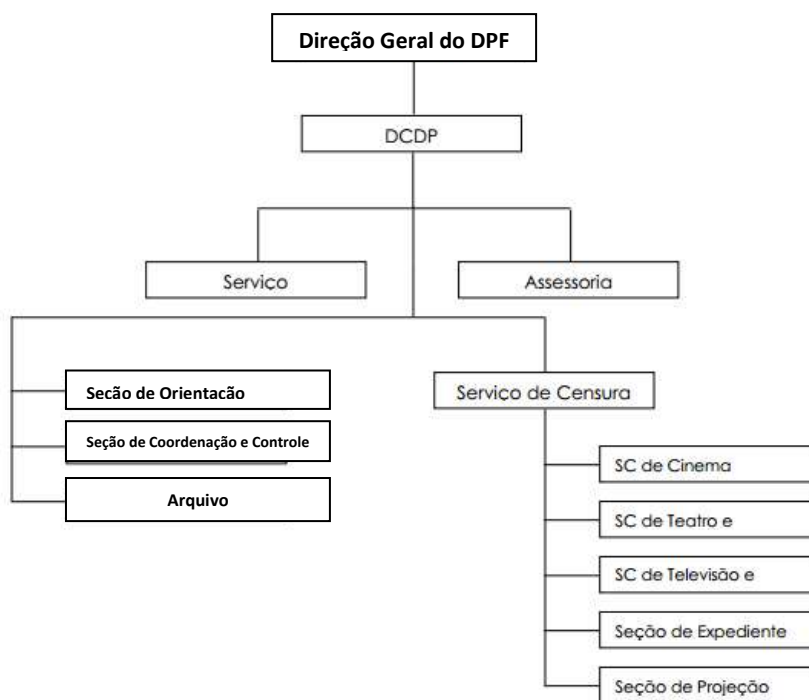
²¹ Interdição total é a proibição de ser o espetáculo, quer total como parcialmente, apresentado ao público, em qualquer ponto do território pátrio (FAGUNDES, 1974, p.141).

das funções desse Departamento seria a censura a diversões públicas que extrapolassem o limite dos estados, ou seja, resguardando ainda a censura regional. Somente no final de 1967, com a previsão legal da censura na Constituição de 1967, “que [se] institucionalizou a censura e tornou[-se] a atividade censória privativa da União, ou mais especificamente, do DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL (FAGUNDES, 1974, p.84)”. Além disso,

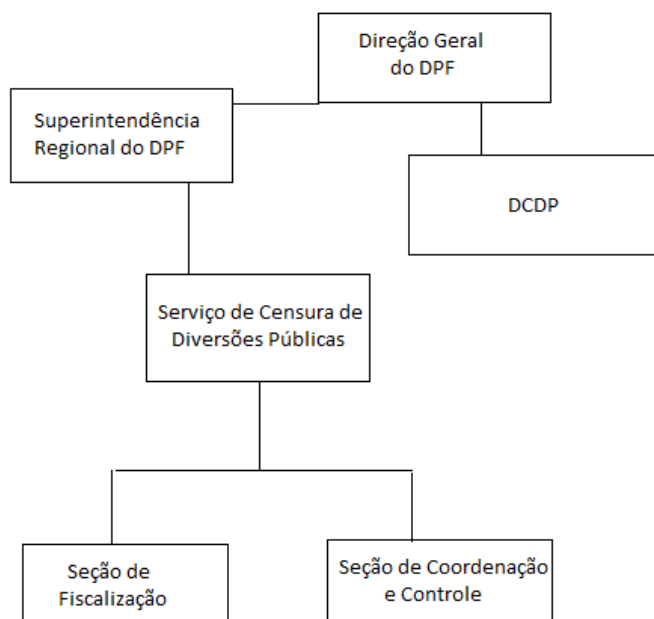
é de extrema importância ressaltar que, no regime militar, a centralização da censura respondeu à necessidade do governo de assumir o controle nacional sobre a produção artística que transgredisse preceito ético-moral ou que veiculasse mensagem político-ideológica (GARCIA, 2009, p.26).

Diversas regulamentações administrativas organizaram a censura federal, dando competência ao DPF (Departamento de Polícia Federal) para exercer a censura das diversões públicas e criando a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) como um órgão de direção, coordenação e controle desta atividade, centralizando assim em Brasília a censura aos textos teatrais (FAGUNDES, 1974). Abaixo, podem-se visualizar os quadros com as estruturas dos órgãos de censura elaborada por Fagundes (1974, p.94-95):

Figura1: Órgão Central de Censura



Fonte: FAGUNDES, 1974, p.94-95.

Figura 2: Órgãos Descentralizados de Censura

Fonte: FAGUNDES, 1974, p.94-95.

Para obter o certificado, a peça era submetida a uma série de etapas burocráticas. Primeiramente, era necessário que o empresário ou responsável pela produção da peça preenchesse o requerimento de censura solicitando o exame da peça, que deveria estar acompanhado dos seguintes itens: três exemplares da peça impressos ou datilografados sem nenhum tipo de rasura; autorização do autor da peça; relação com os nomes das equipes artística e técnica envolvidos com a peça; comprovação da celebração do contrato de trabalho de todos os participantes. Num primeiro momento, o certificado de censura só poderia ser usado pelo requerente, mas, após algumas alterações legislativas, qualquer outra pessoa poderia utilizar o certificado de censura já aprovado se o texto fosse idêntico (FAGUNDES, 1974).

Sendo assim, as peças, para serem encenadas, eram protocoladas nos Serviços de Censura e Diversões Públicas Regionais (SCDP), que, posteriormente, enviavam os textos para a DCDP (Brasília), onde uma equipe de técnicos de censura, lastreados pela legislação vigente, fazia o “patrulhamento ideológico” através de pareceres que indicavam a classificação etária e/ou a proibição de certas cenas ou palavras, podendo até mesmo vetar o texto completo, fundamentados nos artigos 1º e 2º da lei 5.536/68 e nos artigos 14º, 68º, 41º e 99º do Decreto nº 20. 493.

A Lei nº 5.536/68, mesmo tendo sido aprovada em novembro de 1968, após uma grande pressão dos artistas, em um primeiro momento, não entrou em vigor em sua totalidade por falta de regulamentação do governo, sobretudo pelo advento do AI-5 (MICHALSKI, 1989). Para Garcia,

[...] de modo geral, a rigidez na aplicação das normas censórias era a principal característica do órgão centralizado que proibia não só peças teatrais com linguagem coloquial, cenas de nudez e documentação incompleta como também com conteúdo político, crítica social e temas da atualidade. Na ditadura militar, a burocratização do serviço de censura, a centralização da análise censória e a aplicação intransigente da legislação propiciaram o controle político da produção artístico-cultural em todo território nacional (GARCIA, 2009, p.42).

Após análise e feitura dos pareceres, eram emitidos certificados provisórios, a documentação retornava para o SCDP regional, que se encarregava da supervisão o ensaio geral²². Após a realização do ensaio geral, o censor emitia o parecer que era encaminhado para DCDP para emissão do certificado de censura, válido pelo prazo de cinco anos. Essa legislação foi mantida em vigor até o final da abertura política.

A politização do instrumento de censura por um Estado de exceção trouxe outro fenômeno que muito influenciou na produção artística, inclusive na produção dramaturgica: a autocensura. Desse modo, “[...] fazer teatro e escrever sobre teatro sem ter em mente a existência da Censura se tornaria rapidamente uma impossibilidade, a partir do momento em que o regime implantado começou a definir suas características” (MICHALSKI, 1979, p. 8). As mãos de ferro dos censores, despertava nos autores nacionais a busca de estratégias criativas para que seus textos circulassem sem maiores interferências da censura. Esse tensionamento entre autor e censor, criava, por vezes, a prévia da censura prévia, que era a censura autoral ou a autocensura. Conforme Aninha Franco, artista que vivenciou este contexto de repressão,

²² Assim Fagundes (1974, p.217) descreve o ensaio geral: “uma formalidade que precisa ser cumprida para o perfeito e completo processamento da censura da obra teatral consiste em ser o respectivo ensaio geral submetido à comissão de censores dele encarregado. Para tanto o empresário, o diretor da companhia teatral ou o responsável pela realização do espetáculo, uma vez prontos o cenário, o guarda-roupa e terminados os ensaios regulares, encaminha ao órgão censório do DPF, com devida antecedência, requerimento solicitando à comissão de censores encarregada da liberação da peça marcar dia e hora para a realização do ensaio geral, do qual deverá ser em tudo idêntico às apresentações públicas que se lhe seguirão. Aos técnicos da censura é facultado fazerem-se acompanhar de um elemento da fiscalização censória, a fim de o mesmo tomar conhecimento da providência por eles determinadas e policiar o respectivo cumprimento. O ensaio geral é privativo da Censura. Além de técnicos e fiscais censórios, equipe artística e técnica participantes do espetáculo, pessoa alguma estranha pode estar presente sem consentimento expresso de censor, cumprindo ao empresário ou seu substituto impedir que tal aconteça”.

[...] o Departamento de Censura arruinou o teatro brasileiro durante esses anos, esvaziando-o de bons textos e de boas propostas. Em 1975, artistas e produtores teatrais já estavam trabalhando com textos liberados anteriormente, com besteiróis invetáveis ou com velhos clássicos da dramaturgia universal, destituídos de periculosidade. Escrever para quê, então? Em matéria imediatamente posterior ao incidente de Ringue [peça proibida às vésperas da estreia], a Tribuna da Bahia registrou o veto a 400 obras dramáticas entre 1968/75, no país, numa média assombrosa de 50 textos por ano (FRANCO, 1994, p.222).

Em meados da década de 1970, inicia-se o processo de descentralização do aparelho estatal de censura, principalmente relacionado à censura prévia ao teatro, uma vez que outras produções artísticas como o cinema preferia a centralização devido a sua circulação de caráter mais nacional. Sempre existiu uma tensão entre os mecanismos de censura e os artistas e produtores teatrais, o que propiciou alguns recuos da censura e, em outros momentos, um recrudescimento. Nesse caso, na segunda metade da década de 1970, houve um recuo do aparelho da censura que culminou na descentralização da censura dentre outras medidas, “[...] em 1975, o diretor da censura publicou uma instrução de serviço que delegava a censura teatral aos órgãos regionais dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (GARCIA, 2009, p.43)”. Em 1978, essa medida foi estendida aos órgãos regionais que tivessem em seus quadros mais de três técnicos de censura. Ainda com Garcia, pode-se afirmar que,

[...] sob essa perspectiva, o diretor da censura publicou, em meados de 1978, uma portaria que autorizava as comissões com três técnicos de censura, localizada nos órgãos regionais, a exercer censura prévia de peças teatrais, segundo alguns critérios como: protocolo das peças teatrais nos respectivos estados, pedido de informações e remessa de cópia de pareceres/relatórios ao órgão central, emissão de autorização provisória pelas censuras estaduais e expedição de censura definitivo em Brasília (GARCIA, 2009, p. 45).

Essa descentralização não significou o fim da censura política ao teatro, nem o fim da censura prévia. A descentralização facilitou a margem de negociação da classe teatral em relação aos técnicos de censura. Quando as peças eram censuradas em Brasília, a distância territorial impedia, muitas vezes, de o autor ou de o produtor da peça discutir com o censor alguns pontos controversos ou a possibilidade de alterar algum ponto do texto para facilitar sua liberação. As peculiaridades regionais eram também levadas em conta, pois em estados menos conservadores algumas peças

conseguiram liberação de forma mais tranquila. Outro aspecto dessa descentralização é o crescimento da mídia televisiva e seu alcance nos lares brasileiros, a popularização da TV fez o teatro sair um pouco do foco da censura, considerando que a televisão tinha um poder de inserção nos lares dos brasileiros muito maior que o teatro.

No final da década de 1970, o recuo do aparelho censor continuava. Após a posse de Figueiredo e a indicação de Petrônio Portela como Ministro da Justiça, a direção da DCDP “[...] desativou o decreto-lei n.º 1.077, de 1970, extinguiu a censura de livros e revistas e regulamentou o artigo 15 em diante da lei n.º 5.536, de 1968” (GARCIA, 2009, p.51). A regulamentação dos artigos 15 e seguintes da lei n.º 5.536 ativou o Conselho Superior de Censura (CSC), que possuía representantes do governo e da sociedade civil. Essa lei, em seu artigo 17, definia, como competências da CSC, rever as decisões relativas à censura proferidas pelo Diretor Geral do DPF e elaborar normas e critérios que orientem o exercício da censura, submetendo-as ao Ministro da Justiça.

[...] no final de 1979, o ministro da Justiça divulgou instruções normativas que visavam orientar a censura de diversões públicas na prática da censura moral e política. Como instrução geral, “o exame censório deverá ser feito com base na lei n.º 5.536, de 1968, e os atos administrativos seguem a rotina estabelecida pelo decreto n.º 20.493, de 1946”. No que tange à moral e aos bons costumes, “tolera-se palavrão, tendo em vista sua colocação no texto, isto é, a adequação da linguagem ao tema explorado”, “é permitido o nu desde que não seja com preocupação lasciva” e “não é permitida a prática de sexo no palco”. No que se refere à esfera política, “é permitido o texto político, desde que não seja injurioso às autoridades constituídas, nem representem mensagem de violência contra o regime” e “não é permitida, na peça de caráter político, a crítica ofensiva à moral e à dignidade das autoridades constituídas”. Essas orientações destinavam-se não só à censura de peças teatrais como também à de películas cinematográficas e letras musicais (GARCIA, 2009, p. 53).

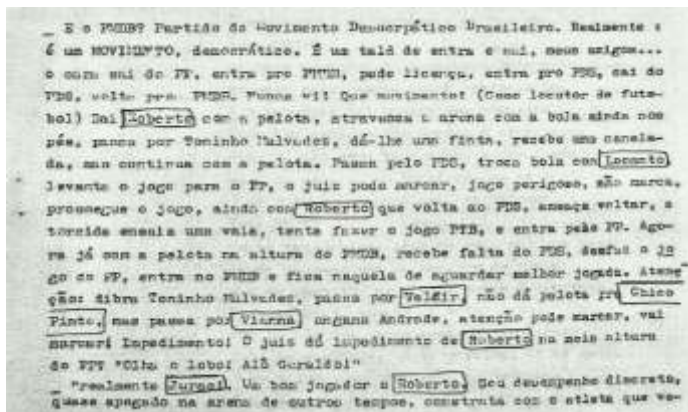
Essas medidas, por mais que representassem um avanço nas práticas de censura impostas pelo regime militar, não significavam o fim da censura. Elas foram absorvidas pelos artistas e intelectuais com muita desconfiança. Faziam parte da estratégia abertura lenta e gradual iniciada no governo Geisel e continuadas por Figueiredo, mas a influência dos setores conservadores no governo e nos estados ainda era forte, o CSC que era previsto desde a aprovação da lei 5.536 em 1968 e só foi regulamentado mais de dez anos depois. O que os artistas, realmente, queriam era o fim da censura.

O falecimento do ministro da Justiça Petrônio Portela e as mudanças ocorridas logo após sua morte modificaram o panorama do aparelho censório. Ao contrário da abertura política que estava cada vez mais se consolidando, culminado com a eleição direta para governador em 1982, a censura cairia em retrocesso e endureceu nos primeiros anos da década de 1980. Após a morte de Petrônio Portela, assume o Ministério da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, mudando os rumos da censura, que estava em fase de recuo. Dentre as mudanças operadas por Abi-Ackel está a reativação do decreto-lei n.º 1.077 e a mudança da direção da DCDP. Assume como “[...] diretora da DCDP no período de novembro de 1981 a março de 1985, Solange Maria Teixeira Hernandez – também chamada Margareth Thatcher, D. Solange, a dama da tesoura ou a dona da censura [...]” (GARCIA, 2009, p.60). Sobre a trajetória dessa diretora, Garcia diz que,

na contramão da CSC, a diretora da censura, que dizia cumprir tão-somente ordens superiores, recomendava atenção redobrada na análise dos censores de letras musicais e peças de teatro, sobretudo em dois itens do artigo n.º 41, decreto n.º 20.493: um sobre a capacidade da obra de provocar incitamento contra o regime e outro sobre a possibilidade do tema de ferir a dignidade e interesses nacionais. Sendo assim, Solange Maria Teixeira Hernandez concluiu a circular interna com a seguinte advertência: “as peças teatrais em que se abordem temas políticos ou os textos onde sejam citados nomes de autoridades de notório conhecimento público ou de seus familiares devem ser alvos de maior cuidado, tendo em vista o que dispõem as letras d e g” (GARCIA, 2009, p. 59-60).

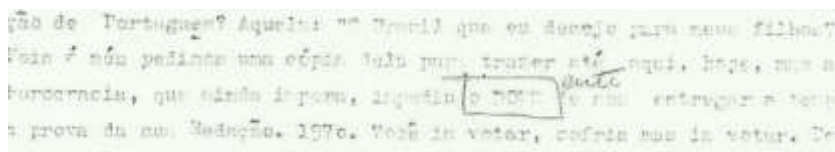
Mesmo diante de tal advertência feita pela diretora do DCDP, os nomes de políticos baianos mencionados por Bemvindo Sequeira não foram cortados pelo técnico de censura. Verifica-se ao se analisar a materialidade de MSQVDV, em T01, que mesmo não tendo sido cortados pelo censor, esses nomes estão envolvidos por marca de caneta, em formato retangular. Uma das hipóteses para esta situação é que essa intervenção tenha sido feita pelo próprio autor, como forma de se resguardar em alguma de suas apresentações, já que há registro de presença de políticos em algumas encenações da peça.

Figura 3: T01, folha 3



Fonte: SEQUEIRA, 1982a, f. 3

Figura 4: T02, folha 26



Fonte: SEQUEIRA, 1982a, f.26

Verifica-se que, durante todo o regime militar, o aparelho de censura do Estado passou por quatro fases. Num primeiro momento, logo após o golpe, a censura ocorria ainda de forma não sistematizada e descentralizada, com os estados fazendo o próprio controle censório das diversões públicas. No segundo momento, percebendo a necessidade um maior controle da censura política, e num momento de maior recrudescimento da censura, o regime militar centralizou o aparelho censório em Brasília. Num terceiro momento, após a posse de Geisel e o início da distensão lenta e gradual do regime, numa política de maior abertura, o Governo opera um recuo no aparelho censório, descentralizando a censura para algumas atividades artísticas, ativando o CSC como órgão de revisão de decisões do DPF. No quarto e último momento, em contradição com o clima de abertura política do país, a censura volta a recrudescer, já não mais com tanta força devido às circunstâncias políticas do momento.

É nesse contexto de descentralização do aparelho censor, abertura política e a gestão de Abi-Ackel/Solange Maria (Ministério da Justiça/DCDP) na política de censura, que se insere a produção dramaturgicamente de Bemvindo Sequeira, mais especificamente a sua trilogia política, da qual se destaca aqui a peça *Me segura que eu vou dar um voto*, produzida e encenada em 1982.

A peça foi submetida à Censura no início da década de 1980. Na Bahia, o órgão descentralizado era denominado Serviço de Censura de Diversões Públicas, do Departamento da Polícia Federal – Superintendência Regional da Bahia. Assim, no que tange à peça de Bemvindo, pode-se descrever o seguinte itinerário da documentação nas instâncias da censura prévia²³:

- a) Ofício da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, seção Bahia, endereçada ao Chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas do DPF/SR/Bahia em 13 de julho de 1982, encaminhando os textos da peça *Me segura que eu vou dar um voto*, de Bemvindo Sequeira com proposta de encenação para o dia 2 de agosto no Teatro Gamboa. No texto, ainda havia a informação de que as apresentações seriam de responsabilidade de Bemvindo Sequeira.
- b) Certificado de censura de número 030/82, expedido pelo SCDP/DPS/SR/BA, datado de 20 de julho de 1982, válido até o dia 20 de outubro de 1982, assinado pelo subchefe do SCDP. No seu anverso, assinado pelo Chefe do SCDP, está o registro do assentamento da peça no arquivo do SCDP, com os dados da peça, a classificação etária de 18 anos, e os cortes da peça às fls. 6, 7, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22 e 26. Condiciona a liberação da peça ao ensaio geral. E condiciona a encenação do texto à validade do certificado carimbado pelo DCDP.
- c) Ofício do Chefe do SCDP/DPF/SR/BA, datado de 23 de julho de 1982, endereçado a Diretora da Divisão de Censura e Diversões Públicas, solicitando exame para emissão certificado definitivo e encaminhando o texto, pareceres e relatório do ensaio geral da peça de Bemvindo Sequeira, informando que o exame foi requerido pelo mesmo.
- d) Texto da peça encaminhado pelo SCDP/DPF/SR/BA, juntamente com sua documentação para expedição de certificado definitivo para a peça. O texto está datado de junho/julho de 1982.

²³ Descrição documental conforme modelo utilizado por Cristina Costa (2008, p.28).

e) Parecer de número 094/82 da SCDP/SR/BA, datado de 16 de julho de 1982, relativo à leitura do texto. O parecer do técnico de censura assim analisa a peça:

Enredo: Sátira política onde, através da cômica, se critica as eleições, os governantes, os partidos políticos, as formas de governo, etc.; Linguagem: Livre, contendo alguns palavrões; Classificação: 18 anos com cortes; Cortes: pág. 6: “Se o João....merece ir à...”, pág. 14: “O nome do Cachorro ...você e eu”, pág. 19: “Até que por acaso....f...casou”, pá.21: “Dizem que o papagaio...eu mexo”, pág. 26: “DOPS”; Justificativa da Impropriedade: sátira política, ironia, liberdade da linguagem . (BRASIL, 1982, parecer 094)

f) Parecer de número 095/82 da SCDP/SR/BA, datado de 16 de julho de 1982, relativo à leitura do texto. O parecer do técnico de censura assim analisa a peça:

Enredo: trata-se de uma revista política, onde o autor satiriza os vários partidos, tanto da oposição como o do governo, as eleições, os políticos, as mudanças de partido, etc.; Linguagem: livre, contendo alguns palavrões, irreverente, satírica; Classificação: 18 anos com cortes, condicionada a liberação definitiva ao exame do ensaio geral; Cortes: à pag. 6 “Se o João.....merece ir à...”, à pag. 14 “O nome do cachorro....você e eu”, à pag. 19 “Até que por acaso....f...casou”, à pag. 21 “Dizem que o papagaio.....eu mexo”, à pag. 26 “DOPS”; Justificativa da Impropriedade: crítica política e linguagem livre. (BRASIL, 1982, parecer 095)

g) Parecer de número 096/82 da SCDP/SR/BA, datado de 16 de julho de 1982, relativo à leitura do texto. O parecer do técnico de censura assim analisa a peça:

Enredo: uma sátira política onde o autor cria situações cômicas para criticar a atuação de políticos tanto do governo como da oposição atual; Linguagem:livre, com palavrões de baixo calão, irônica; Classificação: 18 anos com cortes; Cortes: “Se o João.....merece ir à...” (pág. 6), “O nome do cachorro....você e eu” (pág. 14), “Até que por acaso....f...casou” (pág. 19), “Dizem que o papagaio.....eu mexo” (pág. 21), “DOPS” (pág. 26); Justificativa da Impropriedade: linguagem livre e sátira política. (BRASIL, 1982, parecer 096)

h) Radiograma datado de 4 de agosto de 1982 da DCDP, solicitando do SCDP/DPF/SR/BA, que enviasse o relatório do ensaio geral.

i) Guia de acompanhamento, datado de 3 de setembro de 1982, acusando a complementação do processo relativo ao certificado definitivo da peça, através do cumprimento do expediente solicitado pela DCDP através do radiograma.

j) Parecer de número 097/82 do SCDP/SR/BA, datado de 13 de agosto de 1982, relativo ao ensaio geral. O parecer do técnico de censura assim analisa o ensaio geral da peça:

Enredo: composta de vários quadros, o autor satiriza os diversos partidos políticos, o governo, as eleições, etc.; Linguagem: cômica, irreverente, adequada ao público adulto; Composição Cênica: cenários adequados à ideia pretendida pelo autor; Classificação: 18 anos com cortes; Cortes: os mesmo contidos em parecer anterior; Justificativa da Improriedade: crítica política e liberdade de linguagem. (BRASIL, 1982, parecer 097)

l) Texto da peça encaminhado pelo SCDP/DPF/SR/BA juntamente com o relatório do ensaio geral. O texto não está datado.

m) Guia de acompanhamento, com anotações em datas distintas. Em 28 de julho de 1982 abertura da guia. Em de 3 de setembro de 1982, despacho do chefe da SCTC, apontando a complementação do processo com a juntada dos documentos do ensaio geral e decidindo pela emissão do certificado definitivo nos mesmos termos do certificado provisório. Em 9 de setembro de 1982, despacho de encaminhamento para o diretor da DCDP para considerações. Ainda em 9 de setembro de 1982, despacho do diretor do DCDP, liberando a peça na forma do parecer.

n) Certificado de censura de n.º 11.614, expedido pelo MJ/DPF/DCDP, datado de 9 de setembro de 1982, válido até o dia 09 de outubro de 1987, assinado pela diretora da DCDP. No seu anverso, assinado pelo Chefe do Serviço de Censura, está o registro do assentamento da peça no arquivo da DCDP, com os dados da peça, a classificação etária de 18 anos e os cortes da peça às fls. 06, 07, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22 e 26. Condicionando a liberação ao ensaio geral e a apresentação do Script devidamente carimbado pelo DCDP à validade do certificado.

o) Ofício da DCDP de 13 de setembro de 1982, assinado pelo chefe da DCDP, endereçado ao SCDP, encaminhando o certificado de censura definitivo das peças *Maria sem vergonha de ser mulher*, de Sônia de Brito e Ivy Menezes e *Me segura que eu vou dar um voto*, de Bemvindo Sequeira.

Segue abaixo quadro que expõe toda a documentação:

Quadro 3: Documentação censória

DOCUMENTO	DATA/ANO	FUNÇÃO	CONTEÚDO	LOCAL
Folha de Processo	Sem Data	Identificação do Processo	Dados da identificação do processo referente à censura da peça	BA
Ofício	13/07/1982	Encaminhamento dos textos da peça para SCDP/DPF/SR/BA	Ofício da SBAT encaminhando os textos da peça ao SCDP/DPF/SR/BA	BA
Certificado de Censura	20/07/1982	Autorização parcial de liberação da peça	Certificado de Liberação Parcial da peça emitida pela SCDP/DPF/SR/BA, com classificação da peça, indicação dos cortes	BA
Ofício	23/07/1982	Encaminhamento	Encaminhar material da peça para DCDP/ DF para expedição de certificado definitivo	BA
Texto da Peça	Junho/julho-1982	Apresentação	Peça	BA
Parecer 094	16/07/82	Análise da peça	Julgamento censório	BA
Parecer 095	16/07/1982	Análise da peça	Julgamento censório	BA
Parecer 096	16/07/82	Análise da peça	Julgamento censório	BA
Radiograma	04/08/1982	Solicitação	Solicitação do relatório do ensaio geral	BA
Guia de Acompanhamento	03/09/1982	Anotações dos encaminhamentos	Encaminha relatório de ensaio geral e texto da peça	BSB
Parecer 097	13/08/1982	Análise do Ensaio Geral	Julgamento censório	BA
Texto da Peça		Apresentação	Peça	BA
Guia de Acompanhamento	28/07/82; 03/09/82; 09/09/82	Anotações dos encaminhamentos	Despacho do responsável pela abertura do processo, do chefe da S.C.T.C. e do Diretor da DCDP	BSB
Certificado de Censura	09/09/1982	Autorização definitiva	Certificado com liberação definitiva com duração legal de cinco anos, classificação da peça, indicação dos cortes, expedido pela DCDP	BSB
Ofício	13/09/82	Encaminhamento	Encaminha documentação para SCDP/DPF/SR/BA	BSB

Cristina Costa (2008, p.25) classificou os tipos de censura em quatro, a saber:

[...] **Censura de ordem moral** – veta palavrões, cenas atentatórias ao pudor, xingamentos, [...] referências a atos de natureza sexual e comportamento libidinoso. [...] Nessa categoria estão incluídos os cortes que visam à chamada defesa dos bons costumes.

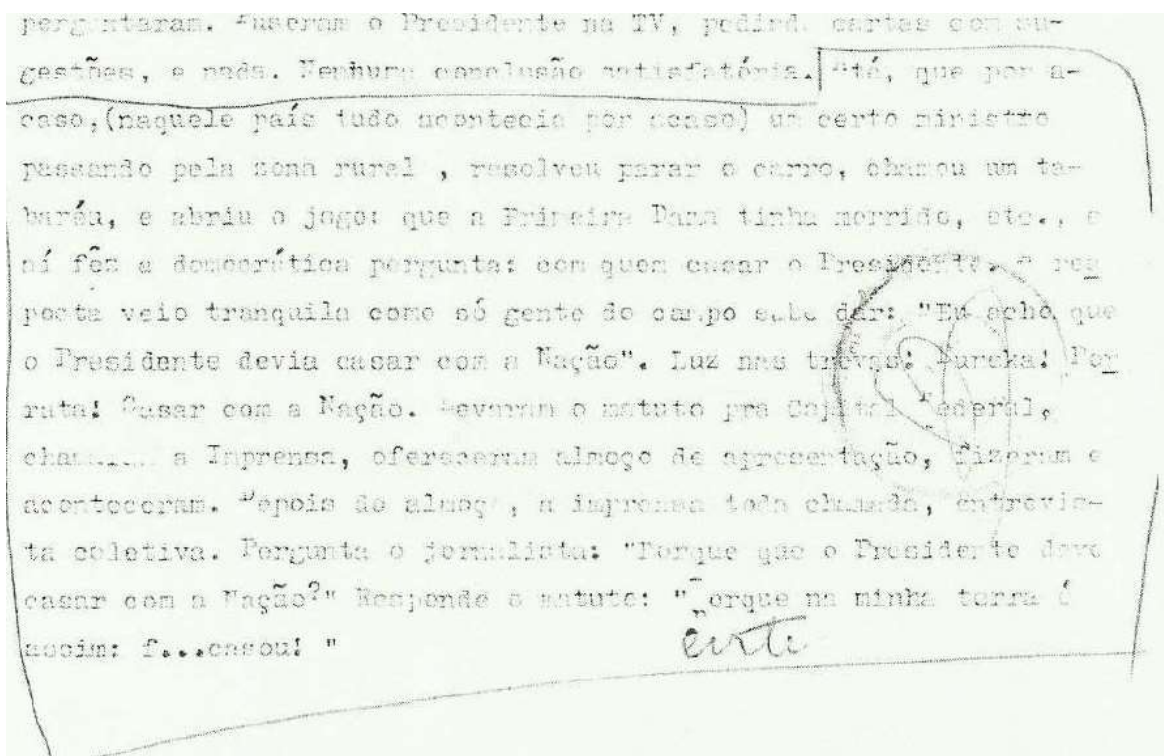
Censura de ordem política – veta menções e insinuações a respeito do país, da ordem social e política, e referências a países considerados inimigos [...]

Censura de ordem religiosa – veta, em geral, referências à religião e aos santos, à Igreja católica e aos padres, assim como trechos e expressões verbais que possam parecer blasfêmias.

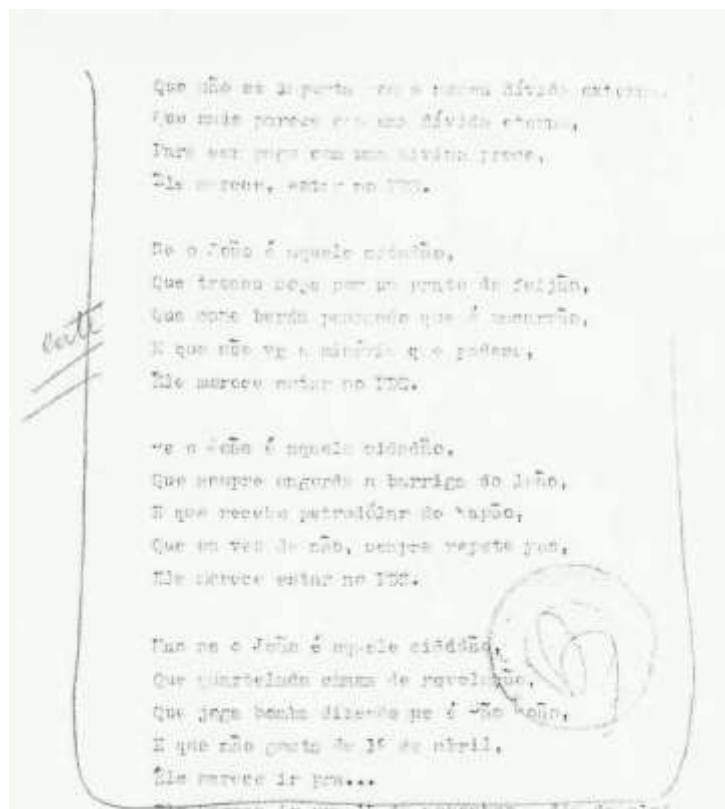
Censura social – veta temas, assuntos e menções a questões sociais polêmicas, como racismo, preconceito étnico e xenofobia.

Desses quatro tipos, conforme pareceres acima descritos, verificam-se cortes que caracterizam a censura de ordem moral e censura de ordem política. Identifica-se cortes realizados pelos técnicos de censuras às folhas 6, 7, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22 e 26 de T01, como se pode ver nos exemplos abaixo:

Figura 5: T02, folha 19



Fonte: SEQUEIRA, 1982a, f.19

Figura 6: T02, folha 7

Fonte: SEQUEIRA, 1982a, f.7

Num movimento cíclico, entre avanços e recuos, a censura nunca deixou de existir no Brasil enquanto durou o regime militar brasileiro. No seu final, mesmo com o retrocesso político na gestão Abi-Ackel/Solange Maria (Ministro da Justiça/Diretora DCDP), houve uma diminuição no número de vetos e cortes nos últimos anos do regime, o que, como já foi dito, não significou o fim da censura. Após a posse do primeiro presidente civil Tancredo Neves/José Sarney, vários projetos de lei, comissões e debates trataram do fim da censura no Brasil. Mas, somente com a aprovação da Constituição brasileira de 1988, foi que, finalmente, a censura prévia extinguiu-se no Brasil.

3.3 MODELO EDITORIAL ADOTADO

Diante do exposto na seção acima, isto é, da pluralidade textual fruto das articulações de Bemvindo Sequeira na cena teatral baiana e carioca, não se pode pensar na construção de uma edição para MSQVDV que se ampare na fixação de um texto único, original e acabado, pois a história do processo de transmissão e circulação prova que as diferenças de cada *script* não decorrem de erros ou deturpações provocados pelo tempo, e sim de fatores de ordem cultural, social, econômica, do público a que a peça se dirigiu e, principalmente, do contexto político no qual o texto vai ser encenado. *Me segura que vou dar um voto* são mais de dois.

Por isso, o trabalho editorial desenvolvido para o texto de Bemvindo Sequeira requer uma reflexão sobre o tipo de “edição” que, segundo Luiz Fagundes Duarte ([1997-], verbete), é o “[...] conjunto de operações filológicas necessária para escolher, fixar e anotar um texto, inédito ou édito, preparando-o para publicação num determinado circuito de leitura – isto é, para o oferecer a um tipo caracterizado de leitor”. Dialogando com esse conceito, Lourenço (2009, p. 238) afirma que “cada nova edição redefine o público de um texto e a sua forma de interagir com esse publico”. Sendo assim, após análise da tradição textual de MSQVDV, é preciso definir qual o modelo editorial a ser adotado, levando sempre em consideração qual tipo de edição se adequaria à proposta do trabalho e, ao mesmo tempo, às materialidades do texto estudado. Sobre isso, Lourenço (2009) afirma com bastante propriedade:

Para a teoria social da edição, apesar de ser possível o estudo individual de cada versão enquanto exemplo de um processo criativo, cada uma delas contém uma multiplicidade de intencionalidades, todas em pé de igualdade e em constante mutação, sem que nenhuma se constitua como centro em redor do qual as outras gravitam. A historicidade do caráter processual da criação da obra literária inscreve-se nas múltiplas versões materiais de si própria, pelas quais o texto fluído prolifera e se dissemina indefinidamente (LOURENÇO, 2009, p. 225).

A tradição textual de MSQVDV, como já visto, conta com dois *scripts* distribuídos em cinco testemunhos. O **SCRIPT-MSQVDV.01**, considerado o texto de partida, e o **SCRIPT-MSQVDV.02**, uma adaptação realizada por Bemvindo Sequeira para a encenação em outra localidade e em circunstâncias diferenciadas.

Mesmo sendo possível uma edição que contemplasse o estudo de todas as versões da tradição textual de MSQVDV, incluindo os dois *scripts* ou os cinco testemunhos, optou-se pela elaboração de uma edição interpretativa em suporte papel e em meio digital, considerando essa “multiplicidade de intencionalidades” contidas em cada texto. Apesar de a edição interpretativa convencionalmente ser indicada para edições de texto que apresentem testemunho único, é possível sua utilização no estudo de MSQVDV, desde que a versão trabalhada seja tomada isoladamente no contexto de sua tradição, conforme definição apresentada por Duarte para edição interpretativa:

[1] edição crítica de um texto de testemunho único; nesta situação, o editor transcreve o texto, corrige os erros por conjectura (*emendatioopeingenii*) e registra em aparato todas as suas intervenções. [2] **Edição de um texto de testemunho único ou de um determinado testemunho isolado de uma tradição**, destinada a um público de não-especialistas: para além da transcrição e da correção de erros, o edito actualiza a ortografia e elabora notas explicativas de carácter geral (DUARTE, [1997-], verbete, grifo nosso).

Para o exercício da prática editorial, através da edição interpretativa, optou-se pela escolha das duas versões de MSQVDV: o **SCRIPT-MSQVDV.01**, que se apresenta em três testemunhos provenientes de uma mesma matriz textual, tendo sido o texto reproduzido para submissão à Censura; trata-se de texto encenado na Bahia; e o **SCRIPT-MSQVDV.02**, que se apresenta em dois testemunhos provenientes de uma mesma matriz textual, tendo sido reproduzido para submissão à Censura; trata-se do texto produzido para encenação no Rio de Janeiro. Na edição interpretativa em suporte de papel, será apresentado o texto crítico, conforme os critérios estabelecidos, acompanhado do aparato de modificações e do aparato de notas do editor.

Também será apresentada uma edição interpretativa em meio digital, inserindo-a no âmbito de um arquivo hipertextual. A edição em meio digital permite a quebra da linearidade que é condicionada pelo suporte de papel, assim, “[o editor] pode desenvolver sua argumentação [ou mediação] segundo uma lógica que não é mais necessariamente linear e dedutiva, mas sim aberta e relacional” (CHARTIER, 2002, p. 108). Além disso, amplia-se o espaço para a mediação do editor, o que permite uma melhor utilização das notas explicativas, que, segundo Mota (2012, p.113), “[...] trazem elementos relevantes para compreensão do texto, bem como do seu entorno histórico,

social e cultural, através de informações buscadas em outros espaços, constituindo um aparato literário e cultural para o texto”.

Ainda sobre as notas explicativas proporcionadas pela edição interpretativa, traz Almeida (2012, p. 137) a seguinte reflexão:

[...] as notas explicativas trazem elementos relevantes para a compreensão do texto, bem como do seu entorno histórico, social e cultural. Não se trata, no entanto, de uma edição comentada, pois adquire o caráter crítico, a partir do momento em que o editor busca referências literárias e culturais, confrontando-as com o texto e construindo elo entre eles. Ademais, o comportamento do editor é mediado por critérios estabelecidos para a preparação do texto, que dizem respeito à apresentação, realização de correções e atualização de grafia. Supera-se, assim, a reprodução documental ao disponibilizar uma edição preparada com base em decisões críticas.

Além da ampliação das possibilidades das notas explicativas, o meio digital proporciona para o editor, possibilidades de inter-relação entre texto e recursos multimídias como imagens e vídeos, além de outros materiais que enriqueçam a história da produção e circulação do texto. Através dos *hiperlinks*, o editor pode disponibilizar para o leitor toda uma gama de informações, sem a necessidade de utilização das margens do texto.

Para compor o arquivo hipertextual de MSQVDV, além da edição interpretativa em meio digital, haverá a edição fac-similar de todos os testemunhos de MSQVDV, as transcrições das duas versões do texto, além de toda documentação censória, recortes de jornal, dentre outros arquivos que compõe o processo de produção e circulação de MSQVDV.

3.3.1 Critérios gerais para a edição interpretativa

1) Geral

- Como os testemunhos estão incompletos, completa-se o texto, incluindo as folhas “faltantes”, a partir da tradição textual.

2) Ortografia

- Acentuar, conforme as regras vigentes, exceto quando se tratar de registro da língua em sua modalidade oral;

- Usar letras maiúsculas para nomes de pessoas, lugares e após a pontuação, conforme a gramática normativa da língua portuguesa;
- Corrigir os erros de grafia de palavras em língua estrangeira, a partir da ortografia referente à língua.

3) Erros

- Corrigir o que for comprovadamente erro, deslize ou contrassenso;
- Conservar as marcas da oralidade existentes no texto, exceto nos casos de oscilação da grafia de alguma palavra, quando se adotará a lição que predomina;
- Corrigir erros de datilografia;
- No caso de lacuna, em que haja omissão de letras, estas serão preenchidas.

4) Pontuação

- Manter a pontuação original, exceto nos casos de erro, para os quais se fará a correção, ou quando, por esquecimento, o sinal de pontuação não se registrar;
- Inserir espaço entre sinal de pontuação e palavra subsequente.

4) Opções tipográficas

- Apresentar o título da peça em negrito, caixa alta e centralizado;
- Indicar as falas com o uso de travessão e os temas diferentes separados por espaçamento de uma linha;
- Quando “boa noite” estiver substantivado será grafado com letra maiúscula;
- Numerar as linhas de cinco em cinco, de forma contínua, a partir do título;
- Indicar o número da folha do testemunho entre colchetes, no ângulo superior direito do texto;
- Substituir as aspas por travessão em contexto de discursos diretos livres;
- Trazer as informações da rubrica entre parênteses e em itálico;
- Respeitar o uso da sublinha e da caixa alta para os casos de destaque a determinadas palavras e trechos, inclusive nas rubricas;
- Juntar as sílabas das palavras separadas por limite de espaço na linha que ocupa;
- No caso de quebra de linha, separadas por limite de espaço da página, estas serão unidas na página em que inicia;
- Registrar os comentários do editor no aparato de notas;

- Registrar os cortes da censura federal no aparato de notas.

3.3.2 Texto crítico de MSQVDV.01

[capa]

“ME SEGURA QUE EU VOU DAR UM VOTO”

Bemvindo Sequeira
Salvador, junho/julho-1982.

[1]

5 Senhoras e Senhores, boa noite! Meu nome é Bemvindo Sequeira. Profissão: artista. Batizado na DRT-BA com o número 001, folhas 01, do livro 01 competente. Menos burocrática que a DRT, a massa me conhece como: “Café Chaleira”; “Condomínio João Filgueiras Simões Filho”; “Edifício Quinta do Candéal” e até “Le Royale”. Mas, eu, sou Bemvindo! Agradeço a todos vocês que aqui compareceram esta noite, colaborando assim na minha campanha, a do “Comitê Faça Um Bemvindo Legal, Dê a ele um Voyage no 10 Natal”. Assim, meus queridos, queiram aceitar, com muito humor e alegria o meu: Boa Noite. O Boa Noite de um artista. Mas, entrando no assunto, como seria o Boa Noite de um candidato do PDS?

15 Exmo. Sr. Governador do Estado; Exmos. Srs. Deputados Federais e Estaduais; Exmo. Sr. Prefeito Municipal; Meritíssimo Sr. Dr. Juiz de Direito; Dr. Juiz de Paz; Dr. Juiz de Menores; Dr. Juiz do TRE; Dr. Juiz de Futebol e Dr. Juízo Final. Ilmo. Sr. Presidente da Confederação Nacional das Indústrias; Ilmo. Sr. Presidente da Associação Nacional de Donos de Supermercados; Ilmo. Sr. Presidente da Rede Nacional de Empresas de Rádio e Televisão; Ilmo. Sr. Presidente da Federação de Transportes Urbanos e Interurbanos; Ilmo. Sr. Presidente da Associação dos Produtores de Cacau, Soja, Sisal, Turismo e Derivados 20 (Meu Deus, como tem presidente no Brasil, né minha querida!); Ilmos. Srs. Rotarianos; Damas Rotarianas; Srs. membros do Lions; Srs. e Sras. aqui presentes; damas e cavalheiros,

que noite boa, né? Tá tudo aí! Boa Noite, Brasil!

25 Mas se o candidato for da Oposição temos um outro discurso de Boa Noite. No PMDB, por exemplo, são dois discursos: o dos que têm tendências moderadas, e o dos que têm tendências radicais. Vejamos os radicais:

– “Vocês meus amigos de fé, meus irmãos, camaradas! Amigos de tantas jornadas!”Companheiros: todos sabemos que este espetáculo eleitoral não passa de uma farsa consentida pela ditadura militar. Por isto, não vim até aqui para dar um Boa Noite permitido. Vim para arrancar das garras dos fascistas o “Boa Noite” para o povo brasileiro.
30 Mas, como os companheiros encarregados de arranjar o som para este comício não conseguiram dinheiro para alugar os alto-falantes, vamos repetir comigo: Boa Noite!

[2]

35 Ilmos. Senhores representantes da Anistia Internacional; Ilma. Sra. representante da Associação de Mulheres em Luta pelo Sapatão; Ilmo. Sr. representante da Federação de Bairros e Terrenos Ainda a Serem Invasados; Ilmo. Sr. Representante da União Brasileira dos Estudantes pela Paz, pela Concórdia, pelo Pão Doce, pela Solidariedade, pela Democracia e pela Coexistência Pacífica, também conhecida como EUBEPCSDCP... Ilmo. Sr. Presidente do Sindicato dos Condutores de Velocípedes e Similares; Ilmo. Sr. Extinto Secretário Geral do Extinto Comitê Central do Extinto Partido Comunista; Ilmos. Srs. Deputados, Vereadores; Companheiros: a democracia e os anseios democráticos, pois que
40 só a democracia, e nada mais que a democracia é capaz de nos proporcionar a democracia, pois é este anseio de democracia que democraticamente nos traz aqui nesta noite para lhes dirigir o nosso amplo e democrático Boa Noite.
Este é o Boa Noite dos Moderados.

– E o Boa Noite do PT?
45 – Boa Noite, por quê? Por acaso estamos recebendo os adicionais noturnos a que temos direito? E as horas extras? Desde as 5h que estou aqui pra esse Boa Noite, sem jantar, sem tomar banho, neste calor insalubre, e os culpados disto, companheiros, são os burgueses, os

patrões, que chupam o paupérrimo assalariado brasileiro. Boa Noite... Boa Noite os escambaus! Hoje não tem Boa Noite, o nosso Boa Noite é estratégico, fica para o futuro!

50 Aliás, o PT é o responsável pela introdução e vulgarização da palavra “estratégia”. Depois que se afirmou como um Partido Estratégico, tudo agora virou estratégico. O Brasil deixa de ser o País do Futuro, para ser o País Estratégico, e até JÁ TEM GENTE CURTINDO o sexo estratégico: canta agora para comer depois.

55 Ah, o PT! Partido dos Trabalhadores! Ele é composto por intelectuais; economistas; sociólogos; professores; assistentes sociais; médicos; artistas; costureiros; apresentadoras de TV; estudantes paca²⁴! e como convidados de honra: alguns trabalhadores! O grosso do eleitorado do PT, ao contrário do que se pode pensar, não está concentrado no ABC, ou no CIA, mas, no Baixo Leblon; Jardim Paulista; Graça; Barra; Pituba; Paris; Roma e Milão: (*parodiando*)

[3]

60 Como é bom, como é bom,
O PT lá no Leblon!
Que legal, que legal,
O PT tá no jornal!
Sempre quis, sempre quis,
65 O PT lá em Paris!
Que poema, que poema,
PT e Jurema Penna!
Que arroubo, que arroubo,
O PT na Rede Globo!
70 Que barato, que barato,
O PT e Lia Robato,
Que tesão, que tesão,
O PT com Ney Galvão!

²⁴ Segundo o Houaiss, o adverbio é um regionalismo de uso informal que provém da alteração eufêmica da expressão “Pa(ra) Ca(ralho) ou ca (cete)”.

75 Eu já vi, eu já vi,
 O PT com a July!
 Que suruba, que suruba,
 O PT lá na Pituba!

80 E o PMDB? Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Realmente: é um MOVIMENTO, democrático. É um tal de entra e sai, meus amigos... o cara sai do PT, entra no PMDB, pede licença, entra no PDS, sai do PDS, volta pro PMDB. Nunca vi! Que movimento!

(Como locutor de futebol)

85 Sai Roberto com a pelota, atravessa a arena com a bola ainda nos pés, passa por Toninho Malvadeza, dá-lhe uma finta, recebe uma canelada, mas continua com a pelota. Passa pelo PDS, troca bola com Lomanto, levanta o jogo com o PP, o juiz pode marcar, jogo perigoso, não marca, prossegue o jogo, ainda com Roberto que volta ao PDS, ameaça voltar, a torcida ensaia uma vaia, tenta fazer o jogo PTB, e entra pelo PP. Agora já com a pelota na altura do PMDB, recebe falta do PDS, desfaz o jogo do PP, entra no PMDB e fica naquela de aguardar melhor jogada. Atenção: dibra Toninho Malvadeza, passa por Valdir, não dá
 90 pelota pra Chico Pinto, mas passa por Vianna, engana Andrade, atenção pode marcar, vai marcar! Impedimento! O juiz dá impedimento de Roberto na meia altura do PP. “Olha o lobo! Alô Geraldo!”

95 – Realmente, Juraci. Um bom jogador o Roberto. Seu desempenho discreto, quase apagado na arena de outros tempos, contrasta com o atleta que vemos hoje. Um jogador que tem um

[4]

 passe constantemente negociado, já solicitado por diversas equipes dada a amplitude dos seus lances, ao seu excelente jogo de cintura. Já se fala que após o presente campeonato Roberto²⁵, provavelmente, numa atitude mais liberal deverá deixar o time e aceitar contrato

²⁵ Marca presente na folha 5 de T01

em outra agremiação. Mas vamos no jogo, que ainda temos muita bola pela frente! “Rádio Lobo!”

Ah, o PMDB! Dentro dêle tem de um tudo! Banqueiro e bancário; professores e estudantes; patrão e empregado; tubarão e piranha! Como diria o ZezimBonifácil: uma verdadeira salada russa.

[parodiando]

105 Se grito viva, me responde um fascista:
 democratista, mais pareces comunista.
 Se grito morra, me responde um comunista:
 ora que zorra, mais pareces um fascista!
 Ser ou não ser, veja você, o que fazer?
 110 Pois comunista ou fascista entra na lista,
 é um dilema, um problema, um teorema,
 este PMDB!
 Se peço aumento, do banqueiro ouço o Lamento:
 esqueça isso, toque outro instrumento.
 115 E o bancário vai vivendo seu tormento,
 pois seu salário não supera o orçamento.
 Ser ou não ser, veja você, o que fazer?
 Seja banqueiro ou bancário, ou seja otário,
 é um dilema, um problema, um teorema,
 120 este PMDB!
 Tenho tendências, isto eu sei, não vou negar.
 Desde pequeno que eu gostava de trocar,
 mas de partido, quem mais troca é deputado,
 hoje tá aqui, amanhã do outro lado.
 125 Ser ou não ser, veja você, o que fazer?
 Seja de esquerda, ou de direita, ou de lado,

é um dilema, um problema, um teorema,
este PMDB!

[5]

- 130 Ah, O PDS! Coitado, como sofre, só porque é o Partido da situação. O que lançam de venenos contra o PDS não esta no gibi. Um dos maiores venenos contra o PDS é dizerem que ele veio da extinta ARENA. Eu não posso acreditar nisto, por que não acredito nem mesmo que a ARENA tenha acabado. Deve estar por aí, que nem a “ovelha negra dos partidos”: o clandestino Partido Comunista. Pois como acabou, se no dizer do Francelino a ARENA “era o maior partido do Ocidente”? Então como é que pode ter acabado assim?
- 135 Olha: o maior partido comunista do Ocidente, o PC da Indonésia, pra acabarem com ele, tiveram que dar um golpe de Estado, depor e exilar o Presidente e matar 700.000 pessoas. Ora, cadê os nossos 700.000 mortos da ARENA? Vão querer que eu acredite que estão no PDS? Isso é veneno. Pura maldade. Duvido que a ARENA tenha acabado na base da Conceição, do Cauby: “Se sumiu ninguém sabe, ninguém viu...”. Eu só acredito se me disserem que ela tomou Doril. Porque Doril sim, Doril acaba com tudo. “Tomou Doril?” “A dor sumiu”. Sumiu. Graças a Deus e a São João Batista. Outra maldade que fazem com o PDS é dizer que ele é o Partido da situação. Pura inveja, só porque o PDS é rico, tem dinheiro, construtoras, industrias, contas bancárias etc. E é “amigo dos homes”. Pois são esses mesmos, invejosos que viviam dizendo que a ARENA era o “Partido do SIM”.
- 140 Alguém dizia: vocês da ARENA vão votar assim. Na hora em que chamavam o pessoal pra votar, eles só diziam: ah, sim! Pois é, e a prova mais que evidente de que o PDS não é a antiga ARENA é que agora o Convencional sai da Convenção, o repórter entrevista-o, e a gente vê claramente, ali dentro de casa, que ele votou pela cabeça dele:
- 145

R- O Sr. votou?

150 C- Votei!

R – Votou em quem pra senador?

C- Votei no... no... ah... como é mesmo o nome? é...

R- E pra Deputado Federal?

C- Ahm, pra Deputado Federal eu votei no... no... ah... bem...

155 R- E pra deputado estadual?

C- Ah, pra deputado estadual eu votei no Carlos da Banha!

Ao que lhe responde alguém: – Não, esse foi na outra convenção, há quatro anos!

C- Ahm, é mesmo, mas agora eu votei no... no... ah... bem...

[6]

R- O Sr. é candidato a alguma coisa?

160 C- Quer dizer, eu acho... acho... que vou ser candidato a candidato a vereador em Brejinhos do Jacuípe!

Mas graças a Deus e a São João, a ARENA sumiu. Pra Preencher o vazio, que é maior que o vazio da barriga do Severino (personagem que daqui há pouco estará aqui, entre nós), pra preencher o vazio, surgiu o PDS, o Partido das grandes obras, na base do: tá feito, obrei

165 bem! Que grande obra! É Tanta obra que o verbo obrar passa a ser conjugado assim:

(*paródia*)

É aqui que eu obro,
e que tu obras,
que ele obra.

170 É aqui que todos nós obramos,
e que vós obrais,
e eles pagam a obra toda que a
gente faz.

175 É o Partido dos pacotes e das grandes frases de efeito, como: “haveremos de transformar este estado num grande canteiro de obras”. Quer dizer: engarrafado na entrada, cheio de peão passando fome no meio, e haja lama na saída!

O PDS e eu estamos em franca divergência, já que este espetáculo é feito pra “quem leva a Bahia rindo”. Mas sabem que no fundo eu acho que o PDS ta certo de ficar sério? É! Vocês nunca ouviram a frase: “Só dói quando eu rio?” Pois é. Vai ver que é por isso que ele fica lá

180 no cartaz com aquela cara de chefe de policia de filme da PeLMex.

É o Partido dos milagres: inflação, feijão, São João, TV a cor, Salvador com amor, e parto sem dor. Os eleitores que acreditam nestes valores e em outros mais tem mesmo é que estar no PDS, afinal, ele merece:

(*paródia*)

- 185 Se o João é aquele cidadão²⁶
 que acredita que venceu a inflação,
 e que não vê, que tudo sobe,
 que só o cruzeiro desce,
 ele merece, votar no PDS.
- 190 Se o João é aquele cidadão,

 que não se importa com a nossa dívida externa,
 que mais parece com uma dívida eterna,
 para ser paga com uma divina prece,
 ele merece, estar no PDS.
- 195 Se o João é aquele cidadão,
 que trocou soja por um prato de feijão,
 que come merda pensando que é macarrão
 e que não vê a miséria que padece,
 ele merece estar no PDS.
- 200 Se o João é aquele cidadão,
 que sempre engorda a barriga do leão,
 e que recebe petrodólar do Japão,

[7]

²⁶ Trecho cortado pela censura com início em “Se o João...” e fimem “merece ir pra...”.

que em vez de não, sempre repete yes,
ele merece estar no PDS.

- 205 Mas se o João é aquele cidadão,
que quartelada chama de revolução,
que joga bomba dizendo que é São João,
e que não gosta de 1º de abril,
ele merece ir pra...
- 210 Ele merece ir pra 15 de novembro, dia de eleição. Eleição é coisa séria. Tão séria e
garantida que até nos EEUU já tem. Copiaram da gente. Americano tem a mania de copiar
tudo. Bom, para ter eleição é preciso primeiro, ter o povo, o que é fácil. Difícil é o povo
saber votar. Vocês não se lembram de Pelé? Vocês acham que ele foi para os EEUU jogar
no Kosmos? Antes de sair daqui ele não disse que brasileiro não sabia votar? Pois é, o Pelé
215 é expert em eleições. Foi para os EEUU em missão secreta, ensinar os americanos a votar.
Por isso que o Reagan foi eleito. Trabalho do Pelé. Esse ano teremos direito de votar até
governador. Quer dizer, é um teste, uma sutileza que estão fazendo com a gente. Entende?
Tipo: vamos ver se até governador vocês já sabem votar. Depois agente vê o resto. Na
Bolívia, no Paraguai e no Chile ainda não tem eleição por falta de know-how. É!
- 220 Diz que lá já tem tudo pronto: as urnas, as cédulas, os títulos de eleitor, os eleitores, os
juízes, o povo, os partidos, os candidatos... só esperando o povo aprender a votar. Coitados
dos candidatos, dá uma pena... anos e anos esperando o povo aprender a votar. Meu Deus,
como o povo atrasa a democracia, né? Se não tivesse o povo a democracia era facinha,
facinha. Mas aqui não. Aqui a gente já sabe votar. Quer dizer, pelo menos até governador.
- 225 Mas vamos lá. Tipo vestibular unificado: preencha as lacunas. Mas eu, pessoalmente, ainda
acho que o povo não sabe votar. Sabem por quê? Olha: na eleição passada, não... melhor
dizendo: na eleição é tudo ao contrário. Tudo invertido. Coisa pra psicanalista resolver. Vou
ensinar pra vocês o mecanismo. Eleição é mais ou menos assim: (eu digo mais ou menos,
porque toda hora muda, né) bom. De tempos em tempos o governo chama o povo às urnas

[8]

230 para saber o que ele deseja (o povo). Ai o povo, através do voto, vai lá e diz. Tem uns que até dizem coisas horríveis, mas como eu dizia, ai o povo vai lá e diz: eu quero isto! Ai o governo pega e faz tudo ao contrario, claro, pois o governo, mais que ninguém, sabe o que o povo deseja, pra isso ele é governo, ganha pra isso. Por exemplo: na eleição passada a maioria do povo votou na oposição, e o PDS fez maioria na Câmara e no Senado. Quer dizer, por isso que eu digo que o povo ainda não sabe votar. Já não sabe que é assim, então? 235 Se o povo soubesse votar, faria o que o João de hoje ta dando a dica, vota no PDS, vota no PDS. Vota no PDS que eu dou maioria pro PMDB!

Muita gente possui o terrível vício de dizer que os eleitores fazem as eleições. Errado! Só existe eleitor porque existe eleição. Da mesma maneira que os doentes foram feitos para o 240 INAMPS, os eleitores foram feitos para as eleições. Eu já não disse que é tudo invertido? Agora, parece que ser eleitor não é boa coisa não. Se fosse não precisava ser obrigatório; todo mundo ia querer ser, não precisava obrigar. E eleição é que não parece ser boa coisa. Ou melhor, eleição que parece ser boa coisa na verdade não é. Pois vocês já não ouviram várias vezes neguinho por aí dizendo: “que eleição que nada. Escolhe o fulano e pronto!” 245 Quer dizer... tá ao contrario: a eleição devia ser obrigatória, e o eleitor, livre. Mas como estão vendo, só existe eleitor porque existe eleição. Quer dizer: às vezes. Não, sempre! É que eleição é coisa muito cara. Só funciona mesmo pra país rico, e às vezes, nos países de governo pobre, quer dizer, onde o governo é pobre, mas o povo rico, o governo tem que

[9]

fazer economia pra ajudar o País. Então suspende esta orgia eleitoral, fecha a Câmara, 250 dispensa os funcionários, e um escolhe o outro toda vez, e como o país é pobre e o povo rico, o povo lá que é dono da TV e dos jornais cede graciosamente o espaço pro governo anunciar no noticiário quem foi o escolhido, e pelo sorri, tipo assim um sorriso de palhaço, a gente pode dizer que estão todos satisfeitos com a economia que o governo fez.

255 Eleição. Eleição é como este espetáculo: proibido para menores de dezoito anos, agora, se der bobeira fica proibido por mais dezoito anos.

Para as eleições, como já vimos, formam-se os Partidos, que pelo que se lê nos jornais, são partidos mesmo. Este ano as eleições vão ser mais fáceis, por causa do voto vinculado. O governo passa o tempo todo pensando: “Puxa, o povo ainda não entendeu direito esse negócio de eleições, então deixa eu facilitar as coisas mais ainda”. Só não diz pra quem
 260 facilita. Mas o voto vinculado é facilímo. O povo já entendeu tudo. Agora já nem se diz mais: “Jurandir, Gracinha casou”. Não, agora é: “Jurandir, Gracinha vinculou!”“O Vinculado dela é uma graça! Tem um vínculo!”Noutro dia mesmo, dois rapazes delicados foram levados aos Costumes: “estavam vinculando no Campo Grande” Atentado ao vinculado público. Mas eu já ouvi dizer que para ajudar a entender este negócio de voto
 265 vinculado, vão pôr recepcionistas-instrutoras nas bocas, das urnas. Já pensaram? Recepcionista virgem virando pro eleitor e dizendo: “O senhor ainda não vai poder votar. Vai ter que esperar. A urna tá alacrada”. Ou a outra, ajudando o velhinho: “o senhor votou errado, o buraco era mais embaixo” e o velhinho: “é que com o tempo perdi o costume”. Ou então a boneca: “Vota bem devagar que o buraco tá apertado”. Ou a histérica, toda
 270 sorridente: “o senhor é o décimo sexto que vota nesta zona hoje”. E a gulosa: “Vota tudo. Meu bem. Vincula tudo. Me elege. Me joga na Câmara!”

(Paródia)

“Eu essa noite tive um sonho bem danado,
 275 sonhei que era candidato a deputado,
 só faltava uma coisa, que era ser vinculado.
 Eu tinha um nome que era até engraçadinho,
 pois o povo lá do bairro só me chama de Dinho.
 Dinho pra lá, Dinho pra cá,
 Dinho precisa se vincular.
 280 Dinho pra lá, Dinho pra cá,
 é Dinho, É Dinho, quem vai ganhar.

[10]

Então saí pra fazer minha campanha
mais ligeiro que aranha, carregado de artimanha.

E o que eu vi de vinculado nem lhe conto:

285

Eu vi o véio vinculando com a veia,
eu vi o Zorro vinculando com o Tonto,
a Luluzinha vinculada com a Memeia,
e o Batman vinculando com o Robinho.

290

Eu nunca vi tanto carinho,
Vinculava todo mundo,
Só não vinculava eu, porque não vinculava Dinho?

Vi o banqueiro vinculando com o bancário,
a empregada vinculando com o patrão,

295

vi o garoto vinculando solitário,
eu vi tudo vinculadinho, e não vinculava não,
por que não vinculava Dinho?

Vi o Bokassa vinculando o Idi Amin,
o Jô Soares vinculado com Delfim,
e o Maluf vinculado com o Toinho,
vinculava todo mundo, só não vinculava a mim
por que não vinculava Dinho?

300

Vi o porteiro vinculando com a porteira,
eu via jega vinculando com o jegão,
O sertanejo vinculando a bananeira,
eu vi tanta sujeira, e não vinculava não,
por que não vinculava Dinho?

305

Melhor a vida, que o mal sonhado.

[11]

310 Curta carreira de deputado.
quando acordei todo borrado,
disse comigo: fui vinculado!

15 de novembro. Dia do voto livre, e obrigatório. Mas vocês já pensaram se, em vez de ser o dia obrigatório de votar, fosse o dia obrigatório de comer? Já pensaram? Dia 15, aquela “filona”. Gente de panela na mão, marmita, colher, pano de prato... no lugar do título seria obrigatória a apresentação na mesa eleitoral de guardanapo com monograma bordado, faca
315 ficava proibido: para evitar excessos eleitorais. Já pensaram? Ia ser a mais democrática das filas. Pobre ia “se lavar”, já que burguês come pouco, para não engordar. Até que ia ser curioso: os burgueses escolhendo pratos pobres, e os pobres escolhendo os ricos:

–Ô, Senhor Barão, o Sr. na fila obrigatória da comida! Vai escolher o que?

– Ah, eu vou num camarão a Lomanto e basta.

320 – E você, Severino?

–Ave Maria, vou lavar a jega hoje! Vou comer de um tudo. E quero tudo vinculado: bife com batatas fritas; pastel; pão doce; goiabada; couve-flor; iogurte; macarrão com chouriça; feijoada; sarapatel; cozido; bacalhoadas; jaca em calda com creme; suco de mamão; e uma vara com presunto e mortadela!

325 –Severino, é a primeira vez que você come?

– Não senhor, já sou acostumado a comer. Eu comi a primeira vez em 1974. Eu não podia comer antes porque era analfabético. Tinha problema de açúcar na cabeça, é... não sabia escrever. Mas, em 1974, eu comi os pratos do governo, que nem aprendi no Mobral.

–E você comeu o que, Severino?

330 –Ah, bom, comi alface, couve, agrião, língua de vaca, xuxu e quiabo... tudo verde! Naquele ano ainda tinha uma garrafa de Passport, verde também, toda quadrada e cheia de medalhinhas. Quase que eu comia as medalhas! Agora, já em 1978 foi diferente: tinha beterraba, maça, tomate, já tinha uns pratos mais vermelhinhos. Foi, o que o governo disse, disse que deixou pra facilitar, pra melhorar a imagem externa, e evitar distúrbios internos.

335 Foi.

[12]

–Quer dizer que desde 1978 que você não come, Severino? Como é que você faz?

–Ah, nós é pobre mas não é burro. Apliquei na poupança. Guardei um carocinho de feijão no buraquinho do dente. Pra comer depois, sabe? No Futuro!

–E ainda guarda este caroço?

340 – Não, eu enguli. Foi... de susto. Eu tava em frente à Radiolar ali no comércio vendo o programa do seu Franca Besteira, foi quando ele disse que os espanhóis tavam querendo invadir o Brasil, através da ONU. Esse negócio de estudante. Levei um susto tão grande que enguli a poupança, quer dizer: o carocinho.

–E você vai comer hoje de novo?

345 –Vou, sim, senhor. Porque a gente não sabe quando vai comer de novo, né? Então deixa aproveitar.

–E já sabe o que vai comer, Severino?

– Ah, eu vou comer de um tudo! Inda mais agora com esse negócio de comida vinculada! A gente começa com uma sopa de camarão, vai no frango a passarinho, de sobremesa come

350 uns quatro brigadeiros, e vai até o café, filho. Limpa tudo. E, se der pé, a gente ainda come os fiscais de mesa.

Severino. Severino é uma figura engraçada. Eu me recordo o dia em que ele chegou para trabalhar na Capital. Vinha cheio de malas, sacos, embrulhos, a mudança toda. Pousou tudo no saguão da Rodoviária e teve vontade de verter água. Mas, e agora? Com quem deixar as

355 coisas? Olhou para um lado, olhou para outro e viu um sujeito assim muito bem vestido, apessoado, chegou perto dele e disse:

–Será que dava pro Sr. dar uma olhadinha nas minhas coisas enquanto eu vou ali no quartinho verter água?

Ao que o sujeito respondeu: –Meu amigo, eu sou um deputado.

360 Severino retruca, com sua ingenuidade:

– Não tem problema não, eu confio!

Sras. e Srs., é com imensa honra, que eu desejo anunciar a presença neste teatro, entre nós, do Sr. Clériston Andrade, candidato do PDS ao governo do Estado! Desculpem, foi uma brincadeirinha, foi só pra curtir uma de IBOPE.

[13]

- 365 Este teatro tem noventa lugares, existem na Bahia mais de quatrocentos candidatos. Quer dizer: se juntá-los com seus acompanhantes, eles dariam para preencher toda a minha temporada, de forma que, mais uma vez, eu quero pedir a vocês, que sempre me elegeram em suas diversões, que, mais uma vez, me ajudem: não votem nos candidatos que ainda não assistiram a este espetáculo. Lá fora, no foyer, tem uma lista com os nomes de todos eles.
- 370 Por favor, pelo amor de Deus: não votem neles. Assim vocês estarão, mais uma vez, colaborando com a minha campanha: “Faça um Bemvindo Feliz, dê a ele uma Viagem a Paris”.

Mas, ainda há pouco, falávamos em candidatos e deputados. Pois agora eu me lembrei de uma estória muito curiosa que se passou com o famoso deputado Chico Pinto. Segundo as

- 375 más línguas, Chico tem mania de perseguição. Um dia o Chico estava se sentindo tão perseguido que resolveu “se mandar” da Bahia. Correu pro aeroporto e já ia subindo as escadas do avião quando deu de cara com o Toninho. Aí disse Chico:
- Toninho, me ajude. Pelo amor de Deus, me ajude. E Toninho:
- O que foi, Chico? O que é que esta acontecendo? Disse Chico:
- 380 – Todo mundo tá me perseguindo, Toninho. Até Deus. Toninho:
- Eu não!.

É conhecida de sobejo a pureza do linguajar do Dr. Roberto Santos. De sua boca, pelo que se sabe jamais saiu um impropério ou palavras de baixo calão, certo dia, Dr. Roberto foi ao interior, em sua campanha, avistou-se com um prefeito do interior, e perguntou-lhe com

- 385 bastante sobriedade:
- Como vai a Zona Rural? E o prefeito imediatamente respondeu:
- Dr., a zona eu fechei, mas ainda tem umas mulheres por aí, e a rural eu troquei por uma Kombi.

Esta se passou com certo deputado que, flagrado em posições não muito respeitáveis com
 390 um parceiro, no interior de um carro, em zona deserta, foi surpreendido por um ladrão:

L – Isto é um assalto!

D – (*tentando se ajeitar*) Pelo amor de Deus, não faça isto comigo!

O ladrão mascarado reconheceu o deputado:

L - Dr. Deputado, o Sr. é viado?

395 D – É, quer dizer, bem...

[14]

L – E logo eu que votei no Sr., que que eu vou dizer pros meus colegas?

D – É... bem...

L – Dr. Deputado, não faça mais isso não. Isso é muito feio. Por que é que o Sr. faz isso?

400 D – Bem, sabe como é, né: eu comecei pegando a ditadura, passei pela frente ampla e agora estou curtindo a abertura!

Ah, os deputados. Quando eu estava escrevendo este espetáculo, a minha vizinha, a Claudionita, perguntou se eu não ia fazer umas apelações, quer dizer, se eu não ia engrossar um pouquinho com piadas e estórias picantes. “Uma apelaçõzinha é sempre necessária. O povo gosta disso”. Disse-me ela, do alto de sua sabedoria maternal. Respondi-lhe que não,
 405 expliquei-lhe que isto era uma obra séria; que se tratava de um espetáculo de respeito, para comigo e para com o público; que a apelação eu deixava por conta dos candidatos, que já desde o início do ano vem apelando firme e forte. Eu tenho um amigo, o Valtinho, que desde março já estava recebendo cartão de Natal e Boas Festas, de vários candidatos. Tem o Freire, que ainda nem arranjou a mulher e já tá recebendo cartão de parabéns pelo batizado
 410 do filho.

Quer dizer: a apelação eu deixo por conta. Mas apelação mesmo é a daquele candidato que arranjou um cachorrinho. Sabendo que muitas senhoras, como a Claudionita mesmo, adoram cachorrinhos, e que criança é um excelente veículo de divulgação e que também

adora cachorrinhos, na base do “Ô papai, vota em fulano, ele tem um cachorrinho lindo”.

415 Pois é, sabendo disso, esse candidato arranhou um cachorrinho que era uma graça! Uma
 gracinha! Gracinha!! Todo pretinho, peludinho, parecia coisa de brinquedo. O cachorrinho
 era chinês. Coisa rara. Com pedigree desses que já vem com nome. Nome chinês. ²⁷O nome
 do cachorro era Nookyu. Isso mesmo. Não era Nooku, não. Era Nookyu mesmo.
 420 Claudionita quando soube o nome do cachorro até me perguntou porque eu não mudava o
 nome do cachorro. Porque eu não botava Nabuna, que é outro nome bonito. Ou então
 Nookyuzinho, que era mais suave. Ora, mas se o nome do cachorro era esse mesmo, porque
 eu iria mentir? Isso são coisas do mundo, da vida. Tem coisas que num certo tempo, e num

[15]

certo lugar são horrorosas, e noutra são normais. Lá na China, por exemplo, Nookyu é
 normal. Todo mundo gosta de Noky. Aqui no Brasil o pessoal também gosta, mas a nossa
 425 formação religiosa não deixa assumir direito, né? Eu, antes, até fui ali na pastelaria da
 Carlos Gomes e perguntei pro Chinês. A resposta veio logo : – Chinês gosta muito de
 Noky. Pois é assim mesmo, o Daborberto, um crioulo lá no Alto das Pombas, também não
 esconde suas preferências, e abrindo um sorriso com os dentes que lhe restam, afirma:
 – Nookyu é mais que ótimo, é bótimo! Pois esse deputado, meus amigos, esse candidato
 430 usava Nookyu para agariar votos. Todo mundo lá no bairro em que ele mora já sabe disso.
 Tem até um garotinho, assim mais delicado, que toda vez que ele passa com o cachorro
 grita: – Vem cá, Nookyuzinho!. Pois o cachorro era a adoração do candidato. Tanto que
 toda vez que ele ia pra um comício a primeira coisa que fazia era levar Nookyu. A
 rapaziada da esquina já curtia: – Vai pro Comício? Vai levar Nookyu?” E no comício, a
 435 massa adorava o cachorro. Tinha até briga pra saber quem ficava com o cachorrinho, a
 julgar pelos conflitos que surgiam sempre entre um e outro eleitor, quando então se ouvia:
 – Vai tomar Nookyu. Mas, verdade seja dita, é que o cachorrinho ficava sempre do lado do
 candidato nos seus comícios, o que na maioria das vezes, dado o caráter irrequieto do

²⁷ Trecho cortado pela censura com início em “O nome do cachorro...” e o fim em “você e eu.”.

440 cachorrinho, provocava um interessante diálogo entre o candidato e os eleitores. Lembrome de um de seus últimos comícios. Seu discurso ocorreu mais ou menos assim:

– Companheiros!É com imenso prazer (*o cachorro interfere*) – Nookyu! – que venho até aqui para dirigir a vocês as minhas palavras. Pois, como vocês sou um homem que trabalha (*nova interferência*) – Quietos Nookyu! – Sempre trabalhei, e nunca neguei um duro (*nova interferência*) – Nookyu! – Por isto é que eu lhes peço que a 15 de novembro, vocês me botem (*interferência*) – Nookyu! – entre os primeiros colocados na lista de votação. Venho aqui porque a situação do País está mais pra lá (*interferência*) – Nookyu –, do que pra cá (*nova interferência*) – Nookyuzinho! – E isto precisa acabar, porque todo brasileiro sente aquela comichão (*interferência*) – Nookyu! – quando pensa em nossa dívida externa. E a solução que trago para isso, é mandar os nossos credores meterem a dívida no
450 (*interferência*) – Nookyu! –.

[16]

Protesto, já que não podemos pagá-la. Outra questão é a questão da democracia. A democracia sempre foi muito melhor (*interferência*) – Nookyu! – nos países desenvolvidos, que nos países pobres. Precisamos desenvolver nosso potencial (*interferência*) – Nookyu! – energético. Pois só com a democracia asseguraremos eleições livres diretas. Ou vocês
455 acham que desse jeito que está por aí, teremos eleições para Presidente? (*Interferência*) – Nookyu! – É preciso pois, tomar o Poder, nunca se esqueçam disso!

E aí, numa de comunicador, ele perguntava a massa: – Onde é preciso Tomar? E a massa, em apoio respondia a uma só voz: – Nookyu. Isso sim meus amigos que é apelação. (*Paródia*):

460 Nookyu é um cachorrinho,
bonito pra danar,
e todo candidato
que for para o comício,
Nookyu pode levar.

465 Nookyu por baixo,
Nookyu por cima,
Nookyu na frente
Nookyu por traz,
470 Nookyu é bem melhor,
e a massa gosta mais.

Nookyu é um cachorrinho,
bom de urna e bom de voto.
Então no dia 15,
475 lá dentro da cabina,
é Nookyu que eu voto.

Nookyula no beirú,
Nookyu no Pau da Lima
Nookyu é bem melhor,
bote Nookyu sem vaselina.

480 Nookyu é um cachorrinho,
bonito pra danar.
A 15 de novembro,
Nookyu vamos votar.

485 Nookyu ganhou,
Nookyu levou,
se eleger,
Nookyu tomou,
você e eu.

[17]

490 Apregoam as más línguas que eleição é sinônimo de democracia. Parece que as duas são
 gêmeas, mabaças, onde anda uma, a outra está. Algo assim como a General Motors e a
 Coca-Cola, ao inverso, é claro. Democracia: eis aí uma coisa difícil. Geralmente os que
 mais falam em democracia são os que menos a praticam. É sempre assim: uma espécie de
 sentimento de culpa, sabem como é. Nos países desenvolvidos, a democracia nos passa uma
 495 imagem de uma senhora gorda, ativa, bem falante, de faces coradas. Por favor: não
 confundam com a Ivete Vargas. Já nos países pobres, a imagem que a democracia nos passa
 é sempre dramática, quase trágica, magra, mas ousada. Não confundam com a Maria
 Bethânia. Pelo que se lê nos jornais, existem vários tipos de democracia: a democracia lenta
 e gradual; a democracia ampla geral e irrestrita; a vinculada; a democracia cristã; a
 500 democracia socialista (mais religiosa que a cristã); a democracia relativa; e democracia
 mesmo, com todas as letras. Essa história de democracia, quem inventou foram os gregos,
 que também inventaram os jogos olímpicos; o sorvete; as fantasias de grega para o Baile
 das Atrizes; e o homossexualismo, que depois se espalhou pelo mundo, (A democracia, é
 claro). Na Grécia antiga, porém, somente votavam os “cidadãos”, quer dizer: aqueles que
 podiam comprar este título. Escravos, artesãos e povos dominados, neça! No Brasil também
 505 já tivemos esta fase (tivemos?): antes somente votavam os cidadãos portugueses, depois,
 com a independência votavam os cidadãos pela renda que apresentavam; até que veio a
 República esculhambou com tudo. Hoje todo mundo vota, menos os analfabetos. Estes, na

[18]

maioria das vezes, são eleitos. Mas, outro dia, lendo um jornal, eu até fiquei com vontade
 de voltar às democráticas eleições do tempo do Império: o voto pela renda. Li no jornal:
 510 almoço para convencionais em São Paulo, dura três dias e custa 12 milhões. Não preciso
 dizer o nome do “santo” que deu este almoço, né? Pois se o homem acaba Presidente, eu
 estou campado. Mas, como eu dizia: eleição pela declaração de renda. Vocês já pensaram
 como o País ia ganhar com isso? A coisa funcionaria assim: só teria direito a voto quem
 declarasse formulário azul da Receita Federal, sem restituição, é claro. Isso, pra começo de
 515 conversa. Pra cada cem mil de imposto a ser pago, 1 voto. Já pensaram que maravilha? Em
 vez de nequinho ficar por aí “comprando” voto, ou sumindo com dinheiro alheio, não:
 declaravam direto e tome votos. O que ia ter de gente pedindo empréstimo no Exterior pra

ganhar eleição, não está no gibi. Claro também que só ia dar Malufs, Magalhães, Prados Francos e Nilos Coelhos, mas em compensação... botava o povo na Receita Federal, só
520 recebendo os formulários, e os caras só declarando renda, e o dinheiro entrando pros cofres públicos. Olha, podiam até ganhar a eleição, e ficar com o que quisessem, mas que a gente ia viver mais feliz, e que a renda ia ser melhor distribuída, não tenha dúvidas.

Mas dizem que, em época de eleição, político que se preza só se comunica na base do melô. E pra não dar muito na pinta, ficam mandando o recado pelas rádios, naquela base de
525 serviço de alto-falante do interior:

- Maluf oferece a Toninho, com muito amor e carinho: “Que tal nós dois, numa banheira de espuma?”
- Pedrinho oferece para Roberto: “Vou voltar, sei que ainda vou voltar...”
- Alguém oferece para Lomântico Jr.: “Você abusou, tirou o Partido de mim, abusou...”
- 530 – O povo oferece a todos os candidatos: “Mas se gritar pegar o ladrão, não fica um meu irmão...”
- Juracy canta com muito ardor: “Esses moços, pobres moços, ah! se soubessem o que eu sei...”
- Dona Democracia oferece ao eleitor: “Se acaso me quiseres, sou dessas mulheres que só
535 dizem sim...”
- Clériston oferece para Toninho: “Eu sem você, não tenho porque...”
- e Toninho oferece para Lomântico Jr. : “Vai, vai mesmo, eu não quero você mais...”

[19]

- E oferece também para Robertinho: “Ó pedaço de mim, ó metade afastada de mim...”
- E ainda, Toninho, canta com portenta voz para João: “Olha, você tem todas as coisas, que
540 um dia eu sonhei pra mim... a cabeça cheia de problemas, não me importa, eu gosto mesmo assim...”
- Para Mario Kertész: “Sei que ao meu coração, só me resta escolher...”
- E eu, ofereço para Franca Besteira com todo meu veneno: “Olha o bloco do sujo, vem batendo na lata, alegria barata para o povo pular...”

545 Na democracia o povo é quem escolhe tudo. Num certo país, famoso pela relatividade da sua democracia, ocorreu um fato lamentável: Morreu a Primeira Dama, exatamente, a mulher do Presidente. Numa reunião geral de Ministros, autoridades etc. ficou acertado que era necessário escolher uma nova mulher pro Presidente. Casa ele com a Brigitte Bardot, disse o Ministro do Interior; casa com a Xuxa, disse o Ministro da Educação; casa ele com a
 550 Melina Mercouri, disse um assessor mais desavisado; reuniões e mais reuniões, e ninguém chegava a um consenso sobre com quem casar o Presidente. Então resolveram apelar para o povo. Saíram às ruas e perguntaram. Puseram o Presidente na TV, pedindo cartas com sugestões, e nada. Nenhuma conclusão satisfatória.²⁸ Até que, por acaso, (naquele país tudo acontecia por acaso) um certo ministro, passando pela zona rural, resolveu parar o carro,
 555 chamou um tabaréu e abriu o jogo: que a Primeira Dama tinha morrido etc. , e aí fez a democrática pergunta: – com quem casar o Presidente? A resposta veio tranquila como só gente do campo sabe dar: – Eu acho que o Presidente devia casar com a Nação. Luz nas trevas! Eureka! Porrata! Casar coma a Nação. Levaram o matuto para Capital Federal, chamaram a Imprensa, ofereceram almoço de apresentação, fizeram e aconteceram. Depois
 560 do almoço, a imprensa toda chamada, entrevista coletiva. Pergunta o jornalista: – Porque que o Presidente deve casar com a Nação? Responde o matuto: – porque na minha terra é assim: f...casou!

[20]

A boneca chegou no Porto da Barra, toda de branco: bermuda branca, calção, sandália e camisa branca. Toalha branca, cadeirinha branca, e boné branco. Já na descida da escada foi
 565 chamando a atenção da praia toda. Chegou na areia. Abriu e sentou na cadeirinha branca, abriu a bolsa branca, tirou um telefone branco de dentro e colocou sobre a toalha branca. Não precisa nem dizer que a esta altura do campeonato, a boneca já estava cercada de curiosas e curiosos, por todos os lados. O telefone tocou. Histerismo na plateia. A boneca atende: – Alô, é de Washington? Oi Reagan, que há? Ah, sim, obrigado, estarei sim, não se
 570 preocupe, até pra semana então. Me aguarde! Daqui a pouco o telefone toca de novo.

²⁸ Corte da censura que se inicia em “Até que...” e o seu fim é em “f...casou!”

Histerismo crescente. –Alô! De Paris? Ah, Mitterrand, que prazer, muito obrigado pelos queijos. Uma delícia. Telefone toca de novo. – Alô, de Londres? Diana, mydear, pro batizado? Domingo próximo? Ótimo. Estarei aí, sim. Outro. A massa dando urros, vaiando, babando, gritando. Histérica. Telefone toca de novo: –Alô! É de Ondina? Toninho? Pega o telefone e entrega pra massa: – É pra vocês, lixo!

Há trinta anos atrás, Dona Maria do Carmo, foi acometida de incurável e desconhecida moléstia. Hibernada, acondicionada, Dona Maria do Carmo passou trinta anos dormindo. Dia 15 de novembro foi acordada, descongelada e transportada do Hospital para casa. O progresso da ciência agora, permitia a dona Maria do Carmo reiniciar seu tratamento. A
580 caminho de casa, na ambulância, foi vendo as coisas novas pelo caminho: avenidas de vale, iluminações públicas, orelhões, teatros. Até que passou em frente a uma grande fila, numa escola. Virou-se para o enfermeiro, todo de branco que a acompanhava e perguntou:

– O que é essa fila gigantesca aí na Escola?

Enfermeiro – Eleições Dona Maria.

585 Maria – Oh, que bom. E quem esta comandando as coisas agora?

Enfer. – O Juracy, o Viana e o Lomanto, mais o Magalhães

Maria – Ainda?

Enfer. – Mas tem gente nova na política.

Maria – Tem? Em Minas, quem comanda?

590 Enfer. – Bem, o Bias Fortes, o Magalhães Pinto e o Tancredo.

[21]

Maria – Também foram congelados?

Enfer. – Mas tem o Maluf, em São Paulo.

Maria – Maluf, Maluf... sei, aquele garoto era o cão. Adorava roubar manga e goiaba lá no quintal da casa. Ele acaba Presidente.

595 Enfer. – Aqui agora tem o Toninho...

Maria – Toninho... Toninho... Toninho Malvadeza! Credo, esse garoto não era fácil. Matou três gatos e um cachorro meus. Adorava furar olho de passarinho. Mas no fundo tinha um

bom coração. Gosto muito dele.

Enfer. – Tem o Roberto...

600 Maria – Roberto... Robertinho...

Enferm. – É, um de óculos, cara de padre.

Maria – Roberto...Roberto...meus santos! Sei quem é! Quer dizer, ele eu não conheci muito bem, mas me lembro muito do pai dele, foi reitor, fez a Universidade da Bahia, a Escola de Teatro, a Escola de Música...e o Robertinho? Já fez muito pela cultura da Bahia? Puxou ao pai?

605

Enferm. – Bem, quer dizer...a Sra. sabe...né?

Maria – Eu não sei de nada...há trinta anos que eu não leio o Diário Oficial. Mas me diga uma coisa quem é o Presidente?

Enfer. – O João Batista.

610 Maria – Ave Maria! Estamos no fim!

Enfer – Por que, Dona Maria?

Maria – O Sr. é enfermeiro ou o anjo exterminador? Assim todo de branco. O João Batista não é aquele que anuncia o Juízo Final? Que anuncia o salvador? Então, o Sr. me descongelou pra viver de novo, ou foi para assistir o Juízo Final?

615 Eu peço licença a vocês para sair um pouco do tema eleições, e contar uma piada de papagaio. Mas, como conceber brasileiro sem piada de papagaio? Falou em piada, aqui no Brasil, vem logo três variedades: o português, a bicha e o papagaio. Depois do 25 de abril, em Portugal, são eles agora que curtem piada de brasileiros; de bicha eu já contei; então vamos na do papagaio:

620 ²⁹Dizem que o papagaio vinha andando pela rua e a bandeira resolveu curtir com a cara dele. Quando ele passou bem embaixo da bandeira, ela virou pra ele e disse:

[22]

²⁹ Corte da Censura que inicia em “Dizem que...” e tem o seu fim em “até eu mexo!”.

– Eu tenho verde! e o papagaio:

– eu também tenho

B: – Eu tenho Azul...

625 P: – Também tenho...

B: – Eu tenho amarelo...

P: – Também tenho.

B:- Eu tenho branco...

P: – Eu também tenho.

630 B: – Eu mexo bastante...

P: – Também, com um pau desse tamanho, até eu mexo!

Mas o nosso tema é eleição. Vamos voltar a ele. Graças às artes de Lia Silveira, vamos mostrar para vocês como é que se vota. É como num passe de mágica: (*demonstração de um número de mágica*).

635 Vocês já viram os nomes dos candidatos que surgem por aí? Quer dizer: já é uma complicação esse negócio de voto vinculado, de que Partido escolher, de voto de legenda, sublegenda, e neguinho ainda me aparece com uns nomes... tem um por aí, que cada vez que eu leio o nome penso que está escrito em outro idioma: Adyjolvã, é com ípsilone. O outro, que eu nem recordo o nome, sei que entre parênteses, tá lá: “o tinta-forte”. Mas eu já

640 vi de tudo: Abdenáculo; Rosnialvo; Pterodélio; Peniserenum... mas melhor, melhor mesmo, são os slogans que soltam durante a campanha: “Vote em Amaral, o Tal!” “Abdenáculo, o seu voto no tabernáculo”; “Peniserenum, a serenidade para ‘seu’ Penis, ele merece seu voto.” “Vote em Rosnialvo, e você será salvo.” “Adyjolvã, o que não comeu da maçã”. “Pterodélio, vote nele, mesmo sem rima.”

645 Renildo era cabeleireiro, muito conhecido no bairro e na cidade. Vai daí, madame falou:

– Renildo porque você não se candidata?

A idéia subiu pra cabeça do “coiffeur”. Ser candidato. As amigas adoraram. Renildo começou a fazer planos. Ai é que um amigo, mais enfronhado nas artes políticas, que na moda, foi categórico:

650 – Não vai dar, Renildo.

[23]

– Por quê? Quis saber o candidato a candidato.

– Por causa da munheca, disse o amigo.

– O que tem?

– Candidato não pode soltar a pluma.

655 Renildo segurou aquilo, parou, pensou e disse como um herói:

– Eu seguro as plumas. Prometo que não solto.

E começou a exercitar-se na sublime arte de ser “bofe”. Preparou-se meses. Até que chegou o dia de seu primeiro comício. A transformação era visível: ninguém diria. Praça lotada, a massa ansiosa pelo discurso. As comadres fofoqueiras não falavam outra coisa que não fosse a transformação de Renildo. E Renildo não se fez de rogado:

660

– Meus eleitores, sou candidato. A 15 de novembro... (e lá ia Renildo perorando seu discurso e segurando a onda da munheca, até que, lá pelas tantas, já cansado, aconteceu a catástrofe):

665

– Peço a vocês o seu voto e o voto de seus familiares, pois que pretendo ser eleito não com um, dois ou três votos, mas com milhaaaares... de votos!

E foi munheca pra todo lado.

Dizem que a primeira medida de certo governador foi afastar os pombos da Praça do Palácio, pois ele já não aguentava mais toda vez que passava pela praça, ouvir os pombos: corrupt, corrupt, corrupt...

670

Falando em Governadorias, conta-se que, quando Antonio Carlos Magalhães assumiu o governo pela segunda vez, ocupando o lugar de Roberto Santos, os dois já estavam

brigados, mas não deixavam perceber isto. Tinham cuidado para evitar maiores dissensões. Vai daí, primeiro dia de trabalho normal no Palácio da Aclamação, fim do expediente. Antonio Carlos vai saindo e, por acaso, Roberto emparelha o carro junto com o carro
675 oficial. Situação constrangedora. A sinaleira do Campo Grande obrigou os dois a ficarem ombro a ombro, ou se quiserem: para-choque com para-choque. Tentando ser amável, e não dar bandeira para os curiosos que já se aglomeravam nas calçadas, Roberto pergunta:

– Governador, como vai?

[24]

Ao que Antonio Carlos responde:

680 – Vai, mas não muito depressa, para não parecer que está com medo, E nem muito devagar, para não parecer provocação.

E tem a estória daquele prefeito do interior de Santa Catarina, descendentes de alemães, com um forte sotaque saxão, que era candidato à reeleição. Comício na praça. Discurso pra massa:

685 – Meus eleitorres, sou candadato para a rreelegeme. Lembrro a v_oces as ggrandes medidas que tomei no minha administrazon. Quando assumi, atendendo a pedidos dos senhorras do cidade, proibi os vaqueiros de andar pela cidade com seus esporas. Um indecência. Aqueles vaqueirros grandes, esporando todo mundo. Esporando seu mamãe, seu irmã, ficava tudo esporado e non podia mais continuar assim. Outra medida tomada, foi a proibizon das
690 galinhas soltas na cidade. Tem muito galinha nesta cidade. Agorraeston proibidas de ficar soltas. Os galinhas faziam muito galinhagem. Sujavam tudo e trepavam em todos lugarres, nem o cemitérrio escapava, non ficava nada bem parra a imagem do cidade as galinhas trepando em cima do seu papai morto, do seu vovô. Amanhã vamos ter procisson em homenagem à padroeira do cidade. Seu vigário pediu que a Prrefeiturra organizasse o povo.
695 Ento, aviso a vocês que no procisson vamos ter dois filas: uma de homem, que sai por aqui, e outra de mulherres, que sai por ali. A santa fica no meio. Na procisson, no fila das mulherres, as casadas levam velas na frente, as virgens e meninas levam vela atrás, as

700 velhas beatas non precisan levar vela, porque já levaram vela a vida inteirra. Depois da
 prociissonhaverrã quermesse, patrocinada pelo Prefeitura. Na quermesse quem quiser pode
 chupar da picolé do vigário, que é grande, doce e abençoado. Meu administraçon vai fazer
 também um jogo de corda. Chama cabo de guerra. Um corda grande, em cada ponta da
 corda um barril. Dois grupos de cidadãos. Quando eu contar três vai todo mundo pra ponta
 do barril. E lembrem-se meus eleitorres, meu administraçon é bom, eu fiz muita coisa, e
 quero seu voto na rreleição, mas não se esqueçam eu fiz muita coisa, mas não fiz mais,
 705 porque quem fez mais fui Deus.

[25]

710 Meus amigos, aqui chegamos ao final deste espetáculo. Agradeço a todos vocês por terem
 comparecido hoje aqui, ajudando-me na minha campanha. Não se esqueçam, se vocês
 conhecem algum candidato, cobrem dele a sua presença neste teatro, neste espetáculo. Mas
 tudo foi uma gostosa brincadeira, espero que ninguém tenha se ofendido, que todo mundo
 tenha desopilado seu fígado e saia daqui reforçado para 15 de novembro cumprir seu direito
 e seu dever cívico do voto. Porque independente deste ou daquele candidato, deste ou
 daquele partido, o mais importante é termos eleições, termos democracia, assegurarmos
 com a nossa participação nas urnas a estabilidade da Nação. Votem tranquilos, escolham
 seus candidatos com a consciência de cidadãos. Muito obrigado.

715 Esta é a sua vida

(efeito de luz) (sonoplastia) Ei, Bemvindo! Bemvindo! (Ator para olha para o fundo do teatro, e o trecho gravado entra) Quando você nasceu, em 1947, eleitor amigo, o mundo
 acabava de sair de uma das mais horrendas guerras que o planeta já vira; mais uma vez os
 comunistas voltavam para cadeia, e mais uma vez, um general era Presidente da República.
 720 Seu pai, eleitor amigo, na época era funcionário da Leste Brasileiro e recebia em você o seu
 décimo sexto filho. Sua mãe, honrada mulher, de prendas domésticas, foi quem lhe deu o
 nome, de Eleitor Amigo. Sua família era pobre, você nasceu pobre, eleitor amigo. O
 honrado salário de seu pai, eleitor amigo, àquela época, mal dava para que cada um de
 vocês comessem apenas um bife por dia, e uma garrafa de vinho nos finais de semana.

725 Apenas seus oito irmãos menores podiam tomar leite todo dia. Lembra? Tempos difíceis aqueles... Ainda assim, com sacrifício, seu pai lhe orientou, lhe educou, e você pôde estudar nos melhores colégios da cidade, e foi como estudante que você finalmente tirou seu tão cobiçado título de eleitor. Lembra? Você era estudante, do ultimo ano. Lembra? Estudante aplicado. Adorava geografia e história. Lembra da professora de História? Dona Maria

730 Quitéria? Aquela que você tanto gostava? Pois é, a produção do programa fez tudo para trazer até aqui hoje. Mestre e aluno, para você reviver aqueles tempos, mas ela sumiu em 1970, e ninguém sabe onde está. Mas o seu professor de Geografia, não. Esse nós conseguimos localizar. Lembra dele? Aquele que defendia a Petrobrás? Pois é, está

[26]

enterrado no cemitério de La Pepinière, em Paris, onde morreu exilado. É claro, a vida é

735 triste, e a tudo isso você assistiu, mas sem se deixar esmorecer, pois munido com seu título de eleitor, você era um vencedor. Ia votar no Juscelino, em 65. Ia votar pela primeira vez, mas, a vida é assim mesmo, ainda não foi aquele ano, não é, eleitor amigo? Mas você já era um cidadão. Sempre que você saia às ruas levava consigo seu título de eleitor, mas tudo que lhe pediam era sua carteira de trabalho, seu RG e seu CPF. Mas você não desanimava,

740 continuava acreditando em seu título de eleitor. Estamos em 1970. Brasil tricampeão mundial, você ia votar pela primeira vez, lembra? Mesmo desempregado, vendo seus amigos sumirem um a um, naturalmente se afastando de você porque acreditavam mais na Bolsa que nas amizades, mas ainda assim, com seu título de eleitor na mão, você esperava. Você sempre acreditou no Brasil. Lembra-se da sua redação de Português? Aquela: “O

745 Brasil que eu desejo para meus filhos?” Pois é, nós pedimos uma cópia dela para trazer até aqui, hoje, mas a Burocracia, que ainda impera, impediu o DOPS de nos entregar a tempo a prova da sua Redação= 1970. Você ia votar, sofria, mais ia votar. Dos seus irmãos, da sua família, você era quem mais tinha a vocação eleitoral. Mas, ainda não foi daquela vez. Chamado às pressas para Recife, onde seu pai estava preso por indigência, você votou em

750 trânsito, ou melhor: não votou. Mas você não desanimava. 1974. Agora você já não estava mais desempregado. Vivia de bicos, catando papel, vendendo garrafas, era o milagre, eleitor amigo. Você ia votar. Porém, mais uma vez, seu destino de eleitor (essas coisas só acontecem com eleitor) o impediu: dos seus quinze irmãos, só restavam agora apenas três: o

ceguinho Aderaldo, o débil mental do Alfredo e você, o eleitor. Os outros quinze, mortos.
 755 Sete de fome, cinco de uma fantasiosa meningite subversiva, dois atropelados em
 circunstâncias misteriosas, como disseram os jornais da época (lembra? Saiu no Estadão, ao
 lado da poesia de Camões, na primeira página. Que orgulho, hein, eleitor?) Um que se
 enforcou de vergonha na cadeia, e outro, o mais querido, que morreu de paixão pelo
 governo. Lembra? 1974. Se você não tivesse sido internado às pressas no Juliano Moreira,
 760 se você tivesse esperado um pouquinho mais, você iria votar. Mas ainda não foi daquela
 vez. Outras viriam, você repetia, entre um choque elétrico e outro, lá no Juliano.

[27]³⁰

Quatro anos depois. Você recebeu alta do Juliano. Não estava mais doido, agora o que lhe
 enlouquecia de prazer era a gloriosa tarefa de ensinar às crianças, de ser professor da Rede
 Municipal de ensino. Você quis casar, eleitor amigo. Conheceu Marilda, mas seu salário
 765 não dava nem pra pagar os selos do cartório. E o amor rendeu-se à realidade. Marilda,
 auxiliar de enfermagem, cansou de esperar sua nomeação para o Hospital Roberto Santos, e
 até hoje, no 63, ele espera por você. Você, eleitor amigo, que hoje mora numa vaga de
 pensão no Paraíso, com mais seis companheiros de quarto. Mais voltemos a 1978. Você
 esperava, era um cidadão com fé. Seu título de eleitor conservado em formol, era sua
 770 garantia de fé e esperança. Sempre calado, nunca se meteu publicamente na política. Nunca
 abriu a boca para emitir uma só opinião. Sua máxima era: “eleitor se manifesta pelo voto”.
 A não ser aquela vez, no bar do Seu Pedrinho, quando você começou a conversar com um
 cara que sentou na mesa ao lado, e você falou, falou, falou, e depois passou três dias
 tomando porrada. Lembra? Também, quem mandou conversar com estranhos? Você
 775 aprendeu a lição: perdeu os dentes, o emprego, a mulher, mas não perdeu seu título de
 eleitor. Seus pais, infelizmente hoje não podem estar aqui. Morreram de vergonha quando
 foram despejados do INOCCOOP, mas não importa. Você tem seu título, não é eleitor
 amigo? Hoje você é um homem só, sem amigos, sem família, sem irmãos, sem emprego,
 mas é feliz porque tem seu título de eleitor. Lembra do padre da sua primeira comunhão?

³⁰ Utilizada a folha 27 de T02

780 Dom Peter Hans? Pois é nós temos uma surpresa para você: ele era holandês e foi expulso do país na semana passada. Mas você não vai perder a fé, eleitor, elas virão, as eleições são irreversíveis, e quem não acreditar vai preso e ainda toma cacete. Hoje, aos trinta e cinco anos, você está aqui entre nós, sendo homenageado, e pronto para votar. Eleitor amigo: ESTA É A SUA VIDA!

785 – Puxa, que vida a minha!

– Não reclame, esta é sua vida, e você ainda tem seu título de eleitor. Esta é a sua vida, e o que é que se vai fazer?

– Eu? Me segura que eu vou dar um voto!

FIM

3.3.3 Texto crítico de MSQVDV.02

[capa]

“ME SEGURA QUE EU VOU DAR UM VOTO”

Comédia-pacote de Bemvindo Sequeira

Salvador, julho de 1982.

[1]

(Ator entrando em cena)

- 5 Havia na Bahia um camarada que era candidato a deputado federal. E esse baiano era um rapaz alegre, só que ele não assumia essa alegria. Acabou sendo eleito e foi pra Brasília. Chegando lá, ele pensou: bem, aqui ninguém me conhece, aqui eu deixo isso de lado. E começou a curtir mulher. Virou o maior garanhão de Brasília. Até que contraiu uma blenorragia, das bravas. Correu pro médico, o médico examinou e disse:
- 10 – Meu amigo, isso aí não tem mais penicilina que dê jeito. Ai só massagem.
Disse o deputado:
– Massagem não, doutor, de jeito nenhum, sou macho.
O médico replicou:
– Se não fizer massagem, vai cair...
O médico iniciou a massagem, e o nosso deputado, fingindo, gritava:
– Ai, ai,... ai...
Até que não aguentou mais e emendou:
– “Ai, ai, que saudade eu tenho da Bahia....”
- 15 Mas é isso meus amigos: estamos em pleno processo eleitoral. Política É coisa dialética. Tem gente que leva cantando, como o deputado, eu, prefiro levar rindo, e tem quem leva a sério:
–Tá na política?

Responde o outro:

– Tou.

– Tá levando a sério.

– Tou.

– E não dói?

– Não, só dói quando eu rio.

20 Mas, minha gente, é um prazer muito grande estar aqui com vocês para apresentar mais um
 “ME SEGURA QUE EU VOU DAR UM VOTO”. A todos vocês, o meu Boa Noite. Meu nome é
 Bemvindo Sequeira. Profissão: artista. Baiano adotado, porque eu sou mesmo é mineiro, ou
 como queiram: baiano cansado. Batizado na DRT-BA com o nº 01, às Fls. 01, do Livro 01 do

[2]

Registro Competente. E este é o meu Boa Noite. O Boa Noite de um artista.

25 Quero trazer para vocês, também, LIA SILVEIRA, que é quem me acompanha ao violão. Com
 vocês Lia Silveira (*Lia entra*).

30 Mas, meus amigos, o nosso papo são as eleições. Voltemos a ele. Para as eleições, formam-se
 os Partidos, que, pelo que se lê nos jornais, estão partidos mesmo. Na Bahia, nós vamos às
 eleições com apenas três partidos: o PDS, o PMDB e o PT. Aliás, como em quase todo o resto
 do Brasil, à exceção de SP, RS, e claro, aqui no Rio, que é a Cidade Maravilhosa. Tão
 maravilhosa, que aqui juntam quatro para bater em um. Acabam brigando entre si – são todos
 da oposição – fazem uma tremenda confusão na cabeça simples do eleitor e deixam correr
 solta a situação. Mas dizem que não é confusão não. É fartura. O Rio é tão bom que, só de
 oposição, tem quatro, imagine a situação! Aliás, em matéria disso o Rio sempre foi muito
 35 pródigo. Lá na Bahia a gente que acompanha o noticiário fica só curtindo: “Quatro assaltos no
 mesmo dia, na mesma hora e no mesmo Banco em Botafogo”. “Ladrões à solta. Polícia tonta.
 População confusa”. Mas ladrão tem em todo lugar né, gente? Lá na Bahia mesmo, durante o
 enterro do saudoso candidato do PDS, os ladrões aproveitaram o enxame do cortejo e fizeram
 a limpa. Uma senhora na fila do Banco me disse:

– Meu senhor, nem passe pela porta do Palácio, tá assim de ladrão....

40 Mas, nós não estamos aqui para falar de ladrões, e sim dos candidatos, das eleições, dos tipos

de voto etc... E depois deste nosso Boa Noite, eu lhes pergunto: como seria o Boa Noite de um candidato do PDS?

- Exmo. Sr. Governador; Exmos. Srs. Deputados Federais e Estaduais;

[3]

45 Exmo. Sr. Prefeito Municipal; Meritíssimo Sr. Dr. Juiz de Diretor; Dr. Juiz de Paz; Dr. Juiz de Menores; Dr. Juiz do TRE; Dr. Juiz de Futebol, e Dr. Juízo... Final. Ilmo. Sr. Presidente da Confederação Nacional das Indústrias; Ilmo. Sr. Presidente da Associação dos Donos de Supermercados; Ilmo. Sr. Presidente da Rede Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão; Ilmo. Sr. Presidente da Associação dos Produtores de Cacau, Soja, Sisal, Petróleo e Derivados; Ilmo. Sr. Presidente... (Meu Deus! Bem que o Juruna dizia: “como tem presidente no Brasil!”)

50 Ilmos. Srs. Rotarianos; Donas rotarianas; Membros do Lyons. Senhoras e Senhores aqui presentes; damas e cavalheiros, que noite boa, né? À la Flavio Cavalcanti: “BOA NOITE, BRASIL!”

Mas, se o candidato for da Oposição, temos um outro discurso de Boa Noite. No PMDB, por exemplo, são dois discursos: o dos que têm as tendências moderadas, e os que têm as tendências radicais. Vejamos os radicais:

55 – “Você meu amigo de fé, meu irmão, camarada!” Todos nós sabemos que este espetáculo eleitoral não passa de uma farsa, consentida pela ditadura militar (tem que ter a palavra ditadura, se não os radicais pensam que caímos numa democracia). Por isto, companheiros, não vim aqui para lhes dar um boa noite consentido. Vim para arrancar das garras dos fascistas o Boa Noite para o povo brasileiro. Mas, como os companheiros encarregados de arranjar o som para este comício não conseguiram a grana para alugar a aparelhagem, vamos repetir

60 comigo, no gogó: Boa Noite!

[4]

E o Boa Noite dos Moderados?

– Ilmos. Srs. Representantes da Anistia Internacional... Ilma. Sra. Representante da

Associação de Mulheres em Luta pelo Sapatão... (Conhecem Dona Samba Claudicante? Ela ganhou esse nome porque como tem o pé muito grande, o sapatão que usa não deixa ela sambar direito). Ilmo. Sr. Representante da Associação de Bairros e Terrenos ainda A Serem Invadidos; Ilmo. Sr. Presidente da União Brasileira dos Estudantes Pela Paz pelo Progresso, Pela Justiça, Pelo Pão Doce, Pela Concórdia etc... Ilmo. Companheiro Presidente do Sindicato dos Condutores de Velocípedes e Similares; Ilmo. Sr. Extinto Secretário Geral do Extinto Comitê Central do Extinto Partido Comunista Brasileiro (Isso é que eu ainda não entendi tá tudo extinto, mas você abre qualquer jornal, e tá tudo lá, dando declarações etc. Pira a cabeça de qualquer um. Ô João vamos cuidar da saúde mental do eleitorado, acaba com essa ambiguidade e legaliza logo isso!) (Que nem o jogo do bicho!) Mas, companheiros: a democracia e os anseios democráticos, pois que só a democracia é capaz de nos proporcionar a verdadeira democracia... pois é justo este anseio de democratas, que democraticamente nos traz aqui, nesta noite democrática, para lhes dirigir o nosso amplo, geral e irrestrito democrático Boa Noite.

– E o Bona Nocte do PT?

– Boa Noite, por quê? Por acaso estamos recebendo os adicionais noturnos? E as horas extras? Desde as 5h que eu estou aqui pra esse Boa Noite. Sem jantar, sem tomar banho, suado, cansado, neste calor insalubre... e os culpados disto, companheiros, os culpados disto, são os burgueses, são os os patrões, que passam a vida toda chupando o paupérrimo assalariado brasileiro. Boa Noite é estratégico, fica para o futuro!

[5]

Aliás, o PT é o responsável pela introdução e vulgarização da palavra estratégia no dicionário brasileiro. Depois que se afirmou como um Partido estratégico, tudo agora virou estratégico. O Brasil, deixa de ser o “País do Futuro” para ser um “País Estratégico”, o que aliás não muda nada, e os americanos já sabiam disto muito antes de nós. Mas, já tem até gente, por causa do PT, curtindo o sexo estratégico: canta hoje pra comer no futuro!

Tem também o PTB e o PDT, que só existe pra valer mesmo em três estados. Mas também não muda muito o discurso. É uma mistura dos outros três anteriores, acrescentando no final:

90 “Nós é que somos a verdadeira oposição”. Tai uma coisa engraçada: ser de oposição agora é chique. Antes dava cadeia. Agora não: todo mundo diz que é da oposição. O que portanto deve ser bem fácil, já que quase todo mundo pode dizer que é. Deve ser moda, como os “gays”. Agora, o difícil, neste País hoje, é ter “Posição”. Mas, voltemos ao PT.

95 Ah, o PT. Partido do Trabalhador! Ele é composto por intelectuais; economistas; sociólogos; professores; assistentes sociais; presos políticos profissionais; professores; assistente sociais; artistas; costureiros; apresentadoras de tv; estudante para pra caiaio, e claro, como convidados de honra, alguns trabalhadores! O grosso do eleitorado do PT, ao contrário do que se pode pensar, não está concentrado no ABC, no CIA ou em Contagem. Mas no Baixo Leblon; Jardim Paulista; Porto da Barra, Paris, Roma e Milão.

[6]

CANÇÃO DO PT

100 Como é bom, como é bom,
o PT lá no Leblon.
Que legal, que legal,
o PT tá no jornal.
Sempre quis, sempre quis
105 o PT lá em Paris.
Que poema, que poema,
o PT em Ipanema.
Que arroubo, que arroubo,
o PT na Rede Globo.
110 Que tesão, que tesão,
o PT com Ney Galvão.
Quem já viu, quem já viu,
o PT com Clodovil.
Que suruba, que suruba,
115 o PT em Guarajuba.

E o PMDB? Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Realmente: é um MOVIMENTO democrático. É um tal de entra e sai, meus amigos... o cara sai do PT, entra pro PMDB, pede licença, volta pro PDS, sai do PDS, entra pro PMDB. Nunca vi! Que movimento!

120 Ah, o PMDB! Dentro dele tem de um tudo; banqueiro e bancário; professores e estudantes; patrão e empregado; tubarão e piranha! Como diria o ZezimBonifácil: uma verdadeira salada russa. Ou albanesa. Chinesa. Italiana. Como quiserem.

CANÇÃO DO PMDB:

[7]

Se grito viva, me responde um fascista:
 – Democratista, mais pareces comunista.
 125 Se grito morra, me responde um comunista:
 – Ora que zorra, mais pareces um fascista.
 Ser ou não ser, veja você, o que fazer?
 Pois comunista ou fascista entra na lista,
 130 é um dilema, é um problema, um teorema,
 este PMDB!
 Se peço aumento, do banqueiro ouço lamento:
 – Esqueça isso, toque outro instrumento.
 E o bancário vai vivendo seu tormento,
 pois seu salário não supera o orçamento.
 135 Ser ou não ser, veja você, o que fazer?
 Seja banqueiro, ou bancário, ou seja otário,
 é um dilema, é um problema, um teorema,
 este PMDB.
 Tenho tendências, isto eu sei, não vou negar.
 140 Desde pequeno que eu gostava de trocar.
 Mas, de Partido, quem mais troca é deputado,
 hoje tá aqui, amanhã do outro lado.
 Ser ou não ser, veja você, o que fazer?
 145
 Seja de esquerda, da direita, ou de lado,
 é um dilema, é um problema, um teorema,
 este PMDB!

[8]

150 E o PDS?! Coitado, como sofre, só porque é o Partido da situação. Bem, pelo menos no Brasil
 todo, porque no Rio, tem a singularidade de ser oposição. Mas os que lançam de veneno contra
 o PDS não está no Gibi. Um dos maiores venenos que fazem contra o PDS é dizerem que ele
 veio da extinta ARENA. Eu não posso acreditar nisto. Porque não acredito nem mesmo que a

ARENA tenha acabado. pois como acabou, se no dizer do Francelino a ARENA “era o maior Partido do Ocidente”? Então como é que pode ter acabado assim? Olha: o maior partido comunista do Ocidente (e era comunista, hein!) que era o PC da Indonésia, para acabarem com ele, tiveram de dar um golpe de Estado, depor o presidente e matar 700.000 pessoas. Agora eu pergunto: cadê os nossos setecentos mil mortos da ARENA? Vão querer que eu acredite que estão todos filiados no PDS? Isso é veneno, pura maldade. Duvido que a ARENA tenha acabado, ainda mais na base da Conceição do Cauby: “Se sumiu, ninguém sabe, ninguém viu...” eu só acredito se me disserem que tomou Doril. Porque Doril sim, Doril acaba com tudo na hora. Tomou Doril, a ARENA sumiu. Graças a Deus e a São João Batista. Outra sacanagem que fazem com o PDS é dizer que ele é o Partido da situação. Pura inveja, só porque o PDS é rico, tem dinheiro, construtoras, imobiliárias, jornais, tvs etc... é assim com os “home”. Na Bahia nós temos o PDSI, que o povo agora tá chamando de o Partido do Desastre Social. Mas seja lá como for, a ARENA sumiu. No seu lugar, pra preencher o vazio que ficou, e que é maior que o vazio da barriga do Severino (personagem que vocês vão conhecer daqui a pouco)

surge o PDS. O Partido das grandes obras. É tanta obra que os caras lá agora só dizem: “Obrei bem”. “V. EXA. obrou bem”. É tanta obra por ai afora, que o verbo obrar passa a ser conjugado em tom de ópera:

É aqui que eu obro,
e que tu obras,
que ele obra.
É aqui que todos nós obramos,
e que vós obrais.
E vocês pagam a obra toda que a
gente faz.

É o Partido dos Pacotes e das grandes frases de efeito: “Haveremos de Transformar este Estado num grande canteiro de obras, quer dizer, engarrafado na entrada, cheio de peão passando fome no meio, e haja lama na saída”.

[9]

É o Partido dos milagres: inflação, feijão, São João, TV a cor, Salvador com amor e parto sem dor. O eleitor que acreditar neste valor, tem mais é que votar no PDS, afinal, ele merece:

CANÇÃO DO PDS

185 Se o José é aquele cidadão,
que acredita que venceu a inflação,
e que não vê que tudo sobe
e que só o cruzeiro desce,
ele merece estar no PDS.

190 Se o José, é aquele cidadão,
que não se importa com a nossa dívida externa,
que mais parece uma dívida eterna,
para ser paga com uma divina prece,
ele merece estar no PDS

195 Se o José é aquele cidadão,
que trocou soja por um prato de feijão,
que come merda pensando que é macarrão,
e que não vê a miséria que padece,
ele merece estar no PDS

200 Se o José é aquele cidadão,
que sempre engorda a barriga do leão,
e que recebe petrodólar do Japão,
que em vez de não, sempre repete Yes,
ele merece estar no PDS.

205 Mas se o José, é aquele cidadão,

[10]

Que quartelada chama de revolução,
 Que joga bomba dizendo: “É São João”,
 E que não gosta de 1º de abril,
 Ele merece ir pra...

210 ... 15 de novembro, dia da eleição. Mas o que eu curto mesmo são os nomes e slogans dos candidatos: Abedenáculo, seu nome no cenáculo! Afyjolvan, o que não comeu da maçã;

[11]

Peniserenun, a serenidade do “seu” Pênis; tem uns que até apelam: Deixe de ser sacana, dê seu voto a Calixto Santana.

Mas a gente vai em frente. Assim que eu desembarquei no Rio me disseram:

215 – O Sr. tá vindo da Bahia?

Respondi:

– Tou.

– Cuidado com o Mal de Chagas.

Eu disse:

– Ah, não tem problema não. Lá no Norte, a gente já se acostumou. Lá o eleitorado todo tá com o PDSI.

– Como? Perguntou-me o recepcionista.

Ora disse eu:

– Lá nós estamos com o PDSI, com tifo, beri-beri, gonorreia, hepatite, tuberculose e fome. Um mal de Chagas a mais não vai me derrubar.

220 Sabe o que eu acho? Eu acho que a Janete Claire tava sacando direitinho o Ciro Besteira e o Mal de Chagas quando escreveu *Sétimo Sentido*. A gente vendo os dois fica direitinho com a impressão de que são exatamente como Luana Camará e Priscila Caprici. E por coincidência, quando a Priscila se desligou do “cavalo” da Luana, o Mal de Chagas deixou o Ciro, e com mais coincidência ainda, a qualquer hora, os dois podem se manifestar juntos outra vez.

225 Mas a gente tá aqui brincando, mas eleição é coisa séria. Mas ainda falando do Mal de Chagas, dizem que quando o Papa veio ao Brasil foi visitar o Jaca Feita, quando chegou lá, o Jaca começou a apresentar os secretários: secretário disso, secretário daquilo, o Papa começou a achar que tinha secretário demais, aí virou pro Jaca e disse:

– O Jaca, mas precisa de tanto secretário assim pra dar conta do Rio?

Aí o Jaca disse:

– Pior era Ali Babá que tinha quarenta! Mas, falando do Papa, dizem que vinham num avião o Papa, o MauloPaluf e o Jaca Feita, lá pelas tantas o avião deu pane. E só tinha um

[12]

230 paraquedas. O Paluf quis logo abafar o único paraquedas, o Jaca também, mas o Papa foi mais rápido, pegou o paraquedas e jogou fora. Desespero total. Diz o Paluf:

–Mas porque o Senhor fez isso? Agora nem um de nós escapa!

Ao que a Santidade respondeu:

– Ótimo, vou morrer como Cristo: de braços abertos para os dois.

235 Mas, a gente ta brincando, e eleição é coisa séria. Tão séria e garantida que até nos EEUU já tem. Copiaram da gente. Americano tem mania de copiar tudo. Desde que Juriti Bagulhões disse que o que era bom para eles era bom pra nós, que eles passaram a copiar tudo nosso. Bom, pra ter eleição é preciso ter o povo. O que é fácil. Difícil é o povo saber votar. Vocês se lembram do Pelé? Vocês acham que ele foi para os EEUU jogar no Kosmos? Nada disso, foi pra lá em missão secreta do FÊBÊL. O Pelé é expert em eleições, ele saiu daqui quando sacou

240 que o povo brasileiro não sabia votar, e que não tinha jeito. Daí foi pros Estados Unidos ensinar americano a votar. Por isso que o Reagan foi eleito. Trabalho do Pelé. Esse ano vamos ter eleições. Quer dizer, pelo menos até Governador. Quer dizer, é um teste, uma sutileza que estão fazendo com a gente. Entende? Tipo, vota primeiro a cabecinha se souber votar, vota o resto. Na Bolívia, no Chile, no Paraguai, na Polônia, nessas democracias, eleição ainda não

245 tem não. E, por falta de Know-How. É! Porque lá já tem tudo pronto: as urnas, as cédulas, os títulos de eleitor, os eleitores, os juízes, o povo, os partidos, os candidatos... só esperando o povo saber votar. Dá uma pena... anos e anos lá, só esperando o povo aprender a votar. Meu Deus, como o povo atrasa a democracia. Né? Se não tivesse o povo a democracia era facinha,

facinha. Mas aqui não.

[13]

- 250 Aqui a gente já sabe votar. Mesmo que seja tipo vestibular unificado: preencha as lacunas. Mas, eu, pessoalmente, ainda acho que o povo ainda não sabe votar. Sabem por quê? Olha: na eleição é tudo ao contrário, tudo invertido. Coisa para psicanalista resolver. Vou ensinar pra vocês o mecanismo. Na eleição é mais ou menos assim: de tempo em tempo, o governo pergunta ao povo o que ele deseja. Ai o povo vai lá, e através do voto diz o que quer. Aí o
- 255 governo pega, vê e faz tudo ao contrário, claro! Pois o governo, mais que ninguém, sabe o que o povo deseja, pra isso ele é governo, ganha pra isso. Por exemplo: na eleição passada a maioria dos eleitores votaram no PMDB, e quem fez a maioria? O PDS. Quer dizer, se o povo soubesse mesmo votar, faria o que o João tá dando a dica: vota no PDS, vota no PDS que a oposição faz maioria.
- 260 Muita gente possui o terrível vício de dizer que as eleições foram feitas pros eleitores. Errado. Assim como os doentes foram feitos pro INAMPS os eleitores é que foram feitos pras eleições. E parece que ser eleitor não é coisa muito boa não, porque se fosse não seria obrigatória. Tai uma coisa que ainda não entendi: 15 de novembro. Dia de voto livre... e obrigatório. Mas eleição é coisa muito cara. Só funciona mesmo em país rico, e, às vezes, nos
- 265 países de governo pobre, onde o povo é rico, o governo pra fazer economia, dispensou a Câmara, e um escolhe o outro. Depois, muito humildemente, pede um pequeno espaço nos meios de comunicação quem é o cara de plantão. Pela cara e pelo sorriso que o povo fica fazendo, parece que tá todo mundo satisfeito com a economia que o governo fez.

- Mas estamos aí, neste espetáculo como o próprio processo eleitoral: proibido até dezoito
- 270 anos, e que se der boqueira fica proibido por mais dezoito anos.

[14]³¹

Para as eleições, como já vimos, formam-se os Partidos, que pelo que se lê nos jornais, são

³¹ Marca numero 13 em T04 mas é folha 14

partidos mesmo. Este ano nas eleições vão ser mais fáceis, por causa do voto vinculado. O governo passa o tempo todo pensando: “Puxa, o povo ainda não entendeu direito esse negócio de eleições, então deixa eu facilitar as coisas mais ainda”. Só não diz pra quem facilita. Mas o voto vinculado é facilimo. O povo já entendeu tudo. Agora já nem se diz mais : “Jurandir, Gracinha casou”. Não, agora é: “Jurandir, Gracinha vinculou!” “O vinculado dela é uma Graça! Tem um vínculo!” Noutro dia mesmo, dois rapazes delicados foram levados aos Costumes: “estavam vinculados no Campo Grande”. Atentado ao vinculado público. Mas eu já ouvi dizer que para ajudar a entender este negócio de voto vinculado, vão pôr recepcionistas-instrutoras nas bocas, das urnas. Já pensaram? Recepcionista virgem virando pro eleitor dizendo:

– O senhor ainda não vai poder votar. Vai ter que esperar. A urna tá lacrada.

Ou a outra, ajudando o velhinho:

– O senhor votou errado, o buraco era mais embaixo.

285 E o velhinho:

– É que com o tempo perdi o costume.

Ou então a boneca:

– Vota bem devagar que o buraco ta apertado.

Ou a histérica, toda sorridente:

– O senhor é o décimo sexto que vota nesta zona hoje.

E a gulosa:

– Vota tudo, meu bem. Vincula tudo. Me elege. Me joga na Câmara!

(Paródia)

“Eu essa noite tive um sonho bem danado,
sonhei que era candidato a deputado,
só faltava uma coisa, que era ser vinculado.
Eu tinha um nome que era até engraçadinho,

[15]³²

³²marca numero 14 em T04 mas é a folha 15

- 290 pois o povo lá do bairro só me chamava de Dinho.
 Dinho pra lá, Dinho pra cá,
 Dinho precisa se vincular.
 Dinho pra lá, Dinho pra cá,
 é Dinho, é Dinho, quem vai ganhar.
- 295 Então saí pra fazer minha campanha,
 mais ligeiro que aranha, carregado de artimanha.
 E o que eu vi de vinculado nem lhe conto:
 eu vi o véio vinculando com a véia,
 eu vi o Zorro vinculando com o Tonto,
300 a Luluzinha vinculada com a Meméia,
 e o Batman vinculando com o Robinho.
 Eu nunca vi tanto carinho,
 vinculava todo mundo,
 só não vinculava eu, por que não vinculava, Dinho?
- 305 Vi o banqueiro vinculando com o bancário,
 a empregada vinculando com o patrão,
 vi o garoto vinculando solitário,
 eu vi tudo vinculadinho, e não vinculava não,
 por que não vinculava, Dinho?
- Vi o Bokassa vinculando o Idi Amin,
 o Jô Soares vinculando com o Delfim,
 o Maluf vinculado com Toninho,
 vinculava todo mundo, só não vinculava a mim.
 Por que não vinculava, Dinho?
- 310 Vi o porteiro vinculando com a porteira,

eu via jega vinculando com o jegão,
o sertanejo vinculando a bananeira,
eu vi tanta sujeira, e não vinculava não,
por que não vinculava, Dinho?

[16³³]

315 Melhor a vida, que o mal sonhado.
Curta carreira de deputado.
quando acordei todo borrado,
disse comigo: fui vinculado!

320 15 de novembro. Dia do voto livre e obrigatório. Mas vocês já pensaram se, em vez de ser o
dia obrigatório de votar, fosse o dia obrigatório de comer? Já pensaram? Dia 15, aquela
“filona”. Gente de panela na mão, marmita, colher, pano de prato... no lugar do título seria
obrigatória a apresentação na mesa eleitoral de guardanapo com monograma bordado, faca
ficava proibido para evitar excessos eleitorais. Já pensaram? Ia ser a mais democrática das
filas. Pobre ia “se lavar”, já que burguês come pouco, para não engordar. Até que ia ser
325 curioso, os burgueses escolhendo pratos pobres, e os pobres escolhendo os ricos:

– Ô, Senhor barão, o Senhor na fila obrigatória da comida?! Vai escolher o quê?

–Ah, eu vou num camarão a Lomanto e basta. E você, Severino?

–Ave Maria, vou lavar a jega hoje! Vou comer de um tudo. E quero tudo vinculado: bife com
batatas fritas; pastel; pão doce; goiabada; couve-flor; iogurte; macarrão com chouriça;
330 feijoada, sarapatel; cozido; bacalhoadá; jaca em calda com creme; suco de mamão; e uma vara
com presunto e mortadela!

– Severino, é a primeira vez que você come?

– Não, senhor, já sou acostumado a comer. Eu comi a primeira vez em 1974. Eu não podia
comer antes porque era analfabético. Tinha problema de açúcar na cabeça, é... não sabia

³³ Folha do testemunho T05/ marca na folha a numeração 15 mas é 16

- 335 escrever. Mas, em 1974, eu comi os pratos do governo, que nem aprendi no Mobral.
 – E você comeu o que, Severino?
 – Ah, bom, comi alface, couve, agrião, língua de vaca, xuxu e quiabo... tudo verde! Naquele ano ainda tinha uma garrafa de Passport, verde também, toda quadrada e cheia de medalhinhas. Quase que eu comia as medalhas! Agora, já em 1978 foi diferente: tinha beterraba.
- [17³⁴]
- 340 – Quer dizer que desde 1978 que você não come, Severino? Como é que você faz?
 – Ah, nós é pobre mas não é burro. Apliquei na poupança. Guardei um carocinho de feijão no buraquinho do dente. Pra comer depois, sabe? No futuro!
 – E ainda guarda este caroço?
 – Não, eu engoli. Foi... de susto. Eu tava em frente à Radiolar ali no comércio vendo o programa do seu Franca Besteira, foi quando ele disse que os espanhóis tavam querendo invadir o Brasil, através da ONU. Esse negócio de estudante. Levei um susto tão grande que enguli a poupança, quer dizer : o carocinho.
 – E você vai comer hoje de novo?
 – Vou, sim, senhor. Porque a gente não sabe quando vai comer de novo, né? Então deixa aproveitar.
- 350 – E já sabe o que vai comer, Severino?
 – Ah, eu vou comer de um tudo! Inda mais agora com esse negócio de comida vinculada! A gente começa comendo sopa de camarão, vai no frango à passarinho, de sobremesa come uns quatro brigadeiros, e vai até o café, filho. Limpa tudo. E, se der pé, a gente ainda come os fiscais de mesa.
- 355 Severino. Severino é uma figura engraçada. Eu me recordo o dia em que ele chegou pra trabalhar na Capital. Vinha cheio de malas, sacos, embrulhos, a mudança toda. Pousou tudo no saguão da Rodoviária, e teve vontade de verter água. Mas, e agora? Com quem deixar as

³⁴testemunho T05

coisas? Olhou para um lado, olhou para outro, e viu um sujeito assim muito bem vestido, apessoado, chegou perto dele e disse:

360 – Será que dava pro Senhor dar uma olhadinha nas minhas coisas enquanto eu vou ali no quartinho verter água?

Ao que o sujeito respondeu :

– Meu amigo, eu sou um deputado.

Severino retruca, com sua ingenuidade:

– Não tem problema não, eu confio!

[18³⁵]

365 Senhores e Senhoras, é, com imensa honra, que eu desejo anunciar a presença neste teatro, entre nós, do candidato do PDSI (*pode ser qualquer outro Partido*) ao governo do Estado. (*Depois de um tempo*) Desculpem, foi brincadeira. Só pra sacar o IBOPE.

Mas, meus amigos, este teatro tem centenas de lugares, por isto, eu quero pedir a vocês que me ajudem na minha campanha: não votem nos candidatos que ainda não viram meu espetáculo.

370 Mas falando em candidatos etc. esta se passou com o Maior Abandonado. Todo mundo conhece o Doutor pela sua linguagem aparada, delicada, sem grosserias. Pois contam que, certo dia, em visita de campanha pelo interior, foi visitar certo prefeito. Virou-se para o homem e disse:

– Como vai a Zona Rural?

E o Prefeito, do alto da sua sabedoria, respondeu:

– Olha, Doutor, a Zona eu fechei, mas ainda tem umas mulherzinhas aí, e a rural eu troquei por uma Kombi nova.

375 Conhecem o Lula? Não é o candidato a governador de SP não. É um rapaz que vende jornal na

³⁵testemunho T05

Rodoviária de SP. O Lula tem mania de perseguição. Ele acha que todo mundo persegue ele. Um dia o Lula resolveu se mandar de SP. Quando ia subindo as escadas do avião vinha descendo o Paluf. O Lula se agarrou com o Paluf:

– Me ajude, Doutor, todo mundo me persegue. Até Deus me persegue!

Ao que Paluf respondeu:

– Eu não!

380 Esta se passou com certo deputado que, flagrado em posições não muito respeitáveis com um parceiro, no interior de um carro, em zona deserta, foi surpreendido por um ladrão:

L – Isto é um assalto. Mãos ao alto! (*O ladrão reconheceu o deputado*) Dr. Deputado, o Senhor é veado?

D – É... quer dizer... bem...

[19³⁶]

385 L – E logo eu que votei no Senhor! O que que eu vou dizer pros ladrões nossos amigos?

D – É... bem...

L – Por que é que o Senhor faz isso?

D – Bem, sabe como é, né? Eu comecei curtindo a frente ampla. Depois peguei a ditadura, e agora só vou de abertura.

390 Miguel Arraes era Governador de Pernambuco e recebeu a visita de um desses “coronéis” do interior. O “coronel” mascando fumo e cuspiendo no tapete... Arraes chamou o contínuo e mandou que trouxesse a escarradeira. O coronel olhou pra escarradeira, cuspiu prum lado, cuspiu pro outro, virou pra Arraes e disse:

– Ô MIGUÉ, manda tirar esse negócio da minha frente, se não eu acabo cuspiendo dentro.

395 Primeira semana de abril de 1964, rede ferroviária do Nordeste, aquele pega pra capar...

³⁶testemunho T05

Chegam os homens... Bota, metralhadora na mão:

– Encosta todo mundo na Parede!

Chega um major e começa a chamada:

– Antônio dos Anjos?

– Sim senhor sou, eu!

– Assuma a Diretoria.

400 – Oba!

– João dos Anzóis?

– S. S., sim senhor, s... s... s... ou eu.

– Assuma a contabilidade!

– Mario Pinta!

405 – Ôba, sou eu!

–Tá preso!

[20³⁷]

Político já gosta de contar mentira. Havia um camarada que era deputado por Juazeiro, na Bahia, que adorava umas dessas. Ele contou que muriçoca maior que em Juazeiro havia no Brasil. Disse que, quando foi dormir lá a última vez, as muriçocas furavam o cobertor. Aí ele
410 comprou 4 m de plástico e se cobriu. Só que esqueceu a vela acesa. Já pensaram? Plástico e vela? Lá pelas tantas, ele começou a sentir aquela coisa queimando ele, picando. Foi ver o que era, as muriçocas vinham voando, esquentavam o bico na vela, derretiam o plástico e picavam ele.

Mas eleitor também já curte uma mentirinha. Aquela mulher grávida com sete filhos chegou
415 para o Deputado pedindo uma ajuda, já que o marido paralítico há sete anos não podia nem mover o dedo do pé. O Deputado olhou, viu a barriga e perguntou:

– Seu marido é paralítico? E como é que a Senhora... explica essa barriga?

³⁷testemunho T05

- Ah, Doutor, isso foi uma melhorinha que ele teve!

420 Mas dizem que em época de eleições políticos que se respeitam só se comunicam na base do melô. Tipo serviço de alto falante de cidade do interior:

Melô de Ciro Besteira para Mal de Chagas: “eu sem você, não tenho por que...”

Melô de mal de Chagas para Ciro Besteira: “O pedaço de mim...”

Melô do maior Abandonado para Jaca Feita: “Que tal de nós dois, numa banheira de espuma...”

425 Melô de Manoel Beizola para Gilete Larga: “Você abusou, tirou o partido de Mim...”

[21]³⁸

Melô do Manoel Beizola pro João: “Vou voltar, sei que ainda vou...”

O Povo oferece aos candidatos : “Mas se gritar pega ladrão...”

Jaca Feita canta com ardor “Esses moços, pobres moços...”

430 D. Democracia oferece ao povo: “Ó se acaso me quiseres, sou destas mulheres que só dizem sim...”

Melô do Paluf pro João: “olha, você tem todas as coisas...”

435 Apregoam as más línguas que eleição é sinônimo de democracia. Parece que as duas são gêmeas, onde anda uma, a outra está. Algo assim como a General Motors e a Coca Cola – ao inverso, é claro. Democracia: eis aí uma coisa difícil. Geralmente, os que mais falam em democracia são os que menos a praticam. É sempre assim: uma espécie de sentimento de culpa. Nos países desenvolvidos, a democracia nos passa uma imagem de uma senhora gorda, ativa, bem falante, de faces coradas. Por favor: não confundam com a Ivete Vargas. Já nos países pobres, a imagem que a democracia nos passa é sempre dramática, quase trágica, magra, mas ousada. Não confundam com a Maria Bethânia. Pelo que se lê nos jornais, existem
440 vários tipos de democracia: a lenta e gradual; a ampla, geral e irrestrita; a vinculada; a cristã; a

³⁸ Em T04 marca 20 mas é folha 21

socialista (quase sempre mais religiosa que a cristã); a democracia relativa; e a democracia mesmo, com todas as letras. Quem inventou essa história de democracia foram os gregos, que também inventaram o sorvete; os jogos olímpicos; as letras gregas para lenços e monogramas; as fantasias de grega para o carnaval; e o homossexualismo, que depois se espalhou pelo mundo. A democracia é claro! Exemplo de democracia era Stalin:

[22]³⁹

3º Congresso do PCUS. Milhares de delegados políticos presentes. Beria, chefe de polícia da época anuncia:

– Camaradas, vai falar o Camarada Stalin.

450 Stalin começa a falar. De vez em quando faz uma pausa para sentir a atenção da plateia. Numa dessas pausas, alguém espirra. Stalin para e pergunta:

– Camaradas, quem espirrou?

Ninguém responde. Stalin chama Beria e diz:

– Beria fuzila a 1ª fila.

455 E nisto Stalin já ia fuzilando quase todos os delegados do Congresso quando o cara que espirrou resolveu assumir:

– Camarada Stalin, fui eu quem espirrou.

– Saúde camarada!

Deputado encontra com o filho do eleitor:

– Como vai seu pai, meu filho?

460 – Papai morreu, Doutor...

– Ô mataram êle?

– Não, suicídio .

– Tiro?

– Não, veneno.

465 – Arsênico?

³⁹ Marca numero 21 em T04 mas é folha 22

- Não, formicida.
- Ah, também é bom!

Deputado encontra com o Ministro e pede emprego para o filho. Um mês depois o Ministro

[23⁴⁰]

reencontra o deputado e pergunta:

- 470 –Satisfeito com o emprego que arranjei pro menino?
 – Não, Excelência, agora mesmo que o menino vive na orgia. Pedi pro Senhor um emprego pra ele, algo assim que ele se arrumasse direito.
 –Pois é, arranjei um emprego de 400.000,00 por mês.
 – Não, eu queria uma coisa mais modesta, algo assim em torno de 40.000.
- 475 – Ah, Deputado, emprego assim só ele fazendo concurso.

A boneca chegou toda de branco, dia de domingo na Praia de Ramos. Já chamou a atenção da rapaziada. Sentou numa cadeira branca, abriu uma bolsa branca e de lá tirou um telefone branco. Chamou mais atenção ainda. Começou a juntar gente em volta. Dali há pouco o telefone tocou. Espanto na plateia.

- 480 – Alô? De Washington? Reagan. Que amor. Claro que eu vou. Um beijo.
 Telefone toca de novo.
 – Alô, de Paris? Miterrand, ah, os queijos estavam ótimos, o vinho, então, nem se fala. Um beijo.
 Telefone toca a chamar. A massa já estava jogando areia em cima da “Geni”.
- 485 – Alô? É do Palácio Guanabara? (Vira-se para a massa e diz:)E pra vocês , lixo!

Num certo país, morreu a mulher do Homem. Ficou todo mundo sem primeira dama. Reuniões etc. e ninguém chegava a nenhuma conclusão de com quem casar o Homem. Até que encontraram um caipira e o caipira disse:

⁴⁰ Marca numero 22 em T04 mas é folha 23

[24]⁴¹

– Casa ele com o povo!

490 Resposta genial. Levaram o caipira pra capital do reino. Chegando lá todo mundo quis saber por que aquela sábia resposta.

–Porque na minha terra é assim: f... casou!

O sujeito foi eleito prefeito numa cidade do interior. Sopraram no ouvido dele: “Constrói escola que escola é que da voto”. Não deixou por menos. No final do ano, veio o Inspetor

495 Escolar para validar o nível de ensino. Virou pra turma e perguntou:

– Crianças, quem descobriu o Brasil?

Ninguém respondeu nada. Trouxeram o Zezinho, que era o mais sabido.

– Zezinho, quem descobriu o Brasil?

O menino corou:

– Não fui eu não, senhor.

O inspetor vira pra professora e dá a maior baixa. Responde a professora:

Doutor eu conheço esse menino, é um menino bom, de família honesta. Se ele ta dizendo que não foi ele, é porque não foi ele.

500 O Inspetor vai no Prefeito e reclama. Diz o Prefeito:

– Não, Seu Inspetor, o Senhor não sabe lidar com essa gente do interior, é um pessoal muito acanhado. O menino diz que não foi ele, mas, vai ver, foi ele mesmo, tá é com vergonha de dizer.

505 Getúlio Vargas era presidente candidato à reeleição. No meio do seu comício, a cada obra que Getúlio lembrava ter feito no seu primeiro período de governo, um sujeito logo na frente do palanque lhe fazia um gesto ofensivo. Gregório, o “Anjo Negro”, agarrou o sujeito:

– O que é isso? Que desrespeito é esse?

[25]⁴²

⁴¹ Marca folha 23 em T04 mas é folha 24

– Desrespeito nada, eu tô só lembrando que foi ele também que fez Volta Redonda.

510 *(Ator manda que acendam as luzes da plateia, desce , cumprimenta e agrada o público, depois retorna ao palco).*

Dia de eleição, a maior fila. A boneca na fila... De repente empurram e ela cai sentada no colo de um rapaz:

– Eu quero dar pra você.

515 – Rapaz, aqui não dá. Olha quanta gente.

– Tem problema não. Eu tenho experiência dessas coisas, que ver?

E foi perguntando a um por um na fila, enquanto levantava e sentava no colo do rapaz:

– o Senhor vai votar? Senhor também vai votar? Oba, que bom, todo mundo vai votar!

A primeira medida de certo governante foi mandar tirar os pombos da praça em frente ao Palácio, porque, cada vez que ele passava, os pombos ficavam:

520 - Corrupt, corrupt...

Seu Felipe era cabo eleitoral numa cidade do interior, e todo são João Seu Felipe promovia um forró, pra manter o eleitorado. Seu Felipe era fanho. Esse ano encontrei com ele:

– Como foi o forró esse ano Seu Felipe?

525 – Home, foi até bom lhe encontrar, eu tava aqui no forró, sentado, curtindo meu fuminho de

[26]⁴³

corda, com minha faca, quando vi foi aquele rapaz estranho, não era daqui. Fiquei observando ele, só pra ver qual era a intenção dele. De barba, parecia do PT. Aí, ele chegou pra mim e disse:

– Boa noite!

530 – Boa noite, moço, tá gostando do forró?

⁴² Marca numero 24 em T04 mas é folha 25

⁴³ Marca numero 25 em T04 mas é folha 26

– Vamo ali?

Eu queria ver a intenção dele... fui. Chegamos num matagal.

Ele disse:

– Aqui tá bom.

– Tá bom, sim, moço. Só pra ver a intenção dele. Ele aí disse:

535 – Tira a calça.

– Peguei e tirei, pra ver a intenção dele, aí ele ficou assim por traz de mim, fazendo assim, quando eu vi... mas só foi aquele caldo quente... uma coisa esquisita. Mas, ele muito educado, limpou. Ele mesmo limpou.

Ai ele disse:

– Tá bom.

540 – Tá bom, sim, moço. Vamo embora, o Senhor na frente.

Home, sabe que, quando cheguei ali perto da venda, ele sumiu? Até hoje eu não sei o que é que esse camarada queria comigo?

Renildo, cabeleireiro, resolveu ser candidato, tomou curso e tudo mais pra não desmunhecar. Na hora do seu primeiro comício abriu a boca e disse:

545 – Companheiros, sou candidato, e não quero ser eleito com um, com dois ou três votos, mas sim, com milhaares de votos....

[27]⁴⁴

E tem a estória daquele prefeito do interior de Santa Catarina, descendentes de alemães, com um forte sotaque saxão, que era candidato à reeleição. Comício na praça. Discurso pra massa:

550 – Meus eleitorres, sou candadato para a rreelegeme. Lembrro a v~~o~~ces as ggrandes medidas que tomei no minha administrazon. Quando assumi, atendendo a pedidos dos senhorras do cidade, proibi os vaqueiros de andar pela cidade com seus esporas. Um indecência. Aqueles vaqueirros grandes, esporando todo mundo. Esporando seu mamãe, seu irmã, ficava tudo esporado e non podia mais continuar assim. Outra medida tomada, foi a proibizon das

⁴⁴ Marca numero 26 em T04 mas é folha 27

galinhas soltas na cidade. Tem muito galinha nesta cidade. Agorraeston proibidas de ficar
 555 soltas. Os galinhas faziam muito galinhagem. Sujavam tudo e trrepavam em todos lugarres,
 nem o cemitério escapava, non ficava nada bem parra a imagem do cidade as galinhas
 trrepando em cima do seu papai morto, do seu vovô. Amanhã vamos ter procisson em
 homenagem à padroeira do cidade. Seu vigário pediu que a Prrefeiturra organizasse o povo.
 Ento, aviso a vocês que no procisson vamos ter dois filas: uma de homem, que sai por aqui, e
 560 outra de mulherres, que sai por ali. A santa fica no meio. Na procisson, no fila das mulherres,
 as casadas levam velas na frente, as virgens e meninas levam vela atrás, as velhas beatas non
 precisan levar vela, porque já levaram vela a vida inteirra. Depois da procissonhaverrã
 quermesse, patrocinada pelo Prefeitura. Na quermesse quem quiser pode chupar da picolé do
 vigário, que é grande, doce e abençoado. Meu administraçon vai fazer também um jogo de
 565 corda. Chama cabo de guerra. Um corda grande, em cada ponta da corda um barril. Dois
 grupos de cidadãos. Quando eu contar três vai todo mundo pra ponta do barril. E lembrem-se
 meus eleitorres, meu administraçon é bom, eu fiz muita coisa, e quero seu voto na rreleição,
 mas não se esqueçam eu fiz muita coisa, mas não fiz mais, porque quem fez mais fui Deus.

[28]⁴⁵

570 Meus amigos, aqui chegamos ao final deste espetáculo. Agradeço a todos vocês por terem
 comparecido hoje aqui, ajudando-me na minha campanha. Não se esqueçam, se vocês
 conhecem algum candidato, cobrem dele a sua presença neste teatro, neste espetáculo. Mas
 tudo foi uma gostosa brincadeira, espero que ninguém tenha se ofendido, que todo mundo
 tenha desopilado seu fígado e saia daqui reforçado para 15 de novembro cumprir seu direito e
 575 seu dever cívico do voto. Porque independente deste ou daquele candidato, deste ou daquele
 partido, o mais importante é termos eleições, termos democracia, assegurarmos com a nossa
 participação nas urnas a estabilidade da Nação. Votem tranquilos, escolham seus candidatos
 com a consciência de cidadãos. Muito obrigado.

Esta é a sua vida

⁴⁵ Marca numero 27 em T04 mas é folha 28

580 *(efeito de luz)(sonoplastia)* Ei, Bemvindo! Bemvindo! *(Ator para olha para o fundo do teatro, e o trecho gravado entra.)* Quando você nasceu, em 1947, eleitor amigo, o mundo acabava de sair de uma das mais horrendas guerras que o planeta já vira; mais uma vez os comunistas voltavam para cadeia, e mais uma vez, um general era Presidente da República. Seu pai, eleitor amigo, na época era funcionário da Leste Brasileiro e recebia em você o seu décimo
 585 sexto filho. Sua mãe, honrada mulher, de prendas domésticas, foi quem lhe deu o nome, de Eleitor Amigo. Sua família era pobre, você nasceu pobre, eleitor amigo. O honrado salário de seu pai, eleitor amigo, àquela época, mal dava para que cada um de vocês comessem apenas um bife por dia, e uma garrafa de vinho nos finais de semana. Apenas seus oito irmãos menores podiam tomar leite todo dia. Lembra? Tempos difíceis aqueles... Ainda assim, com
 590 sacrifício, seu pai lhe orientou, lhe educou, e você pôde estudar nos melhores colégios da cidade, e foi como estudante que você finalmente tirou seu tão cobiçado título de eleitor. Lembra? Você era estudante, do último ano. Lembra? Estudante aplicado. Adorava geografia e história. Lembra da professora de História? Dona Maria Quitéria? Aquela que você tanto gostava? Pois é, a produção do programa fez tudo para trazer
 595 até aqui hoje. Mestra e aluno, para você reviver aqueles tempos, mas ela sumiu em 1970, e ninguém sabe onde está. Mas o seu professor de Geografia, não. Esse nós conseguimos localizar. Lembra dele? Aquele que defendia a Petrobrás? Pois é, está enterrado no cemitério

[29]⁴⁶

de La Pepinière, em Paris, onde morreu exilado. É claro, a vida é triste, e a tudo isso você assistiu, mas sem se deixar esmorecer, pois munido com seu título de eleitor, você era um
 600 vencedor. Ia votar no Juscelino, em 65. Ia votar pela primeira vez, mas, a vida é assim mesmo, ainda não foi aquele ano, não é, eleitor amigo? Mas você já era um cidadão. Sempre que você saía às ruas levava consigo seu título de eleitor, mas tudo que lhe pediam era sua carteira de trabalho, seu RG e seu CPF. Mas você não desanimava, continuava acreditando em seu título de eleitor. Estamos em 1970. Brasil tricampeão mundial, você ia votar pela primeira vez,
 605 lembra? Mesmo desempregado, vendo seus amigos sumirem um a um, naturalmente se

⁴⁶ Traz o número 28 em T04, mas, conforme contagem das folhas, é a 29.

afastando de você porque acreditavam mais na Bolsa que nas amizades, mas ainda assim, com seu título de eleitor na mão, você esperava. Você sempre acreditou no Brasil. Lembra-se da sua redação de Português? Aquela: “O Brasil que eu desejo para meus filhos?” Pois é, nós pedimos uma cópia dela para trazer até aqui, hoje, mas a Burocracia, que ainda impera, impediu o DOPS de nos entregar a tempo a prova da sua Redação. 1970. Você ia votar, sofria, mais ia votar. Dos seus irmãos, da sua família, você era quem mais tinha a vocação eleitoral. Mas, ainda não foi daquela vez. Chamado às pressas para Recife, onde seu pai estava preso por indigência, você votou em trânsito, ou melhor: não votou. Mas você não desanimava. 1974. Agora você já não estava mais desempregado. Vivia de bicos, catando papel, vendendo garrafas, era o milagre, eleitor amigo. Você ia votar. Porém, mais uma vez, seu destino de eleitor (essas coisas só acontecem com eleitor) o impediu: dos seus quinze irmãos, só restavam agora apenas três: o ceguinho Aderaldo, o débil mental do Alfredo e você, o eleitor. Os outros quinze, mortos. Sete de fome, cinco de uma fantasiosa meningite subversiva, dois atropelados em circunstâncias misteriosas, como disseram os jornais da época (lembra? Saiu no Estadão, ao lado da poesia de Camões, na primeira página. Que orgulho, hein, eleitor?) Um que se enforcou de vergonha na cadeia, e outro, o mais querido, que morreu de paixão pelo governo. Lembra? 1974. Se você não tivesse sido internado às pressas no Juliano Moreira, se você tivesse esperado um pouquinho mais, você iria votar. Mas ainda não foi daquela vez. Outras viriam, você repetia, entre um choque elétrico e outro, lá no Juliano.

[30⁴⁷]

625 Quatro anos depois. Você recebeu alta do Juliano. Não estava mais doido, agora o que lhe enlouquecia de prazer era a gloriosa tarefa de ensinar às crianças, de ser professor da Rede Municipal de ensino. Você quis casar, eleitor amigo. Conheceu Marilda, mas seu salário não dava nem pra pagar os selos do cartório. E o amor rendeu-se à realidade. Marilda, auxiliar de enfermagem, cansou de esperar sua nomeação para o Hospital Roberto Santos, e até hoje, no

630 63, ele espera por você. Você, eleitor amigo, que hoje mora numa vaga de pensão no Paraíso, com mais seis companheiros de quarto. Mais voltemos a 1978. Você esperava, era um cidadão

⁴⁷testemunho T05

com fé. Seu título de eleitor conservado em formol, era sua garantia de fé e esperança. Sempre calado, nunca se meteu publicamente na política. Nunca abriu a boca para emitir uma só opinião. Sua máxima era: “eleitor se manifesta pelo voto”. A não ser aquela vez, no bar do Seu Pedrinho, quando você começou a conversar com um cara que sentou na mesa ao lado, e você falou, falou, falou, e depois passou três dias tomando porrada. Lembra? Também, quem mandou conversar com estranhos? Você aprendeu a lição: perdeu os dentes, o emprego, a mulher, mas não perdeu seu título de eleitor. Seus pais, infelizmente hoje não podem estar aqui. Morreram de vergonha quando foram despejados do INOCCOOP, mas não importa.

635 Você tem seu título, não é eleitor amigo? Hoje você é um homem só, sem amigos, sem família, sem irmãos, sem emprego, mas é feliz porque tem seu título de eleitor. Lembra do padre da sua primeira comunhão? Dom Peter Hans? Pois é nós temos uma surpresa para você: ele era holandês e foi expulso do país na semana passada. Mas você não vai perder a fé, eleitor, elas virão, as eleições são irreversíveis, e quem não acreditar vai preso e ainda toma cacete. Hoje, aos trinta e cinco anos, você está aqui entre nós, sendo homenageado, e pronto para votar. Eleitor amigo: ESTA É A SUA VIDA!

640

645

– Puxa, que vida a minha!

– Não reclame, esta é sua vida, e você ainda tem seu título de eleitor. Esta é a sua vida, e o que é que se vai fazer?

650 – Eu? Me segura que eu vou dar um voto!

FIM

3.3.4 Critérios para as edições interpretativa e fac-similar em meio digital

Para a edição interpretativa, busca-se:

- Indicar o número da folha do testemunho entre colchetes, no ângulo superior direito do texto;
- Indicar os hiperlinks para aparato de variantes autorais, em primeiro nível, em roxo, através de caixas flutuantes.
- Indicar os *hiperlinks* para aparato de notas do editor, em primeiro nível, em **negrito**, através de caixas flutuantes;
- Indicar os *hiperlinks* para o aparato de notas do editor, em segundo nível, em verde;

Para a edição fac-similar, busca-se:

- Apresentar os fac-símiles dos cinco testemunhos dos dois *scripts* de *Me segura que eu vou dar um voto*, de Bemvindo Sequeira, em formato PDF.

3.3.5 Edição Interpretativa e Fac-similar em meio digital

A edição interpretativa em meio digital encontra-se no DVD abaixo. Para a sua construção, foi utilizado o programas *Frontpage*, da Microsoft. Para acessá-la, deve-se executar, com um clique, o arquivo **Index.html**. Ao clicar no arquivo, uma tela do navegador de internet será aberta com a página inicial da edição, nela constará o *menu*, no qual é possível acessar: a) Apresentação, contendo orientações para a navegação; b) Dramaturgo; que traz a seção 2 da dissertação; c) Edições, contendo os critérios, as edições interpretativa e fac-similar, e os textos críticos; Arquivo, contendo as matérias de jornais, fotografias, documentos de censura e as referências.

Na Edição fac-similar apresenta-se os cinco testemunhos dos dois *scripts* de *Me segura que eu vou dar um voto*, de Bemvindo Sequeira. **SCRIPT-MSQVDV.01**: T01, T02,T03; e **SCRIPT-MSQVDV.02**:T04 e T05.

A navegação da edição obedece aos mesmos critérios da navegação em sites de internet, havendo, portanto, a opção de retornar à tela inicial da edição, através do botão **Menu**. Caso haja solicitação para execução de *scripts*, esta deve ser aceita, para que o programa funcione adequadamente. Para avançar ou retroceder na visualização do dossiê, bem como nas páginas da edição, deve-se utilizar as setas localizadas ao pé da página, clicando sobre estas.

Para ambas as edições recomendam-se o uso do *mouse*, bem como o modo de exibição em tela cheia, possibilitado pela tecla F11.

4 [PODE SER QUALQUER OUTRO PARTIDO⁴⁸]: ESTUDO FILOLÓGICO DO MOVIMENTO TEXTUAL EM *ME SEGURA QUE VOU DAR UM VOTO*

A partir da edição de *Me segura que eu vou dar um voto*, abre-se espaço para o exercício da crítica filológica, que proporciona uma leitura interpretativa do texto a partir das suas rasuras. No sentido de valorizar os diversos sujeitos históricos e as diversas marcas presentes na tessitura textual, nesta seção vai-se estabelecer uma leitura crítica do texto a partir das coordenadas histórico-culturais nas quais os textos foram produzidos, lidos e postos em circulação. Nessa direção, entende-se por crítica filológica

[...] uma prática interpretativa que objetiva a leitura dos textos a partir das coordenadas e diretrizes histórico-culturais que os tornaram possíveis. [...] [que se] configura a partir da leitura do ‘devir’ textual, entre fendas de rasuras que abrem espaço para a produção do texto, mas também do não-texto, entre atos de censura, como os que decorrem de vários ‘cortes’ dos técnicos de censura do Governo Militar do Brasil (BORGES; SACRAMENTO DE SOUZA, 2012, p. 58-59).

Quando se estudam os textos teatrais censurados no período do Governo Militar não há como se afastar da leitura política daquele momento vivido no Brasil. É preciso construir uma leitura política através do arsenal da Filologia. Essa Filologia, que segundo Rita Marquilhas, em seu conceito estrito, está “[...] concentrada na recriação das coordenadas materiais e culturais que presidiram à fabricação e sobrevivência de um texto escrito” (MARQUILHAS, 2010, [verbete Filologia]). É então, através da Filologia, “a arte de ler atentamente” (ZANCARINI, 2008, p. 8), que este trabalho fará essa leitura política dos textos teatrais produzidos em tempos de repressão política. Para Zancarini,

Essa abordagem dos textos que pretendem levar em conta a qualidade dos tempos⁴⁹, nós a nomeamos filologia política [...]. Então, “filologia” porque partimos de uma leitura (às vezes de uma tradução,

⁴⁸“ Senhores e Senhoras, é, com imensa honra, que eu desejo anunciar a presença neste teatro, entre nós, do candidato do PSDI [*pode ser qualquer outro Partido*] ao governo do Estado. [*Depois de um tempo*] Desculpem, foi brincadeira. Só pra sacar o IBOPE” (SCRIPT-MSQVDV.02).

⁴⁹“A qualidade dos tempos” remete ao que nomearíamos a conjuntura, às manobras e às relações de forças que definem um momento histórico e que é preciso levar em conta quando se quer agir (ZANCARINI, 2008, p. 9).

forma particularmente rigorosa de leitura!) lenta e minuciosa que procura re-estabelecer os laços, os ecos, os distanciamentos no interior de uma obra ou entre uma obra e outra; “política”, não somente porque nós escolhemos estudar um *corpus* de textos ligados a uma conjuntura política e militar precisa, mas também porque, para nós, a abordagem crítica dos textos e a reflexão sobre o sentido das palavras utilizadas na linguagem têm um valor eminentemente político, qualquer que seja o período histórico visado (ZANCARINI, 2008, p. 10-11).

Durante os mais de 20 anos que os militares usurparam o poder Estado brasileiro, o teatro produzido, aqui, passou por diversas fases, sempre respondendo do seu modo aos inúmeros desafios advindos pela situação política vivida pelo país, e que, de certo modo, reverberavam no projeto brasileiro de teatro e das artes e nos artistas como um todo. Segundo Grésillon, Mervaut-Roux e Budor (2013, p. 389), “[...] para que um projeto se firme como tal, é preciso que a um desejo de teatro responda outra voz, ou outras vozes. A censura e a subvenção são formas mais claras da negociação permanente com o social, sem a qual não existe teatro”.

Contudo, não interessa para esta seção o estudo de todo o período de exceção vivido pelo Brasil sob o domínio dos militares. As observações feitas restringem-se ao contexto histórico representado, isto é, o tempo em que Bemvindo Sequeira se forja como autor e escreve o texto para seu monólogo *Me segura que eu vou dar um voto*. Com isso, visa-se resgatar “a história ainda ardente” do tempo dos homens e ler seus textos na medida de suas aspirações, de suas expectativas e de seus combates [...]” (ZANCARINI, 2008, p. 10).

Antes, porém, é necessário lembrar que o ator dramático, reconhecido e premiado na Bahia pela força dos seus trabalhos em espetáculos encenados nos palcos do estado, Bemvindo Sequeira, após perseguições por parte do aparelho repressivo, que constantemente o intimava e o intimidava, migrou seu trabalho artístico para os textos de viés humorístico. Sobre esse período, ele relata:

Ao fim de um ano a paranoia instalou-se. Retirei-me da cena. Passei 3 anos sem representar, a ambiguidade do processo despersonalizou-me. Com muito esforço, sobrevivi. Curioso é que nos arquivos da Polícia nada consta sobre o fato. Nem os exames datiloscópicos a que fui submetido, os interrogatórios... nada. Foi como se nada tivesse acontecido, embora eu guarde comigo umas cópias das intimações policiais [figura abaixo]. Mas para voltar a atuar ainda muito fragilizado, recuperando meu ego, voltei então como humorista. Texto leve sem grandes compromissos (SEQUEIRA, 2014, sem paginação).

Figura 6: Intimação

CONVITE OU INTIMAÇÃO
apresentar-se ao

DOPS/SR/TU7/BA

(Rua da Bélgica - Comércio n.º 01)
Salvador, 03 de maio de 1979

O Sr. BENVINDO FERREIRA SEQUEIRA
morador à XXXXXXXXXXXX Trabalho no Teatro Vila Velha
fica, pela presente, de ordem do Sr. Bel. Joel Almeida de Lima - Del. Chefe da DOPS
INTIMADO A comparecer a esta Superintendência
Regional (Cidade ou Intrado) às 09:00 horas do dia 04 do corrente
a fim de, como Partido, prestar declarações de
interesse desta Regional

AVISO — "As testemunhas que não comparecerem sem motivo justificado, serão depois de esgotadas as diligências conduzidas, mediante mandado escrito da autoridade policial, até à sua presença e inquirido em crime de desobediência." (Art. 330 C.P.)

DPP/SR/BA
Bel. JOEL ALMEIDA DE LIMA
DELEGADO Chefe da D.A.

Fonte: SEQUEIRA, 2014, sem paginação

Levando-se em conta essa “qualidade dos tempos”, escolheu-se *Me segura que eu vou dar um voto*. Esse retorno de Bemvindo Sequeira à vida artística, nessa dupla nova função de autor e de humorista, coincide justamente com o período que se deu o início da consolidação da abertura política e a primeira grande eleição pós-golpe de 1964, que ocorreria alguns meses, após a escrita e encenação da peça, em novembro de 1982. Nele, Bemvindo reflete sobre a temática pré-eleitoral e de abertura política através do recurso anedótico.

A leitura filológica desse texto, escolhido pelo seu viés de abordagem política, proporcionará aos interessados um reconhecimento da visão de Bemvindo Sequeira sobre o cenário político baiano e brasileiro. Essa leitura filológica se dará também nos termos trazidos por Said, segundo os quais:

Uma verdadeira leitura filológica é ativa; implica adentrar no processo de linguagem já em funcionamento nas palavras e fazer com que revele o que pode estar oculto, incompleto, mascarado ou distorcido em qualquer texto que possamos ter diante de nós [...]. Assim, com efeito, uma leitura minuciosa de um texto literário – um romance, poema, ensaio ou drama, digamos – localizará gradativamente o texto no seu tempo como parte de toda uma rede de relações, cujos

contornos e influência desempenham um papel formador no texto (SAID, 2007, p. 82).

Assim, em busca do que está “oculto”, através dos rastros e indícios deixados pelo autor, tomando essa leitura filológica ativa como método de investigação, é que se vislumbra identificar, através dessa rede de relações em que o texto está localizado, o cenário político baiano e brasileiro em tempo de abertura política e da nova configuração partidária, fruto do fim do bipartidarismo e da criação de novas legendas. Toda essa série de mudanças no cenário político nacional gerou varias situações inusitadas, sobretudo, na distribuição dos atores políticos nacionais entre as novas legendas que estavam na disputa pelo poder que, até então, estava concentrado nas mãos da Arena, partido ligado ao poder militar que comandava o regime ditatorial.

Ainda com Said,

[n]ão é preciso dizer que nenhum autor é completamente soberano ou está acima da época, lugar e circunstâncias de sua vida, de modo que estes também devem ser compreendidos para que alguém se coloque de forma simpática na posição de autor [...] Até os romances talentosamente construídos de Jane Austen, por exemplo, são associados com as circunstâncias de seu tempo; é por essa razão que ela faz referências elaboradas a práticas sórdidas como a escravidão e as lutas pela propriedade. No entanto, repetindo, os seus romances jamais podem ser reduzidos apenas às forças sociais, políticas, históricas e econômicas, mas antes estão, antiteticamente, numa relação dialética não resolvida com essas forças, numa posição que obviamente depende da história, mas que não é redutível a ela (SAID, 2007, p. 85-88).

Dessa forma, o texto, nas suas diversas configurações textuais, através do seu conteúdo e das suas marcas, identificados e decodificados por um leitor, poderá atuar como fonte da história sociocultural de uma época, apesar de o texto, no contexto em que foi projetado, não ter sido pensado como um documento histórico. O texto é, portanto, uma importante fonte na investigação histórica, literária e filológica. Visa trazer à tona vozes muitas vezes silenciadas pela história tradicional. Nesse sentido, “[...] cada uma das atuações de sujeitos históricos diferentes na trama textual traz novidades à tessitura e demonstram intencionalidades diferentes que enriquecem e atualizam as diversas produções de sentido no/do texto” (BORGES; SACRAMENTO DE SOUZA, 2012, p.59).

4.1 A CIRCULAÇÃO DO TEXTO *ME SEGURA QUE EU VOU DAR UM VOTO*

Este texto marca a volta do protagonismo artístico de Bemvindo Sequeira, após a morte de João Augusto, com quem formava uma importante parceria artística desde a sua chegada à Bahia. Ele atuou em todos os importantes trabalhos de João Augusto, o que lhe garantiu sempre um grande espaço na cena teatral da Bahia. Porém, com o falecimento de João Augusto, apesar do reconhecimento de Bemvindo Sequeira como um dos melhores atores da Bahia, ele encontrou dificuldade para manter-se ativo no difícil mercado cultural de Salvador. Bemvindo Sequeira resolveu então, escrever e protagonizar seu próprio texto, uma comédia com temática eleitoral nas vésperas das eleições de 1982. Com esse texto, ele voltou a ocupar a cena teatral baiana como protagonista.

Conforme as datações cunhadas nos testemunhos do texto, os dois *scripts* de *Me segura que eu vou dar um voto* são do ano de 1982, sendo que **SCRIPT-MSQVDV.01** é datado de junho/julho e o **SCRIPT-MSQVDV.02** é datado de julho. Ambos os textos foram submetidos à censura, porém, conforme seção anterior, só foi possível localizar os documentos censórios relativos ao primeiro *script*, que teve documentação submetida ao aparelho censório no dia 13 de julho de 1982. O primeiro questionamento que se faz é: por que dois textos que têm o mesmo título e datação tão aproximada (junho/julho e julho) foram submetidos à Censura?

A resposta a esse questionamento é simples, basta uma leitura apurada dos dois textos. Lendo os dois *scripts*, percebe-se que, apesar de ambos possuírem o mesmo título e a datação aproximada, **não são textos idênticos**. Após separar nos dois textos, os trechos, nos intervalos temáticos, verifica-se que os dois textos apenas possuem 11 trechos idênticos. Nos demais, 27 deles apresentam conteúdos aproximados com algumas alterações, e 22 deles apresentam conteúdos totalmente diferentes entre um texto e outro. Para efeito da censura, um mesmo certificado censório só tem validade para um texto idêntico, como já visto na seção anterior, o que não seria o caso do texto em questão. Apesar das inúmeras aproximações e entrelaçamentos, são textos que se diferenciam. Assim, surge o segundo questionamento: por que esse dois textos, do mesmo autor, com o mesmo título e temática, são diferentes? O que demandaria essa diferenciação entre os dois textos? Para responder a tais questões, tem-se que partir para a investigação das formas de circulação desses dois textos.

Numa matéria do *Jornal da Bahia*, publicado em 7 de agosto de 1982 (UMA HORA...,1982), lê-se:

O espetáculo apresenta-se somente às segundas-feiras em Salvador, porque como diz Bemvindo: “Nos finais de semana estaremos nos apresentando nas capitais e cidades de interior próximas de Salvador. Já estamos marcados para Vitória da Conquista, Feira de Santana, Aracaju, Maceió, Juazeiro e Recife, além de uma semana de apresentações no Rio de Janeiro, a convite do Sindicato dos Artistas de lá”.

Nota-se, no texto da matéria, a intenção do autor de que a peça tivesse circulação por outros espaços teatrais, que não apenas os de Salvador, o que demandaria uma movimentação do texto de acordo com as configurações geográficas e políticas do público a que se dirigiam. A pesquisa em jornais põe em evidência os caminhos que o espetáculo teatral percorreu, através da sua manifestação cênica.

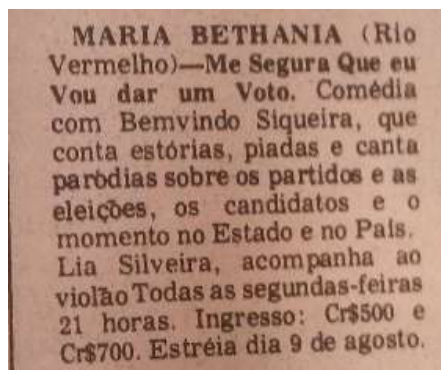
A estreia do espetáculo estava marcada para o dia 2 de agosto de 1982, no Teatro Gamboa, localizado no Largo dos Aflitos, em Salvador,

Figura 7: Anuncio da estreia



Fonte: AGENDA..., 1982b.

Por motivo de problemas técnicos, a estreia no Teatro Gamboa foi cancelada. A peça acabou estreando primeiro em outro estado nordestino, na capital da Paraíba, João Pessoa. A estreia em Salvador foi remarcada para o dia 9 de agosto de 1982, dessa vez no Teatro Maria Bethânia, localizado no Rio Vermelho.

Figura 8: Mudança da estreia para o teatro Maria Bethânia


MARIA BETHANIA (Rio Vermelho)—Me Segura Que eu Vou dar um Voto. Comédia com Bemvindo Siqueira, que conta estórias, piadas e canta paródias sobre os partidos e as eleições, os candidatos e o momento no Estado e no País. Lia Silveira, acompanha ao violão Todas as segundas-feiras 21 horas. Ingresso: Cr\$500 e Cr\$700. Estréia dia 9 de agosto.

Fonte: AGENDA..., 1982c.

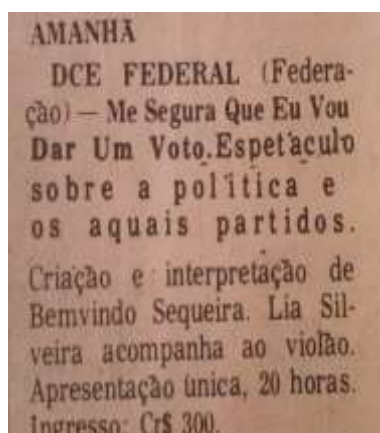
Na coluna Bastidores, do *Jornal da Bahia* de 15 de agosto de 1982, o sucesso da estreia do espetáculo no Teatro Gamboa é confirmado, “depois de uma estreia com sucesso no Maria Bethânia com ‘Me segura que eu vou dar um voto’, Bemvindo estreou quinta-feira passada na Boate Holmes com o show ‘Procura-se uma estrela’” (BASTIDORES, 1982). Depois de ser encenado em João Pessoa e Salvador, o espetáculo percorreu ainda muitas cidades. Nos dias 28 e 29 de agosto de 1982, o espetáculo foi encenado na cidade de Irecê, no interior da Bahia. Na coluna Artes Cênicas, do *Jornal da Bahia* de 27 agosto de 1982, Bemvindo Sequeira comenta:

Este final de semana estarei em **IRECÊ**, com meu espetáculo “**Me segura que eu vou dar um voto**”. Comédia sobre a qual não preciso tecer loas: o Bethânia lotado na segunda-feira passada, atesta o sucesso da produção. Em Irecê estarei me apresentando no cinema local, numa promoção do Zé Mário, companheiro da “terra do feijão”. Sábado e domingo, às 21 horas, o público de Irecê terá oportunidade de dar boas gargalhadas com esta deliciosa comédia-pacote. Um espetáculo para quem leva a Bahia rindo, e cem vezes mais animado que qualquer debate. (SEQUEIRA, 1982c)

Ainda na sua coluna, Bemvindo comenta que, no dia 30 de agosto de 1982, ele faria sua última apresentação às segundas em Salvador e, entre os dias 9 e 12 de setembro de 1982, o espetáculo seria encenado no final de semana na capital baiana, devido ao sucesso de público. No dia 4 de setembro de 1982, o espetáculo foi apresentado no Teatro da EARTE, em Feira de Santana. No dia 22 de setembro, o espetáculo foi apresentado na cidade de Valença-BA, num evento organizado pela Ala Jovem do PMDB. No dia 26 de setembro, o espetáculo foi apresentado na cidade de Ilhéus-BA. No dia 27 de setembro de 1982, o espetáculo retornou à Salvador para uma

apresentação no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFBA e, no último final de semana de outubro, entraria em cartaz no Teatro Vila Velha.

Figura 9: Apresentação no DCE/UFBA



Fonte: AGENDA..., 1982a

Um acontecimento trágico e inesperado interrompeu a continuação da temporada do espetáculo *Me segura que eu vou dar um voto* na Bahia. No dia 1 de outubro de 1982, morreu, em um acidente de helicóptero, Clériston Andrade, candidato a governador da Bahia pelo PDS e mais doze pessoas, dentre elas vários deputados e lideranças políticas do estado da Bahia.

Figura 10: Anuncio morte de Clériston Andrade



Fonte: CLÉRISTON..., 1982)

Após a morte de Clériston Andrade, o clima para piadas de teor político na Bahia não era favorável, inclusive o próprio Clériston e o seu partido, o PDS, eram

alvos de muitas das piadas do texto de Bemvindo, sobretudo no texto do **SCRIPT-MSQVDV.01**. Assim, no *Jornal da Bahia*, de 15 de outubro de 1982, na sua coluna Artes Cênicas, Bemvindo Sequeira (SEQUEIRA, 1982a) comenta sobre o episódio e a ida do espetáculo para o Rio de Janeiro:

Terça-feira próxima estarei estreando no Teatro Rival, do Rio de Janeiro, com “Me segura que eu vou dar um voto”. Temporada de um mês, até as eleições. Os amigos que pintarem por lá, pela Cidade Maravilhosa, dêem uma chegadinha no teatro (na Cinelândia) levando-me notícia desta terra de luz, que nos salva a dor. Depois da morte de Clériston, e tantos outros, o astral aqui ficou muito baixo para este tipo de humor.

Dessa forma, o espetáculo que entraria em cartaz no final do mês de outubro no Teatro Vila Velha, muda definitivamente sua rota para o Rio de Janeiro. Bemvindo retorna ao Rio de Janeiro, ainda não definitivamente. O espetáculo ficou em cartaz no Teatro Rival, no Rio de Janeiro, do dia 19 de outubro até o dia 14 de novembro, vésperas das eleições de 1982.

Aqui estou sendo dirigido pela Ângela Leal, atriz e filha do veterano Américo Leal, proprietário do Teatro Rival (na Cinelândia) e experimentado homem do Teatro de Revista. Tenho por responsável, a firma de Fabio Sabag e por produtora, Norma Dumar, amiga e companheira de muitas datas. Embora em Salvador, estivesse quase só em todo trabalho, aqui, dado o caráter extremamente profissional do Rio, o espetáculo ganha uma ficha técnica que envolve mais de uma dúzia de profissionais: na luz, figurinos, divulgação, administração, direção, produção etc. Estreei terça-feira passada, com casa lotada (quatrocentos lugares) e espero repetir por aqui (no Rio) o sucesso de Salvador. A temporada se prolonga até dia 14 de novembro. Dia 15, pego o Boeing e chego em Salvador a tempo de votar, e votar bem, nestes novos tempos que chegam (SEQUEIRA, 1982).

Na circulação da referida peça, percebe-se que o espetáculo encenado em diversos cenários do país, resulta da construção de dois textos não idênticos. Tais textos, tanto o **SCRIPT-MSQVDV.01** quanto **SCRIPT-MSQVDV.02**, são divergentes pelo fato de o autor não usar apenas um texto em todo o percurso de circulação da peça teatral, mesmo mantendo o mesmo título e a mesma temática. Os dois textos mantiveram o mesmo objetivo comum de tratar a temática das eleições de 1982, com seus candidatos e partidos de maneira humorada, sendo que o primeiro, traz uma descrição mais precisa da política soteropolitana; enquanto o segundo, um texto com os

fatos políticos descritos de maneira mais arquetípica, para uma melhor recepção do público das outras praças por onde o texto circulou através do espetáculo.

Esse devir do texto teatral, em *Me segura que eu vou dar voto*, não se resume apenas aos dois *scripts* encontrados fincados no suporte de papel, **SCRIPT-MSQVDV.01** e **SCRIPT-MSQVDV.02**. Esse movimento é denunciado pelas rubricas do autor e por algumas declarações suas. Destaca-se, aqui, a rubrica que nomeia esta seção “[pode ser qualquer outro partido]”,

Figura 11: Pode ser qualquer outro partido

Sra. e srão. é com inenana honra, que eu desejo anunciar a presença neste teatro, entre nós, do candidato do PDSI (pode ser qualquer outro Partido) ao Governo do Estado. (Depois de um tempo) Desculpen, foi brincadeira. Só pra sugar o IRGEB.

Fonte: SEQUEIRA, 1982

como também uma declaração de Bemvindo Sequeira, na sua coluna Artes Cênicas, no *Jornal da Bahia* do dia 15 de outubro de 1982 (SEQUEIRA, 1982a, grifo nosso),

Terça-feira próxima estarei estreando no Teatro Rival, do Rio de Janeiro, com “Me Segura que eu vou dar um voto” [...] **Refiz o texto, adaptando-o em algumas coisas para o Rio**, e lá devo ter ajuda de algum diretor para umas paradas críticas. Na lista tríplice da minha escolha: Fauzi Arap, Luís Mendonça ou Aderbal Jr.

É importante levar em consideração que o texto dramático é também uma obra aberta. No dizer de Rosa Borges (2008), “[...] o texto é, no teatro, uma obra aberta, sempre sujeito às transformações de várias mãos, a começar pelas mãos do dramaturgo e do diretor”. E, mesmo com as limitações do momento em que foi escrita e encenada, quer por questões de adequação à legislação censória que exigia que o texto liberado pelo certificado censório fosse idêntico ao texto levado ao palco, quer por questões das limitações do próprio suporte em que está inscrita, esse texto continua aberto. O que se aproxima do que diz Umberto Eco (2003), que mesmo uma obra de arte, acabada e fechada, em seu organismo perfeito, é também aberta e passível a milhares de interpretações. Desse modo,

cada obra de arte, ainda que produzida em conformidade com uma explícita e implícita poética da necessidade, é substancialmente aberta a uma série virtualmente infinita de leituras possíveis, cada uma das quais leva a obra a reviver, segundo uma perspectiva, um gosto, uma execução pessoal (ECO, 2003, p.64).

Seguindo a leitura de Umberto Eco, os textos foram pensados para serem encenados em variadas configurações geográficas. Dessa forma, várias leituras eram possíveis, incluindo a possibilidade do deslocamento de personagens e piadas, levando o texto a “reviver segundo uma perspectiva, um gosto” (ECO, 2003, p.64) que variava de acordo com o público a recepcionar o espetáculo. Para Magaldi,

[a]o escrever a peça, o dramaturgo autêntico já supõe a encenação, da qual participa obrigatoriamente o público. Se ele quisesse prescindir da representação, preferiria outro gênero literário. Pode o autor não se importar com acolhida do público, mas nunca deve esquecer que as suas palavras precisam ser encontradas em função de uma audiência (MAGALDI, 2004, p.16).

A propósito dessa discussão, Grésillon, Mervaut-Roux e Budor (2013, p.381-383) afirmam que

[o] verdadeiro elemento permanente não é o texto, é o movimento entre o escrito e o gesto, entre o gesto e o escrito, antes, durante, depois da apresentação [...]. Da mesma forma, existe uma grande variedade de respostas à incompletude da encenação: cada noite, o espetáculo renasce, pois os atores são bem vivos e os espectadores sempre diferentes. As apresentações sucessivas não devem, portanto, ser consideradas como ocorrências de um objeto estético acabado, mas como tantas gêneses multiplicadas no tempo.

Em função dessa audiência, dessa recepção, é que esse texto se movimenta gerando uma instabilidade, provocando a subsistência de textos diferentes de um mesmo autor, com o mesmo título, mesma temática e um mesmo eixo textual. Nesse movimento permanente entre o escrito e o gesto e o gesto e escrito, é importante destacar que, embora se leve em conta a ação de outros fatores, este trabalho apenas dá conta do texto escrito para ser lido, presente nos cinco testemunhos dos dois *scripts* de *Me segura que eu vou dar um voto*.

4.2 DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS NA MATERIALIDADE DE MSQVDV

Ao analisar as materialidades de MSQVDV, é possível estabelecer as diferenças e semelhanças entre os dois *scripts*, fazendo um estudo da sua montagem e colagem. Os *scripts* compartilham determinadas textualidades em sua materialidade. Vê-se, então, na materialidade dos *scripts* como se realiza o gesto de recortar e colar, seja por conta do lugar de encenação da peça ser outro, o estado do Rio de Janeiro, seja por considerar os cortes realizados por censores, que se mostram apenas no **SCRIPT-MSQVDV.01**. Para Compagnon(1996, p.11-12),

[r]ecorte e colagem são as experiências fundamentais com o papel, das quais a leitura e a escrita não são senão formas, transitórias, efêmeras [...]. [Eu] gosto do segundo tempo da escrita, quando recorto, junto e recomponho. Antes ler, depois escrever: momentos de puro prazer preservado [...]. E no texto, como prática complexa do papel, a citação realiza, de maneira privilegiada, uma sobrevivência que satisfaz à minha paixão pelo gesto arcaico do recortar-colar.

Ao transpor elementos do **SCRIPT-MSQVDV.01** para o **SCRIPT-MSQVDV.02**, numa experiência de recomposição do texto, o autor utiliza, inclusive, o recurso de recortar partes do texto do primeiro *script* e colar no segundo, como se observa nos fac-símiles de alguns testemunhos dos dois *scripts*. Numa tarefa manual, uma vez que o computador era algo distante. Bemvindo Sequeira realiza uma espécie de acomodação de certas passagens de um texto no outro, num lugar previamente situado (COMPAGNON, 1996). Ao recompor o novo texto, ele leu o primeiro com a tesoura nas mãos, cortando tudo que não se adequava à cena teatral carioca e ao contexto geopolítico carioca. Assim, reescrevendo, renovando e colando, o texto transformou-se do **SCRIPT-MSQVDV.01** em **SCRIPT-MSQVDV.02**, sem, contudo, deixar de ser **SCRIPT-MSQVDV.01**.

Em algumas folhas dos testemunhos que compõem o **SCRIPT-MSQVDV.02** constata-se, através da materialidade, que o autor recorta e cola parte de folhas do **SCRIPT-MSQVDV.01**, ou até mesmo folhas inteiras. Listam-se os registros desse fato:

- a) a folha 14 (apesar da indicação do número 13 no fac-símile, corresponde à folha de número 14, conforme já explicitado em seção anterior) de T04 é uma

- colagem de excerto retirado da folha 9 de T01, que começa em “_ Para as eleições” e termina em “engraçadinho” (ver figura 12 e figura 13 adiante);
- b) a folha 15 (folha 14 no fac-símile) de T04 é uma colagem da folha 10 de T01 (ver figura 14 e figura 15 adiante);
- c) a folha 16 (folha 15 no fac-símile) de T04 é uma colagem de excerto da folha 11 de T01, que começa em “Melhor a vida” e termina em “beterraba,” (ver figura 16 e figura 17 adiante);
- d) a folha 17 de T04 é uma colagem do excerto da folha 12 de T01, que começa em “_ Quer dizer” e termina em “eu confio!” (ver figura 18 e figura 19 adiante);
- e) a folha 26 de T04 é uma colagem do excerto da folha 24 de T01, que começa em “e tem a estória” e termina em “mais foi Deus.” (ver figura 20 e figura 21 adiante);
- f) a folha 27 de T04 é uma colagem da folha 25 de T01 (ver figura 22 e figura 23 adiante);
- g) a folha 28 de T04 é uma colagem da folha 26 de T01 (ver figura 24 e figura 25 adiante);
- h) a folha 29 de T05 é uma colagem da folha 27 de T01 (ver figura 26 e figura 27 adiante).

Figura 12: Folha 09 de T01

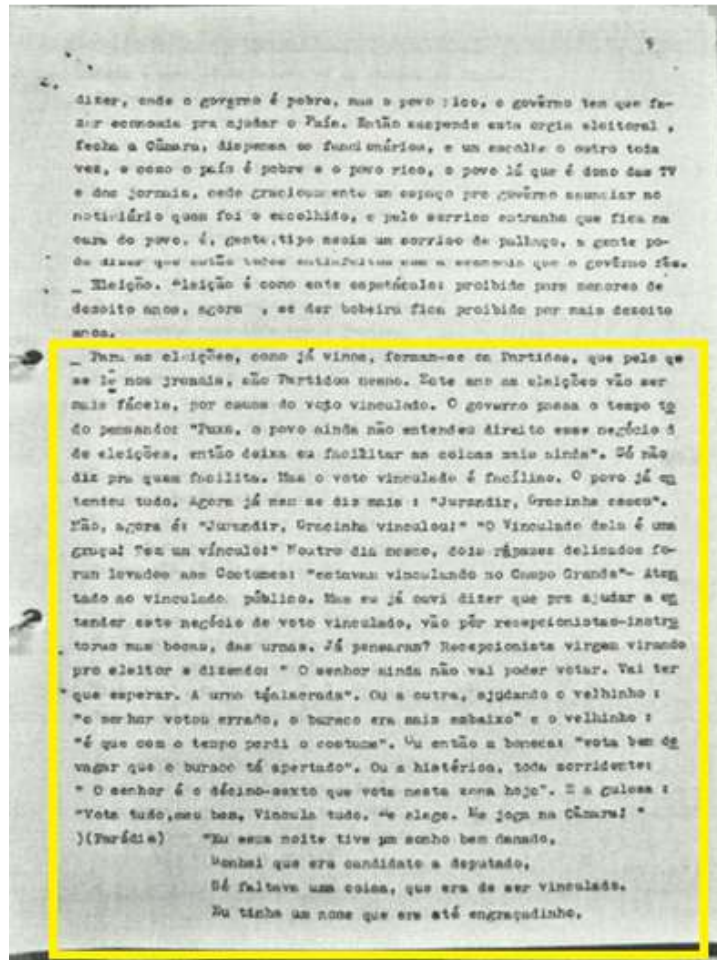
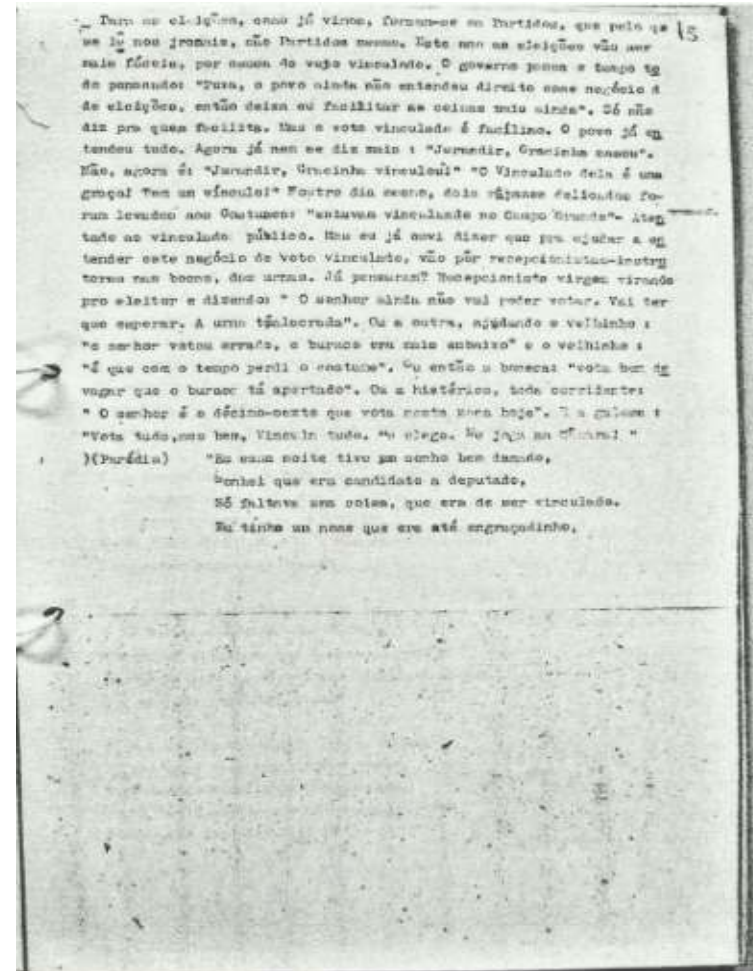


Figura 13: Folha 13 de T04



Fonte: SEQUEIRA, 1982

Figura 14: Folha 10 de T01

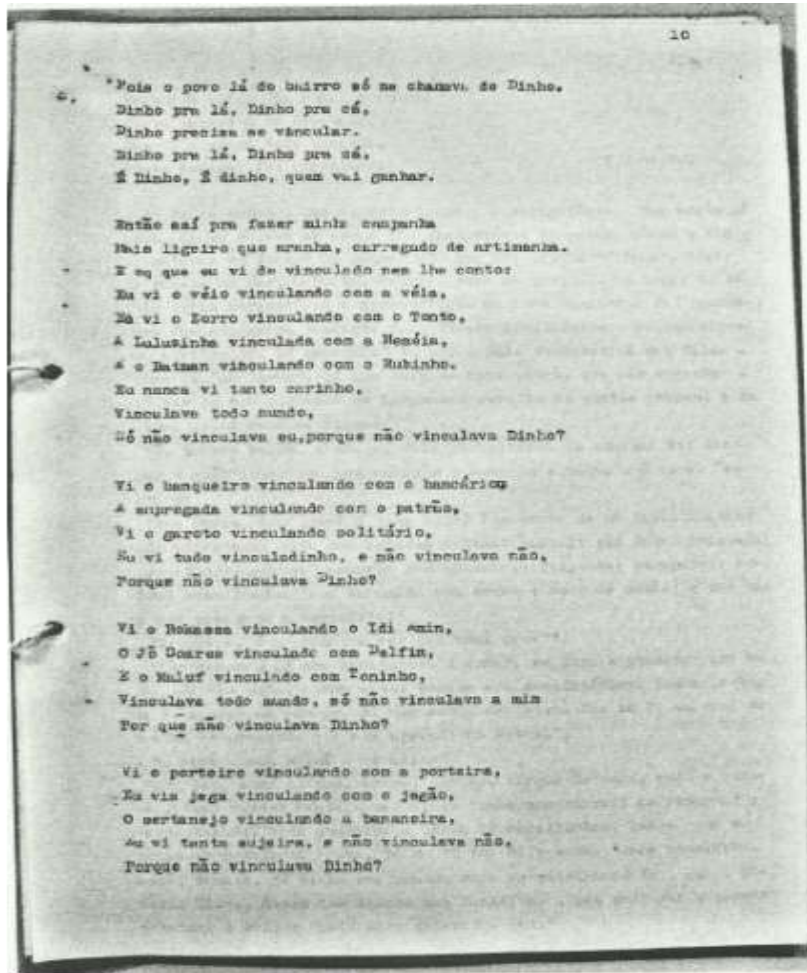
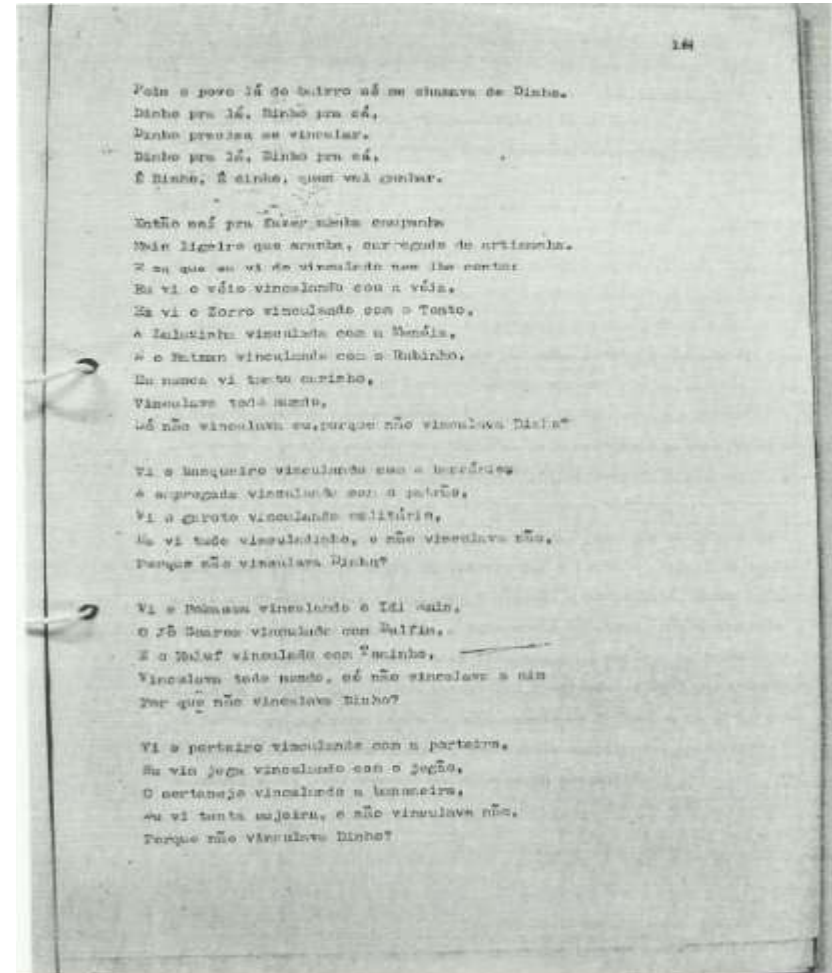


Figura 15: Folha 14 de T04



Fonte: SEQUEIRA, 1982.

Figura 16: Folha 11 de T01

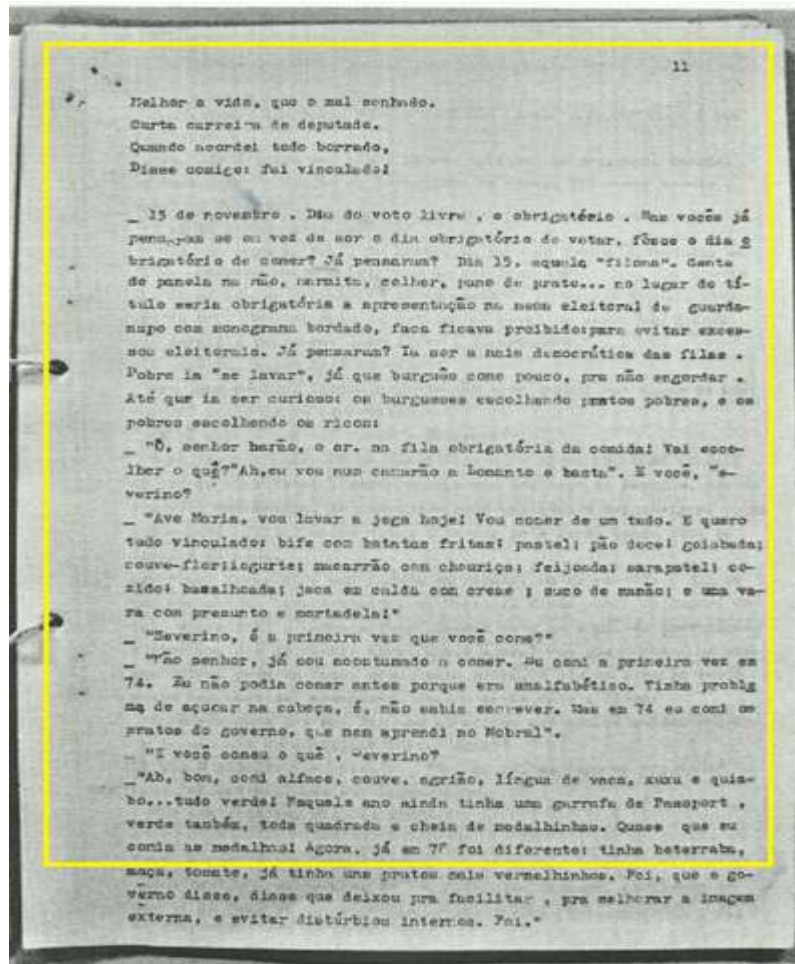


Figura 17: Folha 15 de T04



Fonte: SEQUEIRA, 1982.

Figura 18: Folha 12 de T01

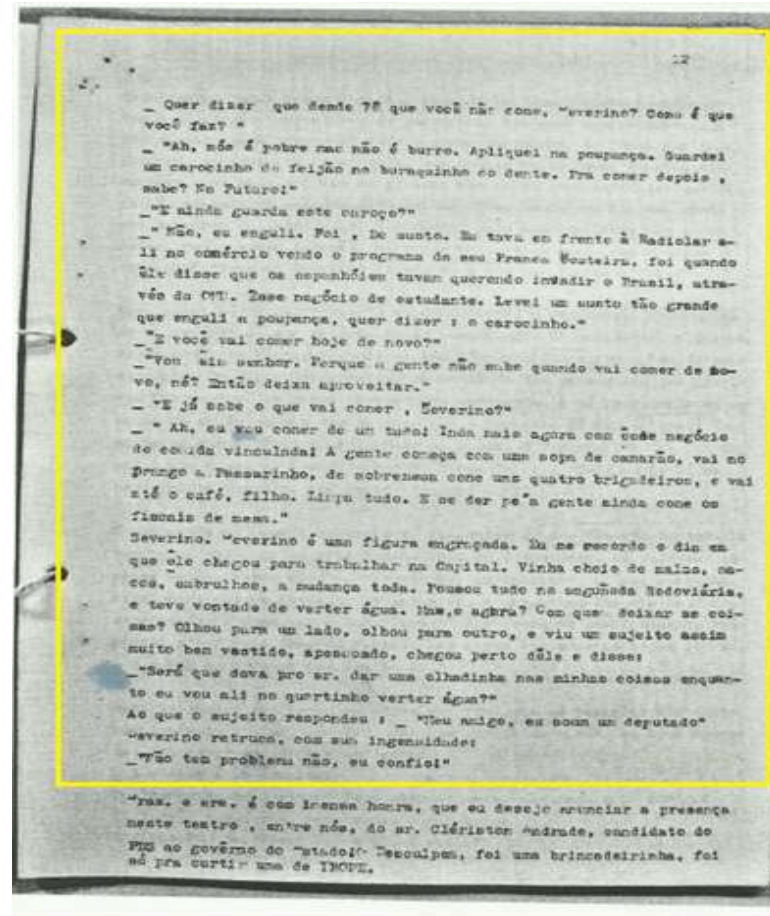


Figura 19: Folha 16 de T04

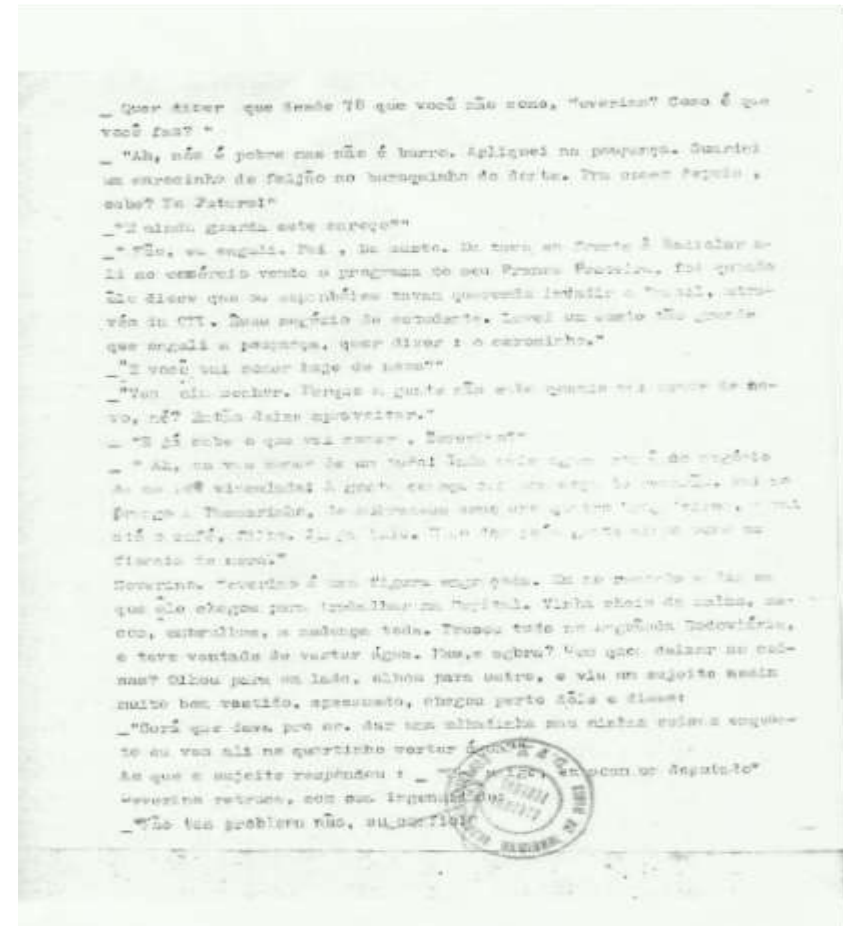


Figura 20: Folha 24 de T01

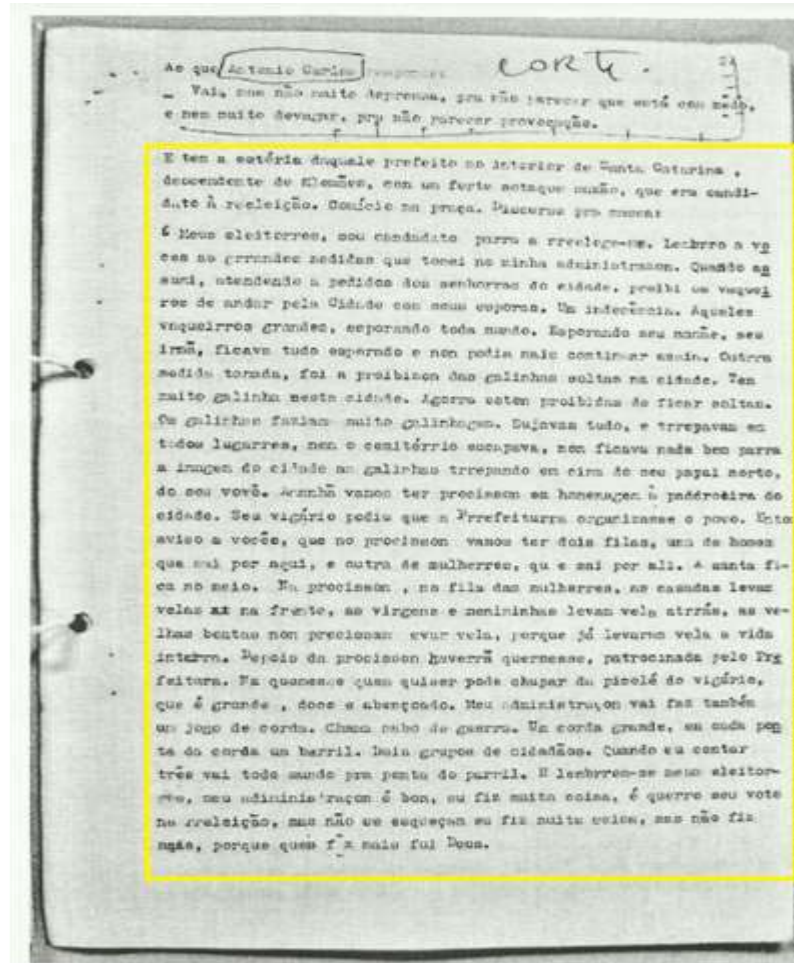
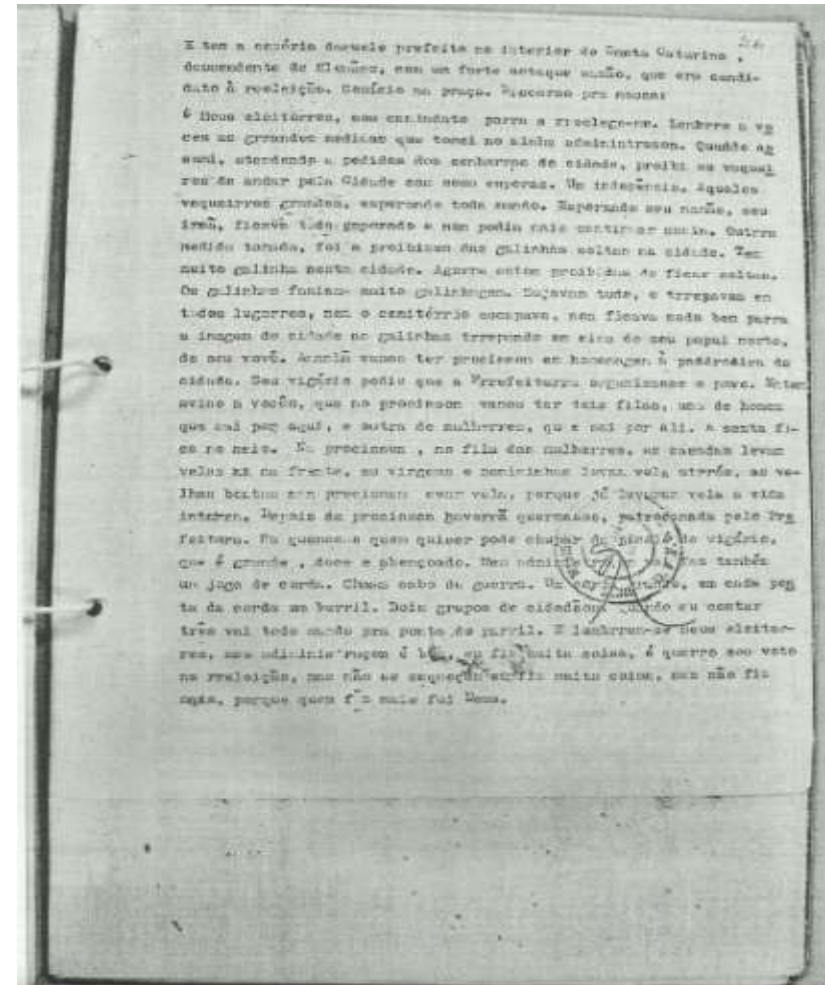


Figura 21: Folha 26 de T04



Fonte: SEQUEIRA, 1982.

Figura22: Folha 25 de T01

... Essas coisas, aqui chegaram ao final de uma reunião. Apareço a todos vocês por terem se reunido hoje aqui, ajudando-me na minha campanha. Não se esqueçam, se vocês conhecerem algum candidato, cobrem dele a sua presença neste teatro, neste espetáculo. Mas tudo foi uma gostosa brincadeira, espero que ninguém tenha se ofendido, que todo mundo tenha desopilado seu fígado, e assim daqui referem-se do para a 15 de novembro cumprir seu direito e seu dever cívico de voto. Porque independente de qual candidato, de qual ou de qual partido, o mais importante é termos eleições, termos democracia, assegurarmos com a nossa participação nas urnas a estabilidade da Nação. Votem tranquilos, escolham seus candidatos com a consciência de cidadãos. Muito obrigado.

Nota é a sua vida

(efeito de luz) (Sonoplastia) M. Fernando e Sorvinto: (Ator para cima para o fundo do teatro, e o trecho gravado entra.) "Quando você nasceu, em 1947, eleitor amigo, e a mãe acabava de sair de uma das mais horrendas guerras que a planeta já viu; mais uma vez as comunicações voltavam para a cadeia, e mais uma vez, um general era Presidente da República. Seu pai, eleitor amigo, na época era funcionário do Leste Brasileiro, e recebia em você o seu décimo sexto filho. Sua mãe, honrada mulher, de prendas domésticas, foi quem lhe deu o nome, de Eleitor amigo. Sua família era pobre, você nasceu pobre eleitor amigo. O honrado salário de seu pai, eleitor amigo, naquela época mal dava para que cada um de vocês consuma apenas um bife por dia, e uma garrafa de vinho nos finais de semana. Apenas uma oitezeinha menores podiam tomar leite todo dia. Lembra? Tempo difícil aquelas... Ainda assim, com sacrifício, seu pai lhe ensinou, lhe educou, e você pôde estudar nos melhores colégios da cidade, e foi como estudante que você finalmente tirou seu tão cobiçado título de eleitor. Lembra? Você era estudante, do último ano. Lembra? Estudante aplicado. Aderava geografia e história. Lembra de sua professora de História? Dona Maria Quitéria? Aquela que você tanto gostava? Pois é, a produção de programa fez tudo para trazê-lo aqui hoje. Agora e agora, para você reviver aqueles tempos, mas em 1970, e ninguém sabe onde está. Mas o seu professor de Geografia, não. Esse não conseguimos localizar. Lembra dele? Aquela que defendia a Petrobrás? Pois é, está

Figura 23: Folha 27 de T04

... Essas coisas, aqui chegaram ao final de uma reunião. Apareço a todos vocês por terem se reunido hoje aqui, ajudando-me na minha campanha. Não se esqueçam, se vocês conhecerem algum candidato, cobrem dele a sua presença neste teatro, neste espetáculo. Mas tudo foi uma gostosa brincadeira, espero que ninguém tenha se ofendido, que todo mundo tenha desopilado seu fígado, e assim daqui referem-se do para a 15 de novembro cumprir seu direito e seu dever cívico de voto. Porque independente de qual candidato, de qual ou de qual partido, o mais importante é termos eleições, termos democracia, assegurarmos com a nossa participação nas urnas a estabilidade da Nação. Votem tranquilos, escolham seus candidatos com a consciência de cidadãos. Muito obrigado.

Nota é a sua vida

(efeito de luz) (Sonoplastia) M. Fernando e Sorvinto: (Ator para cima para o fundo do teatro, e o trecho gravado entra.) "Quando você nasceu, em 1947, eleitor amigo, e a mãe acabava de sair de uma das mais horrendas guerras que a planeta já viu; mais uma vez as comunicações voltavam para a cadeia, e mais uma vez, um general era Presidente da República. Seu pai, eleitor amigo, na época era funcionário do Leste Brasileiro, e recebia em você o seu décimo sexto filho. Sua mãe, honrada mulher, de prendas domésticas, foi quem lhe deu o nome, de Eleitor amigo. Sua família era pobre, você nasceu pobre eleitor amigo. O honrado salário de seu pai, eleitor amigo, naquela época mal dava para que cada um de vocês consuma apenas um bife por dia, e uma garrafa de vinho nos finais de semana. Apenas uma oitezeinha menores podiam tomar leite todo dia. Lembra? Tempo difícil aquelas... Ainda assim, com sacrifício, seu pai lhe ensinou, lhe educou, e você pôde estudar nos melhores colégios da cidade, e foi como estudante que você finalmente tirou seu tão cobiçado título de eleitor. Lembra? Você era estudante, do último ano. Lembra? Estudante aplicado. Aderava geografia e história. Lembra de sua professora de História? Dona Maria Quitéria? Aquela que você tanto gostava? Pois é, a produção de programa fez tudo para trazê-lo aqui hoje. Agora e agora, para você reviver aqueles tempos, mas em 1970, e ninguém sabe onde está. Mas o seu professor de Geografia, não. Esse não conseguimos localizar. Lembra dele? Aquela que defendia a Petrobrás? Pois é, está

Fonte: SEQUEIRA, 1982

Figura 24: Folha 26 de T01

entrevista de... a vida é triste, e a vida não vai melhorar, mas não se deixar esmagar, pois mantém um seu título de eleitor, você era um vendedor, ia votar na Juscelino, em 65. Ia votar pela primeira vez, mas, a vida é ainda mesmo, ainda não foi naquele ano, não é eleitor amigo? Mas você já era um cidadão, apesar que você não levava consigo seu título de eleitor, mas tudo que lhe pediam era seu carteira de trabalho e seu RG, e seu CPF. Mas você não denunciava, continuava acreditando em seu título de eleitor. "Estava em 1970. Brasil tricampeão mundial, você ia votar pela primeira vez, lembra? Mesmo desde pequeno, você seus amigos sempre um a um, naturalmente se afastando de você porque acreditavam mais na Dilma que nos mineiros, mas ainda assim, com seu título de eleitor no bolso, você esperava. Você sempre acreditou no Brasil. Lembra-se da sua redação de Português? Aquela "O Brasil que eu desejo para meus filhos"? Pois é não pediram uma cópia dela para trazer até aqui, hoje, não a burocracia, que ainda espera, impediu de você entregar a tempo a prova da sua Redação. 1970. Você ia votar, cofria mas ia votar. Seu nome irônico, da sua família, você era quem mais tinha a vocação eleitoral. Mas ainda não foi daquela vez. Chamado ao presépio para Recife, onde o pai estava preso por indignidade, você votou em trânsito, os outros não votou. Mas você não denunciava. 1974. Agora você já não estava mais desempregado. Viviu de bico, atuando papel, vendendo garrafas, era o milagre, eleitor amigo. Você ia votar. Porém mais uma vez, seu destino de eleitor (como coisas não acontecem com eleitor) o impediu de sua quinta irônica, só restavam agora apenas três: o capotão Aterraldo, o côni mental do Alfredo, e você, o eleitor. Os outros quinze, mortos. Dete de fuma, cinco de sua fantasmagórica meninidade subversiva, seis atropeladas em circunstâncias misteriosas, como disseram os jornais da época (lembra? "Não no estádio, no lado da poesia de Canôes, na primeira página. "Se orgulho, há de eleitor?") Um que se esforçou de vergonha na cabeça, e o outro, o mais querido, que morreu de paixão pelo governo. Lembra? 1974. "Se você não tivesse sido impedido de presenciar no "último" "veículo", se você tivesse esperado um pouquinho mais, você iria votar. Mas ainda não foi daquela vez. Outras vezes, você repetiu, entre um choque elétrico e outro, lá no Juliana.

Figura 26: Folha 27 de T01

Figura 25: Folha 28 de T04

entrevista de... a vida é triste, e a vida não vai melhorar, mas não se deixar esmagar, pois mantém um seu título de eleitor, você era um vendedor, ia votar na Juscelino, em 65. Ia votar pela primeira vez, mas, a vida é ainda mesmo, ainda não foi naquele ano, não é eleitor amigo? Mas você já era um cidadão, apesar que você não levava consigo seu título de eleitor, mas tudo que lhe pediam era seu carteira de trabalho e seu RG, e seu CPF. Mas você não denunciava, continuava acreditando em seu título de eleitor. "Estava em 1970. Brasil tricampeão mundial, você ia votar pela primeira vez, lembra? Mesmo desde pequeno, você seus amigos sempre um a um, naturalmente se afastando de você porque acreditavam mais na Dilma que nos mineiros, mas ainda assim, com seu título de eleitor no bolso, você esperava. Você sempre acreditou no Brasil. Lembra-se da sua redação de Português? Aquela "O Brasil que eu desejo para meus filhos"? Pois é não pediram uma cópia dela para trazer até aqui, hoje, não a burocracia, que ainda espera, impediu de você entregar a tempo a prova da sua Redação. 1970. Você ia votar, cofria mas ia votar. Seu nome irônico, da sua família, você era quem mais tinha a vocação eleitoral. Mas ainda não foi daquela vez. Chamado ao presépio para Recife, onde o pai estava preso por indignidade, você votou em trânsito, os outros não votou. Mas você não denunciava. 1974. Agora você já não estava mais desempregado. Viviu de bico, atuando papel, vendendo garrafas, era o milagre, eleitor amigo. Você ia votar. Porém mais uma vez, seu destino de eleitor (como coisas não acontecem com eleitor) o impediu de sua quinta irônica, só restavam agora apenas três: o capotão Aterraldo, o côni mental do Alfredo, e você, o eleitor. Os outros quinze, mortos. Dete de fuma, cinco de sua fantasmagórica meninidade subversiva, seis atropeladas em circunstâncias misteriosas, como disseram os jornais da época (lembra? "Não no estádio, no lado da poesia de Canôes, na primeira página. "Se orgulho, há de eleitor?") Um que se esforçou de vergonha na cabeça, e o outro, o mais querido, que morreu de paixão pelo governo. Lembra? 1974. "Se você não tivesse sido impedido de presenciar no "último" "veículo", se você tivesse esperado um pouquinho mais, você iria votar. Mas ainda não foi daquela vez. Outras vezes, você repetiu, entre um choque elétrico e outro, lá no Juliana.

Figura 27: Folha 29 de T04

Fonte: SEQUEIRA, 1982

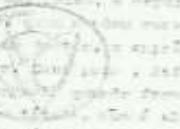

Contro cinco de vros. long' servico nra de fallencia. E'õ entao mais d'õ
 nome e que llo empossaõ e por isso e gloriosa tarefa de escrever
 as crônicas, de ser professor da Nova Academia de vrosos. Você que
 andar, eleitor amigo. Debevo terido, mas seu título nra de vros
 em pagar as notas de cartório, e e mais vrosos e realismo. Anali-
 da, auxiliar de enfermagem, com o de vrosos e vrosos para o Ho-
 spital Roberto Santos, e até hoje, no 63, ele espera por você. Você,
 eleitor amigo, que hoje não tem mais de porão de vrosos, mas um
 esse companheiro de quarto. Na vultura e 1978. Você espera e, em
 um cidadão com N. Seu título de eleitor, conservado em formal, em
 me permitto de fé e esperança. Depois de tudo, e em de vrosos, e
 ante as eleições. Não abra a boca para emitir um só opinião. Na
 última era "eleitor se manifesta pelo voto". E não me esqueça, se
 for de "vrosos", quando você chegar a escrever me escreva que
 vrosos e, mas no lado, e você fale, fale, fale, e depois por um
 três dias tomado porado. Lembra? Lembra? Lembra? Lembra? Lembra?
 e lembre-se você aprendeu a escrever porão de vrosos e vrosos, e me
 lembre, mas não perca seu título de eleitor. Não perca, definitivamente
 hoje não pode estar aqui. Por isso de vrosos, quando você chegar
 de vrosos, mas não importa. Você se esqueça, não é eleitor amigo
 hoje você é um homem só, seu amigo, seu amigo, seu amigo, e me
 lembre, mas é fácil porque tem seu título de eleitor. Lembra de porão
 de sua primeira conhecida? Seu Peter Hans? Não é não tem a mesma
 de que você não era holandês e foi expulso de... e como porado.
 que você não vai perder o fé, eleitor, não virás, se eleitor não se
 reverterá, e que não acreditar vai preso e ainda tem exato. Hoje,
 me trata e cinco anos, você está aqui entre nós, sendo homenageado,
 e pronto para votar. Eleitor amigo ESTA É A SUA VIDA!

- Não, que vida é minha!

- Não reclame, esta é a sua vida, e você mantém seu título de eleitor.
 Esta é a sua vida, e o que é que se vai fazer?

- Não se neguem que se vai dar um voto!

F I E

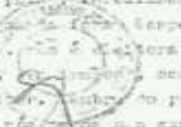

Contro cinco de vros. long' servico nra de fallencia. E'õ entao mais d'õ
 nome e que llo empossaõ e por isso e gloriosa tarefa de escrever
 as crônicas, de ser professor da Nova Academia de vrosos. Você que
 andar, eleitor amigo. Debevo terido, mas seu título nra de vros
 em pagar as notas de cartório, e e mais vrosos e realismo. Anali-
 da, auxiliar de enfermagem, com o de vrosos e vrosos para o Ho-
 spital Roberto Santos, e até hoje, no 63, ele espera por você. Você,
 eleitor amigo, que hoje não tem mais de porão de vrosos, mas um
 esse companheiro de quarto. Na vultura e 1978. Você espera e, em
 um cidadão com N. Seu título de eleitor, conservado em formal, em
 me permitto de fé e esperança. Depois de tudo, e em de vrosos, e
 ante as eleições. Não abra a boca para emitir um só opinião. Na
 última era "eleitor se manifesta pelo voto". A não me esqueça, se
 for de "vrosos", quando você chegar a escrever me escreva que
 vrosos e, mas no lado, e você fale, fale, fale, e depois porado
 três dias tomado porado. Lembra? Lembra? Lembra? Lembra? Lembra?
 e lembre-se você aprendeu a escrever porão de vrosos e vrosos, e me
 lembre, mas não perca seu título de eleitor. Não perca, definitivamente
 hoje não pode estar aqui. Por isso de vrosos, quando você chegar
 de vrosos, mas não importa. Você se esqueça, não é eleitor amigo
 hoje você é um homem só, seu amigo, seu amigo, seu amigo, e me
 lembre, mas é fácil porque tem seu título de eleitor. Lembra de porão
 de sua primeira conhecida? Seu Peter Hans? Não é não tem a mesma
 de que você não era holandês e foi expulso de... e como porado.
 que você não vai perder o fé, eleitor, não virás, se eleitor não se
 reverterá, e que não acreditar vai preso e ainda tem exato. Hoje,
 me trata e cinco anos, você está aqui entre nós, sendo homenageado,
 e pronto para votar. Eleitor amigo ESTA É A SUA VIDA!

- Não, que vida é minha!

- Não reclame, esta é a sua vida, e você mantém seu título de eleitor.
 Esta é a sua vida, e o que é que se vai fazer?

- Não se neguem que se vai dar um voto!

F I E

Fonte: SEQUEIRA, 1982

Além dessas passagens em que o autor recorta e cola, literalmente, os trechos de um texto no outro, o texto do **SCRIPT-MSQVDV.02** apresenta outras diferenças e semelhanças com o **SCRIPT-MSQVDV.01**. Por isso, vale lembrar que

[o] trabalho da escrita é uma reescrita já que se trata de converter elementos separados e descontínuos em um todo contínuo e coerente de juntá-los, de compreendê-los (de tomá-los juntos), isto é, de lê-los: não é sempre assim? Reescrever, reproduzir um texto a partir de suas iscas, é organizá-las ou associá-las, fazer as ligações ou transições que se impõe entre os elementos postos em presença um do outro: toda escrita é colagem e glosa, citação e comentário (COMPAGNON, 1996, p.39).

Toma-se, aqui, como exemplo dessa reescrita, o trecho inicial do texto, a abertura do espetáculo. No trecho recolhido de T01 (figura 28), **SCRIPT-MSQVDV.01**, texto escrito para ser encenado na Bahia, local de residência do autor à época, onde exercia uma atuação teatral marcante, o dramaturgo fez uma breve introdução se apresentando, saudando a plateia e fazendo referência ao seu registro profissional na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) como artista: “Profissão: artista. Batizado na DRT-BA com o número 001, folhas 01, do livro 01 competente” (T01 do **SCRIPT-MSQVDV.01**).

No trecho recolhido (figura 29) de T04, **SCRIPT-MSQVDV.02**, texto escrito para ser encenado em outros lugares, inclusive há, no texto, referência a uma possível apresentação no Rio de Janeiro, uma vez que Bemvindo Sequeira tinha uma apresentação marcada, a convite do sindicato dos artistas de lá, como já citado anteriormente e que, posteriormente, acabou se tornando uma temporada de um mês. Nesse trecho, além de repetir a breve saudação, a referência ao seu registro profissional, Bemvindo Sequeira faz uma introdução mais longa, pois, apesar de sua estreia como artista ter sido nos palcos do Rio de Janeiro, foi na Bahia que ele ganhou reconhecimento como artista. Assim, ele se declara: “Baiano adotado, porque eu sou mesmo é mineiro, ou como queiram: baiano cansado” (T04 do **SCRIPT-MSQVDV.02**).

Como forma de se aproximar de um público para o qual ele ainda não era reconhecido, o autor tem a necessidade de, num primeiro momento, criar essa empatia com o público que o recebe. Seguem, abaixo, os excertos dos testemunhos de MSQVDV que comprovam o que quer se colocar:

Figura 28: Folha 1 de T01

— Serhecos e Serhoros, boa noite! Meu nome é Bemvindo Sequeira. Profissão: artista. Batizado na DRT-BA com o número 001, folhas 01, do livro 01 competente. Menos burocrática que a DRT, a massa me conhece como: "Café Chaleira"; "Condomínio João Filgueiras Guimarães Filho"; "Edifício Quinta do Cardinal" e até "Le Royale". Mas, eu, sou Bemvindo! Agradeço a todos vocês que aqui compareceram esta noite, colaborando assim na minha campanha, a do Comitê Papa Bemvindo Legal, Dê à ele um Voyage no Fetal". Assim, meus queridos, queiram aceitar, com muito humor e alegria o meu: Boa Noite. O boa noite de um artista. Mas, entrando no assunto, como seria o Boa Noite de um candidato do PDS?

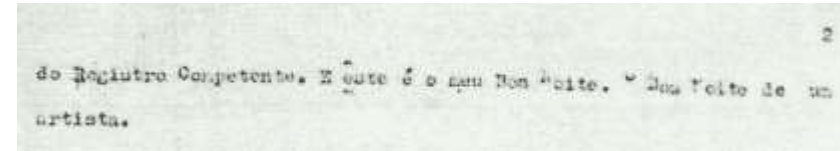
Figura 29: Folha 1 de T04

(Ator entrando em cena).

— Havia na Bahia um canarada que era candidato a deputado federal. E esse baiano era um rapaz alegre, só que ele não assumia esta alegria. Acabou sendo eleito e foi pra Brasília. Chegando lá, ele pensou: bem, aqui ninguém me conhece, aqui eu deixo isso de lado. E começou a curtir mulher. Virou o maior garanhão de Brasília. Até que contraiu uma blenorragia, das bravas. Correu pro médico, o médico examinou e disse: "meu amigo, isso aí não tem mais penicilina que dê jeito." — "fó massagem." Disse o deputado: "massagem não doutor, de jeito nenhum, sou macho". O médico replicou: "se não fizer massagem, vai cair..." O médico iniciou a massagem, e o nosso deputado, fingindo, gritava: Ai, Ai, ...ai... até que não aguentou mais e esmeou: "Ai, ai, que saudades eu tenho da Bahia...".

Mas é isso meus amigos: estamos em pleno processo eleitoral. Política é coisa dialética. Tem gente que leva cantando, como o deputado, eu, prefiro levar rindo, e tem quem leva a sério: "Tá na política?" Responde o outro: "Tou". "Tá levando a sério?" "Tou". "E não dói?" "Não, só dói quando eu rio."

Mas, minha gente, é um prazer muito grande estar aqui com vocês para apresentar mais um "ME SE LERA QUE EU VOU DAR UM VOTO". A todos vocês, o meu Boa Noite. Meu nome é Bemvindo Sequeira. Profissão: artista. Baiano adotado, porque eu sou mesmo é mineiro, ou como queiram: baiano censado. Batizado na DRT-BA com o nº 01, às Fls. 01, do Livro 01 do

Figura 30: Folha 2 de T04

do Registro Competente. E este é o meu nome. " Não volte de um
artista.

Fonte: SEQUEIRA, 1982.

Nos excertos selecionados, há também, por parte do autor, uma retomada no T04 de passagem do T01, mas com certa atualização geográfica. Alguns elementos permanecem, outros, porém, constroem um novo sentido para o texto. Um exemplo disso é substituição do nome da atriz baiana, Jurema Penna⁵⁰, por “Ipanema”, bairro do Rio de Janeiro, como recurso para manter a rima da palavra com “poema”. Ele mantém o nome do estilista baiano “Ney Galvão” que, àquela altura, também já era conhecido no Brasil, mas substitui “July”, jornalista social baiana, por Clodovil. Suprime a passagem “Que barato, que barato, O PT e Lia Robato⁵¹”. Por fim, substitui o nome do bairro “Pituba”, por “Guarajuba”.

Figura 31: Trecho da folha 3 de T01

Como é bom, como é bom,
 O PT lá no Leblon!
 Que legal, que legal,
 O PT tá no jornal!
 Sempre quiz, sempre quiz,
 O PT lá em Paris!
 Que poema, que poema,
 PT e Jurema Penna!
 Que arroubo, que arroubo,
 O PT na Rede Globo!
 Que barato, que barato,
 O PT e Lia Robato,
 Que tesão, que tesão,
 O PT com Ney Galvão!
 Eu já vi, eu já vi,
 O PT com a July!
 Que suruba, que suruba,
 O PT lá na Pituba!

Figura 32: Trecho da folha 6 de T04

Como é bom, como é bom,
 O PT lá no Leblon.
 Que legal, que legal,
 O PT tá no jornal.
 Sempre quiz, sempre quiz
 O PT lá em Paris.
 Que poema, que poema,
 O PT em Ipanema.
 Que arroubo, que arroubo,
 O PT na Rede Globo.
 Que tesão, que tesão,
 O PT com Ney Galvão.
 Quem já viu, quem já viu,
 O PT com Clodovil.
 Que suruba, que suruba,
 O PT em Guarajuba.

Fonte: SEQUEIRA, 1982

A mudança de lugar para encenação da peça diferencia e evidencia algumas modificações no texto, se na Bahia, ou no Rio de Janeiro. Observem-se os excertos destacados de testemunhos dos *scripts* **SCRIPT-MSQVDV.01** e **SCRIPT-MSQVDV.02**.

⁵⁰ Atriz baiana que trabalhou em novelas da Rede Globo de Televisão.

⁵¹ Dançarina baiana que atuou e produziu diversos espetáculos de dança.

Figura 33: Trecho da folha 6 de T01

O PDS e eu estamos em franca divergência, já que este espetáculo é feito pra "quem leva a Bahia rindo". Mas sabem que no fundo eu acho que o PDS tá certo de ficar sério? É! Vocês nunca ouviram a frase: "Só dói quando eu rio"? Pois é. Vai ver que é por isso que ele fica lá no cartaz com aquela cara de chefe de polícia de filme da PelMex. É o Partido dos milagres: inflação, feijão, São João, TV a cor, Salvador com amor, e parto sem dor. Os eleitores que acreditam nestes valores e em outros mais, tem mesmo é que estar no PDS, afinal, ele merece: (paródia):

Fonte: SEQUEIRA, 1982

Figura 34: Trecho da folha 11 de T04

Mas a gente vai em frente. "Assim que eu desembarquei no "fo me diz serem,"o sr. tá vindo da Bahia?" Respondi, "tô". "Cuidado com o Mal de Chagas". Eu disse, "ah, não tem problema não. Lá no Norte, a gente já acostumou. Lá o eleitorado todo tá com o PDSI". Como? perguntou-me o recepcionista. "Ora" disse eu, "lá nós estamos com o PDSI, com tifo, beri-beri, gonorréia, hepatite, tuberculose e fome. Um mal de Chagas a mais não vai me derrubar."

Fonte: SEQUEIRA, 1982

Veja-se, ainda, a piada que foi cortada nos testemunhos do **SCRIPT-MSQVDV.01** pela censura e que não reaparece nos testemunhos do **SCRIPT-MSQVDV.02** (transcrição de trecho das folhas 14-17 do texto crítico do **SCRIPT-MSQVDV.01**):

O nome do cachorro era Nooky. Isso mesmo. Não era Nooku, não. Era Nooky mesmo. Claudionita quando soube o nome do cachorro até me perguntou porque eu não mudava o nome do cachorro. Porque eu não botava Nabuna, que é outro nome bonito. Ou então Nookyuzinho, que era mais suave. Ora, mas se o nome do cachorro era esse mesmo, porque eu iria mentir? Isso são coisas do mundo, da vida. Tem coisas que num certo tempo, e num certo lugar são

horrorosas, e noutro são normais. Lá na China, por exemplo, Nookyu é normal. Todo mundo gosta de Noky. Aqui no Brasil o pessoal também gosta, mas a nossa formação religiosa não deixa assumir direito, né? Eu, antes, até fui ali na pastelaria da Carlos Gomes e perguntei pro Chinês. A resposta veio logo : – Chinês gosta muito de Noky. Pois é assim mesmo, o Dagorberto, um crioulo lá no Alto das Pombas, também não esconde suas preferências, e abrindo um sorriso com os dentes que lhe restam, afirma: – Nookyu é mais que ótimo, é bótimo! Pois esse deputado, meus amigos, esse candidato usava Nookyu para agariar votos. Todo mundo lá no bairro em que ele mora já sabe disso. Tem até um garotinho, assim mais delicado, que toda vez que ele passa com o cachorro grita: – Vem cá, Nookyuzinho!. Pois o cachorro era a adoração do candidato. Tanto que toda vez que ele ia pra um comício a primeira coisa que fazia era levar Nookyu. A rapaziada da esquina já curti: – Vai pro Comício? Vai levar Nookyu?” E no comício, a massa adorava o cachorro. Tinha até briga pra saber quem ficava com o cachorrinho, a julgar pelos conflitos que surgiam sempre entre um e outro eleitor, quando então se ouvia: – Vai tomar Nookyu. Mas, verdade seja dita, é que o cachorrinho ficava sempre do lado do candidato nos seus comícios, o que na maioria das vezes, dado o caráter irrequieto do cachorrinho, provocava um interessante diálogo entre o candidato e os eleitores. Lembro-me de um de seus últimos comícios. Seu discurso ocorreu mais ou menos assim: – Companheiros! É com imenso prazer (o cachorro interfere) – Nookyu! – que venho até aqui para dirigir a vocês as minhas palavras. Pois, como vocês sou um homem que trabalha (nova interferência) – Quietos Nookyu! – Sempre trabalhei, e nunca neguei um duro (nova interferência) – Nookyu! – Por isto é que eu lhes peço que a 15 de novembro, vocês me botem (interferência) – Nookyu! – entre os primeiros colocados na lista de votação. Venho aqui porque a situação do País está mais pra lá (interferência) – Nookyu –, do que pra cá (nova interferência) – Nookyuzinho! – E isto precisa acabar, porque todo brasileiro sente aquela comichão (interferência) – Nookyu! – quando pensa em nossa dívida externa. E a solução que trago para isso, é mandar os nossos credores meterem a dívida no (interferência) – Nookyu! –.

Protesto, já que não podemos pagá-la. Outra questão é a questão da democracia. A democracia sempre foi muito melhor (interferência) – Nookyu! – nos países desenvolvidos, que nos países pobres. Precisamos desenvolver nosso potencial (interferência) – Nookyu! – energético. Pois só com a democracia asseguraremos eleições livres diretas. Ou vocês acham que desse jeito que está por aí, teremos eleições para Presidente? (Interferência) – Nookyu! – É preciso pois, tomar o Poder, nunca se esqueçam disso! E aí, numa de comunicador, ele perguntava a massa: – Onde é preciso Tomar? E a massa, em apoio respondia a uma só voz: – Nookyu. Isso sim meus amigos que é apelação. (Paródia):

Nookyu é um cachorrinho,
bonito pra danar,
e todo candidato
que for para o comício,
Nookyu pode levar.
Nookyu por baixo,
Nookyu por cima,

Nookyu na frente
 Nookyu por traz,
 Nookyu é bem melhor,
 e a massa gosta mais.
 Nookyu é um cachorrinho,
 bom de urna e bom de voto.
 Então no dia 15,
 lá dentro da cabina,
 é Nookyu que eu voto.
 Nookyula no beirú,
 Nookyu no Pau da Lima
 Nookyu é bem melhor,
 bote Nookyu sem vaselina.
 Nookyu é um cachorrinho,
 bonito pra danar.
 A 15 de novembro,
 Nookyu vamos votar.
 Nookyu ganhou,
 Nookyu levou,
 se eleger,
 Nookyu tomou,
 você e eu.

Os excertos, aqui considerados, ilustram as marcas que caracterizam a materialidade dos textos que fizeram circular *Me segura que eu vou dar um voto*. Tais marcas evidenciam a ação de diferentes agentes sociais, como o próprio dramaturgo, na sua condição de autor, leitor, encenador, diretor, os censores, e o público, que, de certa forma, fazia intervir no texto da peça.

4.3 ENTRE O **SCRIPT-MSQVDV.01** E O **SCRIPT-MSQVDV.02**: ASPECTOS POLÍTICOS

Com o propósito de mostrar o texto em movimento, através das transformações e intervenções dos diversos atores sociais na materialidade dos dois *scripts*, será feito um confronto sinóptico entre eles. Desse modo, mostram-se, pela materialidade dos textos, as diferenças e as semelhanças textuais que recriaram a cena política e cultural baiana entre os anos de 1982 e 1985, no período que compreende a abertura política e o fim da ditadura militar, a partir da edição e do estudo do texto.

Conforme Borges e Sacramento de Souza (2012, p.38):

O cotejo entre diferentes versões textuais, em confronto sinóptico, torna essa edição crítica e também histórica; nela, buscando-se demonstrar

pontos em que tais versões se aproximam ou se afastam, trazendo notas e comentários que visam esclarecer os textos em seus múltiplos aspectos.

Através da materialidade dos testemunhos de MSQVDV é possível estabelecer uma leitura crítica e histórica dos acontecimentos políticos da Bahia e do Brasil no período de abertura vivido no país, após golpe de 1964. Desse modo, seguindo a orientação de Rosa Borges dos Santos (2008, p.94),

[...] procede-se à análise, tomando-se o texto literário dramático como fonte documental primária, tecido que se constrói de diferentes elementos, a várias mãos – nos textos estudados, em especial, as do autor e do censor – para que se possa então perceber as determinantes históricas que modelam os estudos históricos e culturais, como testemunho, que se evidencia na articulação entre o histórico e o literário, e como documento/monumento que fixa e atualiza, enquanto memória, a história de um povo em um período de repressão.

Assim, através de análise dos testemunhos de *Me segura que eu vou dar um voto*, espetáculo que, segundo Bemvindo Sequeira em matéria do *Jornal da Bahia*, seria mais animado que qualquer comício, buscou-se caracterizar o contexto sócio-históricoconstruídona produção dramatúrgica que teve por tema “as eleições de 15 de novembro, o processo eleitoral, os candidatos, os partidos políticos, o voto vinculado, e a democracia” (BEMVINDO..., 1982).

No trecho abaixo, Bemvindo Sequeira faz referências às configurações partidárias existentes no País, na Bahia e no Rio de Janeiro:

SCRIPT-MSQVDV.01	SCRIPT-MSQVDV.02
	<p>Mas, meus amigos, o nosso papo são as eleições. Voltemos a ele. Para as eleições, formam-se os Partidos, que, pelo que se lê nos jornais, estão partidos mesmo. Na Bahia, nós vamos às eleições com apenas três partidos: o PDS, o PMDB e o PT. Aliás, como em quase todo o resto do Brasil, à exceção de SP, RS, e claro, aqui no Rio, que é a Cidade Maravilhosa. Tão maravilhosa, que aqui juntam quatro para bater em um. Acabam brigando entre si – são todos da oposição – fazem uma tremenda confusão na cabeça simples do eleitor e deixam correr solta a situação. Mas dizem que não é confusão não. É fartura. O Rio é tão bom que, só de oposição, tem quatro, imagine a situação!</p>

Sobre esse jogo político partidário traz Couto (2010, p.282):

Em outubro de 1980, os novos partidos haviam viabilizado seu registro provisório. O PDS e o PMDB organizaram grande número de diretórios municipais e regionais em todo o país, reproduzindo situação semelhante à anterior. O PP se estabeleceu em 11 estados. O Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, negociador pragmático, organizou-se em 20% dos municípios de dez estados. O Partido Democrático Trabalhista – PDT, liderado por Leonel Brizola, que ficara sem espaço no PTB, posicionou-se com a esquerda do trabalhismo político. E o Partido dos Trabalhadores – PT, originário do novo movimento sindical paulista, única facção efetivamente sem tradição político-partidária, liderado por Lula, tentativa respeitável de criar um partido genuinamente operário, estruturou-se em um quinto dos municípios de 12 estados.

Bemvindo Sequeira traz para o palco uma informação acerca do cenário partidário no Rio, na Bahia e no Brasil. Enquanto na Bahia e boa parte dos estados brasileiros, as disputas eram polarizadas entre o PDS, partido do governo militar, e o PMDB, o maior partido de oposição. Juntando-se a eles, em 12 estados, o PT se coloca no pleito como forma de ganhar espaço, já que era a grande novidade político-partidária. No Rio de Janeiro, mais dois partidos de oposição ao governo militar, o PDT, de Brizola, e o PTB, de Ivete Vargas, se juntavam ao PMDB e ao PT para fazer frente ao PDS.

Nesse próximo excerto, Bemvindo Sequeira traz mais uma referência à participação de partidos políticos no cenário nacional, bem como a situação de ser oposição naquele momento político.

SCRIPT-MSQVDV.01	SCRIPT-MSQVDV.02
	Tem também o PTB e o PDT, que só existe pra valer mesmo em três estados. Mas também não muda muito o discurso. É uma mistura dos outros três anteriores, acrescentando no final: “Nós é que somos a verdadeira oposição”. Tai uma coisa engraçada: ser de oposição agora é chique. Antes dava cadeia. Agora não: todo mundo diz que é da oposição. O que portanto deve ser bem fácil, já que quase todo mundo pode dizer que é. Deve ser moda, como os “gays”. Agora, o difícil, neste País hoje, é ter “Posição”. Mas, voltemos ao PT.

Nesse trecho, aparece uma situação inusitada, o fato de dois partidos fortes, em estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, não terem muita representação política nos demais estados; é o caso do PTB e o PDT. Tal fato é

explicado pela relação desses dois partidos com figuras importantes da política brasileira, Getúlio Vargas, com grande influência nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e Brizola, que era gaúcho, mas que foi eleito governador do Rio de Janeiro em 1982 e tinha grande prestígio em seu estado natal, o Rio Grande do Sul. Registre-se aqui, que Brizola, sem espaço no PTB, que ficou sob a liderança de Ivete Vargas, herdeira de Getúlio, fundou o PDT.

Bemvindo Sequeira brinca, também, com o fato de, no Brasil, nesse novo contexto de abertura democrática, com mais espaço para as liberdades individuais, ter virado moda ser de oposição. Se isso, em anos anteriores, era perigoso, causava medo de ser perseguido ou até preso e torturado, nesses novos ares da cena brasileira de nova reconfiguração política, ser de oposição acabou sendo motivo para melhorar a imagem. No excerto acima, o autor brinca: “Taí uma coisa engraçada: ser de oposição agora é chique. Antes dava cadeia. Agora não: todo mundo diz que é da oposição. O que portanto deve ser bem fácil, já que quase todo mundo pode dizer que é” (SEQUEIRA, 1982, f.5).

No próximo excerto, faz-se referência à relação entre os políticos e os novos partidos, como se deu a reorganização do processo partidário, após anos de bipartidarismo, com a existência apenas da Arena que concentrava os políticos que sustentavam o governo militar e o MDB, que concentrava a oposição e os moderados, como se pode ler a seguir:

SCRIPT-MSQVDV.01	SCRIPT-MSQVDV.02
<p>E o PMDB? Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Realmente: é um MOVIMENTO, democrático. É um tal de entra e sai, meus amigos... o cara sai do PT, entra no PMDB, pede licença, entra no PDS, sai do PDS, volta pro PMDB. Nunca vi! Que movimento! <i>[Como locutor de futebol]</i> Sai Roberto com a pelota, atravessa a arena com a bola ainda nos pés, passa por Toninho Malvadeza, dá-lhe uma finta, recebe uma canelada, mas continua com a pelota. Passa pelo PDS, troca bola com Lomanto, levanta o jogo com o PP, o juiz pode marcar, jogo perigoso, não marca, prossegue o jogo, ainda com Roberto que volta ao PDS, ameaça voltar, a torcida ensaia uma vaia, tenta fazer o jogo PTB, e entra pelo PP. Agora já com a pelota na altura do PMDB, recebe falta do PDS, desfaz o jogo do PP, entra no PMDB e fica naquela de aguardar melhor jogada. Atenção: dibra Toninho Malvadeza, passa por Valdir, não dá pelota pra Chico Pinto, mas passa por Vianna,</p>	<p>E o PMDB? Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Realmente: é um MOVIMENTO democrático. É um tal de entra e sai, meus amigos... o cara sai do PT, entra pro PMDB, pede licença, volta pro PDS, sai do PDS, entra pro PMDB. Nunca vi! Que movimento!</p>

<p>engana Andrade, atenção pode marcar, vai marcar! Impedimento! O juiz dá impedimento de Roberto na meia altura do PP. “Olha o lobo! Alô Geraldo!” – Realmente, Juraci. Um bom jogador o Roberto. Seu desempenho discreto, quase apagado na arena de outros tempos, contrasta com o atleta que vemos hoje. Um jogador que tem um passe constantemente negociado, já solicitado por diversas equipes dada a amplitude dos seus lances, ao seu excelente jogo de cintura. Já se fala que após o presente campeonato Roberto, provavelmente, numa atitude mais liberal deverá deixar o time e aceitar contrato em outra agremiação. Mas vamos no jogo, que ainda temos muita bola pela frente! “Rádio Lobo!”</p>	
--	--

É importante fazer uma análise da situação do PMDB, oriundo do MDB, nesse novo jogo político pós-abertura política. Por ser o único partido de oposição, o PMDB, quando ainda era o MDB, concentrou, em seus quadros, figuras políticas de centro, de centro-direita, de centro-esquerda e de esquerda. Após a criação de novos partidos, houve um verdadeiro troca-troca partidário, inclusive de alguns egressos da Arena que tinham medo dos seus futuros políticos após fim do regime militar, e egressos do próprio MDB que estavam a caminho do PDS (substituto da Arena) por questões de proximidade ideológica. Esse movimento é evidenciado no jogo narrado, com destaque para os políticos da cena baiana.

No primeiro *script*, escrito para o contexto da Bahia, Bemvindo remete para pluripartidarismo político. Roberto Santos havia sido governador da Bahia em 1974, pela ARENA por indicação do governo militar. Após o pluripartidarismo, acabou filiando-se ao PP, partido que concentraria os políticos de centro, mas o partido acabou por questões de legislação eleitoral fundindo-se ao PMDB, e Roberto Santos, mais uma vez, mudou de partido, entrando nos quadros do PMDB. Em 1982, Roberto Santos foi indicado como candidato do PMDB para as eleições de governador da Bahia, mesmo existindo, dentro do PMDB, quadros históricos que poderiam ter suas indicações homologadas pelo partido, a exemplo de Chico Pinto e Waldir Pires. Acabou sendo derrotado nas eleições para o candidato do PDS, João Durval Carneiro (SANTOS, R., 2008).

No excerto abaixo, Bemvindo Sequeira fala da situação do PDS na cena política nacional com suas particularidades:

SCRIPT-MSQVDV.01	SCRIPT-MSQVDV.02
Ah, O PDS! Coitado, como sofre, só porque é o Partido da situação. O que lançam de venenos contra o PDS não esta no gibi. Um dos maiores venenos contra o PDS é dizerem que ele veio da extinta ARENA. Eu não posso acreditar nisso, por que não acredito nem mesmo que a ARENA tenha acabado. Deve estar por aí, que nem a “ovelha negra dos partidos”: o clandestino Partido Comunista.	E o PDS?! Coitado, como sofre, só porque é o Partido da situação. Bem, pelo menos no Brasil todo, porque no Rio, tem a singularidade de ser oposição. Mas os que lançam de veneno contra o PDS não está no Gibi. Um dos maiores venenos que fazem contra o PDS é dizerem que ele veio da extinta ARENA. Eu não posso acreditar nisso. Porque não acredito nem mesmo que a ARENA tenha acabado. pois como acabou, se no dizer do Francelino a ARENA “era o maior Partido do Ocidente”? Então como é que pode ter acabado assim?

Nas eleições de 1978, apesar de obter uma excelente votação, o MDB apenas elegeu governador no Rio de Janeiro, que, nessa ocasião, ainda era eleito de forma indireta pelas assembleias legislativas dos estados. A situação atípica do PDS, no Rio de Janeiro era justamente esta: em todos os estados do Brasil ele era situação e, no Rio de Janeiro, ele era oposição (COUTO, 2010). Na transição da Arena para o PDS, o segundo acomodou todos os quadros da Arena que ocupavam os cargos nos governos dos estados. Esse fato gerou nas eleições de 1982 um forte ataque de todos os partidos ao PDS, como forma de elegerem seus candidatos nos outros estados. E Bemvindo Sequeira, de maneira irreverente, fala dessa transição da Arena para o PDS: “Um dos maiores venenos contra o PDS é dizerem que ele veio da extinta ARENA. Eu não posso acreditar nisso, por que não acredito nem mesmo que a ARENA tenha acabado”.

No excerto abaixo, o tema é a eleição de 1982 para governador do Rio de Janeiro:

SCRIPT-MSQVDV.01	SCRIPT-MSQVDV.02
	<p>Mas a gente vai em frente. Assim que eu desembarquei no Rio me disseram:</p> <p>– O Sr. tá vindo da Bahia?</p> <p>Respondi:</p> <p>– Tou.</p> <p>– Cuidado com o Mal de Chagas.</p> <p>Eu disse:</p> <p>– Ah, não tem problema não. Lá no Norte, a gente já se acostumou. Lá o eleitorado todo tá com o PDSI.</p> <p>– Como? Perguntou-me o recepcionista.</p> <p>Ora disse eu:</p> <p>– Lá nós estamos com o PDSI, com tifo, beri-beri, gonorreia, hepatite, tuberculose e fome. Um mal de Chagas a mais não vai me derrubar.</p> <p>Sabe o que eu acho? Eu acho que a Janete Claire tava sacando direitinho o Ciro Besteira e o Mal de Chagas quando escreveu <i>Sétimo Sentido</i>. A gente</p>

	<p>vendo os dois fica direitinho com a impressão de que são exatamente como Luana Camará e Priscila Caprici. E por coincidência, quando a Priscila se desligou do “cavalo” da Luana, o Mal de Chagas deixou o Ciro, e com mais coincidência ainda, a qualquer hora, os dois podem se manifestar juntos outra vez.</p>
--	---

Bemvindo Sequeira faz uma brincadeira com os nomes do governador do Rio de Janeiro, antes das eleições de 1982, Chagas Freitas é o “Mal de Chagas”, doença muito comum nos estados do nordeste. Em outras passagens do texto, Chagas Freitas recebe a alcunha de “Jaca Freitas”. Como Chagas Freitas era do antigo MDB, e atual PMDB, o autor diz que no “Norte”, não precisa tomar cuidado com o “Mal de Chagas”, já que o eleitorado estava com o PDSI (referência ao PDS), uma vez que todos os governadores da região faziam parte do PDS.

Uma prova dessa variabilidade no texto é o fato de Bemvindo Sequeira deixar em aberto para encenação uma situação do texto, através da rubrica, no que diz respeito aos partidos dos candidatos ao governo, “[pode ser qualquer outro partido]”. Confira:

SCRIPT-MSQVDV.01	SCRIPT-MSQVDV.02
<p>Senhoras e Senhores, é com imensa honra, que eu desejo anunciar a presença neste teatro, entre nós, do Sr. Clériston Andrade, candidato do PDS ao governo do Estado! Desculpem, foi uma brincadeirinha, foi só pra curtir uma de IBOPE.</p>	<p>Senhores e Senhoras, é, com imensa honra, que eu desejo anunciar a presença neste teatro, entre nós, do candidato do PDSI [pode ser qualquer outro Partido] ao governo do Estado. [Depois de um tempo] Desculpem, foi brincadeirinha. Só pra sacar o IBOPE.</p>

No primeiro *script*, Bemvindo Sequeira faz uma referência direta ao candidato pelo PDS ao governo da Bahia nas eleições de 1982. O PDS era o partido do governador da Bahia à época, Antônio Carlos Magalhães, político aliado dos militares e que, provavelmente, egeria seu sucessor. Mas, em outubro de 1982, em um acidente de helicóptero no interior, veio a falecer o então candidato Clériston Andrade, o que gerou grande comoção no estado da Bahia. Após a morte do candidato, como já indicado anteriormente neste trabalho, o clima para o humor político na Bahia não estava bom e o espetáculo seguiu para turnê no Rio de Janeiro.

No segundo *script*, Bemvindo deixa, em aberto, a possibilidade de testar a popularidade dos candidatos ao governo do Rio de Janeiro, uma espécie de pesquisa de intenção de voto, “desculpem, foi brincadeirinha. Só para sacar o IBOPE”. No Rio de Janeiro, o PDS não era o favorito, não era situação naquele momento, e a oposição tinha

fortes candidatos, a exemplo de Leonel Brizola do PDT, que havia retornado do exílio, após a aprovação da Lei nº6.683, de 28 de agosto de 1979, que tratava da anistia (COUTO, 2010).

Nos recortes que se seguem, Bemvindo Sequeira conta a mesma piada, com personagens políticos diferentes, de acordo com as coordenadas geográficas da apresentação:

SCRIPT-MSQVDV.01	SCRIPT-MSQVDV.02
<p>Mas, ainda há pouco, falávamos em candidatos e deputados. Pois agora eu me lembrei de uma estória muito curiosa que se passou com o famoso deputado Chico Pinto. Segundo as más línguas, Chico tem mania de perseguição. Um dia o Chico estava se sentindo tão perseguido que resolveu “se mandar” da Bahia. Correu pro aeroporto e já ia subindo as escadas do avião quando deu de cara com o Toninho. Aí disse Chico:</p> <p>– Toninho, me ajude. Pelo amor de Deus, me ajude. E Toninho:</p> <p>– O que foi, Chico? O que é que esta acontecendo? Disse Chico:</p> <p>– Todo mundo tá me perseguindo, Toninho. Até Deus. Toninho:</p> <p>– Eu não!.</p>	<p>Conhecem o Lula? Não é o candidato a governador de SP não. É um rapaz que vende jornal na Rodoviária de SP. O Lula tem mania de perseguição. Ele acha que todo mundo persegue ele. Um dia o Lula resolveu se mandar de SP. Quando ia subindo as escadas do avião vinha descendo o Paluf. O Lula se agarrou com o Paluf:</p> <p>– Me ajude, Doutor, todo mundo me persegue. Até Deus me persegue!</p> <p>Ao que Paluf respondeu:</p> <p>– Eu não!</p>

Em ambos os *scripts*, ele fez menção a personagens ligados à esquerda, famosos por atuações fortes e independentes em defesa das liberdades, e, sobretudo, apoiados pela massa e com grande apelo popular. No primeiro *script*, ele faz referência direta ao deputado baiano de Feira de Santana, Chico Pinto, que, em 1964, ano do golpe militar, era prefeito de sua cidade e foi cassado pelos militares. Firme combatente dos militares, era um personagem político baiano reconhecido pelo uso do microfone e dos comícios como forma de conquistar apoio do povo (BAPTISTA, 2012).

No segundo *script*, no lugar de Chico Pinto, político reconhecido apenas na Bahia, ele usou o nome de Lula. Mesmo dizendo que não seria a liderança máxima do PT, candidato do partido ao governo de São Paulo em 1982, a relação fica implícita. Forjado nas lutas sindicais do ABC paulista, Lula foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, partido que, nesse momento, vinha ganhando espaço no Brasil em virtude das grandes mobilizações ocorridas nas greves dos trabalhadores e no engajamento na luta pela liberdade e democracia.

Em relação ao personagem associado a Deus, Bemvindo Sequeira faz menção a dois grandes nomes da política nacional e que, naquele momento, vinham ganhando

espaço pelo autoritarismo com que exerciam seus poderes como homens públicos. No primeiro *script*, ele utiliza a alcunha de Toninho, para fazer referência ao político baiano Antônio Carlos Magalhães, e, no segundo *script*, a alcunha de Paluf, para fazer referência ao político paulista, Paulo Salim Maluf.

Além disso, o autor relaciona políticos, trechos de canções e situações políticas, como se pode ler nos excertos que seguem:

SCRIPT-MSQVDV.01	SCRIPT-MSQVDV.02
<p>Mas dizem que, em época de eleição, político que se preza só se comunica na base do melô. E pra não dar muito na pinta, ficam mandando o recado pelas rádios, naquela base de serviço de alto-falante do interior:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Maluf oferece a Toninho, com muito amor e carinho: “Que tal nós dois, numa banheira de espuma?” – Pedrinho oferece para Roberto: “Vou voltar, sei que ainda vou voltar...” – Alguém oferece para Lomântico Jr.: “Você abusou, tirou o Partido de mim, abusou...” – O povo oferece a todos os candidatos: “Mas se gritar pegar o ladrão, não fica um meu irmão...” – Juracy canta com muito ardor: “Esses moços, pobres moços, ah! se soubessem o que eu sei...” – Dona Democracia oferece ao eleitor: “Se acaso me quiseres, sou dessas mulheres que só dizem sim...” – Clériston oferece para Toninho: “Eu sem você, não tenho porque...” – e Toninho oferece para Lomântico Jr. : “Vai, vai mesmo, eu não quero você mais...” – E oferece também para Robertinho: “Ó pedaço de mim, ó metade afastada de mim...” – E ainda, Toninho, canta com portenta voz para João: “Olha, você tem todas as coisas, que um dia eu sonhei pra mim... a cabeça cheia de problemas, não me importa, eu gosto mesmo assim...” – Para Mario Kertész: “Sei que ao meu coração, só me resta escolher...” – E eu, ofereço para Franca Besteira com todo meu veneno: “Olha o bloco do sujo, vem batendo na lata, alegria barata para o povo pular...” 	<p>Mas dizem que em época de eleições políticos que se respeitam só se comunicam na base do melô. Tipo serviço de alto falante de cidade do interior:</p> <p>Melô de Ciro Besteira para Mal de Chagas: “eu sem você, não tenho por que...”</p> <p>Melô de mal de Chagas para Ciro Besteira: “O pedaço de mim...”</p> <p>Melô do maior Abandonado para Jaca Freitas: “Que tal de nós dois, numa banheira de espuma...”</p> <p>Melô de Manoel Beizola para Gilete Larga: “Você abusou, tirou o partido de Mim...”</p> <p>Melô do Manoel Beizola pro João: “Vou voltar, sei que ainda vou...”</p> <p>O Povo oferece aos candidatos : “Mas se gritar pega ladrão...”</p> <p>Jaca Feita canta com ardor “Esses moços, pobres moços...”</p> <p>D. Democracia oferece ao povo: “Ó se acaso me quiseres, sou destas mulheres que só dizem sim...”</p> <p>Melô do Paluf pro João: “olha, você tem todas as coisas...”</p>

No primeiro *script*, ele relaciona o trecho da canção “Que tal nós dois, numa banheira de espuma?”, com Maluf dedicando a Toninho (ACM), sugerindo o interesse de aproximação do político paulista Maluf com o governador baiano. Assim como relaciona trecho da canção “Esses moços, pobres moços, ah! se soubessem o que eu sei...” a Juracy (Juracy Magalhães), político veterano da Arena e, depois, do PDS, herdeiro da Revolução de 1930, um dos precursores do grupo ligado a ACM. A canção

oferecida a Toninho (ACM) por Clériston “Eu sem você, não tenho porque...”, fazendo referência a inexpressividade política do mesmo, que só estava como candidato do governo por indicação do seu líder político.

No segundo *script*, reaparecem algumas canções alusivas a novos personagens, característicos do cenário político em que o texto seria encenado. A exemplo do trecho da canção “eu sem você, não tenho por que...”, oferecida a Mal de Chagas (Chagas Freitas) por Ciro Besteira (Miro Teixeira), governador do Rio de Janeiro e candidato ao governo pelo PMDB, respectivamente. O trecho da canção “Você abusou, tirou o partido de Mim...” oferecida por Manoel Beizola (Leonel Brizola) para Gilete Vargas (Ivete Vargas), fazendo menção à disputa entre os dois pelo comando do PTB e à derrota de Brizola pelo comando do partido que culminou na criação do PDT.

Em ambos os textos, a “Democracia” dedica uma canção para o Povo/eleitor: “Ó se acaso me quiseres, sou destas mulheres que só dizem sim...” e “O Povo” dedica aos candidatos a canção “Mas se gritar pega ladrão...” fazendo referência à corrupção na política. Canção lembrada até os dias atuais, quando o assunto são os políticos.

O próprio Bemvindo Sequeira dedica uma canção, ainda no primeiro *script*, a Franca Besteira (França Teixeira), radialista baiano que apresentava um programa popular e apelativo: “Olha o bloco do sujo, vem batendo na lata, alegria barata para o povo pular...”, fazendo justamente uma crítica à qualidade do programa e a seu apelo popular. Tempos depois, por indicação do grupo liderado por Antônio Carlos Magalhães, França Teixeira foi indicado como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

No excerto abaixo, apenas do primeiro *script*, faz menção aos políticos que, mesmo com o passar dos anos, estiveram no controle do cenário nacional:

SCRIPT-MSQVDV.01	SCRIPT-MSQVDV.02
<p>Há trinta anos atrás, Dona Maria do Carmo, foi acometida de incurável e desconhecida moléstia. Hibernada, acondicionada, Dona Maria do Carmo passou trinta anos dormindo. Dia 15 de novembro foi acordada, descongelada e transportada do Hospital para casa. O progresso da ciência agora, permitia a dona Maria do Carmo reiniciar seu tratamento. A caminho de casa, na ambulância, foi vendo as coisas novas pelo caminho: avenidas de vale, iluminações públicas, orelhões, teatros. Até que passou em frente a uma grande fila, numa escola. Virou-se para o enfermeiro, todo de branco que a acompanhava e perguntou: – O que é essa fila gigantesca aí na Escola?</p>	

<p>Enfermeiro – Eleições Dona Maria. Maria – Oh, que bom. E quem está comandando as coisas agora? Enfer. – O Juracy, o Viana e o Lomanto, mais o Magalhães. Maria – Ainda? Enfer. – Mas tem gente nova na política. Maria – Tem? Em Minas, quem comanda? Enfer. – Bem, o Bias Fortes, o Magalhães Pinto e o Tancredo. Maria – Também foram congelados? Enfer. – Mas tem o Maluf, em São Paulo. Maria – Maluf, Maluf... sei, aquele garoto era o cão. Adorava roubar manga e goiaba lá no quintal da casa. Ele acaba Presidente. Enfer. – Aqui agora tem o Toninho... Maria – Toninho... Toninho... Toninho Malvadeza! Credo, esse garoto não era fácil. Matou três gatos e um cachorro meus. Adorava furar olho de passarinho. Mas no fundo tinha um bom coração. Gosto muito dele. Enfer. – Tem o Roberto... Maria – Roberto... Robertinho... Enferm. – É, um de óculos, cara de padre. Maria – Roberto...Roberto...meus santos! Sei quem é! Quer dizer, ele eu não conheci muito bem, mas me lembro muito do pai dele, foi reitor, fez a Universidade da Bahia, a Escola de Teatro, a Escola de Música...e o Robertinho? Já fez muito pela cultura da Bahia? Puxou ao pai? Enferm. – Bem, quer dizer...a Senhora sabe...né? Maria – Eu não sei de nada...há trinta anos que eu não leio o Diário Oficial. Mas me diga uma coisa quem é o Presidente? Enfer. – O João Batista. Maria – Ave Maria! Estamos no fim! Enfer – Por que, Dona Maria? Maria – O Senhor é enfermeiro ou o anjo exterminador? Assim todo de branco. O João Batista não é aquele que anuncia o Juízo Final? Que anuncia o salvador? Então, o Senhor me descongelou pra viver de novo, ou foi para assistir o Juízo Final?</p>	
---	--

Juracy Magalhães foi governador da Bahia na década de 1930. Como interventor federal após a revolução de 1930, foi governador por mais dois mandatos. Luís Viana Filho foi governador da Bahia na década de 1960, por eleição indireta, indicado pelos militares. Lomanto Junior, governador da Bahia no período que foi instalado o golpe militar, aderiu ao mesmo tendo completado o seu mandato. Os três, juntamente com Antônio Carlos Magalhães, comandaram a política baiana por décadas. Em 1982, período em que MSQVDV foi escrita e encenada, esses políticos ainda estavam no comando do poder político local, inclusive elegendo o primeiro governador eleito por via direta depois de 1964, João Durval Carneiro.

Além dos governadores da Bahia, destacam-se políticos mineiros, como Magalhães Pinto e Tancredo Neves. O primeiro, um dos articuladores civis do golpe; o segundo, um parlamentar de centro que ajudaria a articular o fim da ditadura, elegendo-se, tempos depois, presidente do Brasil, por via indireta. Cita ainda Toninho Malvadeza (ACM) e Robertinho (Roberto Santos), políticos que embora jovens, representavam o que existia de velho da política baiana. Note-se que, mesmo passado o golpe, políticos que deram sustentação, ou que assistiram de maneira passiva a esses anos de ditadura, permaneciam influenciando no poder político, após o processo de abertura.

Nesse excerto, aparece uma cena política que bem caracterizou a política baiana nos anos que sucederam ao golpe:

SCRIPT-MSQVDV.01	SCRIPT-MSQVDV.02
<p>Falando em Governadorias, conta-se que, quando Antonio Carlos Magalhães assumiu o governo pela segunda vez, ocupando o lugar de Roberto Santos, os dois já estavam brigados, mas não deixavam perceber isso. Tinham cuidado para evitar maiores dissensões. Vai daí, primeiro dia de trabalho normal no Palácio da Aclamação, fim do expediente. Antonio Carlos vai saindo e, por acaso, Roberto emparelha o carro junto com o carro oficial. Situação constrangedora. A sinaleira do Campo Grande obrigou os dois a ficarem ombro a ombro, ou se quiserem: para-choque com para-choque. Tentando ser amável, e não dar bandeira para os curiosos que já se aglomeravam nas calçadas, Roberto pergunta:</p> <p>– Governador, como vai?</p> <p>Ao que Antonio Carlos responde:</p> <p>– Vai, mas não muito depressa, para não parecer que está com medo, E nem muito devagar, para não parecer provocação.</p>	

O trecho destacado traz um retrato da situação política que rondou a governadoria baiana entre os anos de 1974 e 1982. Nas eleições indiretas para governador de 1974, as quatro lideranças da Arena divergiam acerca do futuro candidato do partido dos militares ao governo: os ex-governadores Luiz Viana e Lomanto Junior, Jutahy, filho do ex-governador Juracy Magalhães, e Antônio Carlos Magalhães, que governava o estado naquele momento. Havia consenso entre eles, a exceção de Antônio Carlos Magalhães, em relação a um nome, o de Roberto Santos, filho do ex-reitor da Universidade Federal da Bahia, Professor Edgar Santos.

O governador ACM não abria mão de fazer o seu sucessor e, àquela altura, queria de todos os modos impedir que Roberto Santos fosse indicado como candidato da Arena ao governo do estado. O próprio Roberto Santos, em seu livro de memória (SANTOS, R., 2008), relata dois episódios em que ACM, de alguma maneira tentou enfraquecer a pretensão de Roberto Santos em pleitear a candidatura ao governo da Bahia nas eleições de 1974.

A primeira situação foi quando da visita de Petrônio Portela, que havia recebido de Geisel, presidente do Brasil no momento, para negociar, as candidaturas da Arena nos estados. Nessa visita à Bahia, Roberto Santos alega que ACM “procurou, pelo telefone e com insistência, queria convencer-me de que não era necessária a minha presença na oportunidade” (SANTOS, R., 2008, p. 108). A ausência de Roberto Santos nessa reunião, provavelmente, lhe trouxe prejuízos no processo de escolha. Numa segunda situação, o Palácio do Planalto pediu que o então governador elaborasse uma lista tríplice de futuros candidatos, para análise. Na primeira lista, ACM não incluiu o nome de Roberto Santos, colocando-o apenas na segunda lista como terceiro indicado. A terceira situação esta relacionada à confirmação da candidatura de Roberto Santos que, ao chegar em Salvador, era aguardado no Aeroporto por uma comitiva de populares e amigos no saguão, mas, ao desembarcar do avião, foi convidado pelo então governador, para seguir no carro oficial e não passar pelo saguão, o que o impediria de receber a festa preparada para ele pelos seus apoiadores e amigos (SANTOS, R. 2008).

Nas eleições de 1978, ACM foi indicado novamente pela Arena para suceder Roberto Santos no governo da Bahia. Nessa ocasião, Roberto Santos também não conseguiu eleger o seu sucessor. Ao longo dos textos transmitidos nos dois *scripts*, vê-se delinear o cenário da política baiana, carioca, nacional com destaque para políticos, partidos, eleições, entre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se inscreveu no lugar teórico-metodológico da Filologia/Crítica Textual, com o propósito de estudar, a partir da prática editorial, os testemunhos e as diferentes versões de *Me segura que eu vou dar um voto*. Situado no campo interdisciplinar da Filologia, fez-se o diálogo com a História e o Teatro, relacionando a história brasileira e a dramaturgia, sobretudo no período do regime militar, com destaque para as relações entre a censura e a sociedade civil, nesse jogo de domínio e dominação. Esse saber diverso traz contribuições para o processo de edição, entendido aqui não como estabelecimento de um texto que se aproxime da intenção autoral última, mas sim, uma edição que dê conta das transformações em seu processo de produção, transmissão e circulação, introduzindo um olhar plural sobre o próprio fazer filológico.

Foi possível investigar a atuação de Bemvindo Sequeira e sua importância como personagem da cena teatral brasileira e baiana, através da narrativa de sua vida. Mostrou-se como as artes, sobretudo o teatro, na trama de seus textos ou de sua encenação nos palcos, exerceram papel importante na luta pela democratização do país e pela volta dos direitos cerceados pelo regime autoritário instaurado entre as décadas de 1960 e 1980. Buscou-se apresentar um Bemvindo Sequeira perseguido por sua atuação engajada, já no final da ditadura, que encontrou, nos shows humorísticos, uma forma de dar vazão as suas críticas, valendo-se das máscaras proporcionadas pelo sorriso. Afinal, o artista, como intelectual, está num processo de negociação constante do seu espaço de atuação, entre o engajamento e o silenciamento.

Após a montagem do dossiê da referida peça, organizando e classificando os testemunhos, a documentação censória, as matérias de jornais, entrevistas etc., procedeu-se à edição e posterior leitura crítica. Para tanto, propôs-se a elaboração de uma edição interpretativa em suporte de papel dos dois *scripts* do dossiê MSQVDV, disponibilizando para os leitores os textos críticos de **SCRIPT-MSQVDV.01** e **SCRIPT-MSQVDV.02**. Em um arquivo hipertextual, disponibilizam-se a edição interpretativa, a edição fac-similar e toda documentação relacionada a MSQVDV. Nessa perspectiva, os gestos de editar e interpretar tal produção dramatúrgica atualizam a memória, proporcionando ao leitor/navegador certa reflexão a propósito daquele

período (1964-1985) de forte pressão, o da ditadura militar, vivido pela sociedade brasileira.

Da análise da materialidade da documentação de MSQVDV, investigou-se a atuação da censura. Para isso, foi feito um estudo acerca da censura prévia em relação às manifestações artísticas brasileiras durante o regime de repressão ditatorial, ressaltando todo o processo de idas e vindas e de negociações entre a classe artística e os órgãos censórios. Tomando-se a documentação censória de MSQVDV, buscou-se estabelecer o caminho percorrido pelos textos de teatro, desde seu protocolo no órgão local de censura, a liberação provisória, os pareceres dos censores, a realização do ensaio geral, chegando até a liberação definitiva com a emissão do certificado de censura pelo aparelho repressor.

Por fim, foi estabelecida uma leitura crítica do texto (crítica filológica) a partir das coordenadas e diretrizes histórico-culturais nas quais os textos foram produzidos, lidos e postos em circulação. Através da sua materialidade, recolhendo trechos dos dois *scripts*, comparando presença, ausência, colagem, entrelaçamento e a partir da reformulação do texto, constatou-se a impossibilidade de estabelecer apenas um texto, mesmo esse texto sendo de autoria única e de mesma temática, pois se verificou que tanto **SCRIPT-MSQVDV.01** como **SCRIPT-MSQVDV.02** eram textos distintos, representativos do movimento textual a que foram submetidos. Assim, através das diferenças e semelhanças entre eles, fez-se uma leitura da cena política da Bahia e do Rio de Janeiro no período final da ditadura militar e no início da abertura política, com relevo para políticas, partidos e eleições.

O texto dramático utilizado neste trabalho é, portanto, uma fonte relevante na investigação histórica, literária e filológica, trazendo à tona, vozes muitas vezes silenciadas pela história convencional. A realização do estudo da edição de *Me segura que eu vou dar um voto* foi de suma importância para construir um espaço no qual Bemvindo Sequeira e a política brasileira se encenam.

REFERÊNCIAS

A REVELAÇÃO DE UM HUMORISTA, NUM MOMENTO DE TRISTEZA. *O globo*. Rio de Janeiro. 12 jun. 1983. p. 8.

AGENDA DA SEMANA. *Jornal da Bahia*, Salvador 26 set. 1982a.

AGENDA DA SEMANA. *Jornal da Bahia*, Salvador, 1 ago. 1982b.

AGENDA DA SEMANA. *Jornal da Bahia*, Salvador, 7 ago. 1982c.

ALMEIDA, Isabela Santos de. *Três fios de bordado de Jurema Penna: leituras filológicas de uma dramaturgia baiana*. f. 245 Il. 2011. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BAPTISTA, Ana Tereza. *Chico Pinto: a voz que desafiou os ditadores*. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2012.

BENVINDO EM IRECÊ: “VOU DAR UM VOTO”. *Jornal da Bahia*, Salvador, 28 ago. 1982.

BENVINDO, NO VIRO, MOSTRA O SEU BOM HUMOR. *O globo*. Rio de Janeiro. 8 jul. 1986. p. 12.

BENJAMIM, Cid. *Gracias a la vida: Memórias de um militante*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 2013

BIASI, Pierre-Marc de. *A genética dos textos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

BORGES, R.; SACRAMENTO DE SOUZA, A. Filologia e edição de texto. In: BORGES, R. et al. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012.

BORGES, Rosa et al. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012.

BRASIL. *Ato complementar n. 16, de 18 de julho de 1966*. Dispõe sobre fidelidade partidária nas eleições indiretas. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-16-18-julho-1966-351191-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05 ago 2013.

BRASIL. *Ato complementar n. 17, de 29 de julho de 1966*. Altera o art. 7º do Ato Complementar nº 7, de 31 de janeiro de 1966, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-17-29-julho-1966-351192-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05 ago 2013.

BRASIL. *Ato institucional n. 1, de 9 de abril de 1964*. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com

as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 05 ago 2013.

BRASIL. *Ato institucional n. 12, de 1 de setembro de 1969*. Dispõe sobre o exercício temporário das fundações de Presidente da República pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, enquanto durar o impedimento, por motivo de saúde, do Marechal Arthur da Costa e Silva, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-12-69.htm>. Acesso em: 05 ago 2013.

BRASIL. *Ato institucional n. 13, de 5 de setembro de 1969*. Disponível em: < http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=13&tipo_norma=AIT&data=19690905&link=s>. Acesso em: 05 ago 2013.

BRASIL. *Ato institucional n. 13, de 5 de setembro de 1969*. Institui a pena de banimento do Território Nacional para o brasileiro que se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional e dá outras providências. Disponível em: < http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=13&tipo_norma=AIT&data=19690905&link=s>. Acesso em: 05 ago 2013.

BRASIL. *Ato institucional n. 14, de 5 de setembro de 1969*. Dá nova redação ao parágrafo 11 do artigo 150 da Constituição do Brasil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-14-69.htm>. Acesso em: 05 ago 2013.

BRASIL. *Ato institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965*. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originária da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em: 05 ago 2013.

BRASIL. *Ato institucional n. 3, de 5 de fevereiro de 1966*. Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm>. Acesso em: 05 ago 2013.

BRASIL. *Ato institucional n. 4, de 7 de dezembro de 1966*. Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discursão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-04-66.htm>. Acesso em: 05 ago 2013.

BRASIL. *Ato institucional n. 5, de 13 de setembro de 1968*. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 05 ago 2013.

BRASIL. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 15 de março de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 08 mar 2014.

BRASIL. Constituição (1967). *Emenda Constitucional n.º11 de 1978*: entra em vigor em 1 de janeiro de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc11-78.htm>. Acesso em: 09 mar 2014.

BRASIL. Constituição (1967). *Emenda Constitucional n.º22 de 1978*: entram em vigor em 29 de junho de 1982. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc22-82.htm>. Acesso em: 09 mar 2014.

BRASIL. Constituição (1967). *Emenda Constitucional n.º7 de 1977*: entram em vigor em 13 de abril de 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc07-77.htm>. Acesso em: 09 mar 2014.

BRASIL. Constituição (1967). *Emenda Constitucional n.º8 de 1977*: entram em vigor em 14 de abril de 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc08-77.htm>. Acesso em: 09 mar 2014.

BRASIL. *Decreto n. 1.077, de 26 de janeiro de 1970*. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm>. Acesso em: 05 ago 2013.

BRASIL. *Decreto n. 20.493, de 24 de janeiro de 1946*. Aprova o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20493-24-janeiro-1946-329043-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05 ago de 2013.

BRASIL. *Decreto n. 69.845, de 27 de dezembro de 1971*. Regulamenta a Lei nº 5.726 de 29 de outubro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D69845.htm>. Acesso em: 05 ago 2013.

BRASIL. Departamento de Polícia Federal: Serviço de Censura de Diversões Públicas. *Parecer 094*. Salvador, 16 jul 1982.

BRASIL. Departamento de Polícia Federal: Serviço de Censura de Diversões Públicas. *Parecer 095*. Salvador, 16 jul 1982.

BRASIL. Departamento de Polícia Federal: Serviço de Censura de Diversões Públicas. *Parecer 096*. Salvador, 16 jul 1982.

BRASIL. Departamento de Polícia Federal: Serviço de Censura de Diversões Públicas. *Parecer 097*. Salvador, 16 jul 1982.

BRASIL. *Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011*. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em: 05 mai 2014.

BRASIL. *Lei n. 4.341, de 13 de junho de 1964*. Cria o Serviço Nacional de Informações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm>. Acesso em: 05 ago 2013.

BRASIL. *Lei n. 4.483, de 16 de novembro de 1964*. Reorganiza o Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4483.htm>. Acesso em: 05 ago 2013.

BRASIL. *Lei n. 5.536, de 21 de novembro de 1968*. Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5536-21-novembro-1968-357799-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 05 ago 2013.

BRASIL. *Lei n. 5.536, de 21 de novembro de 1968*. Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5536.htm>. Acesso em: 05 ago 2013.

BRASIL. *Lei n. 6.339, de 1 de julho de 1976*. Dá nova redação ao artigo 250 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, alterado pelo artigo 50, da Lei número 4.961, de 4 de maio de 1966, e ao artigo 118 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6339.htm>. Acesso em: 09 mar 2014.

BRASIL. *Lei n. 6.978, de 19 de janeiro de 1982*. Estabelece normas para a realização de eleições em 1982, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L6978.htm>. Acesso em: 09 mar 2014.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CHARTIER, R. A mediação editorial. In: _____. *Os desafios da escrita*. Tradução Fulvia L. M. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CLÉRISTON MORREU. *Jornal da Bahia*, Salvador, 02 out. 1982.

COLUNA BASTIDORES. *Jornal da Bahia*, Salvador, 15 ago. 1982.

COLUNA DO INTERIOR. *Jornal da Bahia*, Salvador, 27 ago. 1982.

COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Tradução Cleonice P.B. Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

CORÔA, Williane Silva. *Edição do texto e estudo da linguagem proibida em Malandragem made in Bahia*. f. 200 Il. 2012. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CORREIA, Fabiana Prudente. *O desabrochar de uma flor em tempos de repressão: edição e crítica filológica de Apareceu a Margarida de Roberto Athayde*. f. 229 Il. 2013. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

COSTA, Cristina. *Censura, repressão e resistência no teatro brasileiro*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e abertura: Brasil: 1964-1985*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

DOREA FILHO, H. M. *Filologia e Arquitetura da Informação: a edição de um texto teatral censurado de Bemvindo Sequeira*. 2013. Monografia de final de curso – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

DUARTE, Luiz Fagundes. *Glossário de Crítica textual*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, [1997-]. Disponível em: <www2.fcsh.unl.pt/cursos/etexto/glossario/intro.htm>. Acesso em 10 dez. 2011.

ECO, Humberto. *Obra Aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. *Censura & liberdade de expressão*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record; Taika, 1974.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2ed. São Paulo: EDUSP, 1995.

FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FRANCO, Aninha. *O teatro na Bahia através da imprensa: século XX*. Salvador: FCJA; COFIC; FCEBA. 1994.

GARCIA, Miliandre. *A Censura de costumes no Brasil: da institucionalização da censura teatral no século XIX à extinção da censura na Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GENERAL ACHA FLOR SUBVERSIVA E PÔE ATORES NO XADREZ. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 18 set 1966.

GRÉSILLON, A.; MERVAUT-ROUX, M.M.; BUDOR, D. Por uma genética teatral: premissas e desafios. *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, Porto Alegre, v.3, n. 2, p. 379-403, 2013.

JESUS, Ludmila Antunes de. *A dramaturgia de João Augusto: Edição crítica de textos produzidos na época da ditadura militar*. f. 203 Il. 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

KASTAN, David Scott. *Shakespeare and the book*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

KHOURY, Simon. *Bastidores: Lucélia Santos, Walderez de Barros e Bemvindo Sequeira*. Rio de Janeiro: Italiamiga, 2012.

LEÃO, Raimundo Matos de. *Abertura para outra cena: o moderno teatro na Bahia*. Salvador: Fundação Gregório de Matos/Edufba. 2006.

LEÃO, Raimundo Matos de. *Transas na cena em transe: teatro e contracultura na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LOURENÇO, Isabel Maria Graça. *The William Blake Archive: Da Gravura Iluminada à Edição Eletrônica*. 2009. 490 f. Tese Doutorado e Letras) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Programa de Pós-Graduação em Língua e Literaturas Modernas, Coimbra. Disponível em: <www.dominiopublico.com.br>. Acesso em 05 nov. 2011.

MAGALDI, Sábado. *Iniciação ao Teatro*. São Paulo: Ática, 2004.

MARQUILHAS, R. Filologia In: CEIA, C. *E-Dicionário de Termos Literários*. Disponível em: <http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=200&Itemid=2>. 5 maio 2012.

MCGANN, Jerome. *A Critique of Modern Textual Criticism*. Charlottesville: University of Chicago Press, 1983.

MCKENZIE, D.F. *Bibliografía y Sociología de los textos*. Madrid: Akal, 2005.

MICHALSKI, Yan. *O palco amordaçado: 15 anos de censura teatral no Brasil*. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

MICHALSKI, Yan. *O teatro sob pressão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

MOREIRA, Marcello. *Critica Textualis in Caelum Revocata? Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra*. São Paulo: Edusp, 2011.

MORRÁS, M. *Informática y crítica textual: realidades e deseos*. In: VEGA, M.J. (Org.). *Literatura Hipertextual e teoríaliteraria*. Madrid: Mare Nostrum, 2003.

MOTA, Mabel Meira. *Da trama do arquivo à trama detetivesca de Irani ou as interrogações, de Ariovaldo Matos: leitura filológica do arquivo e edição do texto*. f. 198 Il. 2012. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

PANDOLFI, Dulce. O cenário político da época. *A trajetória política de João Goulart*, FGV-CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_cenario_politico_partidario_do_periodo>. Acesso em: 10 abr 2013.

PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel. *La edición de textos*. Madrid: Síntesis, 1997.

PONTE PRETA, Stanislaw. *FEBEAPÁ'1: 1º festival de besteiras que assola o país*. São Paulo: Circulo do Livro, 1966.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual: As palestras de Reith de 1993*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

SAID, Edward. *Humanismo e crítica democrática*. Tradução RosauraEichenberg. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, R. B. Texto e memória: edição e estudo de textos teatrais. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUISTICA E FILOLOGIA, 2008, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xicnlf/6/texto_e_memoria_edicao_e_estudo_de_texto.pdf>. Acesso em: 21 jan 2014.

SANTOS, R.. *Na Bahia das ultimas décadas do século XX: um depoimento crítico*. Salvador: EDUFBA, 2008.

SEIXAS, Raul. Quando acabar o maluco sou eu. In: *Uah-Bap-Lu-Bap-Lah-Béin-Bum*. Rio de Janeiro: Copacabana, 1987. 1 LP. Faixa 1.

SEQUEIRA, Bemvindo. Artes Cênicas. *Jornal da Bahia*, Salvador, 15 out 1982a.

SEQUEIRA, Bemvindo. Artes Cênicas. *Jornal da Bahia*, Salvador, 22 out 1982b.

SEQUEIRA, Bemvindo. Artes Cênicas. *Jornal da Bahia*, Salvador, 27 ago 1982c.

SEQUEIRA, Bemvindo. *Humor, Graça e Comédia: Para quem gosta de fazer rir*. Rio de Janeiro: Litteris Editora, 2004.

SEQUEIRA, Bemvindo. *Me segura que eu vou dar um voto*. Salvador: [s.n.], 1982d.

SEQUEIRA, Bemvindo. *Oxente, gente: Bemvindo para presidente*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1984.

SEQUEIRA, Bemvindo. *Saiba como a ditadura tornou-me humorista*. 2004. Disponível em: <<http://entretenimento.r7.com/blogs/bemvindo-sequeira/2014/04/07/saiba-como-a-ditadura-tornou-me-humorista/>>. Acesso em: 07 abr 2014.

SILVA, Denise Pereira. “*Ou a gente confia no povo, ou não há solução*”. *Teatro livre da Bahia e a cultura popular na década de 1970*. f. 165 Il. 2012. Dissertação

(Mestrado) – Faculdade de Filosofia e ciências humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio a Castello*. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Débora de. *Aprender a nada-r e Anatomia das Feras, de Nivalda Costa: processo de construção dos textos e edição*. f. 235 Il. 2012. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SOUZA, Eneida Maria de. *Janelas Indiscretas: ensaios de crítica biográfica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10 ed. São Paulo: Editora da UNESP: Salvador: EDUFBA, 2001.

UMA HORA DE MUITO HUMOR. *Jornal da Bahia*, Salvador, 7 de ago 1982.

URBINA, Eduardo et al..*La edición variorum eletrônica del “Quijote”*. Castilla: Universidad de Castilla – La Mancha.; Texas: Center for the Study of Digital Libraries, Texas A&M University, 2005. Disponível em: <<http://cervantes.tamu.edu/V2/variorum/publ.htm>>. Acesso em: 12 ago 2013.

WANDERLEY, Sônia. Doutrina de Segurança Nacional: políticas públicas de cultura e televisão nos anos 70. In: CALABRE, Lia (Org). *Políticas culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005. p. 59-80.

ZANCARINI J.C. Uma filologia política – Os tempos e as manobras das palavras (Florença, 1494-1530). In: ZANCARINI, J.C. et al. *Estudos sobre a língua política: Filologia e política na Florença do século XVI*. Campinas: Editora RG, 2008.